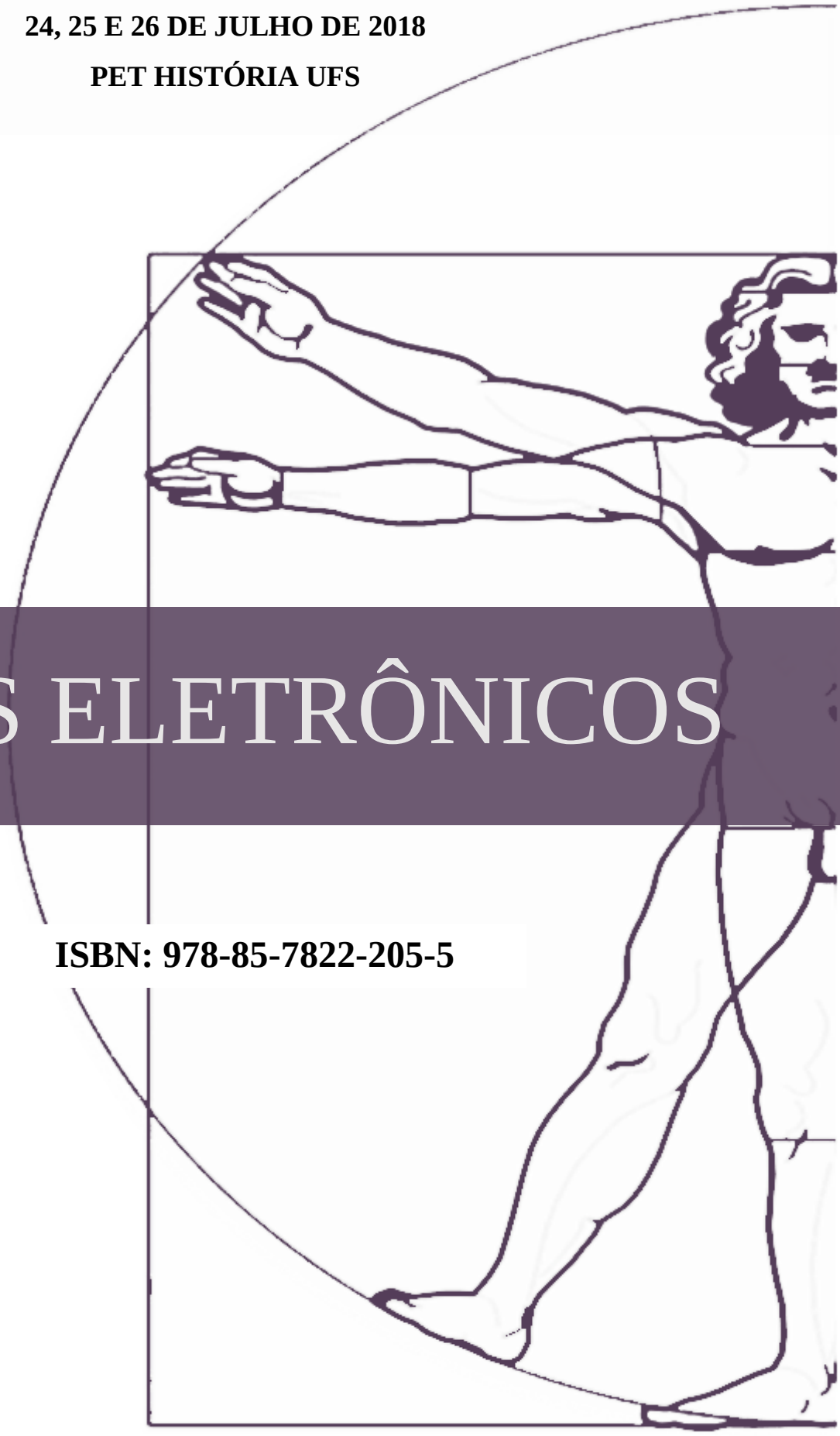
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

24, 25 E 26 DE JULHO DE 2018

PET HISTÓRIA UFS



ANAIS ELETRÔNICOS

ISBN: 978-85-7822-205-5

ISBN - 978-85-7822-205-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Encontro de Pesquisadores Iniciantes das Humanidades (7. : 2018 : Aracaju, SE).
E56a Anais [recurso eletrônico] : VII Encontro de Pesquisadores Iniciantes das Humanidades : 24 a 26 de julho de 2018, São Cristóvão, SE / Comissão organizadora Claudefranklin Monteiro Santos. – São Cristóvão : Programa de Educação Tutorial, 2018.

321 p.: il.

ISBN 978-85-7822-205-5

1. Ciência e humanidade. I. Universidade Federal de Sergipe. II. Santos, Claudefranklin Monteiro.

CDU 3(04)

ISBN: 978-85-7822-205-5

ISBN - 978-85-7822-205-5

APRESENTAÇÃO

O ***VII Encontro de Pesquisadores Iniciantes das Humanidades*** da UFS é uma proposta que possibilita aos acadêmicos no campo das Ciências Humanas a apresentação dos trabalhos de pesquisa por eles desenvolvidos e o intercâmbio entre as diferentes áreas. Este evento é organizado pelo Programa de Educação Tutorial (PET) História da Universidade Federal de Sergipe, com o apoio do Departamento de História.

O evento busca contribuir para o aperfeiçoamento das pesquisas de graduandos, graduados e mestrandos na área de Ciências Humanas através do intercâmbio de metodologias e resultados, estimulando a produção acadêmica e colaborando para a formação de quadros de excelência em pesquisa. Com abrangência interdepartamental, congrega pesquisadores iniciantes dos departamentos de História, Letras-Estrangeiras, Letras-Vernáculas, Comunicação Social, Educação, Geografia, Relações Internacionais, Psicologia, Ciências Sociais, Música, Museologia, Arqueologia, Direito e Filosofia.

Tendo a sua primeira edição realizada em 2010, o **IH!** ocorre anualmente, no segundo semestre letivo, sempre propondo a troca e a difusão de trabalhos de pesquisadores iniciantes, a fim de contribuir tanto com o aperfeiçoamento dos participantes, por meio do debate e contato com outros pesquisadores, quanto com a divulgação de seus trabalhos junto aos públicos acadêmico e não acadêmico.

ISBN - 978-85-7822-205-5

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos (DHI/UFS)

Everton dos Santos (PET/FNDE/MEC)

Felipe da Silva Rodrigues (PET/FNDE/MEC)

Jéssica Feitosa dos Santos (PET/FNDE/MEC)

Kennedy Santos Bezerra (PET/FNDE/MEC)

Liliane Costa Andrade (PET/FNDE/MEC)

Ludmila Guerra da Silva (PET/FNDE/MEC)

Marcelo Moreira Araujo (PET/FNDE/MEC)

Maria Vitória Santos Fontes (PET/FNDE/MEC)

Matheus Santos Garcia de Carvalho (PET/FNDE/MEC)

Mirela Souza Silva (PET/FNDE/MEC)

Vívian Santos Vitório (PET/FNDE/MEC)

Willames de Santana Santos (PET/FNDE/MEC)

ISBN - 978-85-7822-205-5

RELAÇÃO DE TRABALHOS

GT 1

Coordenadores:

Marcelo Moreira Araujo
Marcos Deyvinson Ferreira Damacena

ENTRE SERGIPE E BAHIA: AS MANIFESTAÇOES NOS JORNAIS ARACAJUANOS (1942-1945)
Ana Carla Cunha da Silva

A CONSTRUÇÃO DO SUICÍDIO NA SÉRIE 13 REASONS WHY
Ana Carolina Souza de Oliveira

O ATAVISMO EM CESARE LOMBROSO E EM NINA RODRIGUES: UMA QUESTÃO SOCIAL OU SOMENTE DE SAÚDE MENTAL?
Luciana Muniz Prado de Almeida

AS LUTAS COTIDIANAS: OSCILAÇÕES NOS PREÇOS DOS ALIMENTOS EM ARACAJU DURANTE A II GUERRA
Marcelo Moreira Araujo

LEIBNIZ E A LÓGICA: ESBOÇO DE UM PROJETO DE PESQUISA
Marcos Deyvinson Ferreira Damacena

HERÓI PARANOICO: UMA ANÁLISE PSICOLÓGICA DO PERSONAGEM TRAVIS NO FILME TAXI DRIVER
Romério Novais de Jesus e Débora Wagner Pinto

O CONCEITO DE TRANSFIGURAÇÃO: UMA ANÁLISE DO LIVRO TRANSFIGURAÇÃO DA ROMÊNIA, DE EMIL CIORAN
Rui Benevides Prates

“UM QUÊ DE NEGRITUDE”: 10 ANOS DE TEATRO NEGRO AFRO-RELIGIOSO EM SERGIPE.
Thamyres Suélen Sobral Lopes e Marcos Vinícius Santos do Nascimento

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O QUE OS DADOS REVELAM SOBRE A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UFS
Wedson Oliveira de Santana

ISBN - 978-85-7822-205-5

GT 2

Coordenadores:
Keline Pereira Freire
Paula Raianny Santos Cardoso

REPERTÓRIOS DE AÇÃO E AS LUTAS DAS MULHERES NA SEGURANÇA PÚBLICA SERGIPANA
Carlos Eduardo Bezerra

ANTONINA GOMES: TRAJETÓRIA DE UMA MULHER NEGRA NO SÉCULO XX
José Edwyn Silva Gomes

DA DITADURA MILITAR À ABERTURA POLÍTICA: UM DISCURSO MAIS CRÍTICO SOBRE O NORDESTE
Keline Pereira Freire

CRIMES DE DEFLORAMENTO NA CIDADE DE ARACAJU (1880-1888)
Maria Magna Correia Menezes Nogueira

A MASCULINIDADE COMO ELEMENTO CARACTERÍSTICO DO CINEMA CONTEMPORÂNEO PRODUZIDO NO NORDESTE
Maysa Santos da Silva

TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES: CONCEITOS, BASES HISTÓRICAS E OLHARES A PARTIR DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA
Nicoly Aliete Pereira Santos

A EXTERIORIZAÇÃO NARRATIVA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
Paula Raianny Santos Cardoso

ISBN - 978-85-7822-205-5

GT 3

Coordenadores:
Caroline de Alencar Barbosa
Liliane Costa Andrade

“INFINITA RAILWAY”: OS PROJETOS FERROVIÁRIOS IMPERIAIS EM SERGIPE
Bruno de Abreu Oliveira

MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS NA CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY: UM ESTUDO DAS REVOLTAS POPULARES E ADMINISTRATIVAS
Carla Paiva Pereira e Edilaine Oliveira Santos

A TERCEIRA ONDA NA CUBBERLEY SENIOR HIGH SCHOOL, CALIFÓRNIA, (1967)
Caroline de Alencar Barbosa

A INCLUSÃO SOCIAL E FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS NO BRASIL
Davi Augusto Soares e Tayanne de Araujo Lobão

O NARCOTRÁFICO E SEUS ATORES INTERNACIONAIS ENTRE A AMÉRICA LATINA E OS PRINCIPAIS MERCADOS GLOBAIS DE CONSUMO
Galileu Arthur Bispo Santana

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO PROCESSAMENTO EM LEITURA DE ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
José Júnior de Santana Sá e Suly Brota

SERGIPE NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: UMA ANÁLISE DOS ATAQUES DO SUBMARINO U-507
Laís Alves da Silva Cruz

O CINEMA NORTE-AMERICANO NOS JORNAIS DE SERGIPE: UMA ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO DOS FILMES ANTINAZISTAS (1942-1945)
Liliane Costa Andrade

ENTRE DEMONSTRAÇÃO E ARBITRARIEDADE: A CONTRIBUIÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO PARA A TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO
Ygor Santos de Santana

ISBN - 978-85-7822-205-5

GT 4

Coordenadores:
Daniel Soares Silveira
Fernanda Carolina Pereira dos Santos

INSOCIÁVEL SOCIABILIDADE NA "IDEIA DE UMA HISTÓRIA UNIVERSAL SOBRE UM PONTO DE VISTA COSMOPOLITA" DE KANT
Daniel Soares Silveira

DE CANUDOS AO CANGAÇO (1893 – 1940): AS REVOLTAS POPULARES DA PRIMEIRA REPÚBLICA CANTADAS EM VERSO E PROSA
Everton dos Santos

ECONOMIA OITOCENTISTA, CRÉDITO E RELAÇÕES SOCIAIS NA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ- MG (1830-1845)
Fernanda Carolina Pereira dos Santos e Isabela Leite Santos

A DIFERENÇA EM MAQUIAVEL ENTRE CONQUISTAR O PODER E CONQUISTAR GLÓRIA
Igor Ferreira Fontes

SENTIR-SE MAL COM O SACRAMENTO? – A PERCEPÇÃO INQUISITORIAL SOBRE A BIGAMIA (SÉCULO XVI)
Johnatas dos Santos Costa

PROPOSTA DE EDIÇÃO FILOLÓGICA E DESCRIÇÃO PALEOGRÁFICA DE UMA CARTA DO POETA HERMES FONTES
José Douglas Felix de Sá

ESTUDO PALEOGRÁFICO DE UM TESTAMENTO OITOCENTISTA
Juliane Tenório

A ESTÉTICA VOLTAIRIANA: GOSTO E CIVILIZAÇÃO
Laís Kalena Salles Aragão

EDUCAÇÃO ESTÉTICA EM YVES-MARIE ANDRÉ
Lucas Américo Andrade Santos

A IMPRENSA SERGIPANA NOS OITOCENTOS: UM PANORAMA DA HISTORIOGRAFIA
Matheus Santos Garcia de Carvalho

ISBN - 978-85-7822-205-5

GT 5

Coordenadores:
Raphael Vladmir Costa Reis
Vívian Santos Vitório

PALATALIZAÇÃO DO /S/ EM CODA: PERCEPÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DE UNIVERSITÁRIOS
Cósmia Karine Vieira Borges

ESTUDO DAS AÇÕES CULTURAIS E EDUCATIVAS DOS MUSEUS DE LARANJEIRAS: ALGUMAS REFLEXÕES
Edilene Rodrigues Guimarães e Erica Cristina Pereira de Souza

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS INVESTIMENTOS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NA BR-101 EM SERGIPE
Fabiana dos Santos Pinheiro e Ronald dos Santos Pereira

PATOLOGIZAÇÃO, PSICANÁLISES, GÊNEROS E HOMOSSEXUALIDADES
Kauê Lucas Nunes Santana

A FÚRIA DOS TITÃS: SONS E IDEAIS DO BRASIL REPUBLICANO (1986-2018).
Kennedy Santos Bezerra

A OMISSÃO POLICIAL EM "O CORPO" DE CLARICE LISPECTOR: UMA ANÁLISE LITERÁRIA, SOCIAL E JURÍDICA
Lucas Coelho Duarte e Raquel Santana Andrade Santos

SOB O SIGNO DO ANTICOMUNISMO CATÓLICO: AS MARCHAS COM DEUS PELA LIBERDADE EM SERGIPE E A CONDESCENDÊNCIA DA IGREJA COM O REGIME AUTORITÁRIO (1964).
Raphael Vladmir Costa Reis

A AMBIGUIDADE NO GÊNERO PIADA E A CONSTRUÇÃO DO ESTEREÓTIPO CAIPIRA
Rayane Araújo Gonçalves

A GÊNESE DO FEMINISMO RADICAL: AGENTES QUE IMPULSIONARAM E ORIGINARAM O MOVIMENTO
Vívian Santos Vitório

ISBN - 978-85-7822-205-5

GT 6

Coordenadores:
Daiane Silva Santos
Lindiney Reis Viana

DA NOMENCLATURA AO USO: ROMPENDO TRADIÇÕES DE ENSINO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA
Adriana Alves de Santana Santos

CURSO DE ORATÓRIA, COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO PARA A COMUNIDADE NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE – RELATO DE EXPERIÊNCIA
Daiane Silva Santos e Amanda de Oliveira Santana

AVALIAÇÃO SOCIAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS QUANTO AO FENÔMENO DA MONOTONGAÇÃO
Damiana Karina Vieira Borges

DE QUE MODO MINHAS PRÁTICAS IMPACTAM NA ESCOLA? DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA NO PROFLETRAS
Jilcicleide Augusta Paes

COLABORAÇÃO EM DISCIPLINA NA PÓS-GRADUAÇÃO UTILIZANDO AS TDIC
Lindiney Reis Viana

AVALIAÇÃO, ESTÍMULOS E COMPREENSÃO LEITORA NA ALFABETIZAÇÃO
Lucelita Ferreira Lima

HISTÓRIA DA MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA DO ESTADO DE SERGIPE (1988 – 2014)
Malu Gomes de Almeida Barretto

A CRENÇA ABSOLUTA NA VERACIDADE DOS DISCURSOS E DO LIVRO DIDÁTICO EM DISSONÂNCIA COM A TEORIA DO LETRAMENTO: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA NO PIBID/INGLÊS
Nayara Stefanie Mandarino Silva

PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NO SEGUNDO CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Tânia Maria Soares

RESUMOS

ISBN - 978-85-7822-205-5

GT 1:

ENTRE SERGIPE E BAHIA: AS MANIFESTAÇOES NOS JORNAIS ARACAJUANOS (1942-1945)

Autora: Ana Carla Cunha da Silva.
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe.
Estagiária do Arquivo e Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.
anacarla.aju@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/UFS)

RESUMO:

O plano de trabalho "Memórias de Aracaju na Segunda Guerra" dedicou-se a estudar aspectos do cotidiano da cidade de Aracaju no período da Segunda Guerra Mundial, com particular atenção ao período dos torpedeamentos no litoral entre Sergipe e Bahia. Para tanto, o bolsista procurou empreender pesquisas em arquivos e bibliotecas, levantando registros sobre o período do conflito. No processo de pesquisa foram realizados procedimentos de identificação, a classificação temática e a interpretação das fontes. A bolsista produziu sínteses históricas a partir da documentação analisada, procurando observar a percepção que os registros jornalísticos construíram dos locais que estudados, mas também atentando para as interpretações sobre a conjuntura internacional oferecidos aos citadinos a partir dos periódicos locais. As fontes utilizadas foram os periódicos: Sergipe Jornal e Correio de Aracaju. Com o olhar voltado para esses periódicos procuramos compreender como a população aracajuana recebeu as notícias sobre os torpedeamentos, bem como esse acontecimento interferiu e modificou o cotidiano da população aracajuana. Percebemos algumas mudanças no cotidiano dos citadinos, dentre elas, podemos destacar: o temor por parte da população com a possibilidade de um novo ataque, desta vez aéreo. E a redução da circulação de navios na nossa costa.

Palavras chaves: Segunda Guerra; Aracaju; Cotidiano.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A CONSTRUÇÃO DO SUICÍDIO NA SÉRIE *13 REASONS WHY*

Autora: Ana Carolina Souza de Oliveira
Mestranda em Cinema pela Universidade Federal de Sergipe.
anacarolina.sdo@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Renato Izidoro da Silva (PPGCINE/UFS)

RESUMO:

A presente pesquisa propõe compreender a construção narrativa do suicídio na ficção seriada norte-americana "*13 Reasons Why*" (2017), produção original Netflix. Em nosso recorte, focaremos no desenvolvimento da protagonista suicida, Hannah Baker, durante os 13 episódios da primeira temporada da série. Referente ao processo de análise do objeto empírico, nossa meta é identificar os elementos narrativos que, logicamente dispostos, implicam fatores causais para uma hipótese do suicídio segundo a série. Para o alcance desses elementos, nosso referencial teórico-conceitual tem como fundamento o estudo sociológico de Émile Durkheim (1897) acerca do suicídio. A natureza da pesquisa é qualitativa e o procedimento metodológico adotado é a Análise Fílmica desenvolvida por Manuela Penafria, que possibilita a decomposição e compreensão do objeto empírico. Esperamos com esta pesquisa contribuir com o campo dos estudos sociológicos da temática do suicídio mediante os diálogos interdisciplinares em Cinema e suas narrativas contemporâneas.

Palavras-chave: Suicídio; Cinema; Ficção Seriada.

ISBN - 978-85-7822-205-5

O ATAVISMO EM CESARE LOMBROSO E EM NINA RODRIGUES: UMA QUESTÃO SOCIAL OU SOMENTE DE SAÚDE MENTAL?

Autora: Luciana Muniz Prado de Almeida
Graduada em Direito pela UNIT – SE
lucianamuniz_3004@hotmail.com

Orientadora: Profa. Msc. Ranielle de Menezes Figueiredo (DMS/UFS)

RESUMO:

Há algum tempo vêm sendo estudadas teorias para se entender o porquê o crime acontece, se é uma questão social, moral ou somente mental. Teóricos surgem ao longo das décadas tentando explicar esses conceitos e como eles surgem. Um deles é Cesare Lombroso, italiano, que determina que as características físicas são os pontos de referência para que um indivíduo venha ou não a cometer um delito. No mesmo pensamento segue Nina Rodrigues, médico baiano. Ao longo do trabalho, podemos demonstrar os pontos a que se referem os autores e como essa teoria influencia até os dias atuais nas políticas criminais e na criação das leis no Brasil. Enquanto ambos autores tentam demonstrar, com seus estudos, um tanto atrasados, que o cidadão comete crime por ele ter nascido com características que o levam a agir de determinada forma, a maioria dos autores da psicologia e de estudos criminológicos, já entendem que o indivíduo age de tal maneira, cometendo delitos, não só por características físicas – as quais não definem muita coisa sobre como a pessoa será -, mas o ambiente e a sociedade em que ele está inserido define muito mais como ele reagirá e como isso determinará na sua construção como ser na comunidade em que vive.

Palavras – chave: Atavismo; Lombroso; Nina Rodrigues; Criminologia; Psicologia.

ISBN - 978-85-7822-205-5

AS LUTAS COTIDIANAS: OSCILAÇÕES NOS PREÇOS DOS ALIMENTOS EM ARACAJU DURANTE A II GUERRA

Autor: Marcelo Moreira Araujo
Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PET (MEC/FNDE).
marcola_rock@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/UFS)

RESUMO:

A presente pesquisa propõe realizar uma análise do contexto socioeconômico da cidade de Aracaju durante a Segunda Guerra Mundial. A pesquisa tomará como matéria-prima de investigação jornais locais publicados entre 1939 e 1945. Analisaremos o impacto da variação dos preços dos alimentos (sobretudo aqueles considerados de primeira necessidade) na capital sergipana, observando de que maneira a alternância nos valores dos alimentos interferiu no cotidiano da cidade. A metodologia do projeto prevê: visitas a Arquivos Públicos e bibliotecas de Aracaju para o levantamento de fontes; classificação temática dos jornais; elaboração de textos a partir das informações coletadas nos periódicos. O exame parcial efetuado mostrou que comerciantes locais utilizavam a guerra como desculpa para o aumento dos preços, mesmo com a produção do setor agrário sergipano estando em alta; o governo municipal tentou controlar os preços por meio de uma comissão de tabelamento; ocorreu a falta de gêneros indispensáveis para o cotidiano sergipano, como por exemplo o papel.

Palavras-chave: Aracaju; Segunda Guerra; Economia;

ISBN - 978-85-7822-205-5

LEIBNIZ E A LÓGICA: ESBOÇO DE UM PROJETO DE PESQUISA

Autor: Marcos Deyvinson Ferreira Damacena
Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe
marcos.deyvinson@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. William de Siqueira Piauí (DFL/UFS)

RESUMO:

Esta comunicação pretende apresentar o primeiro esboço de um projeto de pesquisa pensado para o nível de Mestre da pós-graduação em Filosofia na Universidade Federal de Sergipe. Trata-se de uma pesquisa na História da Lógica, mais precisamente a Lógica de Leibniz – pensador germânico do século XVII. Exporei, nesta comunicação os objetivos, gerais e específicos, que podem ser resumidos em: realizar a primeira tradução para o Português e comentário do texto *De Arte Combinatoria*, e a defesa da tese de que várias noções importantes para o projeto lógico do autor já estão presentes desde seu primeiro trabalho na área. Tal trabalho é de interesse da comunidade filosófica por conta de se tratar da primeira tradução da obra para o Português, originalmente escrita em Latim. Além da importância da tradução, não há comentários aprofundados em nossa língua sobre os trabalhos lógicos de Leibniz, apesar da sua importância história – que pode ser evidenciada pelo uso que lógicos contemporâneos como Frege, Russell e Hilbert, fazem da obra dele. Por fim, é necessário explicitar que este esboço está sujeito às mais diversas alterações até a sua realização.

Palavras-chave: Leibniz; Lógica; De Arte Combinatoria; Tradução e Crítica.

ISBN - 978-85-7822-205-5

HERÓI PARANOICO: UMA ANÁLISE PSICOLÓGICA DO PERSONAGEM TRAVIS NO FILME *TAXI DRIVER*

Autor: Romério Novais de Jesus
Mestrando do Curso Interdisciplinar em Cinema da Universidade Federal de Sergipe
romerionovais@gmail.com

Coautora: Débora Wagner Pinto
Mestranda do Curso Interdisciplinar em Cinema da Universidade Federal de Sergipe
debora.psycho@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia (DCS/UFS)

RESUMO:

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a paranoia no filme *Taxi Driver* (1976), de Martin Scorsese. *Taxi Driver* narra o Dr.ªma de Travis, um veterano da Guerra do Vietnã, que trabalha como taxista em Nova Iorque, e que vive em busca de algo que dê sentido a sua vida. Este trabalho pretende investigar como os elementos fílmicos evidenciam os processos mentais da paranoia em torno do personagem Travis. Os procedimentos metodológicos adotados são a pesquisa bibliográfica e a análise fílmica. A fundamentação teórica tem como base as reflexões sobre paranoia e personagem cinematográfica. Considera-se a paranoia como um processo mental descrito por ansiedade e medos excessivos, chegando à irracionalidade; e que está atrelada a uma fixação na fase narcísica, nos investimentos libidinais do eu, alimentadas pelo seu próprio ego. Com esta pesquisa, espera-se contribuir com o campo dos estudos entre Cinema e Psicologia, lançando sementes para novas leituras dos traços psicológicos do personagem no cinema.

Palavras-chave: Paranoia; Personagem; Cinema; Psicologia; *Taxi Driver*.

ISBN - 978-85-7822-205-5

O CONCEITO DE TRANSFIGURAÇÃO: UMA ANÁLISE DO LIVRO *TRANSFIGURAÇÃO DA ROMÊNIA*, DE EMIL CIORAN

Autor: Rui Benevides Prates
Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe.
ruibprates@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Bruno Martins Machado (DPS/UFS)

RESUMO:

Em continuidade aos estudos originados durante a graduação, o presente escrito tem como objetivo definir e analisar a ideia de transfiguração feita por Emil Cioran em seu *Transfiguração da Romênia* (1936). A hipótese é que, partindo da ordem geral da transfiguração como uma noção estética, deduzem-se como consequências necessárias os argumentos cioranianos acerca da política e da história. As pesquisas, até agora, tangenciam a correlação de ambos aspectos, priorizando ora a exploração estética, ora a dimensão histórico-política do problema - inquirições motivadas, principalmente, pela curiosidade em encontrar possíveis influências ultranacionalistas sobre o jovem Cioran do período entreguerras. Para a realização da exploração, optou-se por executar uma leitura hermenêutica com base, sobretudo, na obra *Transfiguração da Romênia*, tendo como referências auxiliares seus dois livros anteriores: *Nos cumes do desespero* (1934) e *O livro das ilusões* (1936). Nesta comunicação, pretende-se definir e dimensionar a ideia de transfiguração no trabalho cioraniano em questão, além de exprimir o projeto político e a análise histórica do filósofo. Acredita-se que assim seja possível colaborar com um empreendimento significativo no conjunto de estudos sobre o autor.

Palavras-chave: transfiguração; pessimismo; política; história; estética.

ISBN - 978-85-7822-205-5

"UM QUÊ DE NEGRITUDE": 10 ANOS DE TEATRO NEGRO AFRO-RELIGIOSO EM SERGIPE

Autora: Thamyres Suélen Sobral Lopes
Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe
thamyressobral96@gmail.com

Coautor: Marcos Vinícius Santos do Nascimento
Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe
95marcosnascimento@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Petrônio José Domingues (DHI/UFS)

RESUMO:

A pesquisa tem como base a união de entrevistas e histórico de um grupo em especial do teatro negro sergipano, que iniciou seu trabalho em 2006, o grupo "Um Quê de Negritude", também conhecido como UQN. Será traçada a trajetória dos espetáculos, dos enredos do grupo, da linguagem Dr.ªmatúrgica e da temática afro-religiosa tratada em suas peças. Esse estudo mostra uma temática quase ausente dos cânones oficiais da história artística e cultural do Estado. Mesmo existindo uma grande experiência no teatro negro do século XX, pelo Teatro Experimental Negro- TEN (presente na década de 1940 e 1950) de plano nacional, observamos o esquecimento dessa obra que enfocou a trajetória do teatro negro brasileiro. Há algumas exceções, mas nada que seja tão animador, pois mesmo os autores, Miriam Garcia Mendes, Abdias Nascimento, dentre outros, abordando sobre essa temática, ainda não seriam suficientes para esclarecer a história do teatro negro. É importante refletirmos sobre como foi construída essa cultura afro-brasileira em nosso Estado, para que possamos conhecer um pouco mais sobre a identidade cultural pela visão artística do negro.

Palavras-chave: UQN; Teatro Negro; Cultura Afro-brasileira; Sergipe.

ISBN - 978-85-7822-205-5

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O QUE OS DADOS REVELAM SOBRE A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UFS

Autor: Wedson Oliveira de Santana
Graduando – Letras Português - PICBOL/UFS
Wedson8888gf@gmail.com

Orientadora: Sammela Rejane de Jesus Andrade (PPGL/UFS)

RESUMO:

Ultimamente, notamos um grande aumento no acesso às vagas nas universidades públicas, no entanto, o mesmo não ocorre com o número de estudantes que concluem seus respectivos cursos. A permanência nas universidades se tornou um grande desafio, dentre vários fatores, devido ao baixo desempenho em leitura e escrita. Diante dessa realidade, o objetivo do trabalho aqui proposto é discutir como a falta do domínio em leitura e em escrita pode culminar na não conclusão dos cursos de graduação, principalmente no que tange a escassez de políticas públicas de permanência estudantil voltadas para o acompanhamento pedagógico. Como suporte bibliográfico, adotamos documentos balizadores do Enem e Enade, por se tratarem de avaliações voltadas para àqueles que ingressam e que estão concluindo os cursos de graduação; do Sisu, por se tratar do sistema de seleção dos candidatos às vagas da educação superior; além da LDB e dos PCN. Como procedimentos metodológicos, nos valemos da análise documental e dos dados das últimas edições do Enem e Enade, e da UFS, estes presentes no Relatório Radar. Os resultados preliminares da pesquisa apontam para a ampliação das vagas e, respectivamente, do ingresso de um maior número de estudantes na universidade, todavia, as porcentagens de conclusão dos cursos continuam praticamente estagnadas, tendência recorrente no cenário nacional da educação superior. Para além disso, também se evidenciou o baixo desempenho em leitura e escrita, a partir das notas obtidas pelos estudantes nas avaliações objeto do estudo.

Palavras-chave: Acesso; Permanência estudantil; Leitura; Escrita. Avaliação.

ISBN - 978-85-7822-205-5

GT 2:

REPERTÓRIOS DE AÇÃO E AS LUTAS DAS MULHERES NA SEGURANÇA PÚBLICA SERGIPANA

Autor: Carlos Eduardo Bezerra
Mestrando em Antropologia pelo PPGA/UFS
carloseb68@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Marcos Santana de Souza

RESUMO:

Nos últimos anos, um dos temas mais recorrentes nas pesquisas em ciências sociais, no Brasil, está relacionado com o papel da mulher dentro das instituições de segurança pública. São inúmeros trabalhos que buscam investigar, questionar, esclarecer e apontar o itinerário da mulher dentro da segurança pública. Esta pesquisa possui o objetivo de analisar o repertório de ação de uma Associação de mulheres da segurança pública em Sergipe na reivindicação pela implementação de pautas para o exercício profissional dessas mulheres nas diversas instituições das quais elas são oriundas. A Associação Integrada de Mulheres da Segurança Pública de Sergipe (**ASIMUSEP)**, por meio de seminários, encontros entre suas associadas e além das demandas que chegam até sua diretoria tem como finalidade defender e representar as suas associadas frente às suas instituições. Neste sentido, discorreremos nesse trabalho como ocorrem as ações da ASIMUSEP no cenário da Segurança Pública em Sergipe para a efetivação dos direitos das diversas profissionais que formam a Segurança Pública em Sergipe se insere numa perspectiva de um fazer político de um determinado período histórico que pode ser aferido através do repertório de ação dos indivíduos frente ao Estado e/ou a determinadas instituições.

Palavras-chave: : ASIMUSEP; Segurança Pública; Teia de significado.

ISBN - 978-85-7822-205-5

ANTONINA GOMES: TRAJETÓRIA DE UMA MULHER NEGRA NO SÉCULO XX

Autor: José Edwyn Silva Gomes
Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe
du_du97@hotmail.com

Orientador: Prof. Msc. Carlos Franco Liberato (DHI/UFS)

RESUMO:

A migração de populações, em especial de famílias descendentes de povos escravizados da região da Cotinguiba durante o pós-abolição é tema desse estudo, bem como as suas práticas sociais, religiosas e festivas na periferia de Aracaju do século XX. O objetivo é evidenciar as práticas e o local onde Antonina Gomes estabeleceu seus laços comunitários e encontros festivos, além de manter viva uma memória de uma mulher negra que teve participação, mesmo que pequena, na formação de Aracaju, tendo hoje seu nome na travessa em que morou, fato incomum se comparado aos nomes de travessas e ruas de Aracaju que carregam predominantemente nomes de homens brancos descendentes da aristocracia sergipana. A partir disso, pretende-se identificar seu modo de vida, seus costumes e sua herança cultural trazida de sua cidade natal. Descrever o local e esquematizar o contexto foram passos importantes e essenciais para esse estudo que trata do modo de viver e se divertir de determinadas pessoas de uma camada popular da sociedade aracajuana. Para isso serão utilizados como procedimentos metodológicos a análise de fontes documentais, as fontes orais coletadas a partir de entrevistas com familiares e a pesquisa bibliográfica. O período escolhido compreende a metade da década de 1920 e a década de 1970.

Palavras-chave: Pós-abolição; Migrações Negras; Família; Sociabilidades.

ISBN - 978-85-7822-205-5

DA DITADURA MILITAR À ABERTURA POLÍTICA: UM DISCURSO MAIS CRÍTICO SOBRE O NORDESTE

Autora: Keline Pereira Freire
Mestranda pelo Mestrado Interdisciplinar em Cinema e Narrativas Sociais (PPGCINE/UFS)
Bolsista CAPES/FAPITEC
kelinepereira1@gmail.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Ana Ângela Farias Gomes (DCOS/PPGCINE/UFS)

RESUMO:

O presente trabalho se propõe a analisar a produção cinematográfica sobre o Nordeste do Brasil durante os anos da Ditadura Civil Militar no país (1964-1985), buscando identificar como essa produção, apesar de presente em um momento de intensa repressão social e cultural, apresenta um discurso mais crítico em relação à região. O Nordeste foi destaque durante toda a história do cinema nacional a partir de elementos como a seca, o cangaço e a violência, representações que quase sempre esvaziaram o contexto histórico de exploração da região (SCHVARZMAN, 2010). Nas duas décadas da ditadura, embora estejamos falando de um momento amplamente conturbado para se assumir publicamente posturas que contrariassem as noções de sociedade e moral do governo militar, a maior parte dos filmes que tiveram como tema o Nordeste brasileiro carregaram em suas narrativas discursos políticos sobre a região, contextualizada dentro dos problemas sociais e culturais do país e não mais isolada no espaço do sertão. Os filmes serão analisados a partir de suas temáticas, sendo elas: 1. a migração nordestina; 2. a Bahia, a partir das obras de Jorge Amado; 3. o cangaço e o sertão, sendo dado um destaque para o documentário *Cabra marcado para morrer*, (1984) de Eduardo Coutinho. Além dos filmes e da bibliografia base (SCHVARZMAN, 2010 e ALBUQUERQUE 1999), o trabalho estará apoiado nos dados do Centro de Estudos Migratórios de 1988 e nos estudos de FURTADO, 2009.

Palavras-chave: Cinema Brasileiro; Nordeste; Ditadura Militar; Representações.

ISBN - 978-85-7822-205-5

CRIMES DE DEFLORAMENTO NA CIDADE DE ARACAJU (1880-1888)

Autora: Maria Magna Correia Menezes Nogueira
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe
marih.menezes@live.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Edna Maria Matos Antônio (DHI/UFS)

RESUMO:

O presente resumo é fruto de uma pesquisa que se encontra em fase inicial, mas que já é possível ter uma noção do modo pelo qual o crime de defloramento era compreendido nos oitocentos, como era feita a aplicabilidade das penas e como transcorria o trâmite judicial. Essa pesquisa possibilitará a compreensão mais detalhada desse tipo de crime, que faz parte do conjunto de crimes que atentavam contra a honra da mulher e da sociedade. O caminho metodológico escolhido para esta pesquisa está sendo a pesquisa bibliográfica, onde pouca coisa foi encontrada e a análise documental a partir das fontes, a saber Código Criminal do Império de 1830 e os processos crimes de defloramento do Arquivo do Judiciário de Sergipe, afim de colher os dados que servirão para as futuras análises e reflexões. Com essa comunicação pretende-se evidenciar os fundamentos teóricos da História Social e seus conceitos, uma vez que esse tema possui questões ainda tão atuais como os casos de crimes sexuais contra a mulher. Ao longo desta pesquisa é esperado que a mesma possa colaborar com o campo dos estudos sobre a justiça e sua relação com os grupos socais no Império brasileiro e, mais especificamente, como podiam ser usados a favor das "ofendidas", caso ocorrido na Capital da Província de Sergipe Del Rei.

Palavras-chave: Crime, Defloramento, Código criminal, Aracaju.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A MASCULINIDADE COMO ELEMENTO CARACTERÍSTICO DO CINEMA CONTEMPORÂNEO PRODUZIDO NO NORDESTE

Autora: Maysa Santos da Silva
Discente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema
santoss.maysa@gmail.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Beatriz Colucci (DCOS/PPGCine/UFS)

RESUMO:

Este artigo pretende estudar de que forma o conceito da masculinidade do nordestino é retratado na produção da cinematografia desta região. Entendendo a produção contemporânea como o universo de análise, o filme que será utilizado como objeto de estudo é "Febre do Rato" (2012), do diretor pernambucano Cláudio Assis. Neste sentido, o conceito de masculinidade que devemos discutir é o de Durval Muniz de Albuquerque Junior, que traz uma investigação sobre a constituição do falo nordestino masculino. Para tanto será adotada a metodologia de análise fílmica utilizando a linguagem cinematográfica como viés de observação. Espera-se verificar até que ponto as referências construídas em torno do masculino no Nordeste se fundamentam em estereótipos de um outro momento histórico, de heranças culturais e até mesmo religiosas. Como também entender a importância disto para as narrativas do contemporâneo que envolvem a produção cinematográfica e o registro histórico da identidade do nordestino no cinema nacional.

Palavras-chave: Masculinidade; Cinema Nordestino; História.

ISBN - 978-85-7822-205-5

TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES: CONCEITOS, BASES HISTÓRICAS E OLHARES A PARTIR DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA

Autora: Nicoly Aliete Pereira Santos
Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe
nicolyaliete@icloud.com

Orientador: Profº. Drº. Lucas Miranda Pinheiro (DRI/UFS)

RESUMO:

A pesquisa aqui apresentada abordará a questão do tráfico internacional de mulheres em países da América Latina, colocando em pauta primeiramente suas raízes históricas e os principais conceitos dentro deste contexto. Deste modo, a análise será feita a partir da conceituação da prática de mercadejar seres humanos, desde onde isso começou a se efetivar como um costume em sociedades presentes no âmbito histórico à atualidade, configurando o tráfico de pessoas um crime internacional combatido e com grande ênfase em debates sobre direitos humanos. Ademais, após o feito desde balanço abrangente sobre o crime, será especificado para que ocorre o tráfico de mulheres nos países latino-americanos, sendo feito assim um pequeno mapeamento acerca dos locais que mais acontecem, as situações de vulnerabilidade que a população feminina possui para serem coagidas por indivíduos que contribuem para a continuidade da comercialização, e a apresentação de alguns casos famosos. Assim, apesar de existirem muitos casos ainda não documentados, nos dias atuais as investigações são mais efetivas. Logo, esta pesquisa tem como finalidade não somente mostrar os fatos, mas também alertar sobre o perigo que ainda é ser mulher em âmbito mundial, e principalmente, ser de uma nacionalidade considerada de "terceiro mundo", além da desigualdade referente ao gênero ainda existente.

Palavras-chave: Tráfico, Mulheres, América-latina, Humanos, Conceitos**.**

ISBN - 978-85-7822-205-5

A EXTERIORIZAÇÃO NARRATIVA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.

Autora: Paula Raianny Santos Cardoso
Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe
paulacardosopsi@hotmail.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Raquel Meister Ko Freitag (DLEV/UFS)

RESUMO:

A pesquisa se propõe a identificar e analisar as representações sociais da violência contra a mulher que se apresentam nas narrativas produzidas durante as audiências de conciliação realizadas na Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis do município de Aracaju, Sergipe. A sua execução possibilitará a compreensão da interferência das representações sociais da violência de gênero nos atendimentos prestados às vítimas, bem como a ampliação do debate acerca do modo como a rede de enfrentamento à violência contra a mulher tem atuado. Os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa serão a gravação e transcrição de narrativas, cuja análise deverá ser desempenhada sob à luz da metodologia de análise da conversação. Durante a comunicação, as informações apresentadas se referirão à historiografia e fundamentos teóricos do objeto estudado, visto que a pesquisa está em andamento, ainda em sua fase inicial. Com o fim da pesquisa, espera-se que as informações obtidas contribuam para o campo dos estudos de teoria das representações sociais associados à sociolinguística e para a ampliação dos debates sobre a violência de gênero.

Palavras-chave: Representações sociais; Violência de gênero; Narrativa.

ISBN - 978-85-7822-205-5

GT 3:

"INFINITA RAILWAY": OS PROJETOS FERROVIÁRIOS IMPERIAIS EM SERGIPE

Autor: Bruno de Abreu Oliveira
Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe
brunoabreuufs@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos (DHI/UFS)

RESUMO:

A proposta desse trabalho é dissertar sobre os projetos ferroviários para o Estado de Sergipe durante o regime Imperial na segunda metade do século XIX, considerando as motivações políticas e econômicas que levaram as discussões sobre a necessidade de uma malha ferroviária nesse Estado. Essa pesquisa objetiva abarcar, com mais ênfase, os conflitos de interesses que emergiram a partir da possível construção das malhas ferroviárias, assim como conhecer os motivos que deflagraram no insucesso das companhias de estradas de ferro em Sergipe. Serão utilizadas Mensagens dos Presidentes de Província como principais fontes oficiais e jornais de época como fontes não oficiais, além de mapas do traçado das ferrovias. Para isso, será adotada a metodologia de leitura, interpretação e análise documental como principal diretriz desse trabalho. Este, é fruto de uma pesquisa, para um trabalho de conclusão de curso, que vem sendo realizada com o intuito de cooperar para os estudos das ferrovias em Sergipe e contribuir para a história política e econômica do Estado.

Palavras-chaves: Ferrovia; Sergipe; Política; Economia.

ISBN - 978-85-7822-205-5

MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS NA CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY: UM ESTUDO DAS REVOLTAS POPULARES E ADMINISTRATIVAS

Autora: Carla Paiva Pereira
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica -PIBIC
carlinha097@gmail.com

Coautora: Edilaine Oliveira Santos
Graduanda em História em Universidade Federal de Sergipe
Aluna do Programa de Iniciação Científica Voluntária -PICVOL
edilainesantos200@hotmail.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Edna Maria Matos Antônio (DHI/UFS)

RESUMO:

O presente trabalho pretende apresentar aspectos do desenvolvimento do projeto intitulado "Humildes vassalos" de uma "capitania ingovernável": estudo das rebeliões em Sergipe Colonial (documentação e pesquisa)", que objetiva discutir, catalogar e analisar documentos referentes as manifestações políticas e sociais na Capitania de Sergipe del Rey, entre os séculos XVII e XIX. Inicialmente, foi utilizado uma bibliografia relacionada a temática, na qual foi possível compreender o objeto pesquisado na historiografia. Tal entendimento se deu por meio de debates, realizados por intermédio da orientadora Edna Maria Matos Antônio juntamente com os demais orientandos da pesquisa. Após o estudo das fontes secundárias, no caso textos que contextualizam a assunto estudado, foram examinadas as fontes primárias, na qual se encontram digitalizadas no banco de dados do "Projeto Resgate Barão do Rio Branco". Por meio dessa averiguação dos documentos, houve a seleção de fontes correspondentes à proposta do projeto, em sua maioria documentos que relatavam às autoridades metropolitanas os conflitos na capitania. É importante ser ressaltado que a pesquisa se encontra na reta final e desse modo as fontes escolhidas ainda estão sendo exploradas pelos orientandos, com a finalidade de se aprofundar em abordar uma manifestação de aspecto político específico. Portanto, na conclusão do trabalho deseja-se um maior entendimento a respeito das rebeliões coloniais ocorridas em Sergipe.

Palavras-chave: Rebeliões; Sergipe del Rey; Fontes.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A TERCEIRA ONDA NA CUBBERLEY SENIOR HIGH SCHOOL, CALIFÓRNIA, (1967)

Autora: Caroline de Alencar Barbosa
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFS)
Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS)
caroline@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/UFS)

RESUMO:

A presente pesquisa se propõe a estudar o caso da *The Third Wave* (traduzido como A Terceira Onda), que consistiu em um experimento de história aplicada pelo professor Ron Jones, de História do Mundo contemporâneo, com seus discentes da *Cubberley Senior High School*, na Califórnia, em 1967. Ao identificar elementos do fascismo, práticas de intolerância e violência no ambiente escolar o objetivo deste estudo é identificar, através das fontes, que consistem no periódico estudantil *The Catamount*, produzido no período pelos alunos da instituição, de que maneira a Onda interferiu no cotidiano escolar e na postura dos alunos envolvidos. Discutiremos essa adoção das ações de caráter fascista pelos alunos como possíveis resultados do contexto político e social e qual o papel do professor Jones dentro desta perspectiva. Concluímos que esta pesquisa possui importância no sentido de compreender como o experimento foi incorporado por essa juventude e quais os traços do fascismo que podemos identificar em suas ações.

Palavras-chave: Experimento; História; The Wave.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A INCLUSÃO SOCIAL E FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS NO BRASIL

Autor: Davi Augusto Soares
Graduando em Psicologia pela Universidade Tiradentes (SE)
daviaugusto_soares@hotmail.com

Coautora:Tayanne de Araujo Lobão
Graduanda em Psicologia pela Universidade Tiradentes (SE)
tayannearaujol@outlook.com

Orientadora: Prof.ª Larissa Moura (UNIT/SE)

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo promover um debate e/ou reflexão acerca da necessidade da inclusão familiar e social de crianças e adolescentes com doença crônica, tendo como foco principal as doenças crônicas não transmissíveis. Tal pesquisa é de cunho bibliográfico e como procedimento metodológico, precisou-se, primeiramente, estabelecer um método de pesquisa, com os seus respectivos desdobramentos (caracterização da própria pesquisa, constituição de cronograma básico, fichamento de artigos, etc.), como também, em seguida, realizar uma revisão bibliográfica em livros e artigos, que estão depositados nas plataformas SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia). Nessa perspectiva, este trabalho preocupa-se, portanto, em veicular também reflexões em torno do papel social e profissional do psicólogo em relação às crianças e aos adolescentes com doença crônica, de modo a debater sobre o apoio necessário desses aos doentes e cuidadores em amplos contextos os quais estes estão inseridos para promoção da saúde mental da criança/adolescente com doença crônica.

Palavras-chave: Psicologia; Doenças crônicas; Revisão bibliográfica.

ISBN - 978-85-7822-205-5

O NARCOTRÁFICO E SEUS ATORES INTERNACIONAIS ENTRE A AMÉRICA LATINA E OS PRINCIPAIS MERCADOS GLOBAIS DE CONSUMO

Autor: Galileu Arthur Bispo Santana
Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe
galileu.gabinete@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro (DRI/UFS)

RESUMO:

A presente pesquisa propõe realizar uma análise das relações entre o narcotráfico latino americano, os mercados globais de consumo de narcóticos, a globalização e as relações internacionais no período que cobre a segunda metade do século XX, e o início do século XXI. Este trabalho possibilitará a visualização da interdependência dos cartéis, analisando especialmente os cartéis colombianos, mexicanos e brasileiros, do papel primordial da globalização como elemento facilitador das relações entre os cartéis, do contraste entre américa latina como principal produtor de narcóticos e do ocidente como principal consumidor, da funcionalidade dos cartéis como um "Estado obscuro" em determinados países, e dos impactos destes cartéis nas relações internacionais. Os procedimentos metodológicos adotados para este estudo são a pesquisa bibliográfica e a análise documental com o fim de coletar informações para refletirmos a questão. Nesta apuração pretende-se figurar a maneira como os cartéis do narcotráfico impõem-se como ator internacional.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Narcotráfico; América Latina; Mercado.

ISBN - 978-85-7822-205-5

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO PROCESSAMENTO EM LEITURA DE ALUNOS DO 3ª ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Autor: José Júnior de Santana Sá
Mestrando em Educação (PPGed/UFS/Gelins)
junior_santana91@hotmail.com

Coautora: Suly Brota
Graduanda em Letras Vernáculas pela UFS
sulybrota@gmail.com

Orientadora: Profª Dr.ª Raquel Meister Ko Freitag (DLEV/UFS)

RESUMO:

A leitura é uma habilidade que envolve dois importantes processos: a decodificação e a compreensão. Neste trabalho, analisamos quais habilidades os alunos já dominam no nível de procedimento da decodificação, condição essencial à evolução da aprendizagem da leitura. Para tal fim, aplicamos 10 questões da Provinha Brasil (2016/2) de língua portuguesa, apenas nos níveis de processamento de reconhecimento de letras, sílabas e palavras, com 20 estudantes do 3ª do ensino fundamental de uma escola da rede municipal de São Cristóvão/SE. A partir da aplicação do teste, verificamos 6 alunos que acertaram de 7 a 9 questões, enquanto 9 alunos erraram de 6 a 10 questões, e 5 alunos alcançaram a média, isto é, quase o mesmo número de erros e acertos. Embora as questões demandem conhecimentos mínimos, mas básicos para o reconhecimento da palavra escrita, os resultados apontam alunos no final do ciclo de alfabetização com graves problemas de leitura, isto é, mais de 50% da turma ainda não consegue identificar nem a relação entre grafema-fonema, primeira condição para a aquisição da leitura. Logo, são alunos que não conseguem ler e compreender um texto escrito. Quanto aos que obtiveram um maior número de acertos, estes, possivelmente, estão adquirindo progressão do conhecimento do código ortográfico da língua, dominam correspondências grafofônicas de palavras regulares, irregulares e de alta frequência, o que contribuirá para a automaticidade do processo de decodificação.

Palavras-chave: Alfabetização; Decodificação; Processamento em leitura.

ISBN - 978-85-7822-205-5

SERGIPE NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: UMA ANÁLISE DOS ATAQUES DO SUBMARINO U-507

Autora: Laís Alves da Silva Cruz
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (UFS/CNPq)
laisalves69@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/UFS)

RESUMO:

A proposta do projeto de pesquisa "Sergipe na Segunda Guerra Mundial: uma análise dos ataques do submarino U-507", sob orientação do Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard, é observar a repercussão dos torpedeamentos ocorridos na costa sergipana em agosto de 1942 através da imprensa e as suas consequências para o cotidiano aracajuano. Entre outras problemáticas sociais exploradas na pesquisa, citamos o quadro de carestia proveniente da guerra, que se agravou após os ataques dos navios mercantes. Obtendo os jornais "Folha da Manhã" e "O Nordeste" de 1942 como fontes, podemos analisar como o evento foi noticiado, bem como o seu reflexo no meio social. Para que a comunicação fosse melhor embasada, realizaram-se leituras sobre a historiografia sergipana, brasileira e estrangeira, tais como Ibarê Dantas, Francisco Carlos Teixeira da Silva e Richard J. Evans, bem como leituras de trabalhos acadêmicos a respeito da temática. A bibliografia escolhida é voltada ora para a Segunda Guerra Mundial, ora para a cena política e social de Sergipe.

Palavras-chave: Cotidiano; Sergipe; Segunda Guerra Mundial.

ISBN - 978-85-7822-205-5

O CINEMA NORTE-AMERICANO NOS JORNAIS DE SERGIPE: UMA ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO DOS FILMES ANTINAZISTAS (1942-1945)

Autora: Liliane Costa Andrade
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe (DHI/UFS)
Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/UFS)
liliane.costaAndrade@outlook.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Andreza Santos Cruz Maynard (CODAP/ProfHistória/UFS)

RESUMO:

É notório o importante papel que o cinema desempenhou durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente no caso dos Estados Unidos, que empregaram sua forte indústria cinematográfica de maneira a contribuir diretamente no combate ao regime nazista. Os filmes antinazistas produzidos por Hollywood, além de servirem como boas fontes de renda, atuaram de maneira significativa no que diz respeito à promoção de uma propaganda contra o Terceiro Reich, buscando convencer a população dos riscos causados por Hitler e seus seguidores, apresentados nas películas sob o ponto de vista norte-americano. Diante disto, temos como objetivo neste trabalho analisar de que forma estas produções, que só passaram a ser exibidas no Brasil após a entrada do país na guerra, em 1942, foram divulgadas nos jornais estado de Sergipe entre os anos de 1942 e 1945. Para isto, utilizaremos como fonte as publicações dos periódicos *Correio de Aracaju*, *Sergipe Jornal*, *A Cruzada*, *Folha da Manhã* e *O Nordeste*; as revistas *Cinearte* (1939-1942) e *A Scena Muda* (1939-1945); e os filmes produzidos ao longo do conflito. Também nos basearemos nas concepções defendidas por Marc Ferro, Robert Rosenstone e Alexandre Busko Valim no que diz respeito à relação entre história e cinema. Desta forma, é possível perceber que havia um esforço por parte dos jornais no sentido de sugestionar aos sergipanos que fossem aos cinemas assistir os filmes americanos, a fim de conhecerem o inimigo nazista.

Palavras-chave: Cinema; História; Segunda Guerra Mundial; filmes antinazistas; Sergipe.

ISBN - 978-85-7822-205-5

ENTRE DEMONSTRAÇÃO E ARBITRARIEDADE: A CONTRIBUIÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO PARA A TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO

Autor: Ygor Santos de Santana
Graduando em Direito pela Universidade Federal de Sergipe
yssantana76@gmail.com

Orientador: Clóvis Marinho de Barros Falcão (DDI/PRODIR/UFS)

RESUMO:

O presente trabalho reflete sobre o modo de produção de saberes na epistemologia da teoria do ordenamento jurídico, a partir dos aportes proporcionados pela teoria da argumentação, principalmente por meio dos escritos de Perelman (2005). Essa forma de pensar o direito, representada pela teoria do ordenamento jurídico, apresenta-o como uma ordem normativa autônoma e que encontra em si mesma o fundamento de sua própria validade. Objetiva permitir um estudo científico do direito, em uma visão de ciência epistemologicamente orientada pela visão de kantiana de ciência e pela correspondente divisão rígida entre ser e dever-ser, buscando uma interpretação livre de qualquer metafísica e que seja objetivamente válida segundo os critérios do próprio sistema. Assim, situa-se no dualismo objetividade/subjetividade, verdadeiro/falso. Com o presente trabalho, pretende-se evidenciar a importância de considerar a dimensão do verossímil, situada entre essas oposições rígidas, à qual se chega por meio da argumentação, para possibilitar um controle argumentativo das decisões jurídicas, apontando, ainda que sumariamente, para uma revisão na relação entre o intérprete e as normas legais.

Palavras-chave: Direito; Argumentação; Positivismo jurídico.

ISBN - 978-85-7822-205-5

GT 4:

INSOCIÁVEL SOCIABILIDADE NA "IDEIA DE UMA HISTÓRIA UNIVERSAL DE UM PONTO DE VISTA COSMOPOLITA" DE KANT

Autor: Daniel Soares Silveira
Mestrando em filosofia pela UFS
daniel.ss777@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Dos Santos (DFL/UFS)

RESUMO:

Nos anos de 1785 e 1786, Immanuel Kant publicou quatro textos com reflexões sobre a história. Entre eles, *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Nessa obra, o filósofo propõe uma reflexão sobre a finalidade da história a partir da ideia que a natureza estabeleceu um propósito para a espécie humana. Esse plano é o desenvolvimento de todas as disposições do homem. As quais, por esse ser uma criatura racional e mortal, só podem ser desenvolvidas completamente na espécie, sendo o fim último dessa chegar à mais perfeita constituição política. A natureza lança mão do *antagonismo* para cumprir esse propósito.
Tal antagonismo é a *insociável sociabilidade*, que se caracteriza pela tendência que o homem possui para entrar em sociedade ao mesmo tempo que ameaça constantemente a existência dessa. Pois, segundo Kant, o homem se sente mais realizado em sociedade, porquanto nela consegue desenvolver suas disposições; porém, sabe que tende a tentar sobrepor sua vontade sobre os demais, excetuando-se do cumprimento das leis, ao mesmo tempo que tem consciência que os demais fá-lo-ão resistência. É por meio desse antagonismo (*insociável sociabilidade*) que sãoaperfeiçoadas as leis, para preservar a liberdade de cada pessoa na sociedade e por fim promover o desenvolvimento pleno da espécie.

Palavras-chave: Kant; insociável sociabilidade; filosofia da história.

ISBN - 978-85-7822-205-5

DE CANUDOS AO CANGAÇO (1893 – 1940): AS REVOLTAS POPULARES DA PRIMEIRA REPÚBLICA CANTADAS EM VERSO E PROSA

Autor: Everton dos Santos
Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PET (MEC/FNDE).
everton.his@outlook.com

Orientador: Prof. Me. Luis Eduardo Pina Lima (DHI/UFS)

RESUMO:

O presente trabalho, ainda em fase inicial, versa sobre as possibilidades de utilização de músicas no ensino de História. Justifica-se a escolha dos conteúdos referentes às Revoltas Populares na Primeira República (1889-1930), mais especificamente: Canudos (1893-1897), Contestado (1912-1916) e o Cangaço (Séc. XIX até 1940), devido à relevância dos referidos movimentos dentro do universo contestatório referente ao período supracitado. Compreende-se que dito conteúdo projeta-se enquanto comportamento de inconformidade política, que se propaga para além da escolha do corte temporal da pesquisa; de forma a incentivar e promover o pensamento crítico; bem como um maior aprendizado por parte dos alunos. Desse modo, levando-se em consideração que este tipo de dispositivo pedagógico carece de uma investigação mais aprofundada; propõem-se metodologicamente as seguintes etapas de investigação: revisão bibliográfica, levantamento do estado da arte, elaboração do projeto de pesquisa, aplicação da proposta com um grupo de alunos do ensino fundamental previamente selecionados, analise dos dados, e, finalmente, elaboração de um artigo científico. Tendo como ponto de partida as reflexões sobre a história da música brasileira esboçadas por Motta (2010), espera-se, com esta pesquisa, colaborar para o aprimoramento e compreensão da utilização da música como dispositivo de formação pedagógica, que possibilita aos alunos uma ampliação mais aguçada do conhecimento histórico.

Palavras-chave: revoltas populares; música e ensino de história.

ISBN - 978-85-7822-205-5

ECONOMIA OITOCENTISTA, CRÉDITO E RELAÇÕES SOCIAIS NA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ- MG (1830-1845)

Autora: Fernanda Carolina Pereira dos Santos
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe
Aluna do Programa de Iniciação Científica Voluntária (PICVOL)
nanda.carolina01@gmail.com

Coautora: Isabela Leite dos Santos
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe
Aluna do Programa de Iniciação Científica Voluntária (PICVOL)
isaleite97@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias (DHI/UFS)

RESUMO:

A presente pesquisa se debruça sobre o funcionamento do mercado interno colonial e seus aspectos regulamentadores. Sendo este um mercado pré-capitalista, em que a moeda não era um bem de grande circulação, as relações creditícias surgem como importante mecanismo de movimentação financeira, seja para o financiamento da produção ou para adquirir bens e serviços. O fornecimento de crédito era informal e pautado na confiança. A maioria das dívidas não foram registradas em cartório, sendo seu registro nos inventários a forma mais comum de escrituração. O objetivo deste trabalho é verificar a importância da riqueza financeira para a constituição dos patrimônios inventariados na freguesia de São José do Rio das Mortes, um antigo centro minerador em Minas Gerais, no período de 1830-1845, e analisar o nível de pessoalidade das relações de crédito. A documentação a ser compulsada serão (1) os inventários, usados quantitativamente para mensurar a proporção da riqueza financeira em relação à riqueza total e fornecer um panorama do nível de endividamento e do volume do crédito na região; e (2) registros paróquias de casamento e batismo que indicam os relacionamentos entre os sujeitos do crédito. A pesquisa permite compreender a atuação do crédito em uma sociedade escravocrata, as vésperas da proibição do tráfico transatlântico de escravos.

Palavras Chaves: Crédito; Riqueza; Mercado.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A DIFERENÇA EM MAQUIAVEL ENTRE CONQUISTAR O PODER E CONQUISTAR GLÓRIA

Autor: Igor Ferreira Fontes
Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PIBIC
igor-fontes@outlook.com

Orientador: Prof. Dr. Christian Lindberg L. do Nascimento (DFL/UFS)

RESUMO:

Esta comunicação tem como objetivo esclarecer a distinção que Maquiavel fez entre conquistar o poder e conquistar a glória, a partir de seus livros *O Príncipe* e os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Nestas obras, Maquiavel estabelece que a conquista da glória é a finalidade das ações humanas, o que inclui o ator político. Ademais, o autor também estabelece que a mera obtenção do poder não é suficiente para atribuir glória à pessoa, pois há certos tipos de conduta que são incompatíveis com a glória, e só uma conduta pautada pela *virtù* pode conquista-la. Os métodos celerados são incompatíveis com a glória, e atribuem apenas o poder a quem os utiliza; desse modo, há os que, no âmbito político, buscam apenas conquistar o poder e se utilizam dos meios necessários para tal, desprezando a glória, e há os que estipulam a glória como um objetivo superior à conquista do poder: estes são os homens políticos, e aqueles os tiranos. Esta comunicação expõe elementos parciais de pesquisa que está sendo desenvolvida junto ao PIBIC e que tem como objetivo central investigar o governante virtuoso em Maquiavel, o qual consiste no estudo sobre as relações entre ética e política em seu pensamento. Por ser uma pesquisa eminentemente qualitativa, o procedimento metodológico adotado consistiu na leitura, fichamento, análise de texto e produção textual. Os livros supracitados de Maquiavel compõem a fonte primária e as secundárias são aquelas escritas por comentadores.

Palavras-chave: glória; Maquiavel; poder.

ISBN - 978-85-7822-205-5

SENTIR-SE MAL COM O SACRAMENTO? – A PERCEPÇÃO INQUISITORIAL SOBRE A BIGAMIA (SÉCULO XVI)

Autor: Johnatas dos Santos Costa
Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe
johnatassantoscosta@yahoo.com.br

Orientador: Carlos Franco Liberato (DHI/UFS)

RESUMO:

Esse projeto de pesquisa objetiva analisar o discurso da Inquisição Portuguesa sobre o pecado/crime da bigamia. O ato de casar-se mais de uma vez estando o(s) conjugue(s) anterior(es) ainda vivo(s) não era uma prática admissível para a hierarquia católica e as leis da coroa. Assim, aqueles que eram acusados de bigamia podiam ser investigados, presos, julgados e condenados em três esferas judiciais nem sempre congruentes entre si: civil, eclesiástica e inquisitorial. Contudo, foi na alçada do *horrendum tribunale* que tal ato tornou-se objeto de forte perseguição. Se analisarmos sob o espectro da Inquisição Portuguesa, tanto em Lisboa, quanto no Brasil Colônia – nosso cenário de estudo – os bígamos foram, de longe, os mais perseguidos no que concerne à moral. Com base na historiografia produzida sobre o tema e nas confissões registradas pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça durante a Primeira Visitação inquisitorial às partes do Brasil (1591-1595), nós discutiremos o que tornava a bigamia um crime aos olhos da Igreja; e principalmente, porque o discurso persecutório nos parece equivocado, a ponto de nos questionarmos: será que os bígamos, de fato, sentiam-se mal do sacramento do matrimônio, tal como alegavam os juízes inquisitoriais?

Palavras-chaves: Bigamia; Inquisição; Brasil Colônia

ISBN - 978-85-7822-205-5

PROPOSTA DE EDIÇÃO FILOLÓGICA E DESCRIÇÃO PALEOGRÁFICA DE UMA CARTA DO POETA HERMES FONTES

Autor: José Douglas Felix de Sá
Licenciando em Letras – Português & Inglês pela Universidade Federal de Sergipe
felixdesa@hotmail.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Renata Ferreira Costa Bonifácio (DLEV/UFS)

RESUMO:

Hermes Fontes (1888-1930) foi um poeta sergipano que figurou em diversas instâncias da sociedade intelectual de sua época, contribuindo com a imprensa carioca e com algumas produções literárias suas independentes. Suas cartas pessoais são registros caros aos estudos sobre a sua vida e produção intelectual, uma vez que atestam a sensibilidade desse poeta diante de problemas pessoais, familiares e sociais, e registram a sua relação vasta com a língua portuguesa, justificando a necessidade em realizar estudos de tais escritos. Desse modo, fundamentando-se nos princípios da Filologia Textual, o presente trabalho apresentará as edições fac-similar e semidiplomática, seguidas da descrição dos aspectos paleográficos de uma carta manuscrita datada de 02 de junho de 1903, que pertence ao espólio epistolar do intelectual supracitado, salvaguardado no Museu Raimundo Fernandes da Fonseca (SE). Este trabalho é um recorte do projeto de pesquisa intitulado *Edição Filológica de Cartas Sergipanas Oitocentistas e Novecentistas* (PIBIC/COPES – 2016-2017), empreendido no âmbito do GEFES e do PHPB/SE. A metodologia se serve de duas etapas do labor filológico: (i) a realização da edição fac-similar e (ii) a edição semidiplomática do manuscrito, como também da descrição paleográfica dele, que revela variações gráficas na escrita (inclinada para a direita, muito encadeada e apressada, às vezes), como também apresentam múltiplas abreviaturas, que dão indícios da tradição escrivã de epístolas da época.

Palavras-chave: Filologia; Paleografia; Carta; Hermes Fontes.

ISBN - 978-85-7822-205-5

ESTUDO PALEOGRÁFICO DE UM TESTAMENTO OITOCENTISTA

Autora: Juliane Tenório
Graduanda em Letras Português/Espanhol pela Universidade Federal de Sergipe
julianetenorio@hotmail.com

Orientadora: Prof ª. Dr.ª Renata Ferreira Costa Bonifácio (DLEV/UFS)

RESUMO:

O estudo paleográfico de um documento consiste na tríade leitura, transcrição e interpretação, a fim de fornecer a pesquisadores maior legibilidade e fidedignidade de textos manuscritos, fixando sua forma genuína. Decifrar os sinais gráficos de um texto de tempos pretéritos, como a representação de letras, números, abreviaturas, assinaturas, rubricas, etc., é uma tarefa que demanda paciência, senso crítico, prática e conhecimento de práticas de escrita, estados de língua, ortografia e contexto de produção textual. Desta forma, considerando a importância de pesquisas de diversas áreas que se valem de fontes textuais primárias do passado, este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo paleográfico de um testamento lavrado em Sergipe, em 09 de julho de 1864, o qual está salvaguardado no Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe, Cx. 10/76. Tal estudo diz respeito à decifração gráfica do texto, para a qual se fundamenta em critérios específicos para a leitura e transcrição de documentos manuscritos, contando com o apoio de obras de referência, como manuais de paleografia e dicionários de abreviaturas, e das *Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos*, utilizadas no âmbito do projeto Para a História do Português Brasileiro - PHPB. Ademais, serão apresentadas as características cursivas do escriba e os aspectos ortográficos e linguísticos do texto, situando-o em seu contexto geográfico e espacial de produção.

Palavras-chave: Paleografia; Filologia; Edição de Manuscritos; Testamento.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A ESTÉTICA VOLTAIRIANA: GOSTO E CIVILIZAÇÃO

Autora: Laís Kalena Salles Aragão
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe
Pesquisadora voluntária PICVOL
lais.kalena@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Vladimir de Oliva Mota (DAVD/UFS)

RESUMO:

Esta comunicação pretende abordar a relação entre a ideia de "bom Gosto" e a Filosofia da História voltairiana. Trata-se do desenvolvimento da seguinte interrogação: qual o papel do Gosto à concretização do bem-estar social? Para tal, é necessário introduzir as noções filosófico-históricas do pensamento voltairiano, que são as direções possíveis percorridas, na história, pela humanidade, a saber: a "barbárie", *l'infâme*, isto é, a brutalidade, a autoridade, as torturas, as censuras, a coerção etc; e a "civilização", um critério moral que se traduz em sensibilidade, bondade, respeito e tolerância. Em seguida, pretende-se apresentar as suas ideias estéticas, ou seja, as suas definições de "belo" e "beleza" enquanto noções subjetivas e o caráter objetivo do Gosto. Esta pesquisa busca apresentar a importância do papel social do Gosto para a Filosofia voltairiana, cujo fim último é o bem-estar comum. Para alcançar este objetivo, é necessário analisar as obras do autor em conjunto, visto que as produções de Voltaire são assistemáticas.

Palavras-chave: Voltaire; Gosto; Filosofia da História.

ISBN - 978-85-7822-205-5

EDUCAÇÃO ESTÉTICA EM YVES-MARIE ANDRÉ

Autor: Lucas Américo Andrade Santos
Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PIBIC/CNPq sob a orientação do prof. Dr. Sergio Hugo Menna (DFL/UFS)
lucasameerico@hotmail.com

Orientador: Dr. Vladimir de Oliva Mota (DAVD/UFS)

RESUMO:

A proposta desta comunicação é apresentar e problematizar questões relativas à Estética filosófica e à Moral com base em Yves-Marie André, filósofo francês do século XVIII cuja vasta obra é pouco estudada no Brasil. Serão abordados, primeiramente, os dois aspectos (Estética e Moral) separadamente através da exposição dos três primeiros discursos da principal obra do autor, o *Essai sur le Beau* (1741). O primeiro aspecto será explanado com base no primeiro discurso, intitulado "Sobre o Belo em geral e, em particular, sobre o Belo visível". Neste discurso, o autor apresenta o projeto ao qual a obra citada pretende defender, que é a formulação de uma disciplina que estude o Belo em seus diferentes territórios, isto é, em suas várias expressões, seja na arte ou na natureza. Para o segundo, será tomado como base o segundo discurso, "Sobre o Belo nos costumes". Neste discurso, André expõe questões referentes à Política através do Belo expresso nos costumes, ou seja, o autor desenvolve essas questões analisando os povos em geral do ponto de vista Moral. Por fim, será apresentado o terceiro discurso, "Sobre o Belo nas peças do espírito", visando a síntese dos dois aspectos, pois as "peças do espírito" (poesia e oratória) dizem respeito à Ética e à Estética. É através da união destas que André formula uma teoria da Educação Estética que possibilita um agir político: a poesia e um discurso de oratória têm a capacidade de mobilizar as pessoas, pois estas podem tocar a alma de cada indivíduo e fornecer bons exemplos para a sociedade em seus versos ou discursos.

Palavras-chave: Educação estética; ética e moral; política.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A IMPRENSA SERGIPANA NOS OITOCENTOS: UM PANORAMA DA HISTORIOGRAFIA

Autor: Matheus Santos Garcia de Carvalho
Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PET (MEC/FNDE)
mattheus.sgc@gmail.com

Orientadora: Profa. Dr.ª Edna Maria Matos Antônio (PROHIS/DHI/UFS)

RESUMO:

Os periódicos sempre foram vistos com muita desconfiança pelos historiadores até pelo menos a década de 1970, quando a História Cultural da terceira geração dos *Annales* chega ao Brasil. A partir de então, os jornais passaram a ser utilizados com frequência, porém há de se ressaltar os cuidados metodológicos necessários ao analisar tal fonte, que no primeiro momento não foram tomados pelos pesquisadores. A crítica dessas fontes de imprensa, como apontam os estudiosos, passa muito por um excesso de subjetividade que esse tipo de documento apresenta o que exige a realização de contrapontos com outras fontes, afim de não tornar o jornal uma "janela para a verdade", mas para que o historiador o tome como um produto do seu tempo. Como metodologia, o presente trabalho utiliza a coleta de dados sobre as temáticas que os estudiosos em Sergipe abordaram utilizando o jornal como fonte, tendo como base o suporte do Arquivo de Documentação Sergipana da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe. É através desses caminhos já percorridos pelos historiadores que o presente estudo busca traçar um panorama, dos diferentes olhares de investigação sobre os periódicos às distintas ferramentas de análise, como forma de entender a importância dos jornais locais na construção de uma história do século XIX brasileiro, sobretudo sergipano.

Palavras-chave: Sergipe, Jornais, Século XIX, Historiografia.

ISBN - 978-85-7822-205-5

GT 5:

A OMISSÃO POLICIAL EM "O CORPO" DE CLARICE LISPECTOR: UMA ANÁLISE LITERÁRIA, SOCIAL E JURÍDICA

Autor: Lucas Coelho Duarte
Graduando em Letras Francês-Português pela Universidade Federal de Sergipe
lucas.coelho3311@gmail.com

Coautora: Raquel Santana Andrade Santos
Graduanda em Direito pela Universidade Tiradentes
raquelsantana340@gmail.com

Orientador: Prof. Msc. Wellington Júnior Costa (DLES/UFS)

RESUMO:

Este trabalho apresenta uma leitura do conto "*O corpo",* de Clarice Lispector. No texto escrito em 1974, uma relação de bigamia culmina com o assassinato do marido, pelas duas esposas, que mesmo após a confissão do crime, são liberadas pela polícia. Em nossa análise, propomos uma reflexão sobre como a omissão policial revela uma posição moral em conflito com as normas jurídicas. Pensamos que essa história pode indicar uma prevalência de determinados valores morais sobre as leis vigentes. Considerando alguns conceitos de família, do início dos agrupamentos humanos até a sociedade da época, reconstituímos uma imagem da mulher da década de 70, veiculada por um livro de Educação moral e cívica, para confrontá-la às ideologias expressas, ainda que indiretamente, nas leis então vigentes. Assim, por meio de pesquisas bibliográficas e análise de livros e leis, demonstraremos que a omissão referenciada indica uma tendência de acomodação do Direito às práticas sociais, condensadas nesse conto, por Clarice Lispector, na bigamia das personagens principais.

Palavras-chave: Literatura; Imagem da mulher; Relações de família; Direito histórico.

ISBN - 978-85-7822-205-5

PALATALIZAÇÃO DO /S/ EM CODA: PERCEPÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DE UNIVERSITÁRIOS

Autor: Cósmia Karine Vieira Borges
Graduando – Letras Português - PICVOL/UFS
karinevieiraborges@hotmail.com

Orientadora: Josilene de Jesus Mendonça (PPGL/UFS)

RESUMO:

Estudar as atitudes linguísticas dos falantes é uma maneira de descrever e compreender o seu comportamento linguístico a partir das avaliações que os falantes fazem a respeito de um determinado fenômeno da língua. Partindo dessa premissa, objetivamos analisar a percepção de universitários da Universidade Federal de Sergipe, Campus Professor Alberto Carvalho, Itabaiana/SE, em relação à palatalização do /S/ em coda silábica. Para realizarmos este estudo, adotando uma abordagem direta, utilizamos um teste de atitudes linguísticas com perguntas relacionadas à palatalização do /S/ em coda, considerando a posição da coda silábica (interna ou externa) e o contexto seguinte ao /S/ (consoante oclusiva alveolar /t/ ou outras consoantes desvozeadas /k/, /f/ e /p/). Para analisar as atitudes linguísticas dos universitários em relação à palatalização do /S/ em coda, considerando os pressupostos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008), aplicamos o questionário a 12 informantes, estratificados em sexo/gênero (feminino e masculino). Os resultados evidenciam que os informantes apresentam atitude linguística neutra em relação à palatalização do /S/ em coda com contexto seguinte /t/. Por outro lado, a palatalização em posição interna, seguida de outras consoantes desvozeadas, bem como em posição externa é alvo de avaliação negativa. Esses resultados sugerem que a percepção dos universitários em relação à palatalização é sensível ao contexto linguístico.

Palavras-chave: Palatalização do /S/; variação; atitude linguística.

ISBN - 978-85-7822-205-5

ESTUDO DAS AÇÕES CULTURAIS E EDUCATIVAS DOS MUSEUS DE LARANJEIRAS: ALGUMAS REFLEXÕES

Autora: Edilene Rodrigues Guimarães
Graduanda em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PAEX (UFS).
edilener347@gmail.com

Coautora: Erica Cristina Pereira de Souza
Graduanda em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PAEX (UFS).
pereiraerica@live.com

Orientadora: Profa. Dr.ª Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso (DMS/UFS)

RESUMO:

Este estudo tem como objetivo principal realizar reflexões em torno das ações educativas e culturais desenvolvidas nos museus de Laranjeiras/SE durante o período de junho a outubro de 2018. Trata-se de uma análise sobre os resultados parciais obtidos durante a execução do projeto de extensão: Brincando com o Folclore Sergipano. A finalidade do projeto é compreender se os museus de Laranjeiras estão desenvolvendo ações culturais e educativas e a partir da realidade encontrada promover oficinas para a construção de projetos de educação patrimonial e inventários educativos. A riqueza material e imaterial do patrimônio desta cidade nem sempre é (re)conhecida pelos sergipanos e, principalmente, pelos laranjeirenses. O patrimônio presente nos museus desta cidade são representativos de parte da história, cultura e a educação não formal promovida pelos museus que podem colaborar nesse reconhecimento e na formação de identidade cultural. Os procedimentos metodológicos adotados para este estudo estão sendo: a pesquisa bibliográfica sobre patrimônio de Laranjeiras e educação nos museus, além de entrevistas com os funcionários dos museus e dos resultados das oficinas aplicados no projeto de extensão. Pretende-se com essa pesquisa contribuir com o campo investigativo sobre as ações culturais e educativas nos museus.

Palavras-chave: Educação; Museus ; Laranjeiras/SE.

ISBN - 978-85-7822-205-5

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS INVESTIMENTOS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NA BR-101 EM SERGIPE

Autora: Fabiana dos Santos Pinheiro
Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Integrante do Núcleo de Estudos sobre Transportes (NETRANS/UFS)
fabiana-pinheiro16@hotmail.com

Coautor: Ronald dos Santos Pereira
Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Integrante do Núcleo de Estudos sobre Transportes (NETRANS/UFS)
ronaldsantosperreira19@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Nelson Fernandes Felipe Junior (DGE/UFS)

RESUMO:

Esse artigo visa analisar a importância dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na BR-101 no estado de Sergipe, considerando o aumento do volume de cargas transportadas, a expansão rodoviária e o fomento do desenvolvimento econômico regional. As obras do PAC geraram reflexos na dinâmica produtiva, geração de empregos e renda, demanda efetiva, além de estimular o efeito multiplicador interno. Os procedimentos metodológicos adotados foram pesquisas bibliográficas (livros, dissertações, teses, revistas e sites que tratam da temática) e coleta de dados (Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano – SEINFRA, Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, etc.), permitindo elaborar tabelas e quadros, bem como a realização de análises e conclusões. Expandir e qualificar as infraestruturas em Sergipe, no Nordeste e no Brasil permitem impulsionar o desenvolvimento regional e nacional, porém é necessário criar uma logística de Estado eficiente e um planejamento integrado e contínuo voltado aos transportes. Destaca-se ainda, a importância de haver readequações normativas e logísticas no Brasil, como, por exemplo, a alteração da lei geral de concessão dos serviços públicos à iniciativa privada. Não obstante, o atual retrocesso econômico e social que o país vivencia não promove a retomada dos investimentos, acentua os gargalos do setor de transportes e eleva as desigualdades econômicas e sociais internamente.

Palavras-chave: Estado; Rodovias; Transportes de cargas.

ISBN - 978-85-7822-205-5

PATOLOGIZAÇÃO, PSICANÁLISES, GÊNEROS, E HOMOSSEXUALIDADES

Autor: Kauê Lucas Nunes Santana
Graduando em Psicologia pela Universidade Tiradentes
psikaue@gmail.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Nanci Miyo Mitsumori (UNIT)

RESUMO:

O presente trabalho se propõe a trazer um levantamento dos processos que levaram à patologização das homossexualidades, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, a fim de compreender a configuração que essa patologização adquiriu na contemporaneidade. Tem como referencial teórico a Psicanálise, em sua esfera mais social, representada tanto por autores clássicos como Freud e Lacan, como contemporâneos, como Antônio Quinet. O trabalho procura elucidar suas teorias acerca das homossexualidades, e discutir em que medida elas podem ou não contribuir para as teorias de Gênero, de modo a sustentar o processo inverso ao da patologização, ou seja, a despatologização das homossexualidades, inclusive no âmbito cultural. A presente pesquisa é de cunho qualitativo e o método utilizado é o de revisão bibliográfica. Ao término deste trabalho espera-se contribuir para o campo dos estudos Psicanalíticos e Sociais na produção acadêmica regional, pois trata-se de uma problemática atual e demasiado relevante.

Palavras-chave: Patologização; Psicanálise; Gênero; Homossexualidades; Despatologização cultural.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A FÚRIA DOS TITÃS: SONS E IDEAIS DO BRASIL REPUBLICANO (1986-2018)

Autor: Kennedy Santos Bezerra
Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PET (MEC/FNDE).
kennedyomago_@live.com

Orientador: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos (DHI/UFS)

RESUMO:

No início dos anos 1980, quando o Brasil vivia um processo de fim da Ditadura Militar, estourou na cidade de São Paulo uma banda de rock, com várias influências rítmicas e sonoras, como a new age, o punk e até mesmo MPB. Desse modo, as canções do Titãs refletiram por mais de 30 anos o ambiente político e social do país, numa fase muito complicada para a juventude, pois esta precisava lutar por direitos. Nosso propósito é mergulhar neste universo, observar aspectos relevantes do grupo musical paulistano, à luz da História Cultural, e compreender a República Brasileira a partir da relação teórico-metodológica entre História e Música, frente, sobretudo ao aumento do interesse e dos estudos a respeito. Para tanto, sendo realizadas leituras sobre a história do rock, desde seu início nos EUA e suas nuances, bem como sua relação com as bandas brasileiras, ou seja, de que forma as letras das canções dialogam com o raciocínio crítico dos brasileiros.

Palavras-chave: Rock; Titãs; Brasil; História Cultural.

ISBN - 978-85-7822-205-5

SOB O SIGNO DO ANTICOMUNISMO CATÓLICO: AS MARCHAS COM DEUS PELA LIBERDADE EM SERGIPE E A CONDESCENDÊNCIA DA IGREJA COM O REGIME AUTORITÁRIO (1964)

Autor: Raphael Vladmir Costa Reis
Mestrando em História pela Universidade Federal de Alagoas
Bolsista Capes
rafavladmir1990@gmail.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Janaína Cardoso de Mello (PPGH/ UFAL e DHI/UFS)

RESUMO:

Durante a década de 60, período marcado pela profunda polarização de matizes ideológicos, a sociedade brasileira esteve imersa num cenário de conspirações, crises e silenciamentos. A "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", manifestação cívico-eclesiástica idealizada por setores conservadores da sociedade paulista e, sobretudo, elementos da ala conservadora da Igreja Católica em março de 1964, caracterizou-se como um instrumento de reação ao Comício da Central, no qual o presidente João Goulart reiterou seu profundo desejo em implantar as reformas de base. Após cooptar um significativo número de simpatizantes empenhados em destituir Goulart, sob a infundada alegação de que este estivesse articulando a instauração dum regime aos moldes do modelo cubano, as Marchas irromperam pelos grandes centros urbanos e alcançaram Sergipe, recorte espacial-analítico da pesquisa, entre abril e maio de 1964. Tendo em vista a ausência de crivo analítico acerca desses eventos, a presente comunicação consiste em investigar a participação da Igreja Católica na planificação das Marchas em Sergipe, identificando as relações desta instituição com o regime autoritário, bem como identificar os percursos, participantes e impactos causados na cultura política dos municípios nos quais tais manifestações cívico-eclesiásticas transcorreram.

Palavras-chave: Igreja Católica, Marchas da Família, Sergipe

A AMBIGUIDADE NO GÊNERO PIADA E A CONSTRUÇÃO DO ESTEREÓTIPO CAIPIRA

ISBN - 978-85-7822-205-5

Autora: Rayane Araújo Gonçalves
Graduanda em Letras na Universidade Federal de Sergipe
Integrante do Laboratório de Estudos do Texto, Argumentação e Memória
Monitora da disciplina de Introdução à Língua Latina
rayanevoinho@hotmail.com

Orientadora: Profa. Dr.ª Raquel MeisterKo. Freitag (DLEV/UFS)

RESUMO:

O presente trabalho tem a proposta de analisar a forma que o estereótipo caipira é construído em piadas, considerando a ambiguidade lexical – processo semântico que possibilita o duplo sentido de um termo na sentença – um fator importante na caracterização do caipira. Para isso, a metodologia aplicada foi a seleção de piadas em sites da internet, leitura e análise individual de cada uma e, por fim, uma comparação, a fim de observar características convergentes entre elas. Com essa pesquisa, busca-se também uma reflexão sobre o tipo de humor trabalhado em sala de aula e a possibilidade de explorar melhor o gênero piada no contexto escolar, abrangendo para análises temáticas e questões sociais (preconceito linguístico e regional, por exemplo) as quais esse gênero está envolvido, principalmente quando fundamentado em um estereótipo. Por isso, e pensando na complexidade do gênero, buscamos amparo teórico em Possenti (2001), Débora Facin, MarizeteSpessatto (2007) e Nágila Machado e Elisete Mesquita (2011).

Palavras-chave: Piadas; estereótipo caipira; ambiguidade lexical.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A GÊNESE DO FEMINISMO RADICAL: AGENTES QUE IMPULSIONARAM E ORIGINARAM O MOVIMENTO

Autora: Vívian Santos Vitório
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PET (MEC/FNDE).
vitoriovivian@hotmail.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Mônica Cristina Silva Santana (DCS/UFS)

RESUMO:

O presente trabalho que se encontra em fase inicial, tem como propósito apurar quais os agentes e fatores que originaram o Feminismo Radical, uma corrente ideológica que surge dentro do Movimento Feminista e é caracterizada como uma de suas principais vertentes, ela se assenta sobre a afirmação de que a raiz da desigualdade social em todas as sociedades até agora existentes têm sido o patriarcado, seu estopim acontece durante a denominada Segunda Onda Feminista. Para tanto, a pesquisa se embasará na compilação e crivo de fontes iconográficas e escritas desde a década de 40 que antecede seu nascimento até os anos 70 onde o movimento é consolidado, examinando por exemplo os seus principais pressupostos teóricos que são fornecidos por Shulamith Firestone (1970), Kate Millet (1971) e Simone de Beauvoir (1949), dentre outros não citados. Quanto ao referencial metodológico será adotado o conceito de representação desenvolvido por Roger Chartier, assim com a conclusão deste ensaio aspira-se contribuir com os demais estudos a respeito da temática abordada, elucidando as principais raízes, motivações e ações que conceberam o Feminismo Radical.

Palavras-chaves: Origem; Ações; Movimento; Feminismo Radical.

ISBN - 978-85-7822-205-5

GT 6:

DA NOMENCLATURA AO USO: ROMPENDO TRADIÇÕES DE ENSINO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana Alves de Santana Santos
Mestranda em Letras – PROFLETRAS (UFS)
adrianaufs@hotmail.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Raquel Meister Ko Freitag (DLEV/UFS)

RESUMO:

As diretrizes curriculares para o ensino de língua portuguesa pautam-se no uso da língua como ponto de partida para o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas aos conhecimentos gramaticais, a partir dos quais o aluno é levado a perceber a função dos conhecimentos linguísticos sendo aplicados na prática. No entanto, esta realidade parece estar distante da prática pedagógica, como, por exemplo, na Escola Municipal Prof.ª Adília de Aguiar Leite, no município de Carmópolis/SE, onde o ensino de língua portuguesa ainda está pautado em nomenclaturas e definições, com pouca articulação com o uso em situações de reais da língua, sem possibilitar a discussão da função do elemento gramatical para a construção dos sentidos do texto, e não apenas na sua classificação morfossintática. Evidência desta dissonância pode ser constatada nos resultados da Prova Brasil, que mostram que a escola ainda não atinge a meta nacional estabelecida em relação à leitura. Com base nesses fatos, tecemos reflexões acerca dos desafios da mudança de atitude em relação à prática docente em termos de formação continuada e de propostas pedagógicas para desfazer a incoerência com o que se almeja – um ensino que dê oportunidade de o aluno se desenvolver e aplicar seus conhecimentos tanto dentro da sala de aula como na sociedade – e o que está atualmente sendo desenvolvido, que é a prática reducionista da língua à sua classificação em nomenclaturas, pouco contribuindo para o desenvolvimento do aluno enquanto estudante e cidadão que precisa exercer seu papel na sociedade.

Palavras-chave: Ensino de língua portuguesa; Prática pedagógica; Concepção de língua.

ISBN - 978-85-7822-205-5

CURSO DE ORATÓRIA, COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO PARA A COMUNIDADE NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Autora: Daiane Silva Santos
Universidade Federal de Mato Grosso
daianesantos981@gmail.com

Coautora: Amanda de Oliveira Santana
Universidade Federal de Mato Grosso
amanda.oliveira.psico@outlook.com

Orientadora: Prof.ª Julia Zanetti Rocca (ICHS/UFMT)

RESUMO:

O presente trabalho tratou-se de um curso de Oratória de aperfeiçoamento de estratégias de exposição e interação social. O objetivo do curso foi tornar os participantes capazes de falar em público, expressar sentimentos, pedir ajuda, recursar pedidos, entre outras coisas. Para isso, trabalhou-se os processos de aquisição e/ou modificação de formas de comportamentos inadequados em situações de exibição pública por meio do processo de ensino e aprendizagem, com estratégias teóricas e práticas. O curso possuiu duração de 50 horas, com aulas duas vezes por semana, contou com participação de 21 alunos distribuídos entre universitários e membros da comunidade externa.

As aulas foram expositivas e interativas, usando recursos instrucionais e audiovisuais. A avaliação ocorreu de modo processual e contínuo, incluindo métodos diversificados: feedback em atividades práticas, seminários e autoavaliação. Dada a relevância das habilidades de comunicação e expressão, enfatiza-se a importância de ofertar oportunidades para desenvolvimento e aperfeiçoamento dessas capacidades, a partir de estratégias baseadas na ciência do comportamento.

Palavras-chave: Oratória; Expressão; Comunicação.

ISBN - 978-85-7822-205-5

AVALIAÇÃO SOCIAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS QUANTO AO FENÔMENO DA MONOTONGAÇÃO

Autora: Damiana Karina Vieira Borges
Graduanda em Letras Português pela Universidade Federam de Sergipe
Bolsista Picvol (UFS)
karina-britney22@hotmail.com

Orientadora: Prof.ª Msc. Andréia Silva Araujo (UFS)

RESUMO

No português brasileiro, há fenômenos linguísticos em variação mais estigmatizados (como o rotacismo: blusa ~ brusa), que estão no nível de avaliação social dos estereótipos (LABOV, 2008), e menos estigmatizados (como a supressão do \d\ em gerúndio: fazendo ~ fazeno), que estão no nível de apreciação social dos marcadores - razoavelmente sensíveis à avaliação - ou dos indicadores - com pouca força avaliativa (LABOV, 2008). À luz da fundamentação teórica da Sociolinguística Variacionista (WEINRICH; LABOV; HERZOG, 2006; LABOV, 2008), neste trabalho, objetivamos analisar a avaliação social de 12 estudantes da Universidade Federal de Sergipe, Campus Prof. Alberto Carvalho – Itabaiana/SE, quanto ao fenômeno da monotongação em ditongos crescentes (cenoura ~ cenora) e nasais (cantaram ~ cantaru). Para tanto, a coleta dos dados está sendo realizada a partir da aplicação de um questionário, composto por seis perguntas subjetivas/abertas sobre cada tipo de monotongação. Os resultados preliminares evidenciaram que os estudantes apresentam posicionamento positivo quanto à redução da semivogal no ditongo decrescente e acreditam que ela acontece independentemente de a pessoa ser escolarizada ou não. Diferentemente acontece quando a redução ocorre em ditongo nasal: os estudantes têm uma avaliação social ora negativa, ora positiva; havendo, portanto, uma aceitabilidade relativa quanto ao fenômeno.

Palavras-chave: Variação linguística; Monotongação; Avaliação social.

ISBN - 978-85-7822-205-5

DE QUE MODO MINHAS PRÁTICAS IMPACTAM NA ESCOLA? DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA NO PROFLETRAS

Autora: Jilcicleide Augusta Paes
Graduada em Letras Português/Inglês pela UFS
Mestranda em Letras pela Universidade Federal de Sergipe
Programa de Mestrado Profissional - PROFLETRAS
jilpaes@hotmail.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Raquel Meister Ko Freitag (DLEV/UFS)

RESUMO:

Este artigo apresenta uma análise do desempenho e do fluxo da Escola Estadual Jacintho de Figueiredo Martins, localizada no bairro Farolândia, Aracaju, Sergipe, no ano de 2017, relacionando os indicadores educacionais da instituição ao trabalho da disciplina de Língua Portuguesa, a fim de identificar de que forma esta disciplina pode intervir para a melhoria do processo de ensino/aprendizagem. A partir do levantamento dos dados de 2017 referentes a aprovação, reprovação e fluxo de aluno, visamos identificar ponto para orientar de que forma o professor de língua materna pode contribuir para a melhoria dos indicadores. Os procedimentos metodológicos adotados para este estudo são a pesquisa documental e análise do perfil profissional do professor de Língua Portuguesa. Com o desenvolvimento deste trabalho, espera-se contribuir para uma reflexão das práticas do professor incentivando-o a buscar alternativas para a melhoria do quadro atual vigente na escola pesquisada, considerando o papel essencial da disciplina Língua Portuguesa, no tocante à proficiência em leitura e escrita, para o desempenho nas demais disciplinas.

Palavras-chaves: Realidade escolar; Ensino da Língua materna; PROFLETRAS.

ISBN - 978-85-7822-205-5

COLABORAÇÃO EM DISCIPLINA NA PÓS-GRADUAÇÃO UTILIZANDO AS TDIC

Autor: Lindiney Reis Viana
Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe
lindiney123@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Henrique Nou Schneider (DCOMP/UFS)

RESUMO

O presente artigo tem o propósito de evidenciar a importância da aprendizagem colaborativa que está nos pilares da educação ditados por Freire (2004) e são fortalecidos por outros autores, além de destacar a importância das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC como instrumento de suporte à comunicação e educação. Para isso foi analisado experiências vivenciadas pelo autor durante atividades em grupo utilizando as TDIC, enquanto aluno especial na disciplina "As Novas tecnologias e a Educação" oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Educação. Fundamentamos este texto com as contribuições de autores como ALMEIDA (2005), FREIRE (2004), KHAN (2013), SCHENEIDER (2002), XAVIER E FERNANDES (2008). Após este estudo percebemos que o princípio de colaboração é interdisciplinar e precisa ser praticado por alunos e professores no processo de ensino-aprendizagem e o uso das TDIC é essencial para facilitar esse desenvolvimento e diminuir o distanciamento entre pessoas proporcionando melhor nível comunicação e educação as mesmas.

Palavras-chave: TDIC; Disciplina isolada; Pós-graduação.

ISBN - 978-85-7822-205-5

AVALIAÇÃO, ESTÍMULOS E COMPREENSÃO LEITORA NA ALFABETIZAÇÃO

Autora: Lucelita Ferreira Lima
Graduanda do curso Letras Português pela UFS/EAD
lucelitaferreira@hotmail.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Raquel Meister Ko Freitag (DLEV/UFS)

RESUMO:

Este trabalho apresenta uma análise quanto aos tipos de estímulos presentes nas questões de compreensão em leitura de um simulado para monitoramento da aprendizagem e como eles interferem no desempenho dos alunos. Partindo da hipótese de que quanto mais estímulos, maior será o índice de acertos. Tomamos por base um simulado de língua portuguesa semelhante à Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), aplicado com 19 alunos do 3ª ano do ensino fundamental de uma escola da rede municipal de São Cristóvão/SE. Das 17 questões referentes à leitura, apenas 14 são de compreensão. Verificamos que destas, 6 são elaboradas a partir de textos com estímulos visuais - imagens, desenhos - e pouco estímulos escritos, ou seja, frases e períodos curtos. Mesmo com mais estímulos nestas questões não houve uma diferença significativa no desempenho dos alunos, pois em 3 delas o número de erros foi maior. Já nas outras 8 questões predominou apenas o estímulo textual escrito, quer dizer, textos com frases, períodos e orações mais longas. E, a quantidade de erros foi significativa, visto que em 6 questões o baixo desempenho foi superior aos acertos. Assim, concluímos que questões e atividades cujo estímulo prevalente seja o textual ainda requerem atenção e treinamento, uma vez que o desempenho do aluno se dará não somente pelo tipo de estímulo, mas também a partir do seu nível de fluência em leitura oral e proficiência em leitura.

Palavras-chave: Alfabetização; Compreensão em Leitura; Estímulos.

ISBN - 978-85-7822-205-5

HISTÓRIA DA MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA DO ESTADO DE SERGIPE (1988 – 2014)

Autora: Malu Gomes de Almeida Barretto
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe Bolsista PIBIC/COPES
malu.barretto@yahoo.com

Orientador: Prof. Dr. Fábio Alves dos Santos (DED/UFS)

RESUMO:

Esse plano de trabalho tem como objetivo elucidar o processo de municipalização do município Itaporanga d'Ajuda a partir da Constituição Federal de 1988 até o ano de 2014. Intenta identificar a distribuição da malha escolar municipal urbana, discernir e analisar possíveis programas de financiamento criados para implementação da rede municipal de educação, identificar e analisar as formas de seleção e formação continuada de professores, investigar as metodologias de organização pedagógica da rede municipal e analisar os impactos sócio populacionais nas comunidades atendidas pela nova rede de escolas. Esse artigo faz parte do projeto "A História da municipalização do ensino no Brasil: a experiência do Estado de Sergipe (1988-2014) ". O projeto elucida a municipalização do ensino após a Constituição Federal de 1988, que foi complementada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 das novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dentro desse projeto também houve a pesquisa sobre municipalização do ensino em Itabaiana, no interior do estado de Sergipe.

Palavras-chave: Educação; Itaporanga d'Ajuda; Municipalização.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A CRENÇA ABSOLUTA NA VERACIDADE DOS DISCURSOS E DO LIVRO DIDÁTICO EM DISSONÂNCIA COM A TEORIA DO LETRAMENTO: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA NO PIBID/INGLÊS

Autora: Nayara Stefanie Mandarino Silva
Graduanda em Letras Português-Inglês pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista CAPES (MEC/FNDE).
nayaramandarino@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Boa Sorte Silva (DLES/UFS)

RESUMO:

O PIBID/Inglês (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), projeto da CAPES vinculado à Universidade Federal de Sergipe, baseando-se, principalmente, na teoria dos Letramentos Críticos, proporciona aos seus participantes experiências em escolas públicas. Uma delas, desenvolvida do fim de dezembro de 2017 à metade de janeiro de 2018, teve como proposta o uso do livro didático de língua inglesa (LD) na elaboração de planos de aula. Tendo isso em vista, esse trabalho é um estudo exploratório que tem como objetivo analisar como as relações de poder entre professor, aluno e livro são explicitadas pela crença absoluta em discursos proferidos pelo educador e no material didático, a partir das falas de alguns alunos durante as aulas. Para tanto, foram feitas análises no desenvolvimento dos planos e pesquisa do tipo qualitativa bibliográfica de obras de autores de textos que abordam a temática proposta como Freire (1970), Foucault (1970), Jordão (2007), Jucá (2016) e Zacchi (2016).

Palavras-chave: PIBID/Inglês; Discursos; Poder; Livro Didático.

ISBN - 978-85-7822-205-5

PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NO SEGUNDO CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Autora: Tânia Maria Soares
Mestranda do Programa de Mestrado Profissional (PROFLETRAS)
Universidade Federal de Sergipe
shimmene@yahoo.com.br

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Raquel Meister Ko Freitag (DLEV/UFS)

RESUMO:

Este trabalho visa discutir as práticas de leitura e escrita em turmas do Ensino Fundamental II do Colégio Estadual Tobias Barreto, localizado à rua Pacatuba no Centro de Aracaju-SE. Considerando os resultados do último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2015, que refletem as notas da Prova Brasil e do fluxo escolar, os alunos obtiveram 41% de proficiência em Língua Portuguesa nos 9° anos. Mesmo tendo apresentado um avanço no processo ensino-aprendizagem verificados através do aumento do percentual de aprovações e diminuição do percentual de evadidos, é preciso aprimorar práticas garantir o cumprimento de metas do IDEB e a regularização do fluxo escolar. Assim, neste cenário, apresentamos a caracterização das práticas de leitura e escrita no referido estabelecimento escolar, considerando os direcionais apontados pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e dos resultados da Prova Brasil de Língua Portuguesa quanto aos descritores, competências e habilidades. Com este trabalho, almeja-se contribuir com reflexões sobre as práticas pedagógicas dos docentes, em especial daqueles da escola pesquisada, visando à melhoria no processo ensino-aprendizagem, vislumbrando a instituição escolar com educação de qualidade.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; proficiência em leitura; PROFLETRAS.

ARTIGOS

ISBN - 978-85-7822-205-5

GT 1:

O ATAVISMO EM CESARE LOMBROSO E EM NINA RODRIGUES: UMA QUESTÃO SOCIAL OU SOMENTE DE SAÚDE MENTAL?

Autora: Luciana Muniz Prado de Almeida
Graduada em Direito (UNIT/SE)
lucianamuniz_3004@hotmail.com

Orientadora: Prof.ª MSc. Ranielle Menezes de Figueiredo (DMS/UFS)

Introdução

O presente artigo vem tratar sobre a teoria de atavismo social de Cesare Lombroso, a sua utilização para identificação física e criminológica em Nina Rodrigues e como as ideias vêm sendo utilizadas nos dias atuais para identificação de criminosos e como essa ideia de Lombroso é atrasada.

O atavismo é um tema muito importante em ser debatido, porque muito do que se é utilizado hoje, para criação de leis ou para debates de maioridade penal tem fundamentação teórica também nas ideais deturpadas do que foi ditado e estudado por Lombroso.

A pesquisa teve como base pesquisa bibliográfica, em sítios da internet, artigos científicos e a importância desse tema para a comunidade acadêmica é o posicionamento sempre a favor da comunidade, sempre a favor de uma pesquisa científica mais avançada, com todos os métodos tecnológicos mais consistentes.

Para a comunidade, o trabalho se torna importante para questionarmos se o indivíduo realmente nasce ruim ou o ambiente também o molda, podendo encontrar meios para diminuição da problemática da delinquência e para ajudar com que os criminosos ou pretensos criminosos não cometam crimes ou qualquer tipo de contravenção e que não venha a ser punido por tais futuras ações.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Noções sobre o atavismo

Segundo o dicionário online Priberam, a palavra "atavismo" significa propriedade de os seres reprodutores comunicarem aos seus descendentes, com intervalo de geração, qualidades ou defeitos que lhes eram particulares; semelhança com os antepassados. Simplificando, seria um voltar do ser humano a um estado primitivo, a um ser selvagem. É admitir que o ser humano, em sua forma primitiva, seja louco.

Essa definição foi usada por muitos autores dentro da Criminologia para definir o estado psicológico e criminoso de um indivíduo, principalmente por Lombroso, o qual dentro de seus estudos sempre cita essa significação para construir o seu pensamento e difundir a sua pesquisa.

Segundo Rodrigues (1902) "a teoria atávica tem apenas uma aparência enganosa de explicação. Com efeito, se o delírio do homem civilizado é uma reprodução atávica hereditária do delírio do homem selvagem primitivo, onde se encontraria a origem do delírio do homem primitivo?"

Adotar o atavismo como teoria para qualquer estudo atual é um pouco absurdo, tendo em vista que não só a mente do indivíduo como o meio ambiente em que ele vive (sociedade, a poluição em que ele está inserido, educação, dentre outros) influencia bastante nas suas ações.

Cesare Lombroso e sua teoria

Médico italiano, Lombroso se especializou em Psiquiatria e pode ter muitas experiências profissionais que reforçassem os seus estudos sobre a delinquência. Um desses trabalhos foi numa Penitenciária em Turim, onde ele realizou a autopsia de vários cadáveres, encontrando em um deles um crânio de um homem primitivo.

Esse estudo foi o marco inicial para a análise de vários outros casos, fazendo com que suas ideias e teorias fossem difundidas no mundo e em toda Europa.

Com isso, ele publicou um livro chamado "O homem delinquente", em 1876, onde importante autor explica diversos fatos que ocorrem para que um crime seja realizado, ou seja, a relação entre o delito e o indivíduo delinquente. De grande percepção do seu livro é que ele dava muito valor às formações de crânios e as classificava, além de examinar deformidades na fisiologia do indivíduo.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Em seus estudos, podia-se perceber que ele se baseava muito na Antropologia Criminal, citando – a em seus arquivos:

> Talvez interesse conhecer como conseguir chegar as atuais conclusões que apresento. Em 1807 eu realizava umas investigações sobre cadáveres e seres humanos vivos nas prisões e asilos de anciãos na cidade de Pavia. Desejava fixar as diferenças entre loucos e delinqüentes, mas não estava conseguindo. Repentinamente, na manhã de um dia de dezembro, fui surpreendido por um crânio de um bandido que continha anomalias atávicas, entre as quais sobressaíam uma grande fosseta média e uma hipertrofia do cerebelo em sua região central. Essas anomalias são as que encontramos nos vertebrados inferiores. (LOMBROSO: 1906, 665)

Lombroso não estava somente satisfeito em descobrir essas características. Ele queria também identificá-las de forma a ficar mais palpável para que futuramente as pessoas tivessem uma compreensão maior de como funcionava e como era fisicamente a cabeça de um criminoso, o porquê de ele cometer os delitos.

Foi então que ele decidiu criar espécies de delinquentes; seis eram os seus tipos, tendo como maior destaque o delinquente “nato”, que era tratado como uma subespécie humana. Com o seu estudo, ele pode analisar várias situações onde o crânio sofria deformação e que se pareciam com o de vertebrados inferiores. Por conta dessa análise, pode-se ver que houve uma fundamentação bastante ostensiva no atavismo, no qual comparava-se o comportamento desse indivíduo delinquente ao de alguns animais, ao de tribos primitivas e algumas atitudes de patologia infantil de grande profundidade.

Segundo sua visão, menos da metade dos criminosos não são natos e qualquer crime cometido por eles é movido pela ira, justificando, dessa forma, os crimes dos homens brancos. Destacando-se, assim, que os inferiores cometem crimes devido ao atavismo.

Ou seja, a ideia do atavismo aparece muito relacionada à figura do delinquente nato. Para ele, há uma distinção muito grande e rica de anomalias e características de origem degenerativa ou atávica, dentre elas o formato do crânio, da testa, do nariz, dos lábios, dentre outros.

Da sua obra, percebemos também que o criminoso possui uma abrangência de tipos comportamentais, sociais e psicológicos que se degeneram com o passar dos anos, durante a vida deste. Considera o indivíduo que comete o delito, o nato na maior parte, como um ser inferior, que não evoluiu, atávico, igual a um louco ou a uma criança, que precisa de conhecimento dos valores e da moral.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Lombroso, cita que:

> (...) a freqüência em macrocéfalos de freqüentes cristas ósseas do crânio, de crânios muito alongados ou muito arredondados, e nas faces a desproporção entre as duas metades da face, lábios volumosos, boca grande, dentes mal formados com precoce caída nas formas mais graves, volta palatina assimétrica ou escondida, restrita; a campainha da garganta alongada e bífica, aumento e desigualdade das orelhas. Todas anomalias, especialmente as do crânio, que temos encontrado nos criminosos (LOMBROSO, 2007. p. 197)

Podemos perceber ainda que há uma divisão no seu estudo, publicado em forma de livro, ora supracitado, no qual é relevante ser explicado. Primeiramente, ele descreve o comportamento criminoso dizendo que essa criminalidade não é cultural e sim biológica. Quando percebido que crianças também podem cometer crimes, o autor cita que esses indivíduos são dementes moralmente falando e que se não houver freio nas suas ações, tais hábitos irão continuar a acontecer.

Cita ainda que a criminalidade é um comportamento comum em estados de selvageria e põe como exemplo dessa condição o gosto por tatuagem.

> Uma das características mais singulares do homem primitivo ou em estado de selvageria é a freqüência em que se sobrepõe a esta, antes cirúrgica do que estética, operação que recebeu exatamente de uma língua oceânica, o nome de tatuagem. (...) É especialmente na triste classe do homem delinqüente que a tatuagem assume caráter particular, e estranha tenacidade e difusão. (LOMBROSO, 2007, p. 30-32)

Na visão de Lombroso, o cérebro das pessoas que cometem crimes é menor do que o das pessoas consideradas normais, apesar de que alguns desses criminosos possam apresentar cérebros muito grandes. Para ele, duas características mostram uma inclinação para o cometimento de crimes. A primeira é o gosto pela tatuagem, pois explica esse autor que há uma tendência pela ornamentação e pela dor. A segunda, é o uso de onomatopeias e gírias, que são características de crianças.

Pode-se citar ainda que a escola a qual Lombroso pertencia causava um grande efeito nos seus estudos, sendo ela a Escola Positiva. Era um produto do naturalismo e possuía ideias de Darwin com o evolucionismo; sociológica, com Comte, dentre outras áreas de grande importância.

A Escola Positiva surgiu para se "opor a necessidade de defender mais enfaticamente o corpo social contra a ação do delinquente, priorizando os interesses sociais em relação aos indivíduos. " (RABUFFETTI, 1999, p. 35)

ISBN - 978-85-7822-205-5

"Os positivistas rechaçaram totalmente a noção clássica de um homem racional capaz de exercer seu livre arbítrio. O positivista sustentava que o delinquente se revelava automaticamente em suas ações e que estava impulsionado por forças que ele mesmo não tinha consciência" (ALBERGARIA, 1999, p. 131), ou seja, seria voltar àquele estado atávico supracitado.

3.1 Críticas à teoria de Lombroso

Pode-se encontrar várias críticas acerca da teoria, sendo que muitos teóricos as definem como muito generalista e feita em um século onde não existia uma imensidão de métodos para definição de um crime. Defendem que a teoria deste é atrasada, se aplicável atualmente.

Segundo Manzarena (1984, p. 180), "uma das primeiras críticas feitas a Lombroso é sua afirmação de que o delinquente nato está predestinado a delinquir. " Ou seja, aqueles indivíduos que nascem com as características de um criminoso nunca poderão mudá-las; sempre serão passíveis de cometer um novo delito. Outra crítica surge em Ferri (1887, p. 98) quando esse autor diz que "Lombroso não leva em consideração os fatores externos. "

O que os autores supracitados questionam é a fixação de Lombroso em dizer que o indivíduo que comete um delito, o comete porque suas características físicas assim o determinam. Não há na sua teoria um estudo sociológico sobre os motivos do crime ter acontecido, em que momento e ambiente vivia aquela pessoa delinquente.

Podemos perceber que havia uma obsessão pela loucura, ou seja, que o fato de uma pessoa vir a cometer um crime era somente por questões do atavismo, de uma "hereditariedade do mal", de uma doença.

Nina Rodrigues e o controle sócio-racial

Em uma breve síntese, Nina Rodrigues foi um médico psiquiatra maranhense e professor de Medicina Legal, considerado como o pai dessa mesma disciplina. Possuía como fundamentação teórica dos seus estudos teóricos italianos e franceses.

Da leitura de sua obra, podemos perceber que esse autor defende um controle social fundamentado na classificação das raças, as quais modificam as penas para os criminosos por

ISBN - 978-85-7822-205-5

conta de características físicas determinadas. Pela questão de se basear muito em teóricos europeus, o seu conceito de criminalidade era muito diferente entre os brancos, considerados muito evoluídos, e os negros, menos evoluídos.

Vale aqui ressaltar que Nina Rodrigues era mulato, mas não se considerava assim, porque ele tinha conhecimento e um poder aquisitivo melhor do que a maioria da população que ele considerava inferior, ou seja, o fator de ter uma formação influenciava no "embranquecimento" da sua pele, além do fato de ele ter uma relação social europeu.

Pode-se destacar que essa visão predominava em todo o mundo, onde entre os séculos XIX e XX, os europeus tentavam convencer de que algumas raças eram mais evoluídas que outras. Com esse pensamento, a ciência tentava legitimar a exploração dos povos africanos, que eram considerados primitivos, e legitimar a escravização dessas pessoas.

Da leitura dos seus escritos, percebemos que Nina Rodrigues utiliza como referencial teórico autores evolucionistas como Arthur de Gobineau, o qual atribuiu as diferenças sociais entre a superioridade dos brancos e a inferioridade biológica do africano negro. Entendia ainda que esses africanos deveriam ser civilizados nos costumes dos brancos, ou seja, que eles deveriam se adaptar às tendências dos brancos e que assimilassem sua cultura.

Outra personalidade que influenciou os estudos de Rodrigues foi Cesare Lombroso, o que dizia ser possível identificar o criminoso pela sua anatomia, tendo em vista que a criminalidade estava ligada à biologia do ser humano como indivíduo em sociedade.

Na obra de Nina Rodrigues, ele explica que três são as raças da formação do povo brasileiro e que elas mostraram "aos produtos de seu cruzamento caracteres patológicos diferenciaes de valor" (RODRIGUES, 1939, p. 203). Para ele, a miscigenação entre raças em diferentes estágios de evolução resultaria em seres humanos misturados, degenerados de inteligência, desequilibrados e com problemas comportamentais.

Considerava ainda que o sangue negro na construção do povo brasileiro "há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo" (RODRIGUES, 1982, p. 28). Definitivamente, Rodrigues não era a favor da miscigenação no Brasil, entendendo como algo negativo.

O que podemos perceber de tudo que já foi aqui citado era que Nina Rodrigues pretendia que orientações de controle social fossem dadas, a partir da ciência e que a sociedade pudesse

ISBN - 978-85-7822-205-5

evoluir a partir de então; que esse controle tornasse o Brasil um país sem mestiçagem, o que soa como uma questão bem ilusória, tendo em vista que nossa nação é uma junção de várias identidades, ou seja, não havia possibilidade alguma de o Brasil se tornar um país de descendência europeia como era desejado.

Considerações Finais

O que ficou claro de toda pesquisa realizada e de todo o contexto trazido nesse artigo é que essa teoria de atavismo e todas as ideias defendidas por Cesare Lombroso e por Nina Rodrigues, apesar de possuírem grande importância para a época em que elas foram contextualizadas e por possuírem uma importância histórica, já não são de grande valia nos dias atuais.

Estudos mais recentes já comprovam que o ser humano tem o cérebro muito complexo e medir a capacidade de delinquência por características físicas é de tamanha ignorância. Não só características influenciam na delinquência, como também a educação e principalmente ela, pode mudar o "destino" da pessoa.

A pesquisa realizada por Lombroso foi importante no contexto de descobertas que seriam o ponto inicial para se descobrir futuras patologias já identificadas atualmente, como a psicopatia, esquizofrenia, entre outras, mas que só agem se os fatores já citados (educação, meio ambiente, poluição, cuidados terapêuticos) não forem adequados.

Hoje há uma coleção muito vasta relacionada aos estudos de Lombroso e de Nina Rodrigues, que somente explicam o que foi realizado por eles, como também, em sua maioria, que criticam suas posições, por acabarem sendo extremamente preconcebidas, preconceituosas.

O delinquente deve ser sim tratado para que não volte a cometer crimes e deve-se buscar hipóteses firmes, políticas de saúde pública e social para que esses indivíduos não voltem a cometer delitos. Precisamos sim rechaçar as ideias de que o delinquente é delinquente, porque ele nasceu assim. Tudo envolve uma questão de conhecimento nessa área e um estudo sociológico muito maior.

Não adianta tratar uma pessoa como criminosa sem antes entendê-la, sem entender o contexto em que ela está inserida, sem entender os motivos para o crime acontecer. A teoria do

ISBN - 978-85-7822-205-5

crime, em si, é um tanto complexa se não buscamos compreender a criminologia como um estudo mais aprofundado.

Várias teorias, na criminologia, existem para incluir o delinquente em alguma característica, mas poucas acham um meio correto de incluir o indivíduo delituoso na sociedade. As que conseguem são de pouca aplicabilidade, tento em vista que não há interesse político e social de inserir o ser delituoso na sociedade.

Ou seja, a delinquência não é somente uma questão mental – pouco considerada -, mas é, principalmente uma questão social. Se não inserimos um delinquente na sociedade, ele voltará a cometer delitos diversas vezes.

Referências bibliográficas

ALBERGARIA, Jason. **Noções de Criminologia**. Belo Horizonte, Mandamentos, 1999, p. 131

CALHAU, Lélio Braga. **Cesare Lombroso: criminologia e a Escola Positiva de Direito Penal**. Disponível em http://www.lfg.com.br. Acesso em: 14 de julho de 2018.

FERRI, Enrico. **Los nuevos horizontes del derecho y el procedimento penal.** Madrid: Centro Editorial de Góngora. 1887.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente.** Trad. Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2007.

MANZARENA, Luís Rodríguez. **Criminología.** México: Editorial Porrúa, S.A. 1981.

MENDES, Deisiane de Jesus. **Classificação dos criminosos segundo: Lombroso, Ferri e Garófalo.** Disponível em: http://www.atenas.edu.br/Faculdade/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/REVISTAJURI2006/7.pdf. Acesso em: 12 de julho de 2018.

RABUFFETTI, M. Susana Ciruzzi de. **Breve ensayo acerca de las principales escuelas criminológicas**. Buenos Aires, Fabián J. Di Placido, 1999, p. 35.

ISBN - 978-85-7822-205-5

RODRIGUES, Elisa. **Raça e controle social no pensamento de Nina Rodrigues**. Revista Múltiplas Leituras, v.2, n.2, 2009, p. 81-107.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Atavismo psíquico e paranoia**. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142009000400012. Acesso em: 03 de julho de 2018.

ISBN - 978-85-7822-205-5

AS LUTAS COTIDIANAS: OSCILAÇÕES NOS PREÇOS DOS ALIMENTOS EM ARACAJU DURANTE A II GUERRA

Autor: Marcelo Moreira Araujo
Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PET (MEC/FNDE).
Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente
marcola_rock@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/UFS)

Contexto do Brasil 1939 – 1945

O Presidente Getúlio Vargas em 2 de setembro de 1939, convoca uma reunião com todos os seus Ministros para decidir a posição do Brasil na Guerra que tinha sido declarada na Europa. A declaração de guerra não foi surpresa para Vargas e seu governo, as embaixadas brasileiras estavam cientes do possível conflito. Por unanimidade foi decidido que o Brasil adotaria a estratégia de neutralidade em relação a Guerra que estava prestes a começar. O governo tinha noção de quanto o conflito Europeu poderia impactar na economia brasileira, a neutralidade fazia com que o Brasil pudesse negociar acordos econômicos com os dois lados conflitantes (Aliados x Eixo). Assim, o Brasil continuou comprando armamento da Alemanha, enquanto negociava com os Estados Unidos investimentos comerciais e industriais norte-americanos em seu território. O exemplo mais evidente desses acordos econômicos, foi a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, financiada pelos norte-americanos. A população em sua maioria recebeu bem a neutralidade. Porém essa posição seria mantida apenas durante dois anos.

Em 8 de dezembro de 1941 todo gabinete de Vargas se reuniu para tratar dos acontecimentos do dia anterior. Os Estados Unidos declarou guerra ao Eixo depois de sofrerem um ataque dos japoneses em umas de suas bases militares. Diante disso a política de neutralidade tornou-se insustentável, os norte-americanos exigiram que o Brasil cortasse as relações diplomáticas com o Eixo. O governo brasileiro argumentava que não possuía força bélica para se defender em seu litoral de possíveis ataques do Eixo, por isso era um perigo para a nação criar um racha com a Alemanha e Itália. Assim, antes de declarar apoio aos Estados Unidos, Vargas se assegurou que receberia armamento americano, já que agora não contaria

ISBN - 978-85-7822-205-5

mais com as armas alemãs. Os norte-americanos desejavam a construção de uma base aérea no nordeste brasileiro, o que aconteceu em 1942 na cidade de Natal capital do Rio Grande do Norte. Em 27 de janeiro de 1942 o Brasil rompe as relações com o Eixo, as consequências de tal decisão seriam sentidas em abril de 1942, quando vários navios brasileiros que viajavam pela América central foram torpedeados por submarinos alemães. Porém o ápice dos ataques aconteceu em agosto, quando 5 navios brasileiros foram atacados pelo submarino U-507, desta vez os navios foram destruídos na costa nordestina dos país, causando uma onda de indignação e sentimento de vingança por parte da população. Esses fatos são narrados na parte três do livro.

O Brasil declarou guerra à Alemanha e Itália em 22 de agosto de 1942. Logo após a declaração, Nelson Rockfeller desembarcou em solo brasileiro para assinar vários acordos econômicos com o governo, relacionados a finanças, infraestrutura e a borracha brasileira. As relações entre Brasil e Estados Unidos se estreitaram ainda mais. Rockfeller era o representante da política de boa vizinhança americana, que tinha o objetivo de aproximar a América do Norte e a América do Sul, principalmente por meio de trocas culturais. O Brasil era considerado o principal parceiro dos Estados Unidos na política de boa vizinhança. Na quarta parte do livro o autor explica que o Brasil passou a depender muito militarmente e economicamente dos norte-americanos. Vargas entendia que a vitória dos Aliados na guerra estava encaminhada, por isso passou a trabalhar em um plano para tirar mais vantagens do conflito. O presidente também sabia que a política mundial pós-guerra, seria ditava pelos Aliados, chegou a conclusão que o Brasil precisava de uma participação mais efetiva no conflito, para receber ganhos ao final da guerra. É nesse contexto que surge a ideia da criação de uma Força Expedicionária (FEB), ordem que pegou de surpresa o exército brasileiro quando foi anunciada em 31 de dezembro de 1942. Em janeiro de 1943, Getúlio Vargas teve um encontro importante com o Presidente dos Estados Unidos Frank Rooselvelt. Entre outros assuntos foi discutido sobre a criação da FEB e sua atuação na Segunda Guerra Mundial. O encontro aconteceu na Base Aérea de Natal e serviu para reafirmar os laços entre as duas nações.

O Brasil passava por um momento de aumento da inflação e do custo de vida. Era um dos reflexos da guerra, houve escassez de combustível, prejudicando o transporte no pais. Enquanto isso o governo trabalhava no esforço de guerra, primeiro com políticas para o aumento da produção de borracha, material essencial para os Estados Unidos, que sempre esteve envolvido

ISBN - 978-85-7822-205-5

nos acordos entre os dois países. O segundo esforço de guerra era a criação da FEB, que teve uma chegada tardia no conflito, pois os aliados já dominavam pra ticamento todos os territórios envolvidos na guerra. A FEB atuou em solo europeu apenas em 1944, pois houve atraso em seu treinamento e aparelharam de guerra. A Força Expedionária Brasileira foi formada por soldados de todas as regiões do Brasil, pois o governo buscava ilustrar o caráter nacionalista do regime por meio do exercito. Ainda na parte cinco do livro o autor expõe os três erros que Vargas teria cometido e que impediram o Brasil de angariar espólios econômicos de guerra. O primeiro erro do presidente foi não evitar a renúncia de Oswaldo Aranha em agosto de 1944, pois o Ministro de Relações Exteriores era visto como o principal simbolo da relação Brasil-Estados Unidos. O segundo erro foi ordenar que a FEB voltasse ao Brasil logo após a vitória total dos Aliados na Segunda Guerra Mundial em meados de 1945, o autor entende que a FEB deveria ter continuado atuando nas ocupações feitas pelas tropas Aliadas nos países derrotados. O terceiro erro foi que o Presidente do Estado Novo demorou a tomar várias decisões importantes, como apoiar a causa dos Aliados logo no inicio da guerra, quando Vargas resolveu cortar relações com o Eixo, a guerra estava praticamente decidida, o que diminui a participação brasileira de maneira decisiva.

Aracaju vai sofrer diretamente com os efeitos da Segunda Guerra Mundial. Em agosto de 1942 teve sua costa marítima atacada por um submarino nazista. Navios mercantes e embarcações que levavam turistas foram destruídos, causando terror na população sergipana que pedia vingança. Como vimos isso levou o Brasil entrar na guerra e alterou de forma significativa o cotidiano aracajuano. Ocorreram blecautes, as pessoas não podiam ficar nas ruas até tarde. A falta de produtos essenciais foi uma reclamação constante nos jornais da época. E houve também comerciantes mal intencionados que aumentavam os preços dos alimentos sem motivação justa alguma, apenas colocavam a culpa na guerra.

O Radiodifusão em Aracaju

O rádio foi o queridinho da classe média brasileira no anos de 1930 e 1940 e teve uma importância muito grande durante o período de guerra. Pelo rádio os aracajuanos ficavam informados do conflito mundial. Ainda hoje continua com um papel muito importante na divulgação da informação e ferramenta política. Porém foi no período em que Getúlio Vargas

ISBN - 978-85-7822-205-5

esteve no poder que o rádio teve uma atenção especial. A radiodifusão se encaixou muito bem nos planos intervencionistas do Estado Novo, entre 1939 e 1945 em Sergipe vários programas e eventos foram divulgados pela rádio Aperipê com o intuito de elogiar ou aumentar a popularidade do governo Estado-novista. A escolha do rádio como meio de propagação das ideias políticas é fácil de ser compreendida, o aparelho radiofônico pode alcançar áreas remotas com facilidade, assim a informação era espalhada por todo o país, e não foi diferente no estado sergipano. Todavia, era necessário ter controle do tipo de conteúdo que era divulgado, por conta disso departamentos foram criados, como por exemplo o DIP e o DEIP, que atuaram de forma significativa na década de 1940. O DEIP controlava as canções reproduzidas na rádio. O Departamento incentivava a criação de atividades de educação cívica e apologia ao regime estadonovista

O Estado Novo tinha como objetivo gerenciar a vida cultural brasileira. Assim, a radiodifusão deveria dar conta de três esferas: a administrativa (discursos políticos e comunicados oficiais), a instrutiva (educação cívica) e a intelectual (programas culturais). Disciplinar a cultura; refino intelectual; disseminar as ideias nacionalistas; autopromoção de políticos; eram metas que o Estado Novo esperava conseguir com a radiodifusão. A PRJ-6 tentava variar entre o "rádio cultura" e o "rádio diversão". "Para fazer do rádio uma arma de mudança, uma arma política, foi preciso sintonizar o campo político com uma propaganda sedutora e diversificada" (MAYNARD, 2014, p. 60). Dessa forma, a programação tornou-se multifacetada ao unir palestras com programas voltados aos jovens. Era a forma que o governo buscava de atrair a população para depois doutriná-la.

A rádio Aperipê no início tentava copiar as grandes rádios do Brasil da época além de contratar pessoal especializado fora do estado de Sergipe. A estação de rádio no começo funcionou de forma precária até encontrar uma sede definitiva, mas mesmo assim foi importante para muitos artistas sergipanos que ficaram conhecidos graças as apresentações no rádio. Ser conhecido na época como cantor da rádio PRJ-6, era motivo de orgulho. A PRJ-6 fez sucesso com programas ao vivo e de auditório, a rádio reuniu multidões nas praças para ouvirem suas transmissões. Os funcionários da Aperipê eram sempre pessoas de confiança do governo e que em sua maioria possuíam outros empregos. Ninguém ousava reproduzir ideias na rádio Aperipê que o regime de Vargas fosse contra.

ISBN - 978-85-7822-205-5

O interventor coronel Augusto Maynard Gomes que deu atenção especial a rádio PRJ-6, em seu mandato a estação se desenvolveu, principalmente quando passou para a iniciativa privada no ano de 1942. O estado passava por uma crise econômica, vender a rádio foi a melhor opção para que a Aperipê pudesse ter continuidade. Os nomes dos interventores sempre estavam ecoando nos rádios, era a tentativa de se criar figuras carismáticas por meio de muitas homenagens feitas aos políticos. A apologia aos interventores era constante nos meios de comunicação da época (rádio e jornais). Portanto, os políticos do Estado Novo deveriam fazer parte do imaginário do povo.

A radiodifusão serviu como distração no período de guerra, foi uma forma do governo de apaziguar a ansiedade que o povo sentia com o a Segunda Guerra Mundial e claro informar. As pessoas ficavam sabendo quando navios atracavam no porto de Aracaju, assim eram informados quais produtos chegavam na cidade, dava pra saber assim o que faltava na capital.

Economia de Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial

Os sangrentos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial estavam distantes do nordeste brasileiro. Mesmo assim as consequências do conflito foram sentidas em terras sergipanas, principalmente na economia do Estado. Restrições econômicas, escassez de produtos, aumento dos preços de gêneros alimentícios e combustíveis[1], fizeram parte do cotidiano dos sergipanos entre 1939 e 1945.

No início da guerra em janeiro de 1939, a prefeitura de Aracaju divulgou um tabelamento de preços de alimentos essenciais para a dieta dos sergipanos[2]. Entre eles: farinha de mandioca, feijão, arroz, milho, café, manteiga, açúcar, carne bovina, peixe, leite e etc. Quem vendesse esses produtos por preços diferentes do tabelamento feito pela prefeitura, estava correndo o risco de sofrer penalizações, como pagamento de multas e mercadoria apreendida. Com isso,

1 MAYNARD, Andreza S. C.; BARBOSA, Caroline de Alencar; MAYNARD, Dilton C. Santos. **Segunda Guerra:** Histórias de Sergipe. Recife: EDUPE, 2016.
2 Folha da Manhã. Aracaju, 31 de janeiro de 1939, n° 296.

ISBN - 978-85-7822-205-5

podemos notar a preocupação do governo municipal de que os comerciantes locais usassem a Segunda Guerra Mundial como justificativa para aumentar os preços dos alimentos.

Porém na prática o tabelamento nem sempre funcionava, podemos citar o caso do preço do pão em 1940[3]. Foi publicado em um dos jornais mais importantes de Aracaju na época, uma reclamação direta aos proprietários de padarias da cidade, que além de aumentarem o preço do pão de $100 para $200, também diminuíram o tamanho do alimento, gerando a indignação da população. Para efeito de comparação, na tabela divulgada em 1939, o preço do quilo pão deveria ser de $800. A nota do jornal cobrava providencias imediatas da prefeitura, dizendo que nenhum o outro estado brasileiro tinha o custo do pão tão elevado.

Esses aumentos nos preços dos alimentos podem ser questionados se analisarmos algumas notícias publicadas em jornais da época pelo governo federal, estadual e municipal. O primeiro exemplo é de uma nota de 1939 que dizia que a produção frutífera de Sergipe tinha sido abundante naquele ano, o que tendia baratear os preços das frutas[4]. Ainda em 1939 O chefe dos serviços Agrícolas do estado de Sergipe, Dr João Augusto Falcão entregou um relatório sobre a atual situação da agricultura do estado para o Ministro Fernando Costa, destaque para a produção de arroz que ocupava 673 hectares da região do baixo São Francisco[5]. Em 1941 o arroz volta a ser notícia em Sergipe, um acordo em União e Estado foi assinado com o objetivo de incentivar o aumento da produção do grão na região de Itaporanga ás margens do rio Vaza Barris[6]. Dessa forma, podemos notar que a produção agrícola de Sergipe estava em pleno crescimento, o que não justificaria o aumento de preço de alguns alimentos por falta de produção.

Já em 1942 comerciantes vão reclamar das estratégias de vendas de seus concorrentes que colocam o preço que querem em seus produtos.

> Antigamente, há uns 6 anos no meu ramo fui o maior concorrente; vendia com 30% menos e fazia muito negocio; tinha grande freguesia, vendia sem ajuste e tudo corria bem; hoje o contrário; chega um freguez amigo, vê um artigo qualquer, pergunta o preço e, como é mais barato do que em qualquer parte, pensa que não presta (sendo o mesmo) vai embora, e compra onde encontrou por preço mais elevado. Sou comerciante antigo, o meu sistema não muda, não me prevaleço da

3 Correio de Aracaju. Aracaju, 11 de junho de 1940, n° 1636, p.4
4 Sergipe-Jornal. Aracaju, 28 de abril de 1939, n° 9224
5 Sergipe-Jornal. Aracaju, 10 de março de 1939, n° 9206
6 Sergipe-Jornal. Aracaju, 17 de novembro de 1941, n° 9984, p.1

ISBN - 978-85-7822-205-5

> guerra para aumentar preços porque tenho muita mercadoria comprada barata e vendo é barato, compre quem quiser. (Folha da Manhã. Aracaju, 18 de agosto de 1942, n° 341, p.8).

Esse depoimento do comerciante Sindhulfo Barreto Fontes é muito interessante e importante. Aqui a afirmação que a concorrência elevou os preços dos produtos em virtude da guerra, usando o conflito como desculpa para os aumentos. O comerciante acusa que seus colegas agiram de má-fé, já que os produtos em questão não estavam em falta.

O governo tentava evitar os abusos dos comerciantes de maneira coercitiva através do uso de uma tabela de preços que era atualizada constantemente.

> A Comissão Estadual de Preços em face de constantes reclamações oriundas do abuso de alguns comerciantes exploradores da economia popular e tendo em vista regularizar a situação tanto quanto possível, de conformidade com o que recomenda a Coordenação da Mobilização Econômica, resolveu dar maior divulgação a tabela de preços baixada pela Comissão Municipal de Preços, devidamente homologada. E como se trata da defesa dos interesses da coletividade reitera a determinação de punir com as sanções legais os infratores da referida tabela. (Folha da Manhã. Aracaju, 9 de dezembro de 1943, n° 712, p.4).

Considerações finais

Aracaju sentiu os efeitos de uma guerra de forma direta e indireta. Os ataques a sua costa assustaram sua população, que passaram acompanhar o conflito mais de perto através dos jornais e principalmente das rádios. O cotidiano foi afetado inicialmente com os corpos que boiavam nas praias aracajuanas, pois o povo não sabia como reagir a tal barbaridade. Depois ocorreu a escassez de produtos essenciais como papel e combustíveis. Foram tempos difíceis para as classes baixas da capital. Além dos produtos que faltavam, tiveram que conviver com os aumentos de preços dos alimentos que não se justificavam, pois Sergipe passava por um período de crescimento de sua agricultura. O governo municipal tentou por meio de políticas públicas melhorar essas problemáticas, porém nem a ditadura de Vargas conseguiu influenciar no cotidiano da classe média de forma eficiente. Os comerciante cometeram abusos e passaram

ISBN - 978-85-7822-205-5

por cima das tabelas do governo. Mesmo Aracaju sendo a única capital que sofreu com um ataque marítimo, recebeu pouca atenção do Estado Novo,que concentrava seus esforços na capital federal do Brasil, o Rio de Janeiro que também sofria com inflação durante a guerra.

Referências Bibliográficas

MAYNARD, Andreza S. C.; BARBOSA, Caroline de Alencar; MAYNARD, Dilton C. Santos. **Segunda Guerra: Histórias de Sergipe.** Recife: EDUPE, 2016.

LOCHERY, Neil. **Brasil Os Frutos da Guerra.** Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2015.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **Ao Pé Do Ouvido:** Sergipe, o Estado Novo e a criação da Rádio Aperipê**.** São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

PINTO, Luiz Antônio . **A guerra já chegou entre nós!** *o cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina* . Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012.

FERRAZ, César. Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2005.

Arquivos

Arquivo Público da Cidade de Aracaju.

Arquivo Virtual dos Jornais de Sergipe UFS.

ISBN - 978-85-7822-205-5

HERÓI PARANOICO: UMA ANÁLISE PSICOLÓGICA DO PERSONAGEM TRAVIS NO FILME TAXI DRIVER

Romério Novais de Jesus
Mestrando do Curso Interdisciplinar em Cinema da Universidade Federal de Sergipe
romerionovais@gmail.com

Débora Wagner Pinto
Mestranda do Curso Interdisciplinar em Cinema da Universidade Federal de Sergipe
debora.psycho@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia (DCS/UFS)

Uma introdução da psicologia da personagem: o caso do Cinema

Aristóteles, em sua Poética (2008), ao teorizar sobre a relação entre a narrativa ficcional e o mundo real, trata as personagens como uma imitação da realidade, sendo que "uma vez que o poeta é um imitador, como um pintor ou qualquer outro criador de imagens, imita sempre necessariamente uma de três coisas possíveis: ou as coisas como eram ou são realmente, ou como dizem e parecem, ou como deviam ser" (ARISTÓTELES, 2008, p. 97). Portanto, o artista deveria trazer à obra uma imitação da realidade para garantir um sentimento de verdade dos acontecimentos e das personagens.

Candido (2009) acrescenta dizendo que a personagem é um "ser fictício", que, mesmo sendo uma criação fictícia, é também contornada com um pouco da essência do ser humano – isso quando ela não é também encarnada pela própria figura humana, como é o caso do teatro e do cinema –, transmitindo assim, em sua própria essência, a impressão de um ser da realidade existencial. Deste modo, o autor pode imitar não apenas a forma exterior dos seres humanos, mas também a interioridade e a complexidade humana. E esta realidade matriz pode aparecer modificada segundo a concepção estética do autor.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Segundo Aumont (2009), embora o cinema tenha incorporado a narratividade do romance, a obra fílmica, com sua diversidade de recursos criativos, se configura como uma narrativa bastante complexa:

> Porém, esse enunciado que, no romance, é formado apenas de língua, no cinema, compreende imagens, palavras, menções escritas, ruídos e música, o que já torna a organização da narrativa fílmica mais complexa. Por exemplo, a música, que não tem em si valor narrativo (ela não significa eventos), torna-se um elemento narrativo do texto apenas pela sua co-presença com elementos, como a imagem colocada em sequência ou os diálogos: portanto, seria necessário levar em conta sua participação na estrutura da narrativa fílmica (AUMONT et. al., 2009, p. 106).

Sobre a importância da imagem cinematográfica no processo de construção da personagem, Rosenfeld (2009) salienta que a câmera, através de seu movimento e dos diversos pontos de vista que pode assumir, exerce uma função, nitidamente, narrativa e expressiva, podendo exprimir e materializar os estados psicológicos, os sentimentos, os desejos e as ideias de uma personagem.

O som também tem sua importância para construção do filme e da personagem. No período denominado "cinema mudo", a ausência de falas tornava a interpretação bastante teatral, pois, para traduzir as emoções das suas personagens, "os atores exageravam cada movimento, reviravam os olhos, apertavam as mãos. Eram exortados a tornar cristalinos o enredo, a ação, e, de qualquer modo, herdavam uma tradição teatral que privilegiava a declamação e a postura" (CARRIÈRE, 2006, p. 27). E a possibilidade de introdução da música no filme proporcionou outro "contraponto psicológico tendo em vista fornecer ao espectador um elemento útil para a compreensão da tonalidade humana do episódio" (MARTIN, 2005, p. 158).

Em síntese, no caso do cinema, a personagem é construída por meio dos recursos audiovisuais (os planos, os ângulos, os movimentos de câmera, a iluminação, a montagem, os sons, a música, etc.), dos recursos narrativos (enredo, diálogos, ambiente, instâncias narradoras, etc.), e dos recursos cênicos (ator, cenários, figurinos, entre outros), os quais são agenciados e configurados pelo cineasta para formatar e dar vida a este ser fictício.

Sendo assim, o presente trabalho pretende investigar como os elementos cinematográficos evidenciam os processos mentais da paranoia em torno do personagem

ISBN - 978-85-7822-205-5

Travis, no filme Taxi Driver (1976), de Martin Scorsese, através da análise fílmica, embasada na fundamentação teórica sobre a paranoia e a personagem cinematográfica.

A escolha da temática e do filme Taxi Driver parte, inicialmente, da importância que o personagem Travis tem para a constituição da narrativa e da forma como Scorsese utiliza os recursos cinematográficos para construir o seu protagonista. Embora Travis seja um paranoico violento, mesmo assim, ele partilha de muitos dos sentimentos de nossa condição humana. Por seguinte, parte da importância deste filme para a arte cinematográfica, sendo até hoje referencial para muitos cinéfilos, profissionais, estudantes de cinema e áreas afins.

Paranoia: o caso Schreber, segundo Freud

Freud, em 1911, ao estudar o caso de Daniel Paul Schreber, conclui "que na paranoia tratam-se de delírios que mantém um conflito agudo com o outro. Conflito que se apoia na relativa preservação do pensamento, da vontade, da atenção e da orientação" (DUNKER, 2003, p. 25). Geralmente, as alucinações têm início com as auditivas, seguidas pelas visuais. "Não é porque o sujeito seja paranoico que os outros não o perseguem. Mais comum, é exatamente por se sentir perseguido que o sujeito acaba produzindo situações em que a perseguição se realiza no real" (DUNKER, 2003, p. 35).

Já a dementia paranoides é descrita da seguinte forma:

> […] neste caso, após um período depressivo inicial, instala-se rapidamente, inicialmente construídas em torno de interpretações e de ilusões de memória. Salvo por explosões ocasionais de cólera, o delírio perde muito depressa toda influência sobre o comportamento e as ações do doente. Depois do desenvolvimento inicial bastante rápido, não constatamos nem evolução nem progresso verdadeiro da doença. O estado mórbido pode manter-se quase inalterado durante uma década ou mais. A clareza da consciência e o comportamento externos continuam praticamente inalterados; a despeito das idéias delirantes, completamente incoerentes, acompanhamos uma produção maciça de neologismos (KRAEPLIN, 1893 apud DUNKER, 2003, p. 24).

Para Freud (2006), a paranoia se define como uma neurose de defesa, tendo como seu mecanismo principal a projeção. Dentre as características pertinentes no surgimento da paranoia, principalmente aos homens, estão os descasos sociais e as humilhações.

ISBN - 978-85-7822-205-5

> A investigação psicanalítica da paranoia seria completamente impossível se os próprios pacientes não possuíssem a peculiaridade de revelar (de forma distorcida, a verdade) exatamente aquelas coisas que outros neuróticos mantêm escondidas como um segredo. Visto que os paranoicos não podem ser compelidos a superar suas resistências internas e desde que, de qualquer modo, só dizem o que resolvem dizer, decorre disso ser a paranoia um distúrbio em que um relatório escrito ou uma história clínica impressa podem tomar o lugar de um conhecimento pessoal do paciente. Por esta razão, penso ser legítimo basear interpretações analíticas na história clínica de um paciente que sofria de paranoia (ou, precisamente, de dementia paranoides) e a quem nunca vi, mas que escreveu sua própria história clínica e publicou-a. Refiro-me ao doutor em Direito Daniel Paul Schreber (FREUD, 2006, p. 07-08).

Geralmente, os casos de paranoia são acompanhados por sintomas de megalomania (pretensão de ser poderoso, temido), por vezes, pode ser responsável pela constituição da paranoia. A libido é associada ao ego, no sentido de engrandecê-lo, onde se retorna ao estado do narcisismo, tendo como objeto sexual, o próprio ego. Portanto, podemos sugerir que a paranoia possui uma fixação no estado narcisismo, onde ocorrem investimentos libidinais no eu, o que explica a característica megalomaníaca do mesmo. Após alguns estudos, Freud (2006, p. 06) "caracteriza, em 1915, a paranoia – junto à melancolia – como uma neurose narcísica".

No caso de Schreber, na sua construção delirante fica evidente o insuportável encontro com o real, como também o sentimento de desamparo humano, partindo como pressuposto que o laço de amor sustenta a nossa existência humana. O investimento libidinal que o paranoico coloca para si é importante na sua tentativa de curar-se. "A formação delirante, que presumimos ser o produto patológico, é, na realidade, uma tentativa de restabelecimento, um processo de reconstrução" (FREUD, 2006, p. 78). Para diferenciarmos a neurose da psicose na fase de negação da realidade, podemos esclarecer que, a primeira não nega a realidade, e sim, a ignora, já a segunda, despreza e procura substituí-la.

> O mecanismo de formação de sintomas na paranoia exige que as percepções internas - sentimentos - sejam substituídas por percepções externas. Consequentemente, a proposição 'eu o odeio' transforma-se, por projeção, em outra: 'Ele me odeia (persegue), o que me desculpará por odiá-lo.' E, assim, o sentimento inconsciente compulsivo surge como se fosse a consequência de uma percepção externa: 'Eu não o amo - eu o odeio, porque ELE ME PERSEGUE.' A observação não deixa lugar para dúvidas de que o perseguidor é alguém que foi outrora amado (FREUD, 2006, p. 39).

ISBN - 978-85-7822-205-5

Portanto, considera-se a paranoia como um processo mental descrito por ansiedades e medos excessivos, chegando à irracionalidade; e que está atrelada a uma fixação na fase narcísica, nos investimentos libidinais do eu, alimentadas pelo seu próprio ego. A pessoa que se encontra delirante, se desloca de uma posição ativa para uma posição passiva. Sendo assim, o seu objeto de ódio, amor ou traição, encontra-se na posição objetal do Outro.

A paranoia no filme Taxi Driver: o caso Travis Bickle

Taxi Driver narra o Dr.ªma de Travis, um veterano da Guerra do Vietnã, que trabalha como taxista em Nova Iorque, e que vive em busca de algo que dê sentido a sua vida. O filme nasce do contexto de pós-guerra do Vietnã e do pós-Watergate (escândalo político, da década de 1970, envolvendo o presidente americano Richard Nixon), no qual a sociedade norte-americana convivia com uma forte crise política, financeira e moral, com a violência nas cidades e o mal-estar causado pela guerra (SILVA, 2015). Esses fatores influenciaram tanto a construção do enredo do filme como do personagem Travis. Porém, deste contexto histórico-social, o que mais influenciou na caracterização do personagem foi a Guerra do Vietnã e, principalmente, o fato dele ter participado da guerra como fuzileiro. O próprio diretor Martin Scorsese explica que foi

> crucial para a personagem de Travis Bickle ter tido a experiência da vida e da morte à sua volta em cada segundo que vivera no sudeste asiático (...) Penso que é algo que qualquer pessoa que tenha vivido uma guerra, qualquer guerra, sente quando regressa àquilo que é suposto ser "a civilização". Fica decerto ainda mais paranoico. (...) Travis Bickle está afetado pelo Vietnã e isso está latente nele e depois explode (THOMPSON; CHRISTIE, 1989 apud SILVA, 2015, p. 91).

Segundo Mesquita (2004), os soldados da Guerra do Vietnã eram "homens capazes dos maiores sacrifícios pela causa do país [...], e que, no entanto, seriam 'traídos' pelo próprio país, pois ao retornarem não seriam recompensados pelas agruras sofridas (tornariam-se proscritos, desempregados, esquecidos)" (MESQUITA, 2004, p. 59). Sendo assim, ao retornar da guerra do Vietnã, Travis volta não como um "herói", mas como um derrotado e traído pelas pessoas do seu próprio país.

ISBN - 978-85-7822-205-5

> A falta de cerimônias públicas e de aconselhamento para os veteranos que voltaram da Guerra do Vietnã pode ter contribuído para os terríveis problemas que esses soldados revelaram no momento de reintegração à sociedade. As chamadas sociedades primitivas parecem mais preparadas para lidar com a volta de seus heróis. Fornecem rituais para purgar o sangue e a morte dos caçadores e guerreiros – rituais que os fazem tornar-se membros pacíficos da sociedade outra vez (VOGLER, 2006, p. 196).

Portanto, sendo a personagem também um produto da realidade, todos esses aspectos contextuais influenciam a constituição da psicologia de Travis, e sua paranoia do pós-guerra é percebida através da desconfiança com que ele age em relação às pessoas, deixando-o ainda mais isolado do mundo ao seu redor. Travis, após retornar da guerra no Vietnã, trouxe consigo as marcas dessa experiência, que resultaram em comportamentos violentos e insanos e na sua dificuldade de relacionar-se com a sociedade. Essas marcas internas instaladas na personagem são exploradas durante todo o filme, e são inseridas como um fator que o leva à paranoia.

Boa parte da narrativa de Taxi Driver é narrada pelo próprio Travis, enquanto escreve em seu diário. Ele conta sua rotina e expressa seus pensamentos sobre aquilo que observa nas ruas de Nova Iorque. Nos seus relatos, Travis tenta se diferenciar das outras pessoas e demonstra não se identificar com nenhum tipo de grupo social. Travis é, extremamente, moralista e se comporta como um ser diferente dos demais. Em uma das cenas do filme, o personagem se percebe como o "cavaleiro solitário de Deus", afirmando: "a solidão é uma constante em minha vida. Nos bares, nos carros, nas ruas, nas lojas, toda parte. Não há saída". Toda essa solidão e esse sentimento de não pertencimento revelam-se como fruto do próprio delírio da mente de Travis, pois ele se condiciona a viver com esses sentimentos, por achar que só ele é puro e o resto da humanidade é impuro, com exceção de Betsy, uma garota que trabalha para senador Palantine. Ela aparece, pela primeira vez, quase de forma celestial, com um longo vestido branco, que simboliza a pureza que Travis idealiza nela. Num plano geral e em câmera lenta, Betsy aparece entrando no comitê do senador, sendo descrita como um anjo na narração em off de Travis, que a vê como a única coisa pura no meio de toda a imundície que reina na cidade.

No início do filme, temos um plano detalhe dos olhos de Travis observando o ambiente ao seu redor de dentro do seu táxi, e, em seguida, temos alguns planos subjetivos do olhar de Travis, nos quais vemos luzes coloridas deformadas pela falta de nitidez na imagem e pelas

ISBN - 978-85-7822-205-5

gotas de água que escorrem no para-brisa, e vemos algumas pessoas andando pela calçada, na qual as luzes vermelhas e azuis e a fumaça do ambiente as transformam em figuras deformadas e fantasmagóricas. Nesta cena, as imagens e a montagem revela a forma disforme e caótica que o personagem vê o ambiente e as pessoas. A percepção do mundo e das pessoas é filtrada pelo olhar de Travis e da sua mente perturbada. A falta de nitidez das imagens deixa a sensação de que a retina de seus olhos ainda não se adaptou àquele ambiente, sugerindo que Travis está no mundo, mas dele não se sente pertencente.

Numa cafetaria com seus colegas, Travis relata a agressão sofrida por um taxista. Em seguida, temos um primeiro plano dele observando, com o olhar fixo, um grupo de negros, que aparecem num plano conjunto; e mesmo os seus colegas o chamando, ele não escuta. Essa cena deixa evidente que as crenças de perseguição ameaçadoras fazem parte da paranoia presente no personagem Travis. Assim também, segundo a mente de Travis, o senador Palantine e o cafetão Spot são vistos como figuras do mal, que Travis precisa combater. Seus pensamentos são de medo e obsessão, percebendo-se em um cenário perigoso, interpretando eventos, que não possuem referências a ele, como uma realidade sobre si.

Num cartão escrito para seus supostos pais, ele diz que trabalha para o governo, ganha muito bem e está namorando a Betsy. Travis relata algo que é fruto da sua imaginação, pois ao acompanhar a história sabemos que, até então, ele é um taxista e que brigou com Betsy antes mesmo dos dois começarem um relacionamento afetivo amoroso. Essa cena é caracterizada como mais uma representação dos delírios proveniente do transtorno mental de Travis.

Podemos associar todos esses sintomas de Travis e os seus frequentes dias de insônia (fato que o impulsionou a atuar como taxista a noite) com o caso clássico de paranoia de Schreber, analisado por Freud, que na sua primeira fase de delírio paranoico se vê sozinho, considerando o mundo uma ameaça. Schreber apresentava insônia, e manifestava ideias de perseguição, hiperestesia (sensibilidade à luz e ao barulho) e umas ilusões sensórias. Acreditava ser prejudicado por certas pessoas e estar sendo perseguido. Passou a pensar que a missão de vida era redimir o mundo e oferecer algo que havia se perdido, a condição de beatitude (FREUD, 2006).

Esta situação, do caso Schreber, se assemelha com o personagem Travis, que narra suas impressões do mundo: “Todos os animais aparecem à noite. Prostitutas, malucos, bichas, travecos, traficantes, viados. É doentio e venal. Tomara que um dia caia uma chuva de verdade

ISBN - 978-85-7822-205-5

para limpar essa escória das ruas". Na metade do filme, ele compra várias armas, mata um ladrão, e está disposto a fazer justiça e redimir o mundo através da violência.

Esse sentimento de redenção também é percebido no desejo de Travis em salvar a adolescente Iris da vida de prostituição. Ele escreve uma carta para Iris, na qual se despede dela e faz um discurso fantasioso sobre sua própria morte. Passa a agir como um ser enviado por Deus para purificar o mundo e trazer de volta a ordem moral e a destruição daqueles que ele considera como a "escória da terra". Sua primeira tentativa de "limpar o mundo" ocorre quando ele tenta matar o senador Palantine em um dos seus comícios. Travis é apresentado, simbolicamente, através dos recursos fílmicos, como uma bomba-relógio perto de explodir e destruir o mundo em que vive.

Como não consegue matar o senador, Travis vai ao prostíbulo para resgatar Iris e devolvê-la para os seus pais, mesmo ela estando naquele lugar por vontade própria e tendo recusado a voltar para sua família. Então, Travis mata Sport e os outros cafetões daquele lugar, e Iris volta para os seus pais. Nas últimas cenas do filme, Travis aparece sendo ovacionado como um herói pela mídia e pelo pai de Iris, que, em narração em off, agradece pelo bem feito à sua filha e à sua família. Travis, depois de deixar Betsy em sua casa, olha para o retrovisor do carro como se tivesse acabado de ver algo estranho, e o seu rosto aparece com uma cor vermelha, que simboliza a violência, sugerindo, assim, que a qualquer momento outra explosão de paranoia de violência pode voltar a acontecer.

Considerações

Nesta investigação sobre a paranoia em torno do personagem Travis, foi possível relacionar o caso paranoico de Travis com o caso de Schreber, proveniente dos estudos de Freud. Na análise fílmica, observamos que os processos mentais deste transtorno são descritos, no filme Taxi Driver, por meio dos delírios, dos sentimentos de solidão e medo excessivos e fantasiosos, atrelados a uma fixação narcísica, das crenças de perseguição e ameaças irreais, dos pensamentos e desejos obsessivos e irracionais.

Em Taxi Driver, tais aspectos da paranoia é evidenciada através dos diversos recursos fílmicos, seja por meio do contraste entre as coisas que o personagem faz e fala, do uso do

ISBN - 978-85-7822-205-5

monólogo interior com a voz off, de um narrador-personagem que nos revela seus pensamentos mais ocultos, e da composição imagética e sonora. Neste processo de manifestação da paranoia no personagem, a imitação da realidade (contexto histórico-social) mistura-se à capacidade inventiva do autor, que, através dos recursos narrativos e estilísticos, cria seus seres fictícios, os quais só ganham sentido e vida ao serem organizados dentro do universo diegético da obra a qual pertencem.

Observou-se que a narrativa do filme está mais centrada nos conflitos internos e na trajetória psicológica da personagem, do que nos conflitos externos e na ação com suas peripécias. E a concepção do personagem Travis aproxima-se um pouco mais das características do ser humano, evidenciada por uma psicologia mais complexa, pluralizada e com "certos poços profundos, de onde pode jorrar a cada instante o desconhecido e o mistério" (CANDIDO, 2009, p. 60). Portanto, o universo ficcional de Taxi Driver concentra- se numa revelação da interioridade psicológica do personagem Travis e especialmente, da paranoia como uma faceta de sua personalidade, que se desloca para a própria estruturação dos recursos fílmicos, revelando a subjetividade de Travis através de uma trajetória afetiva marcada por sentimentos de medo, solidão, desejo de purificação, não pertencimento, por valores morais extremistas e pela violência.

Por fim, com esta pesquisa, espera-se contribuir para o campo dos estudos interdisciplinar em Cinema e Psicologia, lançando sementes que possam abrir caminhos para novas leituras dos traços psicológicos do personagem no cinema.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Referências

ARISTÓTELES. Poética. Trad. Ana Maria Valente. 3ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

AUMONT, Jacques et. al. A estética do filme. Campinas: Papirus, 2009.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio (org.). A personagem de ficção. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 51-80.

CARRIÈRE, Jean-Claude. A linguagem secreta do cinema. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

DUNKER, Lenz Ingo Christian. Sobre a compreensão psicanalítica da paranoia. Mental - Ano I - n. 1 - Barbacena - dez. 2003 - p. 23-37.

FREUD, Sigmund. O caso Schreber, Artigos sobre Técnica e outros trabalhos (1911- 1913). Edição Standad Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XII. Imago. 2006.

MARTIN, Marcel. A linguagem cinematográfica. Lisboa: Dinalivros, 2005.

MESQUITA, Luciano Pires. A "guerra do pós-guerra": o cinema norte-americano e a Guerra do Vietnã. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói, 2004.

ROSENFELD, Anatol. Literatura e personagem. In: CANDIDO, Antonio (org.). A personagem de ficção. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 09-50.

SILVA, T. G. Dirigido por Martin Scorsese: um estudo comparativo de Taxi Driver, Os Infiltrados e seus contextos de produção. Dissertação (Mestrado) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

TAXI Driver. Direção: Martin Scorsese. Produção: Julia Phillips e Michael Phillips. Intérpretes: Robert de Niro; Jodie Foster; Albert Brooks; Harvey Keitel; Leonard Harris; Peter Boyle; Cybill Shepherd e outros. Roteiro: Paul Schrader. Música: Bernard Herrmann. Nova York: Columbia Pictures, 1976. 1 DVD (114 min), son., color.

VOGLER, Christopher. A jornada do escritor: estruturas míticas para escritores. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.

ISBN - 978-85-7822-205-5

O CONCEITO DE TRANSFIGURAÇÃO: UMA ANÁLISE DO LIVRO *TRANSFIGURAÇÃO DA ROMÊNIA* , DE EMIL CIORAN.

Autor: Rui Benevides Prates
Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe.
ruibprates@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Bruno Martins Machado (DPS/UFS)

Apresentação

O presente estudo se originou em pesquisas realizadas durante a graduação. Com o aprofundamento das investigações, a tarefa se mostrou muito mais complexa, exigindo maior dedicação e cuidado. Desta feita, o trabalho sedimentou questões que atualmente impulsionam a escrita do nosso trabalho de conclusão de curso. A princípio, exploramos o conceito de transfiguração no pensamento do filósofo romeno Emil Cioran (1911-1995)[7]. Contudo, foi necessário estabelecer alguns limites e delimitar o objeto de pesquisa para compreender melhor a evolução do conceito frente à obra do filósofo. Assim, restringimos nossa tarefa, buscamos encontrar uma definição de transfiguração que abarcasse a chamada fase romena de Cioran. A complexidade da questão exigiu que o empreendimento se tornasse mais minucioso, voltando-se também para as análises políticas e históricas do autor. Efetivamente, tentamos dar conta da seguinte demanda: como se define e se dimensiona a noção de transfiguração feita por Cioran em seu *Transfiguração da Romênia* (1936)? - é esta questão o alvo do texto que se segue.

Até o momento, apesar das investigações de Liliana Nicorescu (2006) e Vasilica Cotofleac (2003), nem a definição do conceito de transfiguração, nem a sua dimensão enquanto projeto político e fundamento para análise histórica parecem ter sido esgotadas. Isto em razão

[7] Emil Cioran, filósofo romeno radicado na França desde o fim da década de 1930 até o término de sua vida, foi um dos grandes nomes do ceticismo e do pessimismo do século XX. Mudou-se para solo francês com a justificativa de produzir uma tese que nunca nasceu, deixando quatro livros publicados para a literatura de seu país. Em França, viveu como a subsistir dos recursos da universidade e de bolsas do governo até a idade de quarenta anos, quando a mudança da legislação universitária o impediu de continuar se alimentando gratuitamente em seus refeitórios. Passou a viver do dinheiro arrecadado de seus livros (em número de dez publicados ao longo de sua carreira francesa) e de artigos editados por jornais e revistas locais.

ISBN - 978-85-7822-205-5

de ainda não se ter desenvolvido suficientemente um estudo que, partindo da ordem geral da transfiguração como uma noção estética, deduzisse como consequências necessárias os argumentos cioranianos acerca da política e da história. As pesquisas, até agora, tangenciam a correlação de ambos aspectos, priorizando ora a exploração estética, ora a dimensão histórico-política do problema - inquirições motivadas, principalmente, pela curiosidade em encontrar possíveis influências ultranacionalistas sobre o jovem Cioran.

Da relação entre o autor e os movimentos ultranacionalistas europeus que precederam a Segunda Grande Guerra, criou-se um primeiro nível de preconceito acerca de suas produções, a saber: suas obras romenas, notadamente *Transfiguração da Romênia*, fazem apologia ao fascismo. Com isso, não só é possível compreender a razão do número escasso de estudos sobre tal livro, mas também uma certa preocupação dos comentadores de Cioran em resguardar suas produções posteriores. Injustamente, *Transfiguração* entra para o conjunto dos escritos como um episódio inglório na carreira do escritor.

Existe ainda uma outra ordem de preconceito resumível aos seguintes parâmetros: a obra cioraniana se destaca, por um lado, pelo seu aspecto "negativo", seu extremo pessimismo e seu desencantado niilismo, por outro lado, ela aparenta ser uma espécie de quimera literária, ou seja, um escrito que mistura lirismo e falta de rigor filosófico a um ímpeto extremamente depressivo. Tomando-se como referência tais leituras, uma apuração pormenorizada dos escritos do autor, principalmente em âmbito acadêmico, seria desnecessária, pois o seu conteúdo não traria acréscimos aos grandes nomes da tradição filosófica.

Na contramão dos preconceitos acima citados, através da nossa investigação sobre o conceito de transfiguração, pretendemos elucidar de que maneiras o pensamento de Cioran supera a simples interpretação pessimista da realidade. Também nos propomos a investigar como se desenvolve uma certa autonomia, determinante para que mesmo nas obras romenas se observe as divergências em relação a outros pensadores que trataram do pessimismo e que figuraram como referências declaradas para Cioran. Propomos ainda, em uma terceira via, a revisão da ideia de ultranacionalismo na obra do pensador romeno. A nós, tal movimento aparece como uma exigência quando nos defrontamos com os pressupostos que motivaram a escrita de *Transfiguração da Romênia*, sobretudo porque esta análise nos leva a compreensão da transfiguração em uma conjutura político-histórica.

É desta forma, portanto, que concebemos o trajeto de nossa investigação a partir de duas questões fundamentais: (i) Qual o conceito de transfiguração? Tendo-a definido, acreditamos

ISBN - 978-85-7822-205-5

que se tornaria possível analisar sua aplicação específica em *Transfiguração da Romênia*. (ii) Seria a ideia de transfiguração o fundamento das concepções cioranianas de política e de história? Em caso positivo, a análise sobre as motivações do autor apontaria para uma complexidade que deixaria de lado simplificações forjadas sobre a opção de ser ou não Cioran um ultranacionalista. Em consequência, a análise deveria mostrar como a noção de transfiguração assumiria o caráter de condição suficiente da estrutura conceitual de toda obra.

A partir dos referidos problemas, orientaremos o caminho do presente trabalho. Com eles, buscaremos definir e dimensionar a ideia de transfiguração na obra cioraniana em questão, além de exprimir o projeto político e a análise histórica do filósofo. Acreditamos assim, poder colaborar com um empreendimento significativo no conjunto de estudos sobre o autor.

O conceito de transfiguração

A transfiguração tem origem no latim *transfiguratio*, que significa a mudança para uma nova forma, transformação (Oxford Latin Dictionary, p. 1964). De acordo com o *Dicționarul explicativ al limbii române* (DEX' 09), dicionário da língua romena, primeiro idioma do filósofo, transfigurar (*transfigura*) tem o sentido de "alterar (essencialmente) a expressão da face, a aparência, o estado da mente". Fundamentados em investigações acerca da obra cioraniana, entendemos por transfiguração o processo pelo qual algo excede a sua forma, a sua figura, o seu caráter e, após uma experiência caótica, volta a se manifestar em uma expressão mais plena e pura de si mesma. Cioran se atém a tal imagem e a explicita em algumas ocasiões. Em *Nos cumes do desespero* (1934), ele nos indica que transfigurar "nada mais é que o triunfo da expressividade absoluta" (CIORAN, 2012, p.119). Em *O livro das ilusões* (1936), a transfiguração é ressaltada como um evento de purificação, como uma etapa, uma via para o desprendimento das particularidades rumo a uma ulterior comunhão: "todos os graus de transfiguração e todos os momentos de ascensão são vias para a pureza, para um desprendimento sublime, porque desprendimento não é outra coisa senão suprema comunhão" (CIORAN, 2014, p. 61).

Partindo das duas caracterizações acima, podemos esboçar contornos para o conceito de transfiguração. Em primeiro lugar, podemos admitir que a transfiguração é, em Cioran, um conceito estético, pois refere-se preponderantemente ao aspecto figural das aparências e às suas alterações. Seu dinamismo se pauta pela união de duas concepções estéticas cioranianas: a

ISBN - 978-85-7822-205-5

figuração e a desfiguração[8]. Os dois termos surgem por meio do que o autor chamou de individuação, o princípio pelo qual uma parcela da substância íntima da vida, a qual não possui aparência ou nome[9], isola-se em uma figura determinada.

O início da individuação, identificado ao nascimento, é a marca do isolamento das coisas - o nascimento é a figuração. A individuação, para se realizar, prevê uma segregação de uma parte anteriormente não figurada do substrato da vida, já o seu encerramento é uma espécie de reversão do figurado, em poucas palavras, é a desfiguração - noção que tem a morte como correlata. Desta forma apreendemos que a morte, final de toda individuação, é a desfiguração das coisas.

Por um lado, deve-se admitir a figuração como fundamento do princípio de individuação, o que define, por isso, toda a individuação como um adensamento do processo figural. Por outro, é necessário assumir a desfiguração como o episódio de "desmoronamento da individuação na morte" (CIORAN, 2014, p. 125), o que presume o encerramento de qualquer conformação figural, tornando a morte o limite daquele princípio.

Da união das duas concepções - figuração e desfiguração - Cioran atesta que o homem se torna habilitado para estabelecer uma relação com aquilo que precedeu à individuação das coisas. Apenas através de uma descida à essência, de uma vitória sobre o isolamento, uma transfiguração rumo aos inícios é que ele se torna apto a enxergar a vida em sua intimidade não figurada[10].

A consequência que se pode extrair deste pensamento é abissal: Só se ama a vida através do retorno a suas fontes, às origens. Por meio de uma paixão infinita, os homens se tornam capazes de ultrapassar as barreiras da individuação e, assim, ter acesso a tais fontes. Uma espécie de regresso ao que tudo já foi, à absoluta virtualidade que a tudo precedeu. Procede-se, então, um tipo de transfiguração vital. Conquanto o seu oposto, uma desfiguração metafísica, pode ser pensada como uma reversão, ou seja, uma anulação completa das potencialidades figurais. Como escreve o filósofo romeno: "O retorno é uma transfiguração vital; o reverter, uma desfiguração metafísica. O retorno é uma mística das fontes vitais; o reverter, pavor das últimas perdas" (CIORAN, 2014, p. 126). Concebida em um bloco monolítico, a ideia de

[8] Cf. CIORAN, 2014, p. 125-126.
[9] Ibid., "o mundo que precede a individuação é a vida sem nome, é a vida sem rosto" p.125.
[10] Ibid.

ISBN - 978-85-7822-205-5

transfiguração se refere a ascensão até o nível último de experiência de vida. É uma vivência do ilimitado, resultado de um atravessamento completo das modalidades figurais do mundo[11].

Para que se faça possível a experimentação de uma verdadeira transfiguração, é necessária a transformação da percepção acerca das condições limitantes da vida. A dor, o sofrimento e a doença - tudo aquilo visto como caráter negativo do viver não pode ser para o homem motivo de resignação. Pelo contrário, por obrigação deve-se alterar a postura frente a negatividade. Todos os fardos vividos precisam funcionar, segundo Cioran, como uma espécie de oportunidade através da qual se possa alcançar estados que se sobrepõem às limitações. Verifica-se, portanto, uma tendência que busca tomar a experiência negativa como um instrumento pedagógico. Como é possível efetivar tal movimento? Através da transfiguração, ou seja, busca-se tornar fecunda toda imposição figurativa, para então mobilizar as forças capazes de rompê-las e ultrapassá-las.

> Todo nosso ideal deve tender a tornar fecunda essa maldição, a extrair da enfermidade o que outros não se atreveriam a imaginar nem em milhares de felicidades. Só assim poderemos adiar o desmoronamento provocado pela doença, e só assim esse desmoronamento poderá chegar a ser uma transfiguração. Por que não aproveitar todos os instantes em que a doença incendeia as raízes de nossa vida, em que se insinua na matéria para reduzi-la a delicados pedacinhos, a restos de existência, e cresce até nos decompor em pedaços de peDr.ª, que são apenas os intermináveis desgostos de toda uma vida? Por que não aproveitar esses momentos para nos estimular no infortúnio, para extrair brilho do sangue de nossas feridas, para pôr uma auréola em nossos reveses? Se não aprendemos a fazer da doença algo positivo, por que continuar vivendo levando consigo o pesar por uma vida perdida? Por que nos queixarmos ante um desastre quando este poderia converter-se no princípio de uma série de iluminações? E todos os sofrimentos que obscureceram nosso rosto não são por acaso outras tantas fontes de nossa transfiguração? (CIORAN, 2014, p. 67)

A transformação do negativo em positivo é o que Cioran chama de triunfo do heroísmo. Um estado psicológico que possibilita a transfiguração: "Não começou nosso heroísmo quando nos demos conta de que a vida só pode conduzir à morte e, no entanto, não renunciamos a afirmar a vida?" (CIORAN, 2014, p. 43). A disposição heroica se caracteriza pela sua oposição a todo fator de debilidade para a vida, pela objeção de toda evidência e certeza que provenham do conhecimento da morte. Através do heroísmo, o homem deve se sentir dotado de uma força

[11] "Temos a obrigação de subir e descer até o infinito pela escada das formas da vida, cuja natureza há de importar-nos menos do que a magia da profundidade e da infinitude a que possamos chegar" (CIORAN, 2014, p. 62).

ISBN - 978-85-7822-205-5

infinita, apta a lhe impor um ritmo psicológico que o afaste da esterilidade de algumas condições: "O ritmo como reação voluntária não deveria faltar nunca no tratamento das doenças incuráveis, entre as quais figuram, em primeiro lugar, o ceticismo, o desespero e o pessimismo" (CIORAN, 2014, p. 175). O homem heroico deve conseguir movimentar "uma energia interior através da qual podemos nos erguer acima dos pontos débeis da vitalidade" (CIORAN, 2014, p. 176), mesmo que a transparência do fim para o qual decorre a vida permaneça inabalada. A bravura do herói está em elevar a vida ao máximo valor, sobrepondo-se à infertilidade das constatações da consciência.

A façanha do heroísmo é o triunfo sobre o conhecimento. Suas ações correspondem a uma vitória da ignorância, através da qual o irracionalismo da vida vence a paralisia da consciência. "Nós queremos viver, ainda que saibamos que nada pode salvar a vida das garras da morte. E nosso ideal não pode ser senão passar por cima do que *sabemos*, vencer as tentações do conhecimento e todas as coisas seguras que nos fizeram desesperar. Despertemos com frenesi da ignorância que nos esconde essa verdade, que a vida é uma doença crônica" (CIORAN, 2014, p. 43-44). Destarte, o heroísmo se realiza apesar da verdade e do conhecimento. À vista disso, a sua valentia compreende a transfiguração do ímpeto por viver em uma super vontade, uma vontade heroica, a qual se emancipa do simples desejo de permanecer vivo para se estabelecer como aspiração ao ilimitado, ânsia limite que tangencia os cumes do que pode ser realizado através da vontade.

A transfiguração, pensada como uma ascensão na escala da vitalidade, está sempre associada ao heroísmo, o qual, por sua vez, só existe através da transfiguração. O triunfo heroico é sempre um movimento transfigurador. A transformação do negativo em positivo, por meio do heroísmo, é fundamento básico da transfiguração.

Com a descrita relação, Cioran foi capaz não apenas de conceber uma possibilidade terapêutica para si, mas também, um caminho pelo qual a humanidade poderia se elevar a partir de suas imperfeições. Portanto, a ideia nunca se resumiu a um exercício de ascensão exclusivamente subjetivo. Ela sempre correspondeu a uma possibilidade de transfiguração em nível social.

Os fundamentos da política e da história

Em *Schimbarea la faţă a României* (Transfiguração da Romênia, 1936), a profusão do conceito de transfiguração em nível social e histórico é acentuada. Terceira obra publicada por

ISBN - 978-85-7822-205-5

Cioran, antecedida, respectivamente, por *Nos cumes do desespero* (1934) e *O livro das ilusões* (1936), *Transfiguração da Romênia* é um dos trabalhos responsáveis pela associação do pensamento de Cioran ao ultranacionalismo europeu da época. Dentre tantos temas, o livro explora as características do que seria uma cultura menor, a qual estaria à margem no palco político mundial, subsistindo apenas pelas consequências das ações afirmativas de outras nações. Pensar como as culturas menores poderiam realizar um salto para a história, passando de uma postura passiva para uma ativa[12], era uma preocupação de Cioran. Seu intuito era projetar para a Romênia uma perspectiva de transformação radical de seu estilo de vida (Cf. Cioran, 2004, p. 134).

A transfiguração romena concretiza-se como completa metamorfose de estilo de vida, denuncia as limitações figurais de uma maneira de viver. Cioran (2004) entende que a mediocridade do estilo de vida romeno corresponde ao seu posicionamento periférico em relação às grandes culturas do mundo. Um apequenamento sintomático de modelo doentio e que deve ser curado através de uma alteração estética. A transfiguração, para os parâmetros de um povo, deve se direcionar a sua entrada na dinâmica política mundial. Retirando-se do seu estado original de resignação em função de um dever global e lançando-se em um projeto "messiânico", cujo destino estaria indubitavelmente relacionado a sua ação frente ao restante das nações.

O argumento principal usado por Cioran para justificar a mudança de postura de um povo se refere à integração entre comunidade e cultura. De acordo com o filósofo, estar integrado é estar num estado imanente em relação à cultura. Significa permanecer conformado ao seu espectro de pensamento e de atuação, limitando-se a um marco (*cadrul*). Ao mesmo tempo, o relaxamento deste marco, sua labilidade (*labilitatea*), corresponde ao princípio de um declínio cultural, pois promove a desintegração de sua direção interior, ou seja, de seu estilo (*stil*).

O conceito de estilo é importante para compreendermos o funcionamento da cultura. Para Cioran, ele expressa a tendência da vida em criar formas para si. Portanto, a noção de estilo repousa sobre a capacidade de representação. A cultura reproduziria tal potencialidade em uma esfera mais ampla, ela efetivaria a possibilidade da vida de manifestar-se em modos inteligíveis apesar da irracionalidade de sua substância íntima. É uma tendência a forjar-se numa forma temporal, a realizar-se em uma estrutura dada e circunscrita, caracterizando-se como uma

[12] Alexandru Matei considera, acerca dos fundamentos filosóficos da obra, que "Hegel, Spengler et Bergson représentent les trois sources méthodologiques de la Transfiguration de la Roumanie" (2012, p.4).

ISBN - 978-85-7822-205-5

figuração[13]. Portanto, toda cultura corresponde a um estilo específico, a uma orientação particular do seu dinamismo íntimo. Cada cultura é um sintoma - ela diz, de uma maneira singular, algo sobre uma manifestação inteligível da substância irracional que caracteriza a vida. De acordo com Cioran (1990), quando um estilo perde seu poder, quando começa a apresentar sinais de sua caducidade, significa que a cultura começa a entrar em decadência. O seu poder está no grau de adesão dos membros da comunidade que a compõe. Em sua força, uma cultura deve ser absoluta, o que significa dizer que ela deve ser tão evidente que não permita a um membro da comunidade pensar sobre a ordem de seu funcionamento. O pensamento sobre sua organização denota um grau de afastamento, indicando a distância de sua influência. Portanto, uma cultura poderosa deve ser tão evidente que prescinde de um pensamento, por parte da comunidade, sobre sua orientação.

A partir destas formulações sobre a cultura e sua dinâmica, Cioran desenvolverá alguns princípios que relacionam os propósitos da cultura com o seu salto na história. Podemos organizá-los em três diretrizes expressas como veremos abaixo:

i) É próprio da grande cultura querer-se necessária. Isto significa que, para garantir sua potência, sua força, uma cultura deve forjar para si um destino, um propósito e ideais universais que, além de dignificá-la, justifiquem sua razão de ser no mundo e para o mundo. Toda cultura deve ter um papel fundamental na história universal (a isso Cioran chamará messianismo) Cf. CIORAN, 2004, p. 87-89.

ii) É próprio da grande cultura realizar-se. Isto é, tendo forjado seu papel necessário ao mundo, uma cultura inclina-se para a realização deste projeto. Toda grande cultura, neste sentido, tende ao imperialismo, à imposição de seu projeto sobre outros (com este argumento, Cioran sustentará que a principal característica do homem político é o ódio) Cf. CIORAN, 2004, p. 286.

iii) É próprio da grande cultura entrar em declínio. O que quer dizer que, tendo esgotado sua possibilidade de adesão, um dado estilo deve ser atualizado para que uma nação possa garantir a continuidade de seu imperialismo. Em muitas ocasiões, o declínio de uma dada cultura acompanha o declínio nacional. Entretanto, a capacidade de atualização pode assegurar a recuperação de uma certa vitalidade para a nação.

[13] "A cultura é uma vitória da individuação" (CIORAN, 2009, p. 185).

ISBN - 978-85-7822-205-5

Um povo que não tem, em seu marco, nenhum dos princípios definidos anteriormente faz parte de uma cultura menor. Elas estão à margem da dinâmica política porque se recusam a agir, recusam-se a sair do gérmen histórico que as localiza na periferia mundial, evitam toda possibilidade de submeter outros povos a sua vontade. Para reforçar tal ideia, Cioran chamará este tipo de cultura de infra-histórica.

Apesar de sua condição desfavorável em relação ao mundo político que lhe cerca, uma cultura infra-histórica pode conseguir superar sua realidade e obter seu estatuto na história. Para tanto, precisa romper irremediavelmente com sua continuidade habitual, ou seja, deve reconhecer sua condição subalterna e cunhar para si um projeto pelo qual combater. Cioran chamará a este fenômeno de ruptura fecunda (*ruptură fecundă*), a descontinuidade total da cultura em relação a seu estilo anterior (Cf. CIORAN, 2004, p.105).

Esta fratura funciona através de um acesso de lucidez, o qual primeiramente torna evidente as carências e defasagens do povo quando comparado às demais nações. Logo depois, a cultura afunda em uma espécie de febre, que corresponde ao messianismo. A tarefa messiânica se traduz como a alcunha de um propósito universal para a cultura, ao desenvolvimento de sua profecia. Baseada na profecia é que os acontecimentos históricos deverão acontecer. Cioran chega a dizer que "tudo o que não é profecia na Romênia é um atentado contra a Romênia" (1990, p. 26).

Também neste movimento de translação da cultura, é possível observar o papel da transfiguração. O acesso de lucidez desemboca em uma negatividade gerada pelo vislumbre dos limites. O estado doentio que se segue aprofunda a negatividade e lança o povo em uma condição caótica. O que se segue é uma febre cuja força provocará um estado delirante. Tal delírio servirá para Cioran como impulso de transfiguração da negatividade. Assim, o adoecimento terá um valor e poderá se converter em positividade.

Portanto, o diagnóstico de *Transfiguração* e a proposta de Cioran na obra se identificam na busca por uma alteração radical do perfil psicológico do povo romeno e das alternativas para essa modificação, resultado alçado através do heroísmo coletivo que detém o poder de transformar o negativo psicológico em positivo.

O aspecto psicológico negativo de um povo para Cioran é identificado como a negação da história. À condição das culturas pequenas, que as impede de realizarem-se, de atuar politicamente, a agir sobre as outras nações, dá-se o nome de prudência (*prudenţă*). A prudência corresponde a uma espécie de cautela que inviabiliza a ação histórica, na medida em que a

ISBN - 978-85-7822-205-5

racionaliza, a pondera sobremaneira. A afirmação da história é análoga à afirmação da vida. O salto histórico é o progresso no processo da individuação da cultura que viabiliza o aperfeiçoamento na escala de transfiguração. A prudência, entretanto, afrouxa os laços da mobilização necessária aos atos (aumenta a labilidade), já que a ação não provém da sensatez, mas da inconsciência. Sendo assim, a afirmação da vida ao nível nacional corresponde ao seu salto na história, uma espécie de febre que interrompe o estado de prudência e mobiliza o povo em prol de seu triunfo sobre suas debilidades. A afirmação histórica, neste sentido, é uma afirmação da própria vida. A prudência (a cautela, a ponderação, a resignação), ao contrário, é um aleijamento da vida, é a sua negação.

Cioran (1990) repetidamente utiliza-se da comparação entre povo e nação, camponês e operário, campo e cidade para ressaltar uma certa divisão entre mobilidade e quietude que diferenciaria as ordens da história e da infra-história. Seu objetivo é mostrar a divergência entre as naturezas destas duas ordens, qualificando o campo (povo, camponês) como sinônimo de niilismo (ou negação da vida)[14], enquanto a cidade (nação, operário) é o lugar da história, da afirmação da vida, do movimento.

A entrada na história, promovida por um messianismo, deve ser de caráter soteriológico. O que significa dizer que a busca da realização do propósito universal forjado para a nação deve pretender, de maneira geral, a redenção das falhas, a salvação definitiva do povo através da materialização de sua utopia. O messianismo, neste sentido, nunca deve abandonar seu elemento místico: tentar alcançar o absoluto. A mística resguarda dentro de si uma vontade de poder (*voință de putere*) que, quando aplicada em nível nacional, tem a força capaz de fazê-la ingressar no campo da história e buscar a realização de seu maior desejo. Aqui retomamos a ideia de que a transfiguração requer uma super vontade, uma vontade heroica, a qual Cioran situa na noção de mística. Através dela, um povo pode saltar de um estilo de vida baseado, sobretudo, na sobrevivência, para alçar os mais altos patamares de sua hegemonia. Portanto, podemos admitir que o messianismo corresponde, a nível político, ao movimento psicológico do heroísmo, e que a mística é a ordem na qual o autor pôde localizar a diferença de dimensão da vontade que se manifesta na transfiguração: "um messianismo sem mística seria vazio e inútil" (CIORAN, 2009, p. 126).

[14] "É niilista um povo que não tem história e que se mantém sem converter-se em uma nação" (1990, p. 132)

ISBN - 978-85-7822-205-5

O messianismo se vale do elemento místico não somente para mobilizar forças suficientes em prol de seus objetivos, mas para dar à tarefa da nação o caráter de superação de uma certa condição humana. É o que retrata Cioran ao dizer que: "Não há nada mais produtivo que um orgulho infinito para escapar da miséria da condição humana" (1990, p.65). O pensamento básico da transfiguração, ou seja, aquele que diz de uma superação de uma condição limitante, permanece e se intensifica. A enfermidade de um povo, neste caso, é a sua inadequação à história. A resignação, esta timidez frente ao quadro político global, é o grande "mal" a ser combatido por um povo cuja pretensão seja o salto na história. A saúde nacional, portanto, está relacionada com uma coincidência entre povo e tempo, entre a sociedade e sua atuação sobre a realidade. A concepção de um destino histórico é o grande vislumbre que possibilita a saída da condição enfermiça. Assim sendo, recuperando a ideia de uma superação da escada figural, processo que se sobrepõe às possíveis naturezas das aparências particulares, Cioran retira, através da transfiguração, a viabilidade de vinculação a qualquer tipo específico de sistema social: "O homem procura hoje na ditadura ou no socialismo uma simplificação, uma fórmula única, um princípio irredutível. O pluralismo, sob qualquer forma que seja, não é uma solução para os mortos" (CIORAN, 2009, p. 181).

Para Cioran (2012) não é possível dar uma credibilidade especial a nenhuma teoria social ou política, porque todas conservam a sua essência, que é a injustiça. "A essência da vida social é a injustiça. Portanto, como aderir a uma doutrina social e política? " (p. 112). Só se supera a miséria e a injustiça através de uma revolta eterna, e não de uma relativa[15]. "Não admito uma revolta relativa diante das injustiças, mas apenas uma revolta eterna, pois eterna é a miséria da humanidade" (p. 113).

> Ninguém que siga a vida da dor e do pecado, da loucura e da morte, perde de vista a envolvente fascinação de uma luz final. Mas tampouco nenhum dos que viveram amargamente a dialética demoníaca da vida pode aceitar a beatitude final, quando ainda tem que viver. Por medo de *seu* fim. Pois a transfiguração é uma derrota da dialética, a transcendência essencial de todo o processo. A santidade é um estado de contínua transfiguração, porque é a superação definitiva da dialética. Um santo não tem história de nenhuma espécie; vai diretamente para o céu (CIORAN, 2014, p. 110)

A santidade aparece na narrativa sobre a transfiguração porque representa a sua forma mais integral: seu estado contínuo. A beatitude é a condição de expressividade máxima do

[15] Cf. CIORAN, 2012, p. 112-113.

ISBN - 978-85-7822-205-5

mundo pré-individuado, uma vez que corresponde a uma constante extática, ao "distanciamento extremo do individual" (CIORAN, 2014, p. 213). Os santos, para Cioran, "são os únicos seres que tiram proveito do sofrimento" (CIORAN, 2014, p. 215). Marta Petreu (2009) considera que a transfiguração cioraniana constitui uma verdadeira "pedagogia da dor para alcançar a iluminação individual" (p. 19). É, portanto, na santidade que o máximo grau de transfiguração se efetivaria. Ainda conforme argumentado acima, podemos admitir que o elemento místico da transfiguração política e histórica diz respeito a uma ascensão progressiva da humanidade no caminho a sua beatificação. A individuação humana, que se materializa no prosseguimento da história, não é mais do que a via pela qual os homens se desprendem de suas particularidades e limitações para se elevarem em uma redenção ulterior.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Referências Bibliográficas

CIORAN, Emil. **Cartea amagirilor**. Bucareste: Humanitas, 2006.

_____ . Transfiguration de la Roumanie. Paris: L'Herne, 2009.

_____ . Nos cumes do desespero. Rio de Janeiro: HeDr.ª, 2012.

_____ . **O livro das ilusões.** Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

_____ . **Schimbarea la fata a Romaniei**. Bucareste: Humanitas, 1990.

_____ . Solitude et Destin. Paris: L'Herne, 2004.

COTOFLEAC, Vasilica. E. M. Cioran. Belleza y transfiguración. **A Peste Rei**, Madrid, v. 4, n. 27, p.1-13, 2003.

MATEI, Alexandru. Emil Cioran ou l'alibi de l'Histoire. **Transilvania**, Bucureşti, v. 4, n. 3, p.32-54, jan. 2012.

NICORESCU, Liliana. **La Transfiguration de ta Rournanie et les transfigurations de Cioran.** 2006. 782 f. Tese (Doutorado) - Curso de Littérature Française, Département D'Études Françaises, Université de Montréal, Montréal, 2006.

TRANSFIGURA. In: **Dicționarul explicativ al limbii române**. Sibiu: Ion Coteanu, 1975, p. 365.

TRANSFIGURATIO. In: **Oxford Latin Dictionary**. Oxford: Oxford Scholary Editions, 1986, p. 1964.

ISBN - 978-85-7822-205-5

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O QUE OS DADOS REVELAM SOBRE A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UFS

Autor: Wedson Oliveira de Santana
Graduando em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista do programa de Iniciação Científica - PICBOL/UFS)
Wedson8888gf@gmail.com

Orientadora: Sammela Rejane de Jesus Andrade (PPGL/UFS)

Introdução

O trabalho aqui apresentado é referente às questões de acesso e permanência dos estudantes da Universidade Federal de Sergipe, que, ao longo dos anos, tem mostrado um grande aumento no número de vagas, mas, apesar disso, o número de desistentes continua sendo crescente, sugerindo que oferecer mais vagas somente não está possibilitando o aumento da qualificação em formação superior.

Defendemos que o que pode garantir a permanência desses alunos em seus cursos de graduação é a criação de políticas públicas, além das existentes, e o incentivo à leitura e a escrita, que devem ter início desde os primeiros anos das crianças.

As políticas públicas de permanência são de extrema importância para que os estudantes possam se manter nas universidades, suprindo suas necessidades relacionadas a transporte, xerox, alimentação e diversas outras carências. Mas, para além de desafios financeiros, existem também os desafios acadêmicos relacionados às dificuldades na escrita e na leitura. O aluno que não as domina, dificilmente conseguirá concluir seu curso.

O presente artigo organiza-se da seguinte forma: primeiro com princípios norteadores a LDB e os PCN's, além das considerações previstas nos textos referentes ao ENEM, SISU e ENADE. Num segundo momento, foi utilizado o Relatório Radar da UFS, que nos apresentou resultados que balizam a discussão central do projeto. Posteriormente foi feito o uso dos dados oficiais do SISU 2016 e 2017, que nos revelou as diferenças entre as maiores e menores notas de ingresso; em seguida, trabalhamos com os dados do ENADE 2011 e 2014, nos quais percebemos que o conceito de muitos cursos caiu em relação à avaliação do primeiro ano. Trabalhamos também com um questionário que visa salientar a visão dos estudantes de graduação sobre os temas aqui tratados.

ISBN - 978-85-7822-205-5

O Acesso e Permanência no Ensino Superior

O acesso e permanência no ensino superior demonstra-se ser uma temática de grande relevância, visto que o ingresso nas Instituições de Educação Superior (IES) foi ampliado nos últimos anos, principalmente em decorrência das políticas públicas de expansão de vagas. Por outro lado, muitos estudantes abandonam seus cursos de forma precoce, sendo uma das causas a dificuldade de interação com os assuntos propostos, resultado atribuído à falta de domínio na leitura e na escrita acadêmica, como apontam os coordenadores de curso (Andrade, 2017).

A importância do domínio da leitura e da escrita na formação educacional de crianças e adolescentes é relevada desde as séries iniciais, a fim de que este fator não seja um empecilho no futuro acadêmico dos mesmos.

Nesse viés, objetivamos entender de que forma a falta do domínio na leitura e na escrita influencia na desistência dos estudantes em seus respectivos cursos, trazendo à tona a necessidade de novas políticas para a melhoria deste quadro no futuro.

A grande maioria dos alunos sai do ensino médio totalmente despreparado para o ensino superior. Eles não tiveram uma educação focada em atividades que envolvam a leitura e a escrita de forma produtiva, prova disso são os resultados obtidos na prova do Enem, na qual milhares deles não conseguem nem se quer atingir a nota mínima exigida na redação e nas questões da prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, a exemplo dos dados do Enem 2016. Esses revelam que a nota média adquirida em Linguagens foi de 523,1, a mínima de 287,5, e a máxima de 846,4, sendo que 3.862 pessoas zeraram a prova.

A Educação na perspectiva do PCN e LDB

São documentos norteadores da educação no país os PCN e a LDB. A respeito dos PCN, seu documento norteador aponta:

> Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional [...]. (BRASIL, 1997, p.13)

Os parâmetros nacionais se configuram como um suporte orientador daquilo que deve ser abordado, mas para que a sua execução seja eficiente, são necessários investimentos, valorização dos professores e uma boa estrutura nas escolas.

No que concerne à Lei de Diretrizes e Bases – LDB, no seu artigo 2° “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício

ISBN - 978-85-7822-205-5

da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Assim, o Estado tem a obrigação de oferecer educação de qualidade a todos os cidadãos.

No Art. 3°, estão presentes pontos que são voltados para determinar os princípios da educação.

> O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; [...]. (BRASIL, 1996)

O primeiro ponto fala da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, mas será mesmo que essa igualdade de condições está sendo colocada em prática? Apesar das ações afirmativas para ingresso, o número de desistentes só tem aumentado, tanto nas escolas, quanto nas universidades. Em um levantamento do governo federal sobre evasão escolar, foi revelado que 12,7% e 12,1% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do ensino médio, respectivamente, abandonam os estudos entre os anos de 2014 e 2015, de acordo com o Censo Escolar de 2016.

Ainda de acordo com análise do Censo Escolar, o 9° ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pelo 3ª ano do ensino médio, com 6,7%. Considerando todos anos do ensino médio, a evasão chega a 11% do total de alunos nessa etapa de ensino. Os dados do Censo Escolar são compilados e divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Ministério da Educação (MEC).

No que se refere à educação superior, segundo o INEP, em 2010, 11,4% dos alunos abandonaram o curso para o qual foram admitidos. Em 2014, esse número chegou a 49%.

Haja vista que o principal mecanismo utilizado no país atualmente para garantir acesso ao ensino superior é o ENEM, consequentemente, é o exame que faz a transição entre a educação básica e a educação superior, trataremos sobre o mesmo a seguir.

A Importância do Enem para o Acesso no Ensino Superior

O Exame Nacional do Ensino médio (ENEM) possibilita o acesso ao ensino superior através do Sistema de Seleção Unificada (SISU); além disso, as instituições particulares adotam o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de financiamento estudantil (Fies).

Sobre o exame, Cavalcanti e Benites (2013, p.1) apontam:

> [...] Em princípio o exame foi criado como instrumento de autoavaliação [...]. Em 2009, passou por reformulações possibilitando a certificação do Ensino Médio e o uso do resultado para o ingresso no Ensino

ISBN - 978-85-7822-205-5

> Superior, desde que o aluno tenha no mínimo 18 anos, atinja 400 pontos em cada uma das áreas do conhecimento e 500 pontos na redação.

Dentre as várias funções concernentes ao ENEM, o destaque vai para a avaliação da etapa final da educação básica – o ensino médio, o que subsidia a instituição das políticas públicas educacionais do país, e o ingresso no ensino superior, que se dá por meio da obtenção das notas dos candidatos que fazem o exame, é através das médias obtidas que os estudantes faze seus cadastros no SISU.

O exame é aplicado em dois dias e é composto por 180 questões das 4 áreas do conhecimento, além da prova de redação.

Em relação à composição das questões Cavalcante e Benites (2013, p.4).

> As questões objetivas propõem situações-problema que avaliam uma única habilidade da Matriz de Referência e fazem parte do Banco nacional de itens (BNI) e são elaboradas de acordo com o Guia de elaboração e revisão de itens (INEP, 2010). São questões de múltipla compostas de texto base, enunciado e alternativas. (INEP, 2010).

Para responder às questões da prova, os estudantes precisam ter uma capacidade de interpretação apurada, e só a prática na leitura pode ajudá-los.

A leitura e a escrita no ENEM

A leitura no ENEM não se limita à linguagem verbal, mais também na linguagem não verbal, e para obter bons resultados, é preciso que o estudante esteja preparado para lidar com os diferentes tipos de interpretação.

Segundo Cavalcante e Benites (2013, p.7).

> [...] espera-se encontrar no ENEM, um leitor capaz de analisar também a linguagem visual, considerar a relevância de imagens, cores e formatos como elementos significativos para o processo de leitura. Na seção seguinte são analisadas duas situações-problema representativas da leitura proposta no ENEM.

Como citado acima, figuras e gráficos também fazem parte das questões do ENEM e é preciso saber interpretá-las de modo que as facilite com o auxílio do texto presente. Sendo assim, é importante que o aluno domine a leitura e a escrita.

A escrita também é muito importante, a redação se faz presente no ENEM e é considerada por muitos como decisiva na hora de compor a média geral, exigindo do participante a

ISBN - 978-85-7822-205-5

capacidade de dissertar defendendo seus pontos de vista, desenvolvendo-os e trazendo intervenções para o problema em questão proposto.

Ainda na perspectiva da leitura e da escrita, uma possibilidade de observar a transição entre a educação básica e a superior se dá através das avaliações em larga escala, pois assim como o ENEM, que avalia a etapa final da educação básica, o ENADE avalia estudantes na educação superior.

A Importância do ENADE para a Permanência no Ensino Superior

O Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE) é fundamental para os alunos concluintes dos cursos de graduação, como vemos em Dias, Porto e Nunes (2016, p. 3).

> O Enade é um componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, conforme determina a Lei do SINAES (nº. 10.861/2004). Ainda de acordo com esta legislação, devem ser inscritos no exame estudantes ingressantes e concluintes de todos os cursos de graduação, que participarão naquele ano do referido exame.

O fato de o ENADE ser um componente curricular e se referenciar nas Diretrizes Curriculares tem influenciado na forma de compreender e fazer educação nas IES, pois os estudantes afirmam ter conhecimento dos conteúdos. Em relação à estrutura das questões da prova, descrevem:

> [...] são temáticas da atualidade e estão referenciadas em doze (12) temas que são abordados através de situações-problemas e estudo de caso e estas representam 25% da nota e, também, em questões relacionadas ao Conhecimento Específico de cada curso um dos cursos envolvidos, representando 75% da nota. (DIAS; PORTO; NUNES, 2006, p. 4)

Pelo grau das questões do sistema, percebemos a essencialidade da interpretação, ou seja, não é só necessário ter um conhecimento específico na área, já que situações-problemas necessitam bem mais de leitura do que prática.

A leitura e a escrita no ENADE

A redação tornou-se uma necessidade para as pessoas que vivem em sociedade, por ser uma forma de expressar o pensamento através da escrita.

> [...] redigir é uma necessidade nas mais variadas áreas da atividade humana. Pessoas envolvidas com a produção de trabalhos escolares, com pesquisas, com a administração e a execução burocrática de serviços ligados à indústria e comércio são requisitadas, com frequência, para a produção de textos. (NOGUEIRA, 2009, p.2).

ISBN - 978-85-7822-205-5

Para que o estudante se saia bem nas questões discursivas na prova do ENADE e na redação do ENEM é crucial para qualquer cidadão saber ler e escrever.

A leitura no ENADE pode ser melhor aproveitada com a utilização estratégias, como sugere Grellet (1981); a primeira estratégia é associada ao conhecimento de mundo com o título do texto. No título pode estar presente o sentido geral, basta interpreta-lo de maneira correta.

Uma vez apresentado as orientações que sustentam o problema de pesquisa aqui levantado, será apresentado os procedimentos metodológicos adotados.

Para analisar o mérito da questão

Para execução deste artigo, valemo-nos de leitura e análise documental de textos teóricos, dispositivos legais e documentos oficiais do ENADE, ENEM, Legislação, PCN, LDB e análise dos dados da UFS presentes no Relatório Radar. Fizemos a utilização de dados do ENADE 2011, 2012 e 2014, esses foram retirados do site do INEP. No que se refere ao ENEM e SISU, o período observado foi o dos anos 2016 e 2017, através dos dados coletados foi possível verificar as maiores e menores notas de ingresso dos cursos.

Além disso, os dados do relatório Radar possibilitam analisar alguns resultados de fluxo na Universidade Federal de Sergipe. O Relatório Radar é formulado pela UFS e tem por objetivo apresentar o perfil estudantil da universidade.

Foi aplicado um questionário junto aos estudantes de graduação, o qual teve como finalidade observar, por meio da percepção dos estudantes, as problemáticas expostas. O método de coleta dos dados utilizado foi on-line, via Google Docs, através do envio do instrumento para os e-mails dos graduandos. O mesmo é composto por 15 questões de múltipla escolha, e foi encaminhado a 45 alunos de variados cursos do campus objeto do estudo, desses, 15 foram respondidos, o que corresponde a 33% do total de possíveis informantes.

Fluxo, Enem e Enade

Os resultados obtidos apontam para a possibilidade de discussão dos dados de fluxo (acesso e permanência) a partir da análise de desempenho nas avaliações de ingresso nas IES (o ENEM) e de critério de avaliação dos estudantes durante o percurso acadêmico (o ENADE), haja vista as semelhanças entre as provas no que tange o modo como cobram dos alunos o desempenho em leitura e escrita.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Em relação ao acesso à UFS, novos campi foram abertos e novos cursos foram disponibilizados e outros tiveram as vagas ampliadas. Segundo o Relatório Radar, os dados de fluxo mais recentes indicam que o número de ingressantes foi de 6.669, concluintes 1.992, matriculados 23.938, e índice de sucesso na graduação 29,9%, sendo esse referente aos alunos que concluem os seus cursos no período estimado.

Podemos perceber, a partir desses dados, que as políticas de acesso foram implementadas, uma vez que ampliou o número de vagas, porém o aumento no ingresso de estudantes não corresponde ao de egressos, haja vista a baixa porcentagem de sucesso acadêmico. Desse modo, temos um desequilíbrio entre a entrada e a saída de estudantes.

Tabela 1: Maior e menor nota de ingresso dos cursos da UFS Itabaiana

CURSOS	2017 - Maior	2017 - Menor	2016 - Maior	2016 - Menor
Administração	701,1	543,24	677,88	518,18
Ciências Biológicas	726,63	508,57	654,38	518,16
Física	690,29	473,2	625,04	491,18
Letras Português	669,96	533,9	656,64	526,66
Pedagogia	705,23	550,87	635,24	467,6
Sistemas de Informação	730,11	495,11	663,4	426,56
Geografia	663,96	536,52	645,68	516,66
Ciências Contabeis	700,48	547,73	678,12	557,12
Matemática	707,54	447,63	701,04	462,8
Química	640,63	436,24	624,72	496,32

Fonte: Dados coletados por meio do SISU/UFS referente aos anos 2016 e 2017.

Dos cursos presentes na tabela 1, o que obteve a maior nota de ingresso foi o curso de Ciências Biológicas, com 508,57. A menor nota de ingresso pertence ao curso de Química, que é 436,24. As diferenças entre maior nota e menor nota são maiores quando comparamos o ano de 2016 com 2017: no último ano, as notas subiram consideravelmente.

Ainda sobre nota de ingresso, pesquisa realizada por Freitag (2016) indica que os cursos com maior índice de sucesso correspondem aqueles cujas médias máxima e mínima são superiores a 600 pontos no exame.

Tabela 2: Desempenho de cursos no Enade/ cursos de graduação da UFS Itabaiana

CURSOS	ENADE 2011	ENADE 2012	ENADE 2014
Administração		3	3
Ciências Biológicas	3		3
Física	3		2
Letras Português	4		3
Pedagogia	3		3
Sistema de Informação	4		5
Geografia	4		3
Ciências Contabeis		2	2
Matemática	4		3
Química	2		2

Fonte: Dados coletados no site do INEP.

Em relação ao ENADE consideramos a última edição disponibilizada pelo INEP e a edição anterior, que para alguns cursos foi 2011, outros 2012. O curso que melhor é avaliado é o de Sistemas de Informações, obtendo o conceito máximo, que é 5; os cursos de

ISBN - 978-85-7822-205-5

Administração, Ciências biológicas, Letras Português, Pedagogia, Geografia e Matemática conseguem ficar na média, com conceito 3; já os cursos de Física, Ciências Contábeis e Química detém as notas mais baixas dos cursos presentes na UFS campus de Itabaiana, com conceitos abaixo do que o INEP considera mediado. É preciso também evidenciar a queda no desempenho dos cursos entre uma avaliação e outra: Física, Letras, Geografia e Matemática caíram um ponto no conceito. Em seguida, apresentamos a perspectiva dos estudantes.

Perspectivas de estudantes dos cursos de graduação

Para observar a relação entre proficiência em leitura e escrita e a permanência estudantil, pesquisamos a percepção dos alunos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Sergipe UFS - Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho acerca dos próprios desempenhos nessas competências, tendo em vista que só os alunos podem falar por si, de forma verídica e precisa.

O questionário aplicado, destinado aos cursos de graduação da UFS no campus de Itabaiana foi elaborado com questões em torno da leitura e escrita, com um olhar voltado para os próprios estudantes do campus, a fim de observar como eles lidam com essa problemática.

Gráfico 1: Resposta da questão n° 2 do questionário: A redação, ajuda nas atividades acadêmicas a serem desenvolvidas na universidade?

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletado.

O domínio na escrita é de extrema importância para o bom desempenho do aluno em qualquer etapa do ensino, porém, na pesquisa, somente 60% dos entrevistados acham importante a introdução desses gêneros textuais nos exames de seleção, como ação colaborativa para a vida acadêmica.

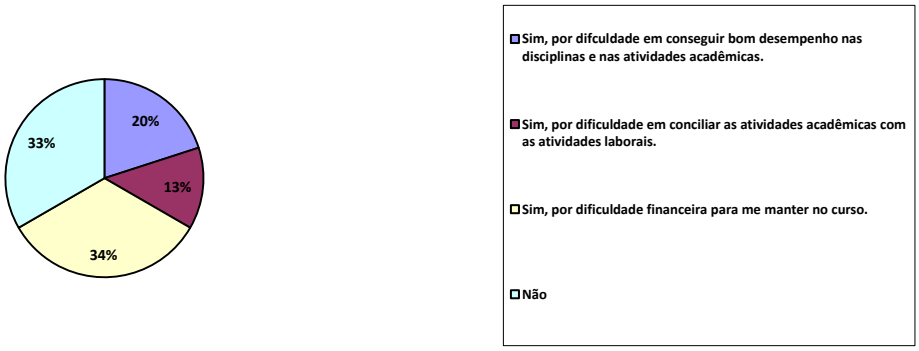
Gráfico 2: Resposta da questão n° 3 do questionário: Você está matriculado no curso que era a sua 1ª opção de escolha?

ISBN - 978-85-7822-205-5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletado.

Muitas vezes, os estudantes escolhem cursos que não são necessariamente os desejados por eles, as médias no ENEM influenciam muito nessa escolha, pois muitos tentam o curso que têm mais chance de passar e isso também é um fator relevante para o abandono dos cursos.

Gráfico 3: Resposta da questão n° 4 do questionário: Você já pensou em trancar disciplinas ou abandonar o curso?

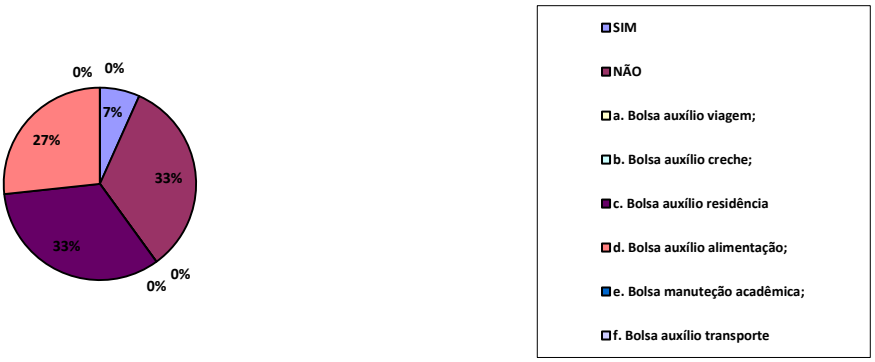


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletado.

É possível perceber que muitos estudantes já pensaram em desistir dos seus respectivos cursos por diversos motivos, um dos mais gritantes, segundo o gráfico, é pela dificuldade financeira para se manter na universidade, muitos precisam pagar transporte, lanches, xerox e muitas outras coisas.

Gráfico 4: Resposta da questão n° 6 do questionário: Você faz parte de algum programa de assistência estudantil ofertado pela universidade? Se a resposta for afirmativa, diga qual.

ISBN - 978-85-7822-205-5



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletado.

A grande maioria dos alunos que faz parte de algum programa de assistência estudantil; e que estão distribuídos nos auxílios residência e alimentação, são esses auxílios que possibilitam que vários deles que moram em zona rural com dificuldade locomoção até a universidade, permaneçam no curso, amparados pela universidade. Além de não atender a todos que necessitam, um outro problema evidenciado é a falta de programas voltados para o apoio pedagógico.

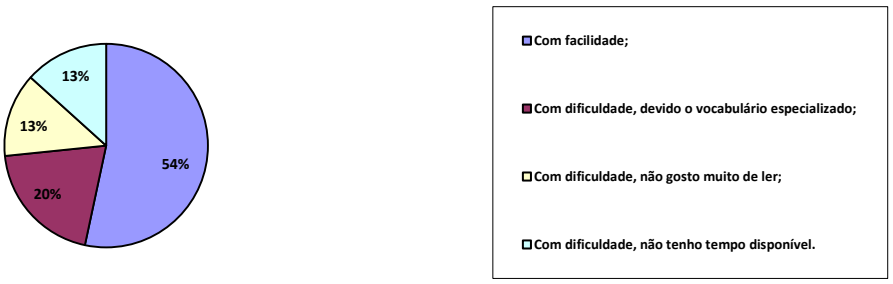
Gráfico 5: Resposta da questão n° 7 do questionário: Você já reprovou em alguma disciplina?

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletado.

É interessante suscitar o que levar tantos alunos a reprovarem em algumas disciplinas. Nessa questão, 60% dos alunos afirmaram já ter reprovados e uma ou mais disciplinas. Apesar de não serem consultados sobre os motivos que levaram a reprovação, as questões seguintes vão evidenciar que muitos deles têm dificuldades em desenvolver atividades de leitura e escrita.

Gráfico 6: Resposta da questão n° 8 do questionário: Você consegue fazer as leituras indicadas pelos professores:

ISBN - 978-85-7822-205-5



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletado.

Dominar a leitura é muito importante para levar um a vida acadêmica a diante, apesar de mais da metade dos entrevistados afirmarem que dominam com a facilidade as leituras propostas em sala de aula, 47,3% sentem dificuldade.

Considerações Finais

O objetivo desse trabalho foi discutir como domínio da leitura e da escrita podem influenciar diretamente no fluxo de estudantes na educação superior, evidenciando a importância de políticas de assistência estudantil a fim de garantir a permanência dos mesmos. Para isso, observamos dados como os disponibilizados pelo Relatório Radar, que denunciam a dificuldade que a universidade tem em manter os seus alunos até o fim da graduação.

A aplicação do questionário ajudou a trazer à tona a importância do domínio na leitura e escrita e a importância das políticas públicas: os estudantes que participaram exprimiram suas opiniões e vivências diante dessas problemáticas, o que torna a pesquisa ainda mais importante, pois a percepção dos mesmos corroboram aquilo que os dados do ENEM/SISU e ENADE apontam a respeito do desempenho nos exames, a exemplo da importância de suporte acadêmico para o desenvolvimento eficiente da leitura e escrita, para além disso, através desses questionamentos, proporcionamos uma discursão sobre educação e ensino na educação superior.

Em suma, falar de acesso e permanência no ensino superior é algo mais que necessário, pois está claro que as políticas vigentes conseguiram proporcionar um maior número de ingressos por meio da aplicação das vagas, porém, se não houver um incentivo nas mesmas proporções no que concerne as políticas de permanência, o número de egressos continuará sendo muito inferior ao de egressos.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Parâmetros curriculares Nacionais**. Brasília: DF, 1997.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: DF. 1996.

Andrade, Sammela Rejane de Jesus. **Acesso e permanência na educação superior: correlações com a leitura e a escrita**. Tese em andamento (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, 2018.

CAVALCANTI, Rosilene da Silva de Moraes. BENITES, Sonia Aparecida Lopes. A PROPOSTA DE LEITURA DO ENEM. In: **Anais eletrônicos do IV CONALI - Congresso Nacional de Linguagens em Interação Múltiplos Olhares.** ISSN: 1981-8211, 2013.

Censo escolar 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_do_censo_escolar_2014%20final.pdf. Acesso: 18 de janeiro de 2018.

DIAS, Juliana da Silva. PORTO, Cristiane de Magalhães. NUNES, Andrea Karla Ferreira. Formação geral e conhecimento específico na prova ENADE. In: **Anais eletrônicos do 10º ENFOPE E 11º FOPIE**, 2016.

ENADE UFS 2011, 2012, 2014. Disponível em: http://enadeies.inep.gov.br/enadeIes/enadeResultado/. Acesso em: 29 de junho de 2018.

FREITAG, R. M. K. A nota do Enem: acesso e permanência na Universidade Federal de Sergipe. **In: (Re) pensando as licenciaturas**. São Cristóvão: EdUFS, 2016, p. 75-90.

NOGUEIRA, Francisco Carlos. A construção de textos dissertativos: uma exigência nas provas do Enade. In: **Revista Interdisciplinar**, 2009.

Relatório Radar 2014. Disponível em: http://indicadores.ufs.br/uploads/page_attach/path/1359/radar__n6-2014_v2.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2018

Relatório Radar 2017. Disponível em: http://indicadores.ufs.br/uploads/page_attach/path/2310/Radar__n2_ano2_2017_v2.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

SILVA, Marliane Dias. Costa, João Gabriel Lima. O uso das estratégias de leitura: a questão chave da prova de formação geral do ENADE 2012. In: **Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues,** p. 126-130, 2014.

SISU UFS 2016. Disponível em: http://sisu.ufs.br/pagina/20497-sisu-2016. Acesso em: 18 de janeiro de 2018

ISBN - 978-85-7822-205-5

SISU UFS 2017. Disponível em: http://sisu.ufs.br/pagina/21039-sisu-2017. Acesso em: 18 de junho de 2018.

ISBN - 978-85-7822-205-5

GT 3:

"INFINITA RAILWAY": OS PROJETOS FERROVIÁRIOS IMPERIAIS EM SERGIPE

Autor: Bruno de Abreu Oliveira
Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe
brunoabreuufs@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos (DHI/UFS)

INTRODUÇÃO

A Era das ferrovias se inicia em 1830, quando foi construída a primeira linha de ferro de longa distância que fizesse o transporte comercial e de passageiros, na Inglaterra, entre as cidades de Liverpool e Manchester. Foi o início do meio de transporte que se tornou fundamental para o crescimento econômico e tecnológico durante a Revolução Industrial, culminando na transformação da Inglaterra em uma potência mundial. Desta feita, o sistema ferroviário se tornou o meio mais utilizado para a integração de territórios em toda a Europa.

No Brasil as linhas férreas tiveram um objetivo um pouco diferente. Elas iriam interligar os locais de produção de matéria prima, a fim de possibilitar o escoamento desses produtos. As primeiras ferrovias em solo brasileiro datam a partir da segunda metade do século XIX. As primeiras estradas de ferro foram: "Estrada de Ferro de Petrópolis", "A Recife and São Francisco Raiway" e a "Dom Pedro II" (mais conhecida como Central do Brasil). As primeiras instalações férreas brasileiras foram bastante incentivadas pela Inglaterra, que forneceu todo o aparato de mecanismos para instalação das malhas ferroviárias.

Ao apontarmos nossa lupa de análise para a Região do Nordeste, do Brasil, as ferrovias possuíam três grandes objetivos: o primeiro facilitar a escoação dos produtos agrícolas, principalmente os que eram frutos da indústria canavieira; em segundo lugar a necessidade de promover a comunicação entre as localidades que receberiam a linha férrea, uma vez que a comunicação marítima era muito complicada; e o último de inaugurar um diálogo com o interior, mais precisamente a Zona Agreste nordestina. Os dois grandes empreendimentos foram o "Recife ao São Francisco", já citado anteriormente, e o projeto "Salvador ao São

ISBN - 978-85-7822-205-5

Francisco". Iremos nos ater a essa última, pois é a partir dela que Sergipe é inserido na ferrovia brasileira.

Sergipe encontrava-se fora de ligações econômicas com mercados externos. Isso se mostrava na falta de uma malha ferroviária, além de um porto que fosse capaz de abarcar grandes navios. A partir disso começa as elaborações dos primeiros projetos. Assim, as propostas de construção de linhas férreas assumiram a direção de ir, partindo da Bahia, à Propriá (sentido Sul-Norte) e da capital à Simão Dias (sentido Leste-Oeste), por volta de 1875. Portanto, vejamos o desenrolar dos trâmites acerca dos projetos de implantação das malhas ferroviárias na, até então, Província de Sergipe.

A PENÚRIA DO ABRIR CAMINHOS

Os caminhos para locomoção dentro da Província de Sergipe no século XIX eram, demasiadamente, complicados. Essa era, com certeza, a principal motivação para a emergência de possuir alguma maneira que facilitasse o transporte de mercadorias, assim como de passageiros.

Não havia sistema algum de transporte nas terras sergipanas. Basicamente, as mercadorias eram levadas aos seus postos de destino por meio de estradas de chão, bastantes precárias, fato que se tornava ainda mais dificultoso nos períodos de chuvas. Segundo Passos Sobrinho, "a inexistência de um verdadeiro sistema capaz de transportar mercadorias [...] era reconhecida como uma das principais causas do atraso econômico a que estava submetida a Província" (PASSOS SOBRINHO, 1983, p. 50).

Dessa forma, Sergipe se encontrava isolado em relação ao mercado exterior, pois havia uma imensa dificuldade em fazer com que os bens produzidos no interior da Província chegassem a serem escoados. O transporte via terrestre era feito através de "carros de boi dos engenhos para os trapiches, e destes, normalmente por via fluvial para Aracaju" (PASSOS SOBRINHO, 1983, p. 50). Passos Sobrinho diz que, no que se refere ao algodão, o transporte era mais problemático ainda, muitas vezes era feito através de tropas de burros e jumentos em pequenas trilhas. Isso contribui para mostrar a imensa dificuldade quando nos referimos as regiões mais distantes do litoral, que eram as principais produtoras de algodão.

De forma geral o transporte dependia dos meios naturais, já que não existia uma estrutura viária adequada. Para um bom escoamento das produções, era necessário ter uma saída fluvial

ISBN - 978-85-7822-205-5

adequada, já que era inexistente uma saída terrestre. Assim como dito anteriormente, as cidades do interior, produtoras de algodão e criação de gado, sofriam fortemente com essa situação, passando a ser extremamente necessária a utilização de caminhos terrestres. A partir disso buscamos compreender como se desenvolveu a questão da urgência de uma saída viável para o transporte terrestre no Centro-Sul sergipano, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. A historiadora Maria da Glória Almeida traz algumas explicações sobre a importância da haver ligações com as cidades do interior, vejamos o trecho a seguir:

> De qualquer forma, porém, mesmo ele, menos dependente de bons caminhos, ou o gado, movimentando-se por si mesmo entre matos e mal abertas passagens, a necessidade de estradas e pontes tornou-se indiscutível no decorrer do século. Principalmente quando no interior começaram a desenvolver-se centros de produção de alimentos. Simão Dias, dedicando-se ao cultivo de cereais, orientava sua produção não só para a zona da mata, mas para o alto sertão baiano, carente de alimentos. Acreditávamos que foi por deficiência, ou melhor, ausência de uma rede viária eficiente que se firmou a necessidade de uma auto-suficiência de Simão Dias, Itabaianinha e Espírito Santo como produtores de alimentos (ALMEIDA, 1984, p. 229).

Por conta dessa inexistência de uma possibilidade viável para a escoação de insumos e produções originárias do interior sergipano iniciam-se planejamentos que visam suprir essa necessidade. Uma vez que não havia estradas de rodagem, assim como veículos para utilizá-las, a principal alternativa passou a ser a implantação de uma malha ferroviária aliada a um bom porto que ligasse Aracaju ao sistema exportador, na segunda metade do século XIX.

> O Estado não possui estradas de rodagem, nem vias férreas abertas ao tráfego. O transporte terrestre se realiza por estradas em regra acidentadas e sinuosas, que na estação invernosa impossibilitam o trânsito, em virtude da grande quantidade de atoleiros que acumulam. Desde o ano de 1872 que há um projeto de estrada de ferro de Aracaju à Simão Dias, com um ramal para Capela, mas até o presente se aguarda ainda a solução definitiva de tal problema, por todos desejado, como um grande passo dado na entrada do progresso (MENEZES, 1904, p. 56).

Portanto, pensava-se em um trajeto que fosse capaz de abarcar os principais centros produtivos, a fim de facilitar a escoação das produções agrícolas. O escritor Ariosvaldo Figueiredo[16] mostra a partir de estudos, realizados pelo engenheiro Francisco Bueno[17], o número de engenhos concentrados nas cidades do interior que influenciavam no traçado dos caminhos para a saída das produções agrícolas. São eles: Espírito Santo (Indiaroba) 56, Lagarto 41, Neópolis 5, Simão Dias 22, Riachão do Dantas 16, Itabaiana 13, etc. Segundo

[16] Ariosvaldo Figueiredo foi escritor, jornalista e membro da Academia Sergipana de Letras. Nasceu em Malhador no ano de 1923 e faleceu em 2008.
[17] Francisco Antônio Pimenta Bueno foi um engenheiro militar. Nasceu em Cuiabá no ano de 1836 e faleceu no Rio de Janeiro no ano de 1888.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Almeida, já era pensado a construção de uma estrada real que tivesse a incumbência de interligar as principais áreas da economia provincial sergipana, "uma estrada que ligasse Laranjeiras a Simão Dias passando por Itabaiana fora planejada em 1849 por Félix Barreto" (ALMEIDA, 1984, p.231).

OS PRIMEIROS PROJETOS FERROVIÁRIOS

Durante a primeira metade do século XIX, Sergipe não possuía uma infraestrutura que permitisse a circulação de mercadorias. No máximo algumas cidades conseguiam escoar a sua produção através do meio fluvial, e mesmo assim ainda havia a carência de um porto que permitisse a ligação com grandes importadores. Dessa forma cidades que estavam longe dessas regiões, com "estrutura natural" para exportação, acabavam se limitando ao mercado interno e circunvizinho.

É a partir desse momento que as ferrovias começam a surgir como uma alternativa bastante viável para o desenvolvimento da Província. As primeiras medidas começam a surgir no ano de 1872. Esse será o ano chave para a nossa pesquisa, pois a partir dele que se é dado o pontapé inicial dos primeiros projetos ferroviários para Sergipe e, mais especificamente, para o Centro-Sul sergipano.

O primeiro projeto ferroviário se dá através do Decreto Imperial n° 4.916 de 30 de março de 1872[18]. Curiosamente, vemos nele que as ferrovias foram pensadas primeiramente para cidades da região Centro-Sul antes mesmo serem projetadas para a capital do estado. Isso mostra a importância dessas cidades como "celeiro" sergipano. Esse decreto autorizava a construção de uma estrada de ferro entre Alagoinhas, na Bahia, e Itabaiana, em Sergipe. Passando por Campos, atual Tobias Barreto, e pela cidade de Lagarto.

Entretanto, somente a partir do ano de 1874 é criado um traçado que será o fio condutor dessa pesquisa, assim como significará o motivo das discussões para implantação da malha ferroviária no estado. O trajeto seria um ramal ligando Aracaju a Laranjeiras e outro desta à cidade de Simão Dias.

Os principais esforços focavam em duas linhas de propagação das linhas férreas no estado. A primeira seria a integração dos eixos Norte-Sul, cruzando Sergipe do Rio Real à

[18] BRASIL, "Coleção de Leis do Império do Brasil", 1872, p. 146.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Propriá. E a segunda era a conexão Leste-Oeste, unindo Aracaju a Simão Dias passando por Itabaiana. Assim, os governantes visavam poder trazer o progresso as mais diversas partes da, até então, Província de Sergipe.

> Expandindo-se como o sistema mais moderno e rápido de comunicação terrestre, a via férrea podia representar alternativa válida para tornar os centros econômicos de maior importância mais eficientemente comunicantes com o porto de exportação. Como zonas algodoeiras do Norte (Propriá-Aquidabã) e do Centro (Itabaiana-N. S. das Dores) e a zona agrícola mais interior (Simão Dias-Itabaianinha), produtora de café e cereais, não dispunham de facilidades para o escoamento de sua produção, as primeiras propostas de construção de linhas férreas pensaram em tomar a direção de Propriá e Simão Dias (ALMEIDA, 1984, p. 238).

Segundo a Mensagem de Governo de 7 de setembro de 1904, a Lei Provincial n° 957 de 29 do Abril de 1873, art. 6, ficou autorizava a concessão a quem oferecesse o privilégio da construção da estrada de ferro entre a Capital e o município de Laranjeiras, sem responsabilidade alguma para a Província. Depois, ainda de acordo com o que diz a Mensagem de Governo de 1904, a Resolução Provincial n° 1002 de 2 de Abril de 1875, aprovou um contrato com o senhor Eugênio José de Lima[19], para a edificação da linha férrea de Laranjeiras a Simão Dias, com ligação para a capital.

O projeto ferroviário, mais que uma necessidade, também visava levar desenvolvimento a uma região que acabava ficando excluída do raio do desenvolvimento. As atenções da população se direcionavam para esse "ar" de melhorias que as ferrovias traziam consigo. Entretanto, também havia quem defendesse o atendimento a algumas demandas que estavam na base de algumas precisões humanas. Pois, lucro econômico em si não traria tanto quanto os interesses da elite sergipana almejava fato que contribuiu substancialmente para o abandono do ramal que ligaria Aracaju a Simão Dias, como veremos mais adiante. Assim, os jornais da época traziam o discurso sobre esse evento, incitando os anseios da população da seguinte forma:

> A direção, porém, da estrada de Aracaju por Laranjeiras para Simão Dias, passando por Itabaiana, parece-me boa, salvo estudos mais regulares que determinem outras passagens como a da povoação de Campo do Brito. [...] Entretanto, o tráfego de Simão Dias para Itabaiana, 66 quilômetros, por algum tempo será eventual, porque Simão Dias não exporta muito, produz algum algodão, feijão, farinha e milho, muito pouco açúcar e café, preparados nos seis engenhos de que dispõe presentemente, e que na maior parte é consumido no próprio município e suas vizinhanças. [...] A estrada de ferro será, sem dúvida, elemento poderoso de

[19] Eugênio José de Lima nasceu na, até então, povoação de Campo do Brito, pertencente a Itabaiana em 13 de novembro de 1827. Faleceu em Niterói no dia 11 de novembro de1891. Foi um grande comerciante que decidiu financiar boa parte dos projetos ferroviários para o Estado de Sergipe. Seus projetos eram bastante ambiciosos, ele queria ligar o litoral ao sertão. Porém acabou falecendo sem ver o seu grande intento ser realizado. Por ser contemporâneo e ter um empreendimento similar ao Barão de Mauá, Eugênio José de Lima é considerado o "Barão de Mauá Sergipano".

ISBN - 978-85-7822-205-5

> progresso para essa região, mas dependerá, contudo, de tempo e capitais de fundação de novos estabelecimentos agrícolas e aumentando de braços para a exploração das riquezas locais. [...] Como é fácil verificar-se, a renda calculada pela concessionária da estrada de ferro de Simão Dias não pode ser aceita. (A REFORMA, n°44, 1887, p.2).

Dessa maneira, a partir de alguns estudos realizados sobre o traçado das ferrovias é realizado um projeto que conseguisse abarcar os principais engenhos da região, a fim de obter o maior sucesso econômico possível. Isso só foi possível a partir do Decreto n° 3.128 de novembro de 1882[20] que garantia a quantidade de juros mais adequada para a construção da estrada de ferro, durante a administração provincial. Esse seria o ramal que partiria da cidade de Aracaju em direção a de Simão Dias, interligando o Centro-Sul à rota econômica sergipana.

O projeto ferroviário se encontrava completo durante a década de 1880, no entanto coloca-lo em prática era um desafio de imensa magnitude. Desconfiança e questionamentos partiam de todos os lados, tanto político quanto econômico. A *The Sergipe Railway Company Limited*, representada por Eugênio José de Lima, encontrava-se apregoada em relação, principalmente, ao ramal que ligaria Laranjeiras ao Centro-Sul sergipano. Realmente, o fator econômico parecia uma barreira intransponível.

Contudo o projeto da ferrovia Aracaju-Simão Dias ganhou forma e anseio popular. Jornais da época, a exemplo do "A Reforma" - Órgão do Partido Liberal (1887- 1889), dizia que: "Não, não queremos o sacrifício de semelhante aspiração; proporemos apenas o adiamento de sua satisfação. A estrada de Simão Dias não é para o presente, é para o futuro". Veja o mapa geral das estradas de ferro, no qual consta o Projeto ferroviário de *The Sergipe Railway Company Limited*, de 1883:

[20] MENEZES, 1904, p. 58.

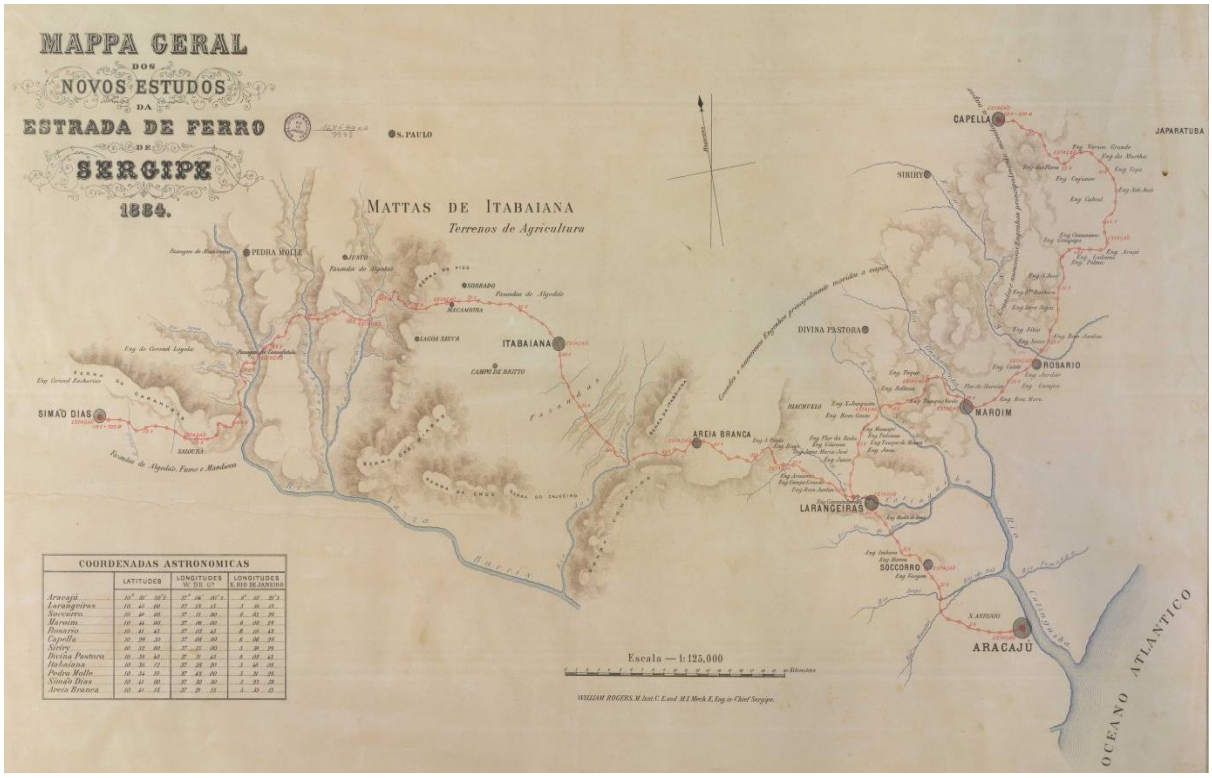
ISBN - 978-85-7822-205-5

Mapa Geral dos Estudos das Estradas de Ferro da Província de Sergipe
(Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart209818/cart209818.jpg)

Com o passar do tempo os estudos foram se aprimorando. Veja que no último mapa a ferrovia tem um traçado bem definido, atravessando os principais engenhos da época. Sobretudo, na Região Centro-Sul vemos que o traçado da ferrovia obedece rigorosamente a presença de engenhos, mesmo que isso se tornasse mais dificultoso por conta de terrenos que não favorecesse tanto a passagem das ferrovias.

Outros estudos foram realizados, e esses trazem um desenho do traçado um pouco diferente em relação ao de 1883. William Rogers, engenheiro, fez outro mapa, no ano de 1884, que traz algumas modificações quando confrontamos ao do ano anterior. Veja o mapa dos novos estudos da estrada de ferro de Sergipe, do ano de 1884:

ISBN - 978-85-7822-205-5



Mapa dos Novos Estudos das Estradas de Ferro em Sergipe
(Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart164649/cart164649.jpg)

Nos últimos anos do Regime Imperial os planejamentos ferroviários em Sergipe sofrem um duro golpe. Não há, nesse momento, força econômica ou mesmo política para seguir adiante com os empreendimentos ferroviários. A *The Sergipe Railway Company Limited* acaba se esfacelando, no que se refere ao seu capital investidor. E, a partir disso, o sonho ferroviário sergipano é congelado. E a imprensa noticia que os interesses políticos foram o estopim para o abandono dos projetos ferroviários em Sergipe.

> Há muito que, pondo à margem outras aspirações não menos nobres, deseja possuir a província uma estrada de ferro, que ligue os centros produtores dos centros consumidores, mas, apesar de haver uma lei especial concedendo garantia de juros e de achar-se já estudado o traçado de Aracaju a Simão Dias, até o presente dorme a questão da pasta do ministério da agricultura, não havendo a menor esperança de pôr-se em prática semelhante melhoramento.
>
> [...] A estrada de ferro de Sergipe quase que não é lembrada, principiando o esquecimento pelos augustos, que deviam recordar se que o futuro da província depende de tão útil estrada, como já muitas vezes se tem provado. Foi fatal o esquecimento! Nem uma palavra de conforto vibrou no parlamento, defendendo esse direito tantas vezes postergado, ficando ainda uma vez bem saliente que a deturpação conservadora vota a diferença e bem estar desta pobre e mal falada província.
>
> [...] A política, como sempre, absorveu-a inteiramente, nem era possível abandonar o Sr. Cotegipe à mercê da oposição desenfreada que por mais de uma vez opondo-o ao país como um réu de lesa-liberdade, que invertia a ordem do sistema constitucional, conservando-o no poder a despacho do clamor público. (A

ISBN - 978-85-7822-205-5

REFORMA, 30 de outubro de 1887, n°44, p. 1).

Entretanto, não parece haver um único motivo, mas um conjunto deles. De forma mais usual as explicações que fixam em torno da queda do algodão são as que mais permanecem vivas na memória sergipana. Contudo, a influência da força política baiana agride diretamente o "sonho sergipano". E, como um golpe final, tem-se o enfraquecimento do regime imperial, fato que influencia de forma primordial para o adiamento dos projetos ferroviários em Sergipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o período imperial não trouxe nenhum feito para as ferrovias no estado de Sergipe, apesar de ter sido o período áureo no restante do país. Vemos que esse estado carecia de outra saída, a não ser a fluvial, para poder se desenvolver. Essa saída seria a malha ferroviária, que acabou ficando apenas nos sonhos sergipanos, pelo menos no que se refere ao século XIX.

As mensagens dos Presidentes de Província trazem um discurso oficial que acaba não explicando corretamente os fracassos que permeiam a história das ferrovias em Sergipe. Muitas vezes há a sensação de que escondem algo que acontecia verdadeiramente. Por isso ao recorrermos aos jornais da época tem-se uma história um pouco menos mascarada, e que mostram os sucessos e insucessos ferroviários.

Por fim, o Império brasileiro acaba sem conseguir por em prática um palmo sequer de estradas de ferro em Sergipe. E o que se conhece hoje como as ferrovias sergipanas ficaram a cargo, exclusivamente, do ímpeto republicano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes.** 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, Mª da Glória Santana**. Sergipe: Fundamento de uma economia Dependente.** Petrópolis: Vozes, 1984.

BEZERRA, Felte. **Etnias Sergipanas**. 1ª reedição. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1984.

CARDOSO, Amâncio. **Ferrovias em Sergipe: Nota Histórica**. Revista do IHGSE, n°. 41, pp. 375 – 391. Aracaju. 2011. Disponível em: http://ihgse.org.br/arquivos_pdf/revista_41/revista_41_sumario.pdf. Acesso

ISBN - 978-85-7822-205-5

em: 25 de junho de 2018.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **O negro escravo em Sergipe, uma introdução ao seu estudo.** Disponível em: https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/419/305. Acessado em: 05 de junho de 2018.

HARDMAN, F. Foot. **Trem Fantasma: A Modernidade na Selva.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções 1789 – 1848**. 15ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

JESUS. André Luiz Sá de. **A primeira Estação Ferroviária de Sergipe (1913-1950): Fontes para a sua história**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2012. (Monografia de Graduação em História).

Jornal **A Reforma**, n°44, Aracaju, 30 de outubro de 1887. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>, acesso em: 03 de julho de 2018.

MENEZES, Dayse Lima de. **"Os trilhos que chegam (...):" O aparecimento do trem em Sergipe nas mensagens dos governos e nos jornais locais. (1898-1915)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2000. (Monografia de Graduação em História).

MENEZES, Josino Odorico [+ 1866, - 1939]. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa de Sergipe** [...] pelo Presidente do Estado Josino Menezes. Aracaju: Tipografia do "O Estado de Sergipe", 1904. In: BRASIL. Relatórios dos presidentes dos estados brasileiros – 1891 a 1930. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>, acesso em: 28 de junho de 2018.

PASSOS, Sobrinho José Modesto. **História econômica de Sergipe.** Aracaju: UFS. Programa editorial, 1987.

SANTOS, Chrislayne Fernandes. **A modernidade chega de trem: o progresso como discurso para o advento dos caminhos de ferro no estado de Sergipe.** Disponível em: http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/sernne/artigo13.pdf. Acessado em: 04 de julho de 2018.

ISBN - 978-85-7822-205-5

MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS NA CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY: UM ESTUDO DAS REVOLTAS POPULARES E ADMINISTRATIVAS

Autora: Carla Paiva Pereira
Graduanda em História Universidade Federal de Sergipe
carlinha097@gmail.com
Coautora: Edilaine Oliveira Santos
Graduanda em História Universidade Federal de Sergipe
edilainesantos200@hotmail.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Edna Maria Matos Antônio (DHI/UFS)

Os Movimentos Sediciosos

O trabalho discutido neste escrito faz parte do projeto de pesquisa "Humildes vassalos" de uma "Capitania ingovernável": estudo das rebeliões em Sergipe Colonial (documentação e pesquisa)". Este, perdurou de Junho/2017 a Agosto/2018, o qual trabalhou os movimentos sediciosos, provocados pela população, ocorridos na Capitania de Sergipe del Rey entre os séculos XVII e início do XIX. Ademais, o mesmo também pesquisou os conflitos administrativos entre as autoridades metropolitanas, os quais de alguma maneira foram ocasionados ou respingaram na população da Capitania.

O projeto, também se propôs a localizar e caracterizar esses movimentos sediciosos; produzir uma ficha em que fossem identificados seus participantes, motivações e resultados; e conhecer aspectos da justiça metropolitana referente às repressões e punições sobre esses movimentos. Desse modo, o trabalho objetivou pesquisar, identificar e analisar essas manifestações de cunho político ocorridas na Colônia de Sergipe no marco temporal já citado.

É importante enfatizar que por movimentos sediciosos compreende-se as manifestações populares, ou seja, rebeliões, insurreições, revoltas, motins, revoluções e confrontos entre autoridades. Além disso, é fundamental enfatizar que a pesquisa orienta-se pela nova abordagem da História Política para análise desses atos, dado que esta discuti o conceito de poder e aborda que o mesmo transborda as dimensões do Estado, os feitos militares e as ações das principais personalidades de uma sociedade. Desta forma, conclui-se a partir da afirmação de Barros (2008, p. 10) que "o Poder não se encontra necessariamente no aparelho estatal e em outras formas de centralidade política, e nem mesmo exclusivamente no seio das

ISBN - 978-85-7822-205-5

classes dominantes".

O poder e o caráter político de um povo, consequentemente, encontram-se nas suas relações sociais. Dessa maneira, os mesmos são visíveis nas revoltas, negociações e acordos entre a população, bem como entre esta e as autoridades. Para além disso, o aspecto político de uma sociedade também se manifesta no seu modo de vida, ações, costumes, ou seja, na sua cultura como todo. Todavia, o projeto somente dedicou-se no estudo das manifestações que exprimem esse poder nos conflitos ocasionados na sociedade colonial sergipana.

Sendo assim, para facilitar na compreensão, é fundamental mencionar e caracterizar os rostos desses movimentos sediciosos, isto é, seus participantes, tal como suas motivações e consequências. Primeiramente, é válido ressaltar que aqueles que compunham essas manifestações não eram criminosos e delinquentes da sociedade sergipana, como a velha historiografia política abordava, mas sim indivíduos que lutavam pelos seus direitos e melhores condições de vida, bem como manifestavam seu poder político. Isso é refletido no pensamento de Pamblona, o qual debate no trecho abaixo essa visão estereotipada da História Política tradicional:

> Nunca é demais lembrar que o que estamos considerando em suma como o pobre urbano comum ou ordinário está longe de ser reduzido simplesmente a um bando de criminosos soltos para a pilhagem, à "escória", à "canalha" e a outras expressões similares carregadas de juízos de valor que, com freqüência, acompanharam a descrição equivocada da turba, quando feita, em geral, por observadores que com ela não simpatizavam. (PAMBLONA, 1991, pq. 225)

Seguindo esse princípio e partindo de estudos sobre a sociedade colonial sergipana, os rostos que compunham suas multidões, entre os séculos XVII e XIX, eram camponeses, artesãos, assalariados e entre outros, logo eram povos desprivilegiados desse corpo social. Ademais, embora fossem menos favorecidos de recursos financeiros, estes jamais devem ser rotulados como pessoas infames, bandidas e degeneradas, mas sim como um grupo social que conseguem seus direitos e melhorias por meio de conflitos.

Essa mesma abordagem também pode ser expandida a qualquer revolta popular, uma vez que, independentemente do tempo e espaço, o povo ainda é menosprezado pelos seus governantes e estes o rotulam como "ralé" da sociedade e que por lutarem pelos seus direitos são tidos como bandidos. Isso também é discutido por Rudé, no trecho abaixo, em que por meio de análises dos boletins policiais, de um motim da fome realizado em 1775 na França,

ISBN - 978-85-7822-205-5

foi constatado poucos criminosos na composição dos movimentos investigados.

> Várias pessoas foram, como já vimos, presas ao final do movimento, tendo sido exaustivamente revestidas e interrogadas pela polícia, que teve, portanto, ampla oportunidade de descobrir quantos dos presos tinham sido subornados ou marcados a ferro ou presos por crimes ou contravenções anteriores. Por essas investigações, parece que quase todos eram moradores locais; poucos eram vadios [...] e somente um punhado tinha cumprido antes penas de prisão. (RUDÉ, 1991, pg. 216).

Sendo o povo já previamente caracterizado, se faz necessário também apontar os participantes dos conflitos administrativos. Estes eram compostos pelas autoridades metropolitanas que residiam na Capitania em obediência e a serviço da Coroa. No entanto, esses confrontos não somente ocorriam entre os comandantes, mas também entre estes e a população. Na documentação pesquisada, foi possível constatar que nesse recorte espacial e temporal de estudo as divergências administrativas ocorriam em maior número entre os próprios do que entre estes e o povo, seja por rixas pessoais ou má administração do território. Mas, independentemente da causa, esses conflitos atingiam diretamente a população.

Entretanto os movimentos sediciosos estudados foram provocados, principalmente, pelo povo. Suas motivações são inúmeras, vão desde o aumento dos impostos a questões do trabalho, mas todas dependem da conjuntura social, econômica e política daquela sociedade. Logo, cada revolta depende totalmente de como a população recebe uma mudança no seu cotidiano. Por exemplo, se o preço do pão aumenta, mas aquele grupo possui rendimento suficiente para sua compra, o mesmo não irá se rebelar para a diminuição do seu preço, mas se este mesmo grupo estiver passando por dificuldades financeiras o impossibilitando de comprar sua principal fonte de alimento, obviamente este irá se revoltar contra aqueles que podem diminuir o preço do mesmo. Pode-se inferir por meio do exemplo citado, que cada modificação na vida do povo é recebida de forma distinta e esta decorre-se da situação em que o mesmo se encontra.

Diante dessas situações, a Coroa via-se obrigada a interferir e punir os revoltosos na Capitania de Sergipe. Na documentação coletada e analisada, os casos descritos relatam confrontos no território, em que no final do documento há menções de possíveis

ISBN - 978-85-7822-205-5

punições que a Metrópole poderia exercer sobre as divergências. As penalidades mais citadas foram prisões, penas de morte e afastamentos dos cargos, contudo não há referências nos manuscritos se a Coroa acatava tais pedidos, mas é fato que a mesma interferia de alguma maneira sobre os confrontos impondo condenações aos integrantes, para que a "normalidade" reinasse sobre a Capitania.

Além do mais, as consequências de cada movimento sedicioso vão além das punições exercidas pela Coroa. Visto que, os resultados das manifestações interferem diretamente no cotidiano do povo, pois este exigi por meio destas a volta da normalidade, isto é, ao que era antes da alteração ocasionada a qual prejudicou sua ordem de vida, como por exemplo o aumento do preço dos alimentos, ou clamam por uma mudança nas estruturas sociais que o beneficie de alguma maneira, exemplificando, a diminuição da jornada de trabalho. Dessa forma, os efeitos produzidos por esses movimentos são significativos para a sociedade como todo, dado que esta pode ou não se beneficiar com as mudanças, já que nem todas as exigências das manifestações são acatadas pelas autoridades.

Segundo Georgé Rudé, para que compreenda-se esses movimentos, de forma clara e objetiva, se faz necessário seguir uma metodologia. Para o mesmo, é essencial na análise da fonte primária fazer uma série de questionamentos ao confronto relatado na mesma. Em síntese, essas perguntas podem ser resumidas em: qual o contexto histórico; seus personagens e finalidades; as motivações que culminaram na revolta; as repressões; e seus resultados e significados na História. Diante disso, é perceptível que o projeto orientou-se por essa abordagem, a qual privilegia a multidão sem enquadrá-la em categorias estereotipadas, como já foi discutido acima, além disso usando essa série de indagações o historiador consegue entender mais facilmente os movimentos sediciosos como todo.

A pesquisa possui como cerne a localização, seleção e análise dessas manifestações de cunho político ocasionados na colônia sergipana. Além disso, a mesma não se restringe apenas no estudo das ações provocadas pela população, mas também abarca os conflitos entre os governantes da Capitania. Mostrando assim, que as insatisfações pairavam do mesmo modo naqueles que deveriam cuidar dos interesses da metrópole e controlar o povo da colônia. Portanto, tais acontecimentos retratam as falhas

ISBN - 978-85-7822-205-5

do poder de Portugal sobre a colônia do Brasil, nesse caso na Capitania de Sergipe del Rey.

Diante disso, os movimentos sediciosos ocorridos na Capitania de Sergipe, entre os séculos XVII e XIX, foram fundamentais na moldagem da mesma. Dado que, demostram os descontentamentos do povo, bem como de suas autoridades provocando, desta forma, a compreensão de que nessa sociedade comandada por uma Metrópole distante e muitas vezes ausente também havia conflitos e acordos. Além do mais, os mesmo refletem as necessidades e preocupações da comunidade perante sua conjuntura, sendo que cada confronto pode resultar em condenações para os integrantes ou benefícios para os mesmos, mas independentemente dos resultados é fato que ao final de cada revolta, motim, rebelião e negociação a sociedade será atingida diretamente.

Análise das fontes primárias de Sergipe del Rey

Os resultados atingidos dentre o período de Agosto/2017 a Julho/2018 foram relativos ao conhecimento obtido devido às leituras realizadas na primeira etapa do projeto, e a análise, catalogação e seleção de fontes primárias na segunda fase. Através de todo esse referencial teórico, pôde-se obter uma nova concepção histórica e historiográfica a respeito das revoltas que ocorreram na Capitania de Sergipe del Rey.

A avaliação documental descrita anteriormente foi executada durante um período de aproximadamente seis meses, no qual os documentos foram examinados de acordo com o conhecimento adquirido por meio dos textos trabalhados durante as reuniões semanais realizadas. Nessa parte do processo, as fontes primárias pesquisadas foram provenientes do site "Projeto Resgate Barão do Rio Branco", no qual todas elas se encontravam digitalizadas.

Neste site, os arquivos digitalizados contabilizavam ao todo 495 documentos, divididos em 6 caixas. No desenvolvimento da pesquisa, essas fontes foram separadas entre os orientandos para que cada um pudesse avaliar e identificar os movimentos sediciosos contidos na documentação. Nesse processo de avaliação e seleção, foi perceptível que todos os documentos demonstravam aspectos políticos do seu tempo, independentemente se eram rebeliões do povo contra uma autoridade ou desta contra seus próprios companheiros de governança.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Desta maneira, os manuscritos analisados revelam que as relações de poder estavam permeadas em todos os setores da sociedade sergipana colonial, e que seus conflitos iam além de revoltas armadas e violentas, comprovando assim que as negociações também faziam parte da cultura política daquela população.

Os participantes do projeto ficaram responsáveis pela análise de uma determinada quantidade de caixas distintas, sendo necessário, ao final, que cada um selecionasse documentos específicos para se aprofundar, entendendo assim as circunstâncias externas que não foram relatadas nele. As fontes escolhidas foram referentes a duas questões centrais: um conflito entre autoridades e uma denúncia de excessos e abusos cometidos por um Vigário, ambos na Capitania de Sergipe del Rey.

O primeiro caso citado, diz respeito ao desentendimento entre o Capitão Mor José Pereira de Araújo e o Ouvidor Geral da Capitania de Sergipe del Rey Antônio Soares Pinto. Esse assunto acabou se desenvolvendo no decorrer de alguns escritos, e principalmente por via da ementa foi possível perceber e exercer uma melhor exploração dessas informações compartilhadas.

O conflito entre o Capitão Mor José Pereira de Araújo e o Ouvidor Geral Antonio Soares Pinto, segundo a documentação trabalhada, iniciou-se no ano de 1724 e teve um final somente no ano de 1726. As divergências começaram quando as obrigações governamentais do Capitão Mor não foram efetuadas de maneira satisfatória, desapontando assim a Coroa portuguesa; além disso, logo em seguida se iniciaram os desentendimentos com o Ouvidor Geral da capitania.

Inicialmente, inimizades pessoais e delações a respeito das suas condutas cotidianas no âmbito militar, social e comercial, foram relatadas ao governador geral, sendo o Capitão Mor acusado pelo Ouvidor Geral de corrupção e arbitrariedades no desempenho do seu cargo, que desencadeou em um requerimento enviado por esse ao Rei D. João V, solicitando que o Ouvidor Geral da Capitania não se intrometesse na sua jurisdição, denunciando Antônio Soares de se intrometer na atribuição do capitão que liderava 30 soldados, os desviando para outra devassa sem solicitar isso ao requerente.

Nesse contexto de insatisfação geral, o Ouvidor Geral foi indiciado pelas ações de extorsão e autoritarismo pela população, e ainda nesse mesmo ano, Oficiais da Câmara

ISBN - 978-85-7822-205-5

enviaram uma representação ao Rei, comunicando que os Ouvidores Gerais se intrometiam na sua jurisdição, impedindo os Juízes Ordinários de executarem as devassas a que estavam obrigados, e nas devassas que faziam cobravam salários exorbitantes, gerando um transtorno de caráter econômico e social.

Em meio a essa confusão, a partir de 1725, o Ouvidor da Capitania de Sergipe del Rey acaba se manifestando, e envia cartas ao Rei D. João V, em que é descoberto atos cotidianos realizados pelo Capitão Mor José Pereira de Araújo indo de encontro aos militares e moradores de Sergipe del Rey, que caso se confirmassem, vice-rei do Brasil seria avisado e o Capitão Mor preso.

José Pereira de Araújo reagiu a esse fato alegando mais uma vez os abusos de jurisdição praticados pelo Ouvidor e além disso, detalhou os conflitos entre ambos, argumentando que este sustentava ódio por ele, acrescentou ainda em seu testemunho sete militares de alta patente para fundamentar o recebimento de propina aos soldados em questão.

Com base nessa denúncia, Antonio Soares Pinto logo reagiu apresentando um especifico relatório sobre as atitudes do Capitão Mor, julgando-as ilegítimas. Dissertou a respeito das queixas dos povos da Capitania de Sergipe del Rey contra este, justificando que em cada vila José Pereira de Araújo atuou de maneira divergente, levando em consideração as características regionais.

Tais denúncias realizadas chegaram ao entendimento do Rei, e geraram um declínio social, administrativo e militar para o Capitão Mor, que foi preso e mandado para a cadeia de Salvador. Somente em 1729 deu-se o parecer final a respeito do seu caso, e foi determinado pelas autoridades que permanecesse encarcerado no Brasil, finalizando assim a sua carreira, juntamente com a esperança de reconquistar sua dignidade e status social. Em relação as divergências ocorridas entre José Pereira de Araújo e Antônio Soares Pinto, pode-se concluir que a carreira do Capitão Mor ficou registada pela sua incompetente administração e comportamento inadequado, que refletiu em mudanças de postura da Coroa – proibição de propinas, aumento do salário dos capitães mores de Sergipe del Rey e da cautela sobre a venda de posto, na tentativa de evitar os mesmos erros cometidos anteriormente, e assim se deu o final do confronto

ISBN - 978-85-7822-205-5

entre essas duas autoridades da Capitania.

Após a abordagem do primeiro caso, os próximos parágrafos serão referentes a investigação que ocorreu baseada na denúncia de excessos e abusos cometidos pelo Vigário Antônio Alves de Miranda Varejão, enquanto atuava na Igreja Matriz da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba. A fonte explorada era relativamente extensa, e dividida em denúncias, petições e despachos contra o eclesiástico.

Logo após a leitura da fonte foi evidente o tipo de manifestação contida na mesma, uma vez que era visível a insatisfação da população contra o padre. Desse modo, os mesmos recorreram ao Tenente Coronel Mathias Gonçalves Pereira e ao Capitão Dionísio Rodrigues Dantas, que eram autoridades da Capitania em 1805, ano em que o documento foi escrito.

Nesse manuscrito, o religioso é acusado de atos libidinosos e escandalosos, bem como ser vingativo, avarento e ir contra os preceitos do Arcebispado da Bahia. Além disso, o padre também é tido como enganador, visto que é o mesmo ludibriou a Vossa Alteza Real para conseguir permissão em atuar como vigário na dita freguesia, como também nas demais regiões da Colônia.

Desta maneira, Antônio Alves de Miranda Varejão é acusado por vários crimes contra a moral e os bons costumes da população, bem como do Arcebispado. O mesmo também é denunciado por agredir verbalmente os paroquianos, e golpear um deles na cabeça. Além do mais, o vigário é indiciado por perseguir e tentar ferir com uma espada um sapateiro que atrasou sua encomenda, este vendo tal perigo fugiu para sua casa sendo perseguido pelo padre, que estava de camisão e ceroulas. Ao ver isso, a população ajudou o pobre sapateiro a se esconder da fúria do clérigo, além de se escandalizar com suas vestes, dado que estas tinham a finalidade de esconder suas vergonhas que jamais deveriam ser expostas a todos.

Ademais, frequentemente o eclesiástico era visto armado com pistolas e facas, tendo também um escravo armado, garantido assim a sua própria segurança. Por consequência, o mesmo era visto pelo povo com um ser carregado de ódio e vingança, que usava do seu posto para amedrontar aqueles que não acatavam suas vontades. Desta

ISBN - 978-85-7822-205-5

maneira, além de ser violento contra a população, também era corrupto e enganador, tornando públicas as confissões dos fiéis, a exemplo do caso de uma mulher que confessou ser concubina do seu primo.

Entretanto, seus atos escandalosos não se restringiam apenas a igreja matriz. O vigário quando celebrava missa nas demais capelas da região, praticava as mesmas ações, tidas como desonrosas e abusivas, contra o povo e a própria igreja. Isso foi notável na Capela do Bom Jesus, na qual em voz alta declarou que ali não se encontravam pessoas de vergonha e honradas, mas homens infames e prostitutas. Além do mais, o clérigo vivia em concubinato com uma mulher chamada Maximiana, que antes de possuir relações com ele era casada e vivia em outra povoação.

Além dessas condutas imorais, relatadas no documento, o reverendo também foi acusado de comportamentos sexuais inadequados. Este chegou a tentar violentar sexualmente uma mulher, que conseguiu se esconder na própria casa e com o auxílio dos vizinhos e de sua família se livrou da perseguição do padre. Este, por sua vez, continuou rondando a povoação sem nenhuma demonstração de arrependimento pelo ato que praticou, escandalizando assim a população que o presenciou. Ademais, o eclesiástico também foi incriminado de trocar penitencias por favores sexuais, onde solicitava no confessionário que as penitentes o encontrasse em outros cômodos da igreja ou a noite na sua casa, para que fosse consumado seus desejos mais libidinosos.

Entretanto, segundo a fonte, a vítima mais prejudicada de suas ações foi à viúva Luiza Antônia, que foi violentamente espancada, com sacos de areia, pelos escravos do vigário, mesmo estando grávida. Após a agressão veio a abordar, e mais adiante faleceu devido a gravidade dos ferimentos. Nesse caso, Antônio Alves de Miranda Varejão foi acusado por dois homicídios voluntários: o de Luiza Antônia e do seu filho, que ainda se encontrava em sua barriga durante o ataque.

O vigário Antônio Alves de Miranda Varejão foi um clérigo que desrespeitou todas as normas e costumes da igreja e da dita freguesia, causando assim a insatisfação popular relacionado ao seu trabalho. Devido a esse fato, os moradores recorreram a D. João, para que intervisse naquela situação. Mesmo com o requerimento sendo enviado diretamente para o príncipe regente, não há registro de punição do denunciado pelas

ISBN - 978-85-7822-205-5

acusações. Além disso, não houve qualquer citação que outro padre tenha sido colocado em seu lugar, embora este tenha sido um dos pedidos da população à Coroa. É importante ser mencionado que, naquela época, era comum que membros eclesiásticos estivessem envolvidos em denúncias de assassinatos e roubos, sendo estes, grande parte das vezes, depravados, obscenos e corruptos.

As situações relatadas em ambos os fatos refletiam a conjuntura socioeconômica da Capitania, bem como a forma como se davam as relações sociais, tanto por parte da população em geral, quanto pelas autoridades governamentais e eclesiásticas. Permitindo assim uma melhor análise do contexto político, econômico e social em que viviam os moradores da Capitania de Sergipe del Rey entre os séculos XVII e início do XIX.

Considerações finais

Considerando todo esse processo de pesquisa, catalogação e análise, é perceptível que os principais objetivos do projeto foram alcançados com êxito. Embora esse processo tenha sido árduo, se mostrou bastante satisfatório para todos os envolvidos da pesquisa, uma vez que as rebeliões coloniais foram trabalhadas a partir da nova perspectiva da História Política, em que compreende-se o comportamento das massas e sua relação com seu meio e governantes, como processos essenciais no entendimento do caráter político de um povo. Dessa maneira, seguiu-se esse princípio na localização, seleção e estudo das fontes primárias, para que não houvesse pré- julgamentos dos participantes de cada movimento sedicioso, tal como suas motivações, desenvolvimento do conflito e resultados.

Diante disso, o projeto resultou no maior entendimento das manifestações de caráter político na Capitania de Sergipe del Rey, nos séculos XVII e XIX. Além disso, também pode ser concluído a partir da pesquisa, que as relações políticas da Capitania não estavam somente no poder das autoridades metropolitanas, mas da mesma forma estavam nas interações sociais de toda comunidade, demonstrando assim que o aspecto político de um povo vai além dos mandos do Estado e de seus principais governantes. Por fim, pode-se inferir a fraqueza do poder metropolitano sobre a colônia sergipana, visto que seus próprios comandantes entravam em conflitos, os quais respingavam na

ISBN - 978-85-7822-205-5

população.

Referências Bibliográficas

BARROS, José D'assunção. História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e o imaginário. *Revista do Colegiado de História Campus de Araguaína*, 2008.

PAMPLONA, Marco Antônio. A historiografia do protesto popular e das revoltas urbanas. Rio de Janeiro: PUC, 1991, 30p. (*Rascunhos de História*, 50).

RUDÉ, George. *A multidão na História. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

ANTÔNIO, Edna Maria Matos. A independência do solo que habitamos": poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro. Sergipe (1750-1831). Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista. Franca, 2011.

SIQUEIRA, L. HOMENS DE MANDO E DE GUERRA: capitães mores em Sergipe del Rey (1648-1743). Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A INCLUSÃO SOCIAL E FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS NO BRASIL

Autor: Davi Augusto Soares
Graduando em Psicologia pela Universidade Tiradentes (SE)
daviaugusto_soares@hotmail.com

Coautora:Tayanne de Araujo Lobão
Graduanda em Psicologia pela Universidade Tiradentes (SE)
tayannearaujol@outlook.com

Orientadora: Prof.ª Larissa Moura (UNIT/SE)

INTRODUÇÃO

Em certas fases da vida, como adolescência e infância, o sujeito está propício a passar por mudanças comportamentais, físicas e cotidianas. Essas demandas pelas quais os indivíduos passam costumam ser mais complicadas se seu estado de saúde está comprometido, esta situação é presente na vida das crianças e adolescentes com doenças crônicas, por exemplo. Uma vez que este tipo de doença acarreta nessas fases uma adaptação por partes dos doentes em possuírem uma consciência do seu estado de saúde, o que pode gerar angústia, conflitos e revolta. Isso acontece porque as doenças crônicas têm como característica marcante seu curso demorado, as constantes visitas do paciente ao hospital- em sua maioria ocorrem hospitalizações- e também um agravamento de sua limitação física.

As doenças crônicas são a maior causa de morte no Brasil, segundo a Organização Mundial da Saúde, essas são doenças multifatoriais que se desenvolvem no decorrer da vida e são de longa duração. Dentre elas, podemos citar a diabetes, já que é uma dessas doenças que tem estado presente durante a fase da infância e adolescência. Essas doenças causam uma mudança rotineira na vida dessas pessoas, tanto os doentes quanto aqueles que acompanham todo o processo.

Dessa forma, na infância é muito complicado para a criança entender o que está acontecendo, porque ela faz um tratamento e porque ela não pode fazer uma determinada coisa que as outras crianças podem. Ainda usando o exemplo da diabetes, é difícil para uma criança compreender que as outras crianças podem comer doces e ela não, principalmente porque nesta

ISBN - 978-85-7822-205-5

fase este costuma ser um alimento desejado por todas as crianças. Já na adolescência, elas começam a entender melhor estas mudanças, às consequências da doença e seus riscos. Tanto os adolescentes quanto seus responsáveis, por conta da doença têm certa dificuldade de ver um futuro considerado ‘‘normal’’ para eles, como por exemplo, fazer faculdade, se formar, trabalhar. Dentro desse contexto, é difícil para eles abdicar de certas coisas, como uma educação normal, brincar com os amigos e até socializar.

DESENVOLVIMENTO

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2000) a definição de saúde seria “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”. Esta se relaciona a um direito social, inerente à condição de cidadania, que deve ser assegurado sem distinção de raça, de religião, ideologia política ou condição socioeconômica, a saúde é assim apresentada como um valor coletivo, um bem de todos. Por conseguinte, a Organização das Nações Unidas (ONU) reforça este conceito, apontando quatro condições mínimas para que um Estado assegure o direito à saúde ao seu povo: disponibilidade financeira, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade do serviço de saúde pública do país.

Dentro do contexto de saúde, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) tem por objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Sendo assim, o capitulo III referente a saúde aborda, relevante para essa pesquisa:

> Art. 18. É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário.
>
> § 4o As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar:
>
> II - serviços de habilitação e de reabilitação sempre que necessários, para qualquer tipo de deficiência, inclusive para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida;
>
> V - atendimento psicológico, inclusive para seus familiares e atendentes pessoais;

ISBN - 978-85-7822-205-5

> VIII - informação adequada e acessível à pessoa com deficiência e a seus familiares sobre sua condição de saúde;
>
> X - promoção de estratégias de capacitação permanente das equipes que atuam no SUS, em todos os níveis de atenção, no atendimento à pessoa com deficiência, bem como orientação a seus atendentes pessoais;

Diante da realidade das crianças e adolescentes portadoras de doenças crônicas é necessária uma adaptação por parte da sociedade para atender às necessidades dessas pessoas, com isso, percebe-se que as mudanças beneficiariam a todos. Sem a necessidade de disfarçar as limitações, a inclusão parte do pressuposto de que todos são diferentes e o que muda é ter ou não uma deficiência e o seu modo de buscar a qualidade de vida. Contudo, é necessário que não se confunda o processo de inclusão com o de integração, visto que esta defende a adaptação dos deficientes aos modelos que já existem na sociedade.

Isto posto, a Lei Brasileira de Inclusão ressalta além da importância da saúde, a importância da educação inclusiva para as crianças e adolescentes portadoras de doenças crônicas, expondo no capitulo IV:

> Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
>
> Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:
>
> I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
>
> II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

Doenças crônicas compõe o conjunto de condições crônicas que geralmente estão ligadas a causas múltiplas, com início gradual obtendo a duração como sua principal característica. Tendo seu prognóstico incerto, esse tipo de doença tem longo curso de duração existindo a probabilidade de ser incurável, deixando sequelas, impondo limitações as funções do indivíduo, forçando assim uma nova adaptação no estilo de vida. Nota-se que em seu quadro clínico pode

ISBN - 978-85-7822-205-5

haver mudanças ao longo do tempo, formando períodos de agudez ou crises que levam a incapacidade e hospitalizações.

Quando nos deparamos com crianças e adolescentes imersos no contexto da doença crônica, ou seja, sendo portadores, temos um choque emocional pois a situação que se espera desses indivíduos é de saúde para o crescimento e desenvolvimento dentro dos limites das normalidades. Sendo assim nestes contextos crônicos, a criança e o adolescente tem seu cotidiano praticamente modificado devido as limitações físicas e emocionais. Geralmente passam a ser hospitalizados para realizarem uma série de exames, para que assim deem início aos devidos tratamentos de acordo com os níveis da enfermidade crônica.

Toda essa complexidade da doença é uma experiência estranha e desconhecida para criança/adolescente, fazendo com que gere uma reação negativa quanto a situação, que por fim, faz com que os jovens portadores comecem a produzir sentimentos de pavor, culpa, aflição e depressão já que passam a ter a sensação de que sua vida está sendo redigida pela doença. Portanto é importante ressaltar três fases em que a criança/adolescente pode passar durante sua relação com a complexidade da doença: A primeira seria a fase da crise caracterizada desde o início dos sintomas até a definição do diagnóstico e início do tratamento, ocorre uma desestruturação na vida e desestabilidade emocional da criança/adolescente e família. Há um processo de aprendizado e conhecimento sobre a doença com a finalidade de criar estratégias para saber lidar com os sintomas, procedimentos terapêuticos e diagnósticos, para que assim reorganizem suas vidas; A segunda seria a fase crônica marcada pela constância, progressão e remissão do quadro patológico e sintomático. A criança/adolescente e família procuram dar autonomia e reestruturação as suas vidas botando em prática as estratégias aprendidas anteriormente. Há uma familiarização com o contexto, procedimentos relacionados ao tratamento, medicamentos e entram no vocabulário técnico; A terceira e última seria a fase terminal que atinge um nível crítico no quadro clinico patológico da criança/adolescente. Abrange desde o momento em que a morte parece inevitável, já que os tratamentos e medicamentos não respondem mais as doenças de forma eficaz, complicando a saúde do indivíduo até a morte propriamente dita.

Como foi dito anteriormente, o hospital é um novo ambiente que a criança passa a frequentar com regularidade. Nele a criança/adolescente tem um olhar de dualidade sobre o local, pois ao mesmo tempo que traz dor e sofrimento pelos tratamentos lá realizados, também

ISBN - 978-85-7822-205-5

representa um local de cura onde vão para receber os tratamentos que visam trazer a saúde de volta para sua vida que se encontra bagunçada e angustiante nesse determinado momento. O hospital pode se tornar um local de "socialização" para criança/adolescente, já que começam a ter um contato frequente com médicos, enfermeiros, psicólogos hospitalares e outros pacientes, fazendo com que tire o foco doloroso de ajustar-se as rotinas do hospital como: medicações, verificação de sinais vitais, observações, luzes acesas, ambiente caótico, crianças chorando. Desta forma, pode haver uma diminuição das consequências negativas, transformando os pacientes em resilientes para ter a capacidade de adaptar-se as mudanças e reagir com flexibilidade diante das limitações e tratamentos que a doença impõe.

Diferentemente do hospital, no ambiente escolar a criança/adolescente passa a ter uma queda em sua presença. Isto acontece devido as frequentes hospitalizações acarretando no atraso do conteúdo escolar e prejuízo do rendimento do seu aprendizado, podendo chegar em casos de abandono da escola. A escola é uma socialização secundária que tem uma influência crucial no desenvolvimento e socialização da crianças/adolescentes, quando esses jovens portadores de doenças crônicas começam a sofrer por serem rotulados de diferentes, a escola passa a ser uma fonte de discriminação e como consequência precisarão de cuidados especiais. Isso tudo se agrava quando os professores não participam e não procuram saber do processo que eles vivenciam atualmente, desconsiderando suas necessidades e limitações, diminuindo-os perante os colegas.

Dentro desse contexto escolar percebe-se que o adolescente vai aumentando sua socialização, tendo uma grande importância na questão de aprovação do grupo para a construção e reafirmação de uma auto – imagem positiva, para ele essa relação é importante para seu desenvolvimento social e psicológico. Há também uma preocupação com o corpo em transformação, que nesse processo de conviver com a doença entra em conflito, pois geralmente não toleram os desvios do corpo idealizados como consequência dos tratamentos que alteram sua aparência restringindo sua independência e a habilidade, potencializando a preocupação de não serem aceitos pelo grupo.

A família é um sistema que está inserido em um contexto social e histórico, ela consiste em agrupamento humano formado por indivíduos com ancestrais em comum e/ou ligados por laços afetivos e que, geralmente, vivem numa mesma casa. É de suma importância refletir sobre as relações que as crianças estabelecem com seus cuidadores e suas sensibilidades em

ISBN - 978-85-7822-205-5

identificar aspectos de atenção, escuta, capacidade de oferecer acolhimento e como estes podem estabelecer circuitos de troca positiva durante processos de tratamento e hospitalização. Na maioria dos casos, a notícia da doença crônica é recebida pela família, com aspecto de dúvida, medo e desconhecimento, pois o caminho mostra-se sem luz no fim do túnel, dando destaque apenas ao fato da dor e sofrimento ou do possível afastamento da criança/adolescente.

Toda esta situação requer muito aprendizado por parte da família, de maneira que a falta de conhecimento sobre a doença crônica que a criança/adolescente possui leva esta à adquirir sentimentos como insegurança e impotência. A diminuição dos cuidados com as crianças e adolescentes que tem doença crônica pode causar um aumento do nível da complexidade do seu quadro sintomático, descartando a possiblidade das estratégias para a promoção da saúde. Com isso vários fatores são afetados como as alterações físicas, emocionais, comportamentais e a perspectiva das estratégias de saúde da família.

Contudo, em diversos casos, frente a esse desconhecido as famílias criam uma motivação para buscar informações sobre tratamento e a doença. Obter novas informações sobre a doença faz com que a família sinta-se mais preparada para acompanhar, ajudar de qualquer forma no processo de tratamento e no futuro a ajudá-los a conviver com suas limitações, estimulando sua independência e fortalecendo o cuidado familiar.

É necessário evidenciar que o cuidador familiar precisa de apoio para o enfrentamento e adaptação ao novo contexto que a criança/adolescente encontra-se. Dessa forma ele terá a força e coragem para prosseguir nessa jornada de longa duração. Portanto, nesta perspectiva a família é a principal responsável pelo cuidado/desenvolvimento da criança/adolescente, pois elas não possuem a total capacidade de realizarem o autocuidado, facilitando a elaboração do plano de cuidados, respeitando o ambiente que a cerca e suas limitações

O envolvimento de várias categorias de profissionais é importante, principalmente se esses conseguem perceber as crianças e os adolescentes em condições crônicas para além de avaliações comportamentais. Assim, é importante que os profissionais fiquem atentos não só aos riscos que comportamentos podem oferecer aos grupos de convivência, mas também prestem atenção ao sofrimento que pode ser expresso na experiência de gerenciamento da condição crônica, não passando despercebidas as capacidades de crianças e adolescentes (MOREIRA; GOMES; CALHEIROS, p. 8, 2013).

ISBN - 978-85-7822-205-5

Dentro dessa realidade, de acordo com o Conselho Federal de Psicologia, foi estabelecido de quais áreas seriam os psicólogos que poderiam atuar auxiliando essas crianças e adolescentes e dentro de suas funções o que poderia ser feito. Desta maneira, de acordo com o art. 3 das atribuições do Psicólogo Educacional, está incluso fornecer um suporte e conscientizar todo o corpo escolar sobre as necessidades especiais dessas crianças, assim como de acordo com o art. 7, o psicólogo deve estimular, principalmente, os adolescentes a cogitar a criação de perspectivas futuras para além de sua situação patológica. Com possibilidade de conscientizar o corpo escolar sobre a real situação da criança ou adolescente, o psicólogo educacional pode prevenir , identificar e resolver problemas psicossociais que possam bloquear, na escola, o desenvolvimento de potencialidades, a realização dos exercícios escolares e a vivencia saudável nesse âmbito.

Nesse contexto, a criança ou adolescente pode chegar a apresentar uma demanda que transcenda a possibilidade de solução na escola, dessa forma o psicólogo educacional pode fazer o diagnóstico dos impasses do determinado aluno e encaminhá-lo aos serviços de atendimento da comunidade, buscando sempre a atuação integrada entre a escola e a comunidade. Caso o aluno necessite de sessões de terapia o psicólogo educacional deve encaminhá-lo para um psicólogo Clinico, pois ele não pode realizar terapia.

Por conseguinte, as atribuições do Psicólogo Clínico, concordam com o fato de que este deve esclarecer em todos os contextos que a criança e o adolescente estão presentes, diariamente, acerca das suas doenças e seus efeitos, seguindo o art. 14. Tem um enfoque mais na promoção da saúde mental, colaborando para a compreensão dos processos intra e interpessoais, utilizando enfoque preventivo ou curativo, isoladamente ou em equipe multiprofissional em instituições formais e informais. Quando entra em contato com a demanda da criança ou adolescente, ele realiza o atendimento psicoterapêutico individual, adequando às diversas faixas etárias das crianças e adolescentes, em instituições de prestação de serviços de saúde, em consultórios particulares e em instituições formais e informais a depender da situação. Geralmente as crianças e adolescentes chegam com problemas emocionais, psicomotores ou psicopedagógico devido a situação da doença crônica que está imersa.

Isto posto, ainda sobre o Conselho Federal de Psicologia, de acordo com as especialidades concedidas por este acerca do profissional em psicologia, está de acordo que o psicólogo hospitalar deve oferecer assistência e apoio a crianças que possuem a doença e na maneira de

ISBN - 978-85-7822-205-5

lidar/enfrentar. Assim como, juntamente com o psicólogo clínico- de acordo com o art. 15- este deverá fornecer suporte emocional para a família do portador da doença e auxílio na construção da relação cuidador-criança/adolescente nesse contexto.

Diante dos jovens pacientes portadores de doença crônica o psicólogo hospitalar pode desenvolver atividades em variados estágios do tratamento, focando na tarefa de avaliação e acompanhamento de intercorrências psíquicas das crianças e adolescentes que estão e serão submetidos a procedimentos médicos, com a finalidade de promover saúde física e mental. O processo de adoecimento, hospitalização e repercussões emocionais que emergem durante o processo são exemplos de demandas que esse tipo de psicólogo estará sempre em contato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade em que vivem as crianças e adolescentes com doença crônica é notória a necessidade de apoio a estes. Visto que, a relação doente/doença é algo bastante conflituoso e costuma fragilizar esse, pois ele já passa por mudanças físicas e comportamentais referentes à sua etapa de vida, seja esta infância ou adolescência. Dentro desse contexto, a família do doente também fica muito sensível, de maneira que vê seu ‘‘membro’’ em uma situação patológica que afeta toda a sua rotina, e apresentando uma necessidade de mudança da rotina dos cuidadores também, perante as novas necessidades da criança ou adolescente.

Por fim, todas essas alterações na vida dos doentes e familiares necessitam de um apoio para realizar um bom enfrentamento, este que cabe ao psicólogo. De acordo com a rotina das crianças e adolescentes com doenças crônicas, se faz necessário o auxílio de um tripé psicológico, o qual está incluído o psicólogo educacional, o psicólogo clínico e o psicólogo hospitalar. Estes irão atuar fornecendo o apoio psicológico para enfrentar e viver dentro desse contexto caótico de doença crônica seria imprescindível para a promoção da saúde mental do indivíduo durante o processo de tratamento.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações, enviada

ISBN - 978-85-7822-205-5

em 17 de outubro de 1992. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf>.

2. BRASIL. Conselho Federal de Psicologia, Resolução nº 02/01, de 20 de dezembro de 1971. Altera e regulamenta a Resolução CFP no 014/00 que institui o título profissional de especialista em psicologia e o respectivo registro nos Conselhos Regionais. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2001_2.pdf>.

3. BRASIL. Presidência da República. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015.

4. BRITO, D; BARROS, D. A Orientação Profissional como método terapêutico e reabilitador de pacientes portadores de doenças crônicas**. Revista Brasileira de Orientação Profissional**. Belo Horizonte-MG.p.141-148. 2008

5. CASTRO, E; PICCININI, C. Implicações da Doença Orgânica Crônica na Infância para as Relações Familiares: Algumas Questões Teóricas. 2002. 10f. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2002.

6. MARGARIDA, M. **Introdução À Metodologia Do Trabalho Científico**. 10a Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

7. MOREIRA, M; GOMES, R; RIBEIRO, M. Doenças crônicas em crianças e adolescentes uma revisão bibliográfica. **Revista da Associação Brasileira de Saúde Coletiva**.Rio de Janeiro. 2012/2013

8. PEDROSO, M; MOTTA, M. Cotidianos de Famílias de Crianças com Doenças Crônicas: microssistemas em intersecção com vulnerabilidades individuais. **Revista Gaúcha Enfermagem**. Porto Alegre, 2010.

9. VIEIRA, M; LIMA, R. Criança e Adolescentes com Doença Crônica: Convivendo com Mudança. **Revista Latino-am Enfermagem**. 2002, julho-agosto.

ISBN - 978-85-7822-205-5

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO PROCESSAMENTO EM LEITURA DE ALUNOS DO 3ª ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Autor: José Júnior de Santana Sá
Mestrando em Educação (PPGed/UFS/Gelins)
junior_santana91@hotmail.com

Coautora: Suly Brota
Graduanda em Letras Vernáculas pela UFS
sulybrota@gmail.com

Orientadora: Profª Dr.ª Raquel Meister Ko Freitag

1 INTRODUÇÃO

Desde 1990, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, a partir da implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb, vem produzindo indicadores sobre o sistema educacional brasileiro. Dentre os indicadores produzidos pelo Saeb, alguns apontam para graves problemas na eficiência do ensino oferecido pelas escolas brasileiras, a exemplo dos baixos desempenhos em leitura demonstrados por estudantes, visto que uma parcela significativa desses estudantes chega ao final do ensino fundamental com domínios insuficientes de competências essenciais que lhes possibilitam dar prosseguimento aos seus estudos.

A partir dos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) que passou a integrar o Saeb em 2013, com o objetivo de avaliar os níveis de alfabetização dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental, fica evidente que os problemas de leitura surgem desde as séries iniciais. Na escala de resultados da ANA de Língua Portuguesa os níveis variam entre 1 a 4, o nível 4 é o esperado de alunos submetidos à avaliação.

Tabela 1: **Distribuição percentual dos estudantes no nível 4 na proficiência em leitura da ANA 2014-2016**

Ano	Nacional	Sergipe	São Cristóvão
2014	11,20%	3,28%	1,37%
2016	12,99%	4,95%	0,79%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Inep

De modo geral, é notável um número muito baixo de alunos que alcançam o nível 4. Na escala de proficiência, o nível 4 diz respeito aos estudantes que são capazes de reconhecer a

ISBN - 978-85-7822-205-5

finalidade de um texto, localizar informações explícitas, compreender o sentido de palavras e expressões, realizar inferências a partir da leitura de textos verbais, realizar inferências em textos cuja articulação seja a linguagem verbal e não verbal, identificar o assunto, assim como estabelecer relações entre partes de um texto marcadas por elementos coesivos.

Essas habilidades estão relacionadas aos processos de compreensão em leitura. Dos conhecimentos e habilidades avaliados na ANA, o peso maior está nas habilidades de compreensão de textos, e não nos conhecimentos relativos ao uso das correspondências som-grafia na leitura de palavras isoladas. (BRASIL, 2013). Nesse sentido, a ANA prioriza a compreensão e não considera outros mecanismos da leitura.

Ler é uma habilidade que envolve dois importantes processos: a decodificação e a compreensão, a base da leitura é identificação da palavra escrita. Logo, partimos da premissa que se o aluno ainda não sabe reconhecer as palavras escritas, ou seja, se ainda não lê, não poderá entender o texto, pois uma das origens da dificuldade de compreender textos escritos pode estar em um déficit da habilidade de identificar a pronúncia e o significado das palavras escritas (MORAIS, LEITE E KOLINSKY, 2013). Assim, para o estudante conseguir um bom desempenho em testes de leitura como ANA, ele precisa ter o processo de decodificação automatizado. Ou seja, as palavras devem ser lidas de memória, sem interrupções, assim a atenção se voltará ao significado do texto, isso acontece quando as palavras se tornam familiares e são armazenadas na memória (EHRI, 2013).

Neste trabalho, verificamos quais as habilidades os alunos já dominam no nível de reconhecimento das palavras escritas, isto é, se os alunos de uma turma do 3º ano do ensino fundamental conhecem o princípio alfabético, se têm conhecimento do código ortográfico da língua e se dão pistas acerca da construção do léxico mental ortográfico, condições sistemáticas e essências para a evolução da aprendizagem da leitura nas séries iniciais, para isso foram aplicadas 10 questões da Provinha Brasil (2016/2) de leitura no nível de processamento de letras, sílabas e palavras.

A partir do objetivo delimitado, o artigo está organizado em quatro tópicos. Inicialmente, discutimos sobre os dois componentes da leitura e as três condições necessárias para a aprendizagem da leitura na alfabetização. Em seguida, tratamos dos procedimentos metodológicos para a coleta de dados, prosseguimos com os resultados e discussões acerca das análises do desempenho dos alunos nas questões da Provinha Brasil e finalizamos com algumas considerações.

ISBN - 978-85-7822-205-5

2 COMPONENTES E CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM DA LEITURA NA ALFABETIZAÇÃO

Entre as habilidades a serem desenvolvidas na educação básica, a leitura é uma das mais complexas e, além disso, é a mais importante para a formação elementar dos estudantes como um meio de desenvolvimento da capacidade de aprender, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (9694/96) em seu artigo 32, inciso I. Os anos iniciais do ensino fundamental é um período para garantir a cada criança os direitos às aprendizagens básicas da apropriação da leitura, assim como à consolidação desses saberes.

Compreender os dois componentes da leitura e as condições fundamentais para a sua aprendizagem na alfabetização é importante para o professor responsável pelas séries iniciais aprimorar os seus conhecimentos acerca do assunto e, inclusive, saber como intervir e selecionar materiais adequados para sua prática pedagógica.

A atividade de leitura exige dois componentes de processamento, o primeiro está associado à habilidade específica de identificar ou reconhecer as palavras escritas, essa habilidade só serve para a leitura, é ela que permite a leitura no sentido estrito e sem ela o segundo componente não pode ser aplicado. O segundo componente diz respeito a um conjunto de conhecimentos, capacidades e processos comuns à compreensão da escrita e da fala, incluindo atenção, memória de trabalho, conhecimento lexical e da gramática da língua, conhecimento semântico e enciclopédico, raciocínio, capacidade de análise e de síntese. Ambos os componentes são necessários para a compreensão em leitura, mas nenhum é suficiente (MORAIS, LEITE E KOLINSKY, 2013a; MORAIS, 2013b; MORAIS, 2013c).

Para uma criança se tornar alfabetizada e letrada, conforme Morais et al (2013a), Morais (2013b) e Morais (2013c), três condições precisam ser desenvolvidas com a ajuda do professor para que haja a aprendizagem da leitura na alfabetização:

A primeira condição é o ponto de partida, é quando o professor desenvolverá na criança a compreensão do princípio alfabético, ou princípio de correspondência entre fonemas e grafemas, o pré-leitor precisa ser levado a compreender que os fonemas são representados graficamente por letras ou grupos de letras. Essa condição requer uma análise introspectiva da estrutura fonológica da fala combinada com a identificação de letras. A tomada de consciência das unidades da fala pelo alfabetizando não acontecerá de modo espontâneo e não tem nada a ver com inteligência, ela exige ajuda por meio de atividades apropriadas à análise e comparação de sílabas faladas e escritas.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Depois de compreender o princípio alfabético, os autores apontam que a criança precisa progredir nos conhecimentos das correspondências, ela precisa se tornar capaz de associar os grafemas que encontra nas palavras aos fonemas correspondentes e isso deve acontecer cada vez mais com rapidez e precisão. Essa é a segunda condição, aprender a decodificar, adquirir progressivamente o conhecimento do código ortográfico da língua e o domínio do procedimento de decodificação.

O código ortográfico da língua é o conjunto de regras simples e complexas de correspondências grafofonológica ou fonográfica. As regras complexas são aquelas que a depender da posição e do contexto a mesma letra pode corresponder a diferentes fonemas e diferentes letras ao mesmo fonema.

> A decodificação grafofonólogica, mecanismo de leitura baseado no conhecimento das regras do código ortográfico, é intencional, controlada e progride ao longo da palavra, primeiro utilizando as unidades linguísticas menores, os grafemas e fonemas correspondentes, e depois unidades maiores, os encontros consonantais complexos, as rimas, as sílabas (MORAIS, LEITE E KOLINSKY, 2013a, p. 23).

Ainda com base nos autores, no português, por volta do 1° ano, a decodificação já deveria permitir ler quase todas as palavras, enquanto no fim do 2º ano, ela deveria ser suficientemente eficiente ao ponto de permitir uma leitura com certa fluência sem afetar a compreensão de textos escritos.

A terceira condição diz respeito à constituição do léxico mental, é quando armazenamos no nosso cérebro, de modo organizado, o conjunto das representações mentais estruturadas da ortografia das palavras. Estas representações estão relacionadas à forma específica das operações que levam à identificação das palavras, elas fazem parte da nossa memória de longo prazo e que nos permite ter acesso automaticamente e sem consciência das operações mentais, o leitor que domina essa condição já atingiu o nível hábil da leitura.

Logo no início dos primeiros meses de ensino e prática da leitura, algumas palavras curtas e freqüentes já são lidas deste modo e, aos poucos, isto vai acontecendo com tantas outras palavras, "mas é geralmente no decurso do 3º ano que o léxico ortográfico se torna o mecanismo dominante na leitura" (MORAIS, LEITE E KOLINSKY, 2013a, p. 23).

Essas são as três condições seqüenciais e uma depende da outra. Assim, é no processo de alfabetização que elas precisam ser desenvolvidas, portanto alfabetizar uma criança é ensiná-la a ler e a escrever num sistema alfabético, é a aquisição e posse de uma habilidade, no sentido de competência técnica cuja aquisição requer treino.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Na leitura, foco deste artigo, ser alfabetizado é possuir um nível mínimo de habilidade que permita ler palavras e textos independentes de sua familiaridade. Esse mínimo requer processos de decodificação controlada e sequencial da escrita, atingindo, inicialmente, os níveis básicos, quer dizer, ensinar a criança a descobrir o princípio alfabético e como se servir dele, depois conduzi-la aos domínios dos procedimentos de decodificação, para depois atingir os níveis hábeis, que correspondem à ativação automática de representações ortográficas lexicais (MORAIS, 2013b).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

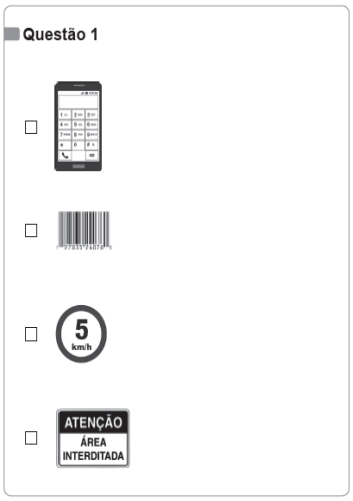
Para a composição da amostra de análise, aplicamos 10 questões da Provinha Brasil (2016/2) referente ao caderno de leitura para 20 estudantes de uma turma do 3º ano do ensino fundamental de uma escola da rede municipal de São Cristóvão/SE. A Provinha Brasil é uma avaliação de caráter diagnóstico para ser aplicada aos alunos do 2º ano do ensino fundamental. Selecionamos tal instrumento por se tratar de uma avaliação que considera condições concernentes ao processo de decodificação, já que nosso objetivo se volta para a verificação das habilidades que os alunos dominam nesse nível, ao contrário da ANA, que tem como público alunos do 3º ano, mas prioriza o processo de compreensão em leitura.

A matriz de referência do teste de leitura da Provinha Brasil está organizada em dois eixos, o de escrita e o de leitura, em cada eixo estão descritas as habilidades, também chamadas de descritores, selecionadas para avaliação. De acordo com o objetivo delimitado neste artigo, elegemos apenas as questões referentes ao eixo da apropriação da escrita, que avalia o reconhecimento de letras, sílabas e o estabelecimento de relação entre unidades sonoras e suas representações gráficas. No eixo da leitura, selecionamos apenas as questões relacionadas à habilidade de ler palavras. Abaixo segue um exemplo de uma questão da Provinha:

Figura 01: Questão 1 da Provinha Brasil de leitura **Figura 02: Questão 1 da Provinha Brasil de leitura**

ISBN - 978-85-7822-205-5

Fonte: Guia de aplicação (2016/2)



Fonte: Caderno do aluno (2016/2)

O instrumento utilizado para a coleta foi composto por dois documentos: o guia de aplicação e o caderno do aluno, o guia oferece as orientações gerais sobre a aplicação do caderno do Aluno. As questões são de múltipla escolha, com quatro alternativas cada, no caderno do aluno, geralmente, há apenas o número da questão e as alternativas. No guia de aplicação, o megafone indica todas as vezes que o enunciado da questão será lido pelo aplicador.

A aplicação das questões foi conduzida pelos autores deste artigo e a professora da turma, então, nós optamos por coletar as respostas dos alunos individualmente. Cada aluno foi conduzido a um dos aplicadores, que estavam com um guia de aplicação, um caderno do aluno e fichas para o registro das respostas. Seguindo as orientações do guia de aplicação, o enunciado de cada questão foi lida apenas duas vezes, assim como explicamos aos participantes que as questões tinham apenas uma alternativa correta e bastava responder somente se eles soubessem a resposta.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como já vimos no tópico 2, identificar ou reconhecer as palavras escritas é a habilidade específica da leitura, sem esse domínio o aluno não conseguirá ler um texto. É durante o processo de alfabetização que essa habilidade precisa ser adquirida pelos estudantes, por isso é importante o professor desenvolver nos alfabetizandos as três condições de aprendizagem da leitura: a compreensão do princípio alfabético, o conhecimento do código ortográfico da língua e a constituição do léxico mental. Cada uma dessas condições compõe-se de sistematizações, para adquiri-las é preciso treinamento com atividades adequadas.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Buscar meios de diagnosticar a leitura dos alunos é uma excelente alternativa para o professor identificar quais habilidades eles já dominam, quais dificuldades ainda apresentam e quais habilidades precisam consolidar. Somente assim, o docente terá a possibilidade de se ter uma referência para a elaboração do seu planejamento pedagógico, para o estabelecimento de metas, a seleção e criação de atividades pertinentes aos níveis de conhecimento dos estudantes e o estabelecimento de formas de trabalho adequadas para a sua turma.

Nesse sentido, selecionamos uma turma do 3º ano do ensino fundamental, por acreditarmos que esses alunos, possivelmente, já dominam as três condições apresentadas no tópico 2, e como um meio de buscar identificá-las utilizamos algumas questões da Provinha Brasil (2016/2) do caderno de leitura apenas no nível de reconhecimento de letras, sílabas e palavras, visto que a partir da habilidade avaliada em cada uma das questões há uma condição ou mais.

A seguir apresentamos um quadro com a habilidade avaliada em cada questão, a partir disso apontamos quais as relações com as condições de aprendizagem da leitura e, posteriormente, tratamos do desempenho dos alunos nas questões pré-selecionadas da Provinha e finalizamos este tópico mostrando, de modo geral, quais habilidades a turma tem mais domínio e quais ainda precisam consolidar.

Quadro 1: Descrição das habilidades das questões da Provinha Brasil

Questão 1	D-1: Reconhecer letras, diferenciando-as de outros sinais gráficos.
Questão 2	D-1: Identificar letras do alfabeto ditadas pelo professor.
Questão 3	D-3: Identificar a relação grafema-fonema.
Questão 4	D-3: Reconhecer o valor sonoro de uma sílaba a partir de uma imagem, variando nas alternativas apenas a sílaba inicial das palavras.
Questão 5	D-3: Reconhecer, a partir da palavra ouvida, o valor sonoro de uma sílaba.
Questão 6	D-3: Identificar a relação entre grafema-fonema com mais de uma correspondência sonora.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Questão 7	D-4: Estabelecer relação entre significado e significante.
Questão 8	D-1: Identificar diferentes tipos de letras.
Questão 9	D-2: Identificar o número de sílabas de uma palavra ouvida.
Questão 12	D-3: Identificar vogais nasalizadas.

Fonte: Guia de aplicação (2016/2)

Com base nas habilidades avaliadas nas questões, podemos dizer que as de número 2, 3, 4, 5 e 6 são questões que se relacionam mais com a primeira condição, isto é, compreensão do princípio alfabético, ou princípio de correspondência entre fonemas e grafemas. Na 2, para chegar à resposta correta, o estudante precisa relacionar os fonemas /d/ e /p/, ditados pelo aplicador, à grafia das letras D e P. Na do número 3, o alfabetizando terá que visualizar a figura de um fogão e, em seguida, o aplicador mandará marcar um X no quadrinho que aparece a primeira letra da palavra fogão, ou seja, ele precisará apenas relacionar a grafia da letra F ao seu fonema /f/. A questão 5, a criança se atentará ao comando "faça um X no quaDr.ªdinho em que está escrito a palavra janela", ao responder, deverá reconhecer, a partir da palavra ouvida, a representação gráfica da silaba inicial, já que as opções apresentadas diferenciam-se apenas na primeira sílaba: (A) CHINELA; (B) FLANELA; (C) JANELA; e (D) PANELA. Já na 4, o discente também visualizará uma figura, neste caso um balão, e depois marcará a opção na qual aparece a palavra balão, para responder corretamente, ele precisará identificar a sílaba BA como sílaba inicial do nome do objeto apresentado na imagem, visto que nas alternativas variam apenas a sílaba inicial das palavras: (A) PILÃO; (B) GALÃO; (C) VILÃO; e (D) BALÃO. Quanto na questão 6, o aluno também será submetido a uma figura, dessa vez a de uma gota, depois ouvirá o comando "marque um X no quaDr.ªdinho em que aparece a letra inicial da palavra gota", ele precisará apenas identificar o grafema G, correspondente ao fonema /g/.

Quanto as questões 7, 9 e 12, essas estão relacionadas a segunda condição: conhecimento do código ortográfico da língua, quer dizer, conjunto de regras simples e complexas, de correspondência grafofonológica ou fonográfica. Na 7, o estudante visualizará uma figura, neste caso uma sereia, ao identificar do que se trata a imagem, terá que ler seu nome entre as alternativas e marcar na correta. A de número 9, o aluno indicará qual dos quadrinhos a figura

ISBN - 978-85-7822-205-5

tem o mesmo número de sílabas da palavra planeta, ele necessitará segmentar a palavra ditada em sílabas (pla-ne-ta) e identificar, entre as alternativas apresentada, aquela que a imagem corresponde ao mesmo número de sílabas da palavra planeta, na alternativa (A) há uma imagem de um sol; na (B) uma nuvem; (C) uma estrela; e (D) a imagem de uma estrela.

A questão 12 pode fazer relação com a primeira e segunda condição, ao observar a figura, de um banco, e receber o comando para marcar um X no quadrinho em que está escrito o nome da figura, para responder a questão, o alfabetizando poderá ler a palavra como um todo ou apenas identificar sua sílaba inicial (BAN), devido às alternativas variarem apenas na sílaba primeira: (A) ARCO; (B) BARCO; (BANCO); e (D) MANCO.

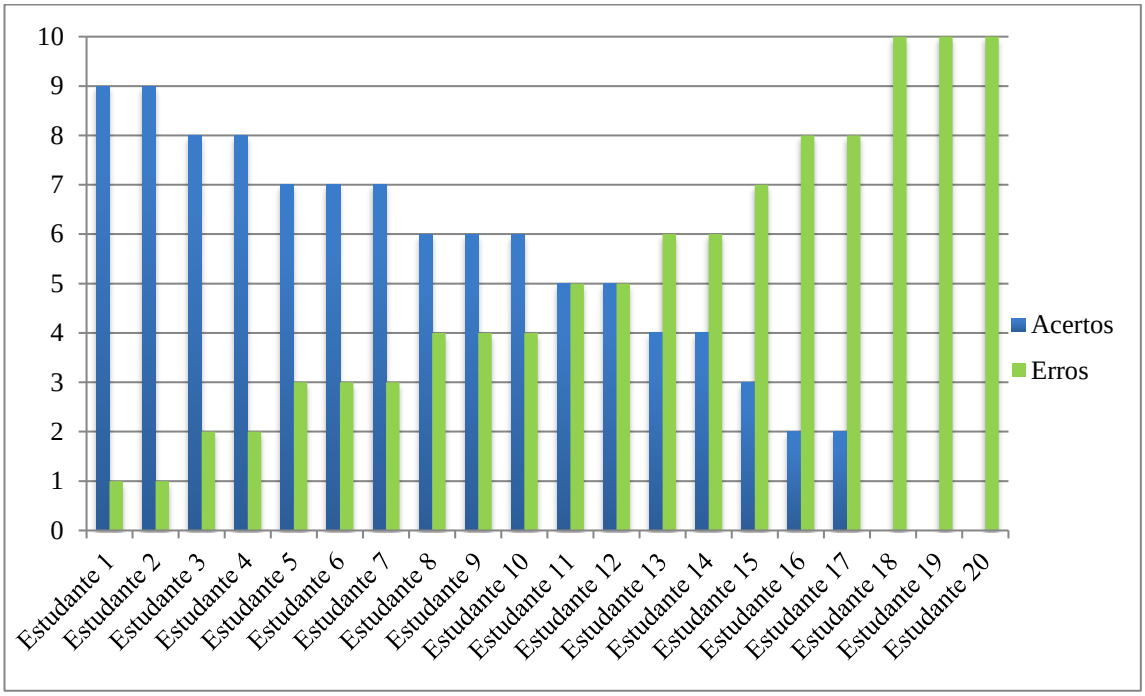
No que diz respeito às questões 1 e 8 são questões no nível da percepção, isto é, o aluno deverá ter a noção do que são letras, números, desenhos, sinais de pontuação, a exemplo da questão 1, ela avaliará se a criança sabe reconhecer letras, diferenciando-as de outros sinais gráficos. Na de número 8, o estudante precisa reconhecer, em uma sequência de nomes próprios, grafados em nome de imprensa maiúscula e minúscula, aquele igual ao apresentado em uma imagem, grafada o nome Tiago em letra cursiva.

Relacionamos as questões 2, 3, 4, 5 e 6 com a primeira condição pelo fato de solicitarem a identificação de letras e sílabas, por mais que o ponto de partida seja uma palavra, por exemplo a 3, 4, 5e 6, mas o comando pede o reconhecimento de uma letra ou sílaba. Quanto a 7, 9 e 12 a relação com a segunda condição se deu pelo motivo de serem questões no nível de reconhecimento da palavra inteira, o estudante precisa saber como se, lê, escreve ou como se segmenta uma determinada palavra.

Como vimos, as questões pré-selecionadas do caderno da Provinha Brasil (2016/2) buscam avaliar habilidades essenciais a serem desenvolvidas no processo de alfabetização, tal como fazem referência com as condições de aprendizagem da leitura apresentadas por Morais et al (2013a), Morais (2013b) e Morais (2013c). Nosso próximo passo é apresentar o desempenho dos 20 alunos nas 10 questões:

Gráfico 1: Desempenho dos alunos nas questões de leitura da Provinha Brasil (2016/2)

ISBN - 978-85-7822-205-5



Fonte: Elaborados pelos autores com dados da coleta

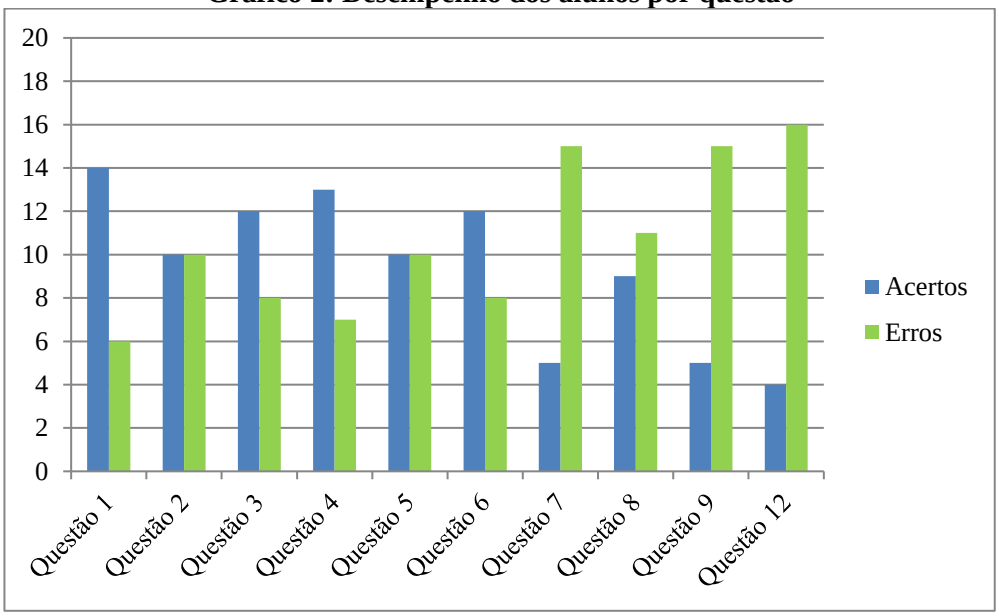
Na turma, podemos constatar variações nos desempenhos dos participantes, dos 20 apenas dois atingiram um número maior de acertos nas questões, estudantes 1 e 2 - nove acertos, enquanto os estudantes 3 e 4 – oito acertos, estudantes 5, 6 e 7 – sete acertos, estudantes 8, 9 e 10 – seis acertos, e dois, estudantes 11 e 12, permaneceram na média, ou seja, mesmo número de acertos e erros. Quanto aos demais, são aqueles cujo resultado foi inverso, três estudantes, 18, 19 e 20, encontram-se em uma situação preocupante, pois erraram todas as questões. Os estudantes 15, 16 e 17 também obtiveram um número significativo de erros, os 13 e 14 quase alcançam a média.

Embora as questões demandem conhecimentos mínimos, mas básicos para o reconhecimento da palavra escrita – base da leitura - os resultados apontam para crianças no final do ciclo de alfabetização com graves problemas de leitura, isto é, 8 alunos da turma, provavelmente, ainda não conseguem nem identificar todas as relações entre grafema-fonema, primeira condição da aprendizagem da leitura. Logo, são alunos que, sem dúvidas, não conseguem ler e compreender um texto escrito. Quanto aos que obtiveram um maior número de acertos, estes, possivelmente, estão adquirindo progressão do conhecimento do código ortográfico da língua, dominam algumas correspondências grafofônicas e fonográficas de palavras regulares, irregulares e frequentes, o que contribuirá para a automaticidade do processo de decodificação.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Agora, vejamos quais as questões os estudantes obtiveram um maior número de erros e acertos para compreender quais habilidades a turma demonstra um maior domínio e quais ainda precisam de mais atenção:

Gráfico 2: Desempenho dos alunos por questão



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da coleta

De modo geral, verificamos que na turma quase todos os alunos já conseguem diferenciar letras de outros sinais gráficos (Questão 1), assim como reconhecem alguns valores sonoro de uma sílaba (Questão 4), identificam algumas relações entre grafema-fonema (Questões 3 e 6), metade da turma consegue identificar letras do alfabeto ditadas pelo professor (Questão 2), chamamos atenção para o fato de nessa questão as relações entre letras e fonema (D P) serem biunívocas, correspondência um para um, e mesmo assim ainda tem aluno que não conhece ou confunde.

No entanto, os estudantes demonstraram dificuldade em estabelecer relação entre significante e significado (Questão 7), identificar o número de sílabas ouvida (Questão) e identificar vogais nasalizadas (Questão 12). Observemos que essas são justamente as questões as quais os alunos precisariam não mais reconhecer uma letra ou sílaba, mas a palavra completa. Atentemo-nos também ao fato de uma determinada quantidade de crianças ainda não saberem identificar diferentes tipos de letras (Questão 8).

À vista do que foi exposto, verificamos que a situação da turma é preocupante, pois como vimos acima, em nenhuma das questões todos os alunos conseguiram alcançar total êxito, isso demonstra que em todas as habilidades avaliadas ainda temos alfabetizandos com dificuldades.

ISBN - 978-85-7822-205-5

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Com este estudo mostramos por meio de uma análise do desempenho dos alunos em questões da Provinha Brasil (2016/2) no nível de processamento na leitura de letras, sílabas e palavras, que sem a consolidação das condições essenciais para aprendizagem da leitura: a compreensão do princípio alfabético, o conhecimento do código ortográfico da língua e o domínio do procedimento de decodificação e a constituição do léxico mental, a leitura não atinge seu objetivo, que é a compreensão, sem o domínio dessas três condições não há como desenvolver nos alunos estratégias voltadas para o seu alvo da leitura.

Os resultados apresentados neste artigo nos dão pistas para compreender os baixos desempenhos em leitura na ANA, por exemplo, uma avaliação que prioriza pela compreensão em leitura. Possivelmente, esses resultados são reflexos de alunos que ainda não automatizaram o processo de decodificação, pois a dificuldade na compreensão de textos escritos pode advir da falta da habilidade em identificar a pronúncia e do significado das palavras escritas (MORAIS, LEITE E KOLINSKY, 2013a). Não se avalia somente o produto, o objetivo, é preciso saber de onde provém a eventual dificuldade de compreensão em leitura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**.

BRASIL. **Avaliação nacional da alfabetização (ANA)**: documento básico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

BRASIL. **Provinha Brasil**: Guia de Aplicação. Teste 2. Brasília. MEC/INEP, 2016a.

BRASIL. **Provinha Brasil**: Caderno do Aluno. Teste 2. Brasília. MEC/INEP, 2016b.

EHRI, L., C. Aquisição da habilidade de leitura de palavras e sua influência na pronuncia e na aprendizagem do vocabulário. In: **Alfabetização no século XXI**: como se aprende a ler e escrever/Organizadoras, Maria Regina Maluf, Cláudia Cardoso-Martins. – Porto Alegre: Penso, 2013a. 183p.: Il.; 23 cm

MORAIS, J., LEITE I., KOLINSKY, R. Entre a pré-leitura e a leitura hábil: condições e patamares da aprendizagem. In: **Alfabetização no século XXI**: como se aprende a ler e escrever/Organizadoras, Maria Regina Maluf, Cláudia Cardoso-Martins. – Porto Alegre: Penso, 2013a. 183p.: Il.; 23 cm.

MORAIS, José. 2013b. **Alfabetizar em Democracia**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos

ISBN - 978-85-7822-205-5

MORAIS, José. 2013c. **Criar leitores para uma sociedade democrática**. Signo, 38, Especial: 2-28, jul. dez. 2013c.

ISBN - 978-85-7822-205-5

CINEMA E SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: A DIVULGAÇÃO DOS FILMES ANTINAZISTAS PRODUZIDOS PELOS ESTADOS UNIDOS EM SERGIPE (1942-1945)

Autora: Liliane Costa Andrade
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET História/UFS)
liliane.costaAndrade@outlook.com

Orientadora: Prof.ª Dr. ª Andreza Santos Cruz Maynard (CODAP/ProfHistória/UFS)

Cinema, Segunda Guerra Mundial e propaganda antinazista norte-americana

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) os meios de comunicação em massa foram muito utilizados por diferentes países envolvidos no conflito. Conforme destacado por Wagner Pinheiro (2013, p. 609) "Informação e propaganda eram muito necessárias no começo da guerra". Dentro deste contexto, o cinema adquiriu um destaque pois além de servir como uma ferramenta propagandística, era também um produto de caráter econômico.

A Alemanha nazista, por exemplo, através do seu Ministério de Propaganda, administrado por Joseph Goebbles, produziu filmes que buscavam legitimar suas ações praticadas durante o conflito. Paralelamente, do outro lado do oceano, os Estados Unidos, que no período já possuíam a maior e mais poderosa indústria cinematográfica do mundo, também usaram os filmes como forma de disseminar uma eficaz propaganda contra os nazistas.

Os norte-americanos tornaram-se os líderes do mercado cinematográfico mundial após o término da Grande Guerra (1914-1918). Isso porque, com a Europa abalada em consequência dos embates, importantes indústria cinematográficas, a exemplo de França e Inglaterra, tiveram suas atividades gravemente comprometidas. Data deste período o surgimento de famosos estúdios cinematográficos como *Paramount*, *Fox* e *Columbia*.

Porém, antes do início do segundo conflito mundial, alguns países como Japão, Alemanha, Itália e Espanha iniciaram uma ofensiva contra Hollywood, proibindo a veiculação de filmes desta natureza em seus países. Diante das negativas, os americanos iniciaram um contra-ataque e passaram a produzir películas que atacavam diretamente os regimes ditatoriais daqueles locais, em especial o da Alemanha. Assim, o filme *Confessions of a Nazi Spy*

ISBN - 978-85-7822-205-5

(Confissões de um Espião Nazista), produzido em 1939 pela Warner Brothers, foi o pontapé inicial rumo a uma eficiente propaganda antinazista que se fez presente ao longo de todo o conflito[21].

É válido ressaltar que neste momento os estadunidenses ainda adotavam uma posição de neutralidade perante o conflito, situação que se alterou em dezembro de 1941 após a entrada do país na Guerra em decorrência do ataque japonês à base naval de Pearl Harbor. Porém, como destacado por Andreza Maynard (2013) motivações pessoais e ideológicas levaram alguns produtores a lançarem este tipo de filmes antes de 1941.

A perda de mercados na Europa fez com que os Estados Unidos voltassem ainda mais sua atenção sobre os países sul-americanos, em especial o Brasil. Isso porque, como destacado pela revista *Cinearte* "O Brasil continua o melhor mercado para o film americano"[22]; a pouca produção nacional contribuiu para esta realidade. Apesar dessa hegemonia, os filmes norte-americanos de propaganda antinazista não foram transmitidos imediatamente no país, que ainda assumia uma posição neutra; estes só passaram a ser autorizados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no início de 1942, após o corte das relações diplomáticas com os países do Eixo[23].

Em busca de maiores mercados e também de aliados na luta contra o regime nazista, o governo do então presidente norte-americano Franklin Roosevelt promoveu a *Política Externa de Boa Vizinhança*[24]. Esta tinha como principais objetivos estreitar o relacionamento com os países da América Latina e conseguir o apoio deles no esforço de guerra, e evitar a disseminação de ideologias dos países do Eixo nestas localidades. Mais uma vez os estadunidenses se utilizaram de sua cinematografia. Em 1941, o diretor Walt Disney fez uma viajem ao Brasil e

[21] Em 15 de junho de 1939, a revista brasileira Cinearte noticiava estes acontecimentos ao público brasileiro por meio de um texto intitulado "Hollywood declara guerra!". Revista Cinearte, n. 513, p. 34, 1939.
[22]Revista Cinearte. O Mercado Sul-Americano, n. 519, p.7, set. 1939.
[23] O corte das relações diplomáticas do Brasil com os países que integravam o Eixo, especialmente a Alemanha, ocorreu como consequência ao ataque à base naval de Pearl Harbor. Na II Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, que ocorreu em Havana, ficou decidido que a agressão de um país de outro continente a qualquer país americano seria encarada como uma agressão a todo o continente. Assim, na III Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada em 1942 na cidade do Rio de Janeiro, o governo brasileiro tomou esta decisão.

[24] TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ISBN - 978-85-7822-205-5

em 1942 lançou a película *Alô, Amigos!* que mostra a recepção de Zé Carioca ao pato Donald, em visita ao Brasil, destacando a amizade existente entre os dois países.

É perceptível o valor da propaganda antinazista durante a Segunda Guerra Mundial considerando que esta atingiu de maneira inteligente e satisfatória seus objetivos, na medida em que incentivou a população tanto norte-americana como de outros países a participarem do esforço de guerra que se fazia necessário, além de incitar o ódio aos inimigos nazistas.

Sendo assim, pretendemos executar um estudo mais aprofundado a respeito da divulgação destas produções desenvolvidas pela indústria cinematográfica norte-americana no estado de Sergipe, local que sentiu de perto os efeitos do conflito, em decorrência dos torpedeamentos aos navios mercantes brasileiros Baependy, Aníbal Benévolo, Araraquara, Itagiba e Arará pelo submarino alemão U-507 entre os dias 15 e 17 de agosto de 1942, na costa entre os estados de Sergipe e da Bahia. Os ataques foram uma resposta ao corte das relações do Brasil com o Eixo.

A ideia é entender como estes filmes, que só passaram a ser exibidos no Brasil após a entrada do país na guerra (1942), foram propagandeados pelos jornais locais de maneira a convencer a população sergipana sobre os males causados pelos nazistas. Como defendido por Alexandre Busko Valim (2013) é importante investigar os meios de comunicação que ajudaram os filmes a estabelecer certa hegemonia ou domínio cultural de instituições existentes e valores em detrimento de outros.

Sendo assim, faz-se necessário perceber

> [...] como revistas populares, programas de rádio, anúncios, suplementos literários em jornais de grande circulação e outros produtos da vida cultural interpretaram as produções. Esses veículos fornecem informações valiosas sobre atitudes e tendências difundidas, até porque os públicos escolhem os filmes pelas representações em revistas, televisão, jornais, conversas e outros contatos sociais (VALIM, 2013, p. 287).

Desta forma, será preciso analisar a importância da cinematografia norte-americana no combate ao regime nazista; observar os filmes como um produto político e econômico; mostrar o papel do cinema durante a Segunda Guerra Mundial; identificar os filmes antinazistas veiculados no Brasil; e fazer a análise da divulgação destas películas nos jornais sergipanos. Pra isto, será preciso executar levantamentos e análises em algumas fontes.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A propaganda antinazista nos periódicos

Dentre os periódicos que serão utilizados destacam-se *A Scena Muda* e *Cinearte*, duas importantes revistas brasileiras especializadas em assuntos cinematográficos. Veiculadas entre 1921 - 1955 e 1926 -1942 respectivamente, elas possuíam uma eficiente forma de divulgação dos filmes; isto porque possuíam uma linguagem simples, acessível a diferenciados públicos, além de serem bastante críticas e criteriosas em suas publicações.

Através delas poderemos observar alguns filmes que foram produzidos pelos Estados Unidos durante o período estudado e, dentre estes, quais foram exibidos ou censurados no Brasil; o posicionamento de ambas diante da propaganda antinazista; as análises a respeito das produções cinematográficas; o desempenho das películas nas salas de cinema do Brasil; a opinião e a avaliação do público com relação aos filmes e à propaganda antinazista; o esforço de guerra promovido por artistas hollywoodianos; e algumas consequências do antinazismo para os norte-americanos.

Outros impressos que nos servirão como fontes são os jornais *Folha da Manhã* (1942-1945), *Correio de Aracaju* (1942-1945), *Sergipe Jornal* (1942-1945), *O Nordeste* (1942) e *A Cruzada* (1945), ambos publicados em Sergipe. Por meio deles poderá ser observado pontos como o tempo em que as películas permaneciam em cartaz; em quantos e quais cinemas elas foram exibidas; o horário em que eram reproduzidas; o preço cobrado para a entrada; e a forma como eram anunciadas. Com relação aos anúncios, na maioria das vezes eles continham informações técnicas, a exemplo dos protagonistas do filme, e de como este poderia auxiliar as pessoas a entender o conflito mundial e os males causados pelos nazistas.

Cabe ressaltar também que, antes da exibição das películas principais, todos os cinemas eram obrigados a reproduzirem cinejornais, curtas-metragens que, em alguns casos, traziam informações sobre os últimos acontecimentos da Guerra. Isso prova que além de um local de entretenimento, as casas cinematográficas serviam também como um espaço para que a população se informasse sobre o que estava acontecendo nos principais locais de batalhas.

Para a execução do manuseio destes periódicos, utilizaremos o capítulo *Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*, do livro *Fontes Históricas*, de autoria de Tania Regina de Luca como guia metodológico. Como destacado pela autora, “[...] o

ISBN - 978-85-7822-205-5

pesquisador que utiliza jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia logo, ele precisa observar as motivações que levaram à decisão da publicação do fato (LUCA, 2010, p. 140)".

Dessa maneira, ao fazermos estas análises, será preciso levar em consideração que entre 1937 e 1945 o Brasil vivia sob o regime do Estado Novo. Assim, todas as notícias publicadas nestes jornais passavam pelo crivo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), que atuavam como órgãos censuradores e que buscavam atender aos interesses do governo estadonovista. Também é importante atentar-se, neste sentido, ao perfil de cada jornal, quem os administrava e qual a posição que cada um deles ocupava na sociedade sergipana visto que, isto irá influenciar de forma direta na maneira como eles divulgavam tais filmes.

Os filmes antinazistas norte-americanos

Para além das revistas e dos jornais, as produções hollywoodianas antinazistas do período da guerra que foram exibidos em Sergipe serão ferramentas essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Podemos citar como exemplos *Confissões de um espião nazista* (1939), *O Grande Ditador* (1940), *Tempestades D'Alma* (1940), *E as luzes brilharão outra vez* (1942) e *Casablanca* (1942).

Aqui encaramos o filme como uma fonte capaz de transmitir uma História séria (ROSENSTONE, 2015), e como um produto que reflete, a partir de uma contra análise, a sociedade na qual está inserido (FERRO, 1992).

Diante disto, estas películas auxiliarão para que possamos observar como a sociedade norte-americana concebia os nazistas e, através delas, buscavam motivar a população, inclusive de outros países, a participar do esforço de guerra necessário para o combate do regime liderado por Hilter. No Brasil, por exemplo, conforme Andreza Maynard (2013), estes filmes ajudaram a criar uma memória pública sobre a Segunda Guerra Mundial e seus principais participantes.

Portanto, os cenários, os figurinos, o enredo, a trilha sonora, o elenco, o diretor, o orçamento, a repercussão (entre o público, a crítica e nos dias atuais), os lucros, os prêmios (indicados e vencidos), as falas dos personagens bem como suas gesticulações, são pontos que serão analisados nos filmes. Uma obra que será bastante útil neste sentido é o livro *O Cinema*

ISBN - 978-85-7822-205-5

Vai à Guerra, organizado por Francisco Carlos Teixeira da Silva, Karl Schurster Sousa Leão e Igor Lapsky, que expõe, de maneira bastante didática, diferentes análises de variados filmes.

Considerações finais

Apesar das dificuldades de abastecimento sofridas ao longo do conflito, os estúdios hollywoodianos conseguiram manter suas produções bastante ativas. Mais de 15 filmes antinazistas foram produzidos nos anos da Guerra, o que demonstra o empenho do governo hollywoodiano em derrotar o inimigo nazista.

Além disso, a ida de artistas de Hollywood para o confronto e a dedicação de outros na motivação dos soldados combatentes foi muito importante para convencer a população de diferentes países sobre necessidade de participar do esforço de guerra promovido durante o conflito.

Entre o público brasileiro e, em especial, com relação ao público sergipano, tais películas conseguiram obter um bom desempenho. Esta realidade foi proporcionada não apenas pelo conteúdo dos filmes, como também pela situação que a sociedade atravessava perante os torpedeamentos e devido ao empenho dos periódicos locais na divulgação destas produções, incentivando aquela população a prestigiarem as películas antinazistas.

Assim, de maneira geral, é possível notar que a participação de Hollywood na Segunda Guerra Mundial foi de grande relevância para os norte-americanos no que diz respeito ao combate do nazismo. Dispondo de uma forte indústria cinematográfica, os Estados Unidos, que lutaram ao lado dos Aliados, conseguiram continuar fazendo com que suas películas representassem uma eficiente fonte de renda e transformou-as em armas ideológicas para derrotar o inimigo nazista. Isso faz com que as consequências deste posicionamento sejam consideradas bastante positivas, além de demonstrar o poder exercido pelo cinema numa luta de tamanhas proporções como foi a II Guerra.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Referências Bibliográficas

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge (Orgs.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LAPSKY, Igor; LEÃO, Karl Schurster Sousa. **O Cinema vai à Guerra**. Rio de Janeiro: Elsevier - Campus, 2015.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história.** Tradução Marcelo Lino. – 2ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi, (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-114.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. ***De Hollywood a Aracaju: a Segunda Guerra Mundial por intermédio dos cinemas (1939-1945)***. 2013. 220 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São Paulo. 2013.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. O Filme Confissões de um Espião Nazista e o Antinazismo nas Telas Aracajuanas. In: MAYNARD, Dilton Cândido Santos; MAYNARD, Andreza Santos Cruz (orgs.). **Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013, p. 117-145.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz; BARBOSA, Caroline de Alencar MAYNARD, Dilton Cândido Santos. (orgs.). **Segunda Guerra**: Histórias de Sergipe. Recife: EDUPE, 2016.

CRUZ, Andreza Santos. Dr. Win The War: Hollywood e a Propaganda de Guerra Americana. In: Dilton Cândido Santos Maynard; Andreza Santos Cruz Maynard. (Org.). **Visões do Mundo Contemporâneo vol. 2.** 1ed.São Paulo: LP-Books, 2013, v. 2, p. 101-117.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **"A Segunda Guerra Mundial nas telas: análise de filmes no Nordeste brasileiro (1939-1945)"**. *DIACRONIE* [Online], N° 17, 1, 2014.

FERRO, Marc. **Cinema e História.** Tradução Flavia Nascimento. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

VALIM, Alexandre Busko. História e Cinema. In: Ciro Flamarion Cardoso; Ronaldo Vainfas. (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 283-300.

TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Cia Das Letras, 2008.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. A Capital Irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 513-619.

ISBN - 978-85-7822-205-5

TORRES, Júlia. **La propaganda bélica en el cine de animación durante la Segunda Guerra Mundial: Walt Disney y Waner Bros**. 2014. 90 f. Traball de fi de grau. Facultat de Ciències de la Comunicació Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona. 2014.

JUNIOR, Francisco das Chagas Fernandes Santiago. **Cinema e historiografia: trajetória de um objeto historiográfico (1971 - 2010)**. História da Historiografia, Ouro Preto, n. 8, p. 15-173, abr. 2012.

MENEGUELLO, Cristina. **Poeira de estrelas**: o cinema hollywoodiano na mídia brasileira das décadas de 40 e 50. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996.

JULLIER, Laurent; MARIE, Michel. **Lendo as imagens do cinema**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **Dicionário teórico e crítico de cinema**. Trad. Eloísa Araújo Ribeiro. - 5ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. O arsenal da democracia: Hollywood e a Segunda Guerra Mundial. In.: **O poder das imagens: cinema e política nos governos de Adolph Hitler e de Franklin D. Roosevelt (1933-1945)**. São Paulo: Editora Alameda, 2012.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. O perigo totalitário: As imagens dos inimigos dos Estados Unidos da América. In.: **O poder das imagens: cinema e política nos governos de Adolph Hitler e de Franklin D. Roosevelt (1933-1945)**. São Paulo: Editora Alameda, 2012.

Fontes

Jornais de Sergipe: *Folha da Manhã* (1942-1945), *Correio de Aracaju* (1942-1945), *Sergipe Jornal* (1942-1945), *O Nordeste* (1942), *A Cruzada* (1945)

Revistas Cinearte 1939 - 1942

Revistas A Scena Muda 1939 - 1945

Filmes Antinazistas norte-americanos: *Confissões de um espião nazista* (1939), *O Grande Ditador* (1940), *Tempestades D'Alma* (1940), *E as luzes brilharão outra vez* (1942) e *Casablanca* (1942), *Ser ou não Ser* (1942).

ISBN - 978-85-7822-205-5

ENTRE DEMONSTRAÇÃO E ARBITRARIEDADE: A CONTRIBUIÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO PARA A TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO

Autor: Ygor Santos de Santana
Graduando em Direito pela Universidade Federal de Sergipe
yssantana76@gmail.com

Orientador: Clóvis Marinho de Barros Falcão (DDI/PRODIR/UFS)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objeto de análise a concepção de direito da teoria do ordenamento jurídico, segundo formulada por Hans Kelsen em sua Teoria pura do direito (2009), refletindo criticamente sobre ela à luz dos aportes proporcionados pela teoria da argumentação, tomando por base principalmente a Nova Retórica, proposta por Chaïm Perelman em seu Tratado da argumentação (2005). Objetiva-se, com isso, apontar para a insuficiência de uma posição epistemológica que valoriza somente saberes incontroversos, produzidos segundo a lógica formal-matemática, e que classifica tudo quanto não se submeta a esses termos como falso, arbitrário. Especificamente no campo do direito, essa investigação permitirá uma ampliação dos papéis da interpretação e da decisão judicial, esta última vista como um ato volitivo e sobre o qual não há qualquer controle, do ponto de vista da ciência, a qual estaria restrita à identificação da moldura de sentidos possíveis constituída pela norma, de modo a retirá-la do campo da arbitrariedade e dotá-la de controles racionais, por meio da argumentação.

O debate possui caráter epistemológico e tem por pano de fundo as concepções sobre o conhecimento e a racionalidade que orientam a teoria pura do direito e a teoria da argumentação, de forma que a ampliação dos papeis da interpretação e da decisão judicial passam, antes, por uma revisão crítica dessas concepções. Para tanto, na primeira seção, contextualizaremos epistemologicamente a formulação kelseniana sobre o direito, ainda que de forma breve, dados os limites do trabalho, com foco nas noções de validade e norma fundamental, que permitem perceber a sua concepção de ciência, marcada pela pretensão de neutralidade e independência do estudo do direito. Nas duas seções seguintes, atentaremos às contribuições da perspectiva argumentativa para a discussão, focando, primeiro, nos seus aspectos gerais, particularmente na possibilidade de uma nova forma de saberes produzida fora dos limites da demonstração formal, mas que, apesar disso, não se mostra menos verdadeira, nem se reduz à sugestão e à violência, que indica uma nova concepção do conhecimento científico e da relação entre razão

ISBN - 978-85-7822-205-5

e vontade; em seguida, retomaremos as críticas perelmanianas especificamente às posições de Kelsen e veremos como, a partir disso, é possível uma percepção diversa acerca das atividades interpretativa e decisória, tomadas, agora, como partes importantes da construção do direito e como racionais, controláveis argumentativamente, momento em que se destacará a importância dos métodos de interpretação.

1 O DIREITO NA VISÃO DA TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO

A teoria pura do direito se situa entre as formulações juspositivistas havidas a partir do final do século XIX, caracterizadas por buscarem a construção de uma visão de mundo isenta de valores. Essa pretensão avalorativa baseia-se na distinção entre juízos de fato e juízos de valor, segundo a qual os primeiros seriam descrições verdadeiras dos objetos observados, por não sofrerem, como os segundos, interferência dos valores subjetivos do observador que formula os juízos. O emprego de um método rigoroso é o caminho para a obtenção dessa objetividade, segundo essa perspectiva, pelo qual seriam neutralizadas as valorações subjetivas e alcançadas proposições verdadeiras (objetivas) (MATOS, 2011). Assim, vê o direito como objeto de estudos a ser conhecido de forma objetiva, sem o recurso a elementos externos a ele, valorativos, ideológicos, ou de qualquer forma metafísicos. Define-se como uma teoria do direito positivo em geral, que busca estudá-lo não como deveria ser, mas como efetivamente apresenta-se, propondo-se a descrevê-lo sem qualquer valoração, razão pela qual exclui de seu âmbito tudo o que não integre o conjunto normativo posto. Assim, presta-se a ser "uma teoria geral do Direito de acordo com os princípios da pureza metodológica do conhecimento científico-jurídico" (KELSEN, 2009, p. XVII), que levaria a um conhecimento jurídico sem valorações, objetivo.

Esse conceito de verdade é traduzido pelo de validade que diz respeito, no âmbito específico da formulação kelseniana do direito, à questão da obrigatoriedade das normas. Dizer que uma norma vale é dizer que o seu comando de dever-ser integra o ordenamento jurídico e, por isso, possui sentido objetivo, por representar não a vontade subjetiva de alguém, mas a vontade do ordenamento em si mesmo. Por meio dela é que se diferencia uma ordem qualquer de uma norma jurídica, é ela que delimita a pertença, ou não, ao ordenamento, ao conferir sentido objetivo de dever ser a certos enunciados. Por isso é que uma ordem de um mafioso não se iguala a um comando legal, eis que não possui validade jurídica, sendo estranha ao ordenamento.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A validade de uma norma fundamenta-se no fato de ter ela sido produzida de acordo com a forma determinada por outra norma, que é, em relação a ela, considerada superior, e que define a autoridade que tem competência para tanto. Trata-se, assim, de uma relação de imunização entre normas, em que a superior imuniza a inferior, quando produzida segundo as suas determinações, emprestando-lhe sentido objetivo de dever ser (FERRAZ JR., 2008), de modo que o fundamento de validade deve ser sempre buscado em uma norma superior, na medida em que a teoria pura do direito restringe o seu objeto de estudo ao conjunto normativo posto, em razão de sua pretensão de estudá-lo somente pelo que ele é, do que decorre a desconsideração de fatores sociais e ideológicos, que são afastados e definidos como estranhos a ele.

Se uma norma somente pode encontrar seu fundamento de validade em outra norma, dada a rígida dicotomia entre ser e dever-ser, é preciso encontrar um início lógico para o sistema, um fundamento de validade da norma mais alta de todo o sistema, para que ela mesma seja considerada válida e seja evitado um regresso ao infinito. Para resolver a questão, é preciso pressupor uma norma, que não resulte do ato de vontade de nenhuma autoridade, porque a competência normativa dela teria sido por uma outra norma superior e, então, estar-se-ia novamente em regresso. Ela precisa ter uma validade fora de questão e, para tanto, deve ser pressuposta, pensada, para que seja a de maior superioridade e não precise fazer referência a nenhuma outra. Trata-se da norma fundamental (*Grundnorm*) (KELSEN, 2009), que fundamenta a validade de toda a ordem jurídica, a qual pode ser encarada como um sistema normativo unitário porque todos os seus componentes podem ter sua validade reconduzida à mesma norma fundamental, superior a todas elas. Sua função, destarte, não consiste em meramente legitimar o poder que põe a constituição, mas em possibilitar a concepção da ordem jurídica como um sistema independente, para que se possa estuda-lo cientificamente (MATOS, 2011), segundo os marcos epistemológicos da teoria pura do direito, para os quais o estudo científico do direito resume-se às normas postas e às relações destas entre si.

O ordenamento jurídico, portanto, é concebido como uma estrutura escalonada, em que as normas coexistem segundo uma relação de coordenação, na qual as inferiores devem conformar-se às superiores para que possam integrá-lo. Constitui uma unidade, eis que a validade de todos os seus componentes pode ser reconduzida à mesma norma pressuposta como seu início lógico, a norma fundamental. A vinculação entre os escalões, porém, não é absoluta, o que se relaciona à impossibilidade de que a norma superior vincule todos os aspectos possíveis

ISBN - 978-85-7822-205-5

da produção concreta da inferior. Haverá, pois, sempre algum grau de indeterminação, que deixará ao órgão aplicador alguma margem de liberdade acerca de como realizará concretamente os comandos nela contidos. Isso ocorre desde as mais altas normas constitucionais, que determinam a forma de produção das normas ordinárias, até mesmo as mais inferiores e pormenorizadas normas, a partir das quais serão produzidos somente atos executórios.

A teoria pura do direito reconhece que há sempre uma relativa indeterminação na passagem de uma norma superior à inferior, afirmando que não há somente um, mas diversos sentidos possíveis. Então, a norma é vista como uma moldura, dentro da qual existem diversos sentidos que podem ser efetivamente aplicados. a serem identificados por meio da atividade interpretativa, que preencherá a moldura constituída por ela, que admite várias formas de aplicação. Assim é que uma sentença é válida não por traduzir o sentido da lei, como algo único, mas por realizar um dos sentidos que ela comporta. Vê-se, pois, que a interpretação, aqui, não é tomada como uma atividade de mera clarificação do único sentido possível da norma, mas de determinação da moldura de aplicação e dos diversos sentidos compreendidos por ela (KELSEN, 2009).

A atividade interpretativa é, então, dividida em dois tipos, conforme a concepção de ciência assumida pela teoria pura do direito. A que é realizada pela ciência do direito é definida como uma atividade cognoscitiva, no sentido de que o intérprete é posto em contato com o objeto de sua interpretação (a norma) e deve delimitar a moldura normativa, que contém os vários sentidos em que ele pode ser compreendido (aplicado, no caso das normas), que lhe são imanentes – ou seja, existentes antes mesmo da atividade interpretativa - e que ele irá apenas explicitar. Assim, consiste apenas num ato de conhecimento dos sentidos possíveis da norma, sem, porém, decidir entre um e outro, porque isto não seria uma atitude científica, que busca somente conhecer o objeto, mas política, porque buscaria influenciar os órgãos encarregados da criação do direito. A estes é que compete a escolha de um dos sentidos, uma vez que a sua atividade não é de mero conhecimento, mas de criação de direito novo, por meio de uma norma inferior àquela que é interpretada (é o caso do tribunal que produz uma sentença, aplicando um dos sentidos de uma lei).

Há, então, no caso dos órgãos aplicadores, a combinação de uma atividade cognoscitiva com uma atividade volitiva, porque o direito criado por eles não representa o único sentido da norma, o sentido correto, mas o sentido escolhido dentre vários possíveis. Nela, o aplicador é

ISBN - 978-85-7822-205-5

livre, porque, tendo determinado a moldura das possibilidades de aplicação, a escolha de uma delas baseia-se em considerações que extrapolam o direito positivo – de ordem moral e de justiça, por exemplo – e que, por isso, não interessam à teoria pura do direito. Essa distinção decorre da divisão entre razão e vontade, de bases kantianas com a delimitação estrita de cada um. A partir dela é que a interpretação da ciência jurídica e a judicial são distinguidas, na medida em que a primeira consiste em um ato cognoscitivo, que se restringe, por isso, ao conhecimento do direito, através da especificação dos seus sentidos (imanentes), enquanto que a segunda – judicial -, além do ato cognoscitivo, envolve um ato volitivo, porque, ao produzir direito novo, o órgão jurisdicional escolhe somente um dos sentidos possíveis da norma, o que se dá de forma totalmente livre do ponto de vista da ciência, à qual caberia somente conhecer os sentidos, nunca escolher entre eles, porque isto constitui um problema de política jurídica.

Assim, vê-se que o normativismo kelseniano insere-se no contexto epistemológico do criticismo kantiano, particularmente em Cohen (apud MATOS, 2011). Essa influência é afirmada pelo próprio Kelsen (TREVES; PERRIN, 1987), que vê na filosofia kantiana o fundamento filosófico da teoria pura do direito, da qual retira o método lógico-transcendental que baseia a teoria da norma fundamental que lhe permite separar o estudo do direito positivo do direito natural, assim como Kant afastou-se da metafísica, constituindo-se numa apresentação inédita da filosofia kantiana como uma teoria do direito positivo. Dele também é que decorre a concepção de ciência como conhecimento objetivo de algo, apartado de juízos de valor.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOVA RETÓRICA DE CHAÏM PERELMAN

Chaïm Perelman, filósofo belga de origem polonesa, ocupou-se do estudo da razão prática, por meio do qual constatou a insuficiência do uso da lógica formal em vários campos de estudo, mais especificamente aqueles relacionados com as humanidades, como é o caso da ética e do direito (HARDY, 2006). Considerado um dos fundadores da moderna teoria da argumentação, a pertinência de sua perspectiva com a presente pesquisa se justifica por sua formação na lógica formal – que orienta a teoria pura do direito – e em direito, motivo pelo qual o domínio jurídico constituiu um ponto central de suas investigações – o que justifica sua ampla recepção entre os juristas (SANTIBÁÑEZ, 2015) -, tendo mesmo se dedicado a refletir criticamente sobre as relações entre essas duas áreas. O Tratado da argumentação (2005),

ISBN - 978-85-7822-205-5

escrito em coautoria com Lucie Olbrechts-Tyteca, é a sua principal obra e representa uma revalorização do estudo da retórica, originalmente desenvolvido pelos gregos e latinos, como indica o seu subtítulo (A nova retórica), por meio da qual rompe com a racionalidade cartesiana, que reduz o domínio do racional à lógica formal e que orientou a formação das ciências modernas, concebendo como conhecimento verdadeiro somente aquele fundado na evidência racional.

A nova retórica amplia o campo da racionalidade, para incluir nele não somente o evidente, mas, também, o verossímil, o plausível, como meio de produção de verdade racional naqueles campos em que a demonstração não é possível, apontando para que, fora dela, não se está no âmbito da sugestão e da violência, como afirmado pela racionalidade *more geométrico*, que pressupõe haver um sentido correto no mundo, passível de ser descoberto, demonstrado, por meio da evidência racional, que revelaria a (única) verdade secretamente depositada nas coisas e que aguarda por ser descoberta (REBOUL, 2004). No lugar da demonstração, que coagiria os espíritos à adesão, a nova retórica perelmaniana propõe o convencimento, que conduz à adesão não de forma coercitiva, mas livre, em razão da verossimilhança dos argumentos apresentados. Por isso é que a argumentação se volta sempre para um auditório, que consiste no conjunto daqueles que o orador pretende influenciar argumentativamente, por meio do contato de seus espíritos. Não implica necessariamente na presença de um grupo determinado de pessoas junto ao orador, tratando-se, sim, de uma construção imaginada pelo orador para compreender todas as pessoas que se busca convencer. É um ideal que norteia a argumentação e que varia segundo o orador e o seu contexto (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Nesse sentido, o convencimento é elemento indispensável da argumentação, para o qual é necessária a liberdade do auditório para rejeitar as premissas apresentadas pelo orador, o que não ocorre quando se pensa em termos de evidência racional, a qual coagiria os espíritos à concordância. Em oposição à verdade evidente, então, as premissas argumentativas são caracterizadas pela sua verossimilhança, no sentido de que o acordo com elas não é coercitivo, mas possível, e que a sua aceitação dependerá do contato dos espíritos durante a atividade argumentativa, de maneira que as conclusões a que se chega por meio dela refletem não enunciados sobre características do mundo, mas, antes, o acordo entre os participantes. Não são, portanto, evidentes, mas verossímeis, a indicar que a confiança nelas é presumida pelos interlocutores envolvidos, permanecendo sempre contestáveis pelo auditório, caso o acordo não

ISBN - 978-85-7822-205-5

mais subsista. A verossimilhança, porém, não significa que as conclusões argumentativas sejam piores do que aquelas orientadas pelo cientificismo cartesiano, mas que se situam num campo diverso do que é abarcado por ele; não resulta de uma deficiência do orador ou do auditório, mas da matéria mesma de que tratam, que escapa à simplificação matemática.

> O verossímil não decorre de ignorância, incompetência ou preconceitos do auditório, mas do próprio objeto. Quando se trata de questões jurídicas, econômicas, políticas ou pedagógicas, talvez também éticas e filosóficas, não se lida com o *verdadeiro* ou *falso*, mas com o *mais* ou *menos verossímil*. Inversamente, num mundo onde tudo fosse cientificamente certo, já não seria possível argumentar, nem... agir. Em suma, a argumentação não deve resignar-se ao verossímil como se ele fosse filosofia de pobre, mas respeitá-lo como inerente ao seu objeto e não ter pretensões a um cientificismo que não passaria de engodo, que na verdade seria anticientífico. (REBOUL, 2004, p. 95)

Nesse sentido, a nova retórica se opõe às distinções que caracterizam a racionalidade moderna, como aquela entre juízos de fato e juízos de valor, para a qual o saber científico consiste numa descrição objetiva do mundo, objetividade alcançada pelo uso apenas de juízos de fato, que refletiriam somente as características próprias do objeto analisado, sem qualquer influência do estudioso, que seria apenas um observador. Tal distinção é criticável, porque juízos desse tipo teriam por conteúdo objetos de saber comum indiscutíveis, para o que seria necessário que não contivessem qualquer ambiguidade em seus termos, o que somente seria possível caso se compreenda que as coisas possuem um sentido verdadeiro que cumpre à linguagem descrever, ou que ela é uma criação arbitrária de um indivíduo, sendo unanimemente aceita por todos. Tais posições – realismo e nominalismo, respectivamente –, embora diametralmente opostas, são insustentáveis, porque ignoram uma característica fundamental da linguagem, que é o seu aspecto social, a indicar que ela se relaciona sempre com o seu contexto de uso, de modo que o sentido das palavras é dado dentro de uma comunidade de usuários da língua, de acordo com seus hábitos e tradições, escapando aos dois extremos – tanto o do realismo, como o do nominalismo, eis que não se trata nem de uma descoberta de sentido intrínseco às coisas, nem de uma criação arbitrária.

Assim é que a formulação de juízos liga-se à adesão a usos linguísticos, o que já reflete uma tomada de posição, explícita ou implicitamente, de forma que não é possível que o seu conteúdo independa de quem os formula e reflita um conteúdo indiscutível, uma vez que se ligará sempre a contextos específicos e a acordos linguísticos, por isso, sempre sujeitos à alteração gradual, conforme o contexto em que foram formados vá se modificando, não sendo

ISBN - 978-85-7822-205-5

reflexo de um único sentido verdadeiro, nem de uma arbitrariedade individual. A distinção entre juízos de fato e juízos de valor, portanto, não é transcendente, mas condicionada histórica e socialmente pelo contexto em que são formulados. O objetivo de transcendê-las, por sua vez, é característico de um posicionamento filosófico, cuja escolha por seus partidários é justificada por uma argumentação prévia, não sendo ele mesmo evidente.

3 UM OLHAR ARGUMENTATIVO SOBRE A TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO

A teoria da argumentação critica as dicotomias que sustentam a teoria do ordenamento jurídico, eis que refletem elas mesmas uma posição que só se sustenta mediante uma argumentação prévia. A que diz respeito aos juízos de fato e os juízos de valor, para que pudesse existir como pretendem os seus defensores, precisaria que houvesse um sentido verdadeiro das coisas que a linguagem seria capaz de descobrir, ou que ela fosse a criação arbitrária de alguém, posições opostas e ambas incorretas, porque ignoram o aspecto social da linguagem, que se forma e ganha seu sentido dentro do contexto específico de sua utilização, de modo que a adesão a certos usos e hábitos linguísticos já reflete uma tomada de posição, como visto no tópico anterior, o que inviabiliza um uso externo e neutro dela, eis que quem formula um juízo que pretenda sem valores já se insere numa comunidade de falantes, com sua específica carga valorativa linguística.

Na inexistência de uma razão única e evidente para a decisão, a teoria pura do direito e a nova retórica se aproximam, pois ambas a reconhecem. Nisso, Kelsen rompe com a chamada teoria clássica da interpretação, que entende que a tarefa interpretativa consiste somente na enunciação do (único) sentido correto da norma, devendo o julgador apenas reproduzir esse sentido no caso concreto; opõe a isso a relativa indeterminação da norma, apresentando-a como moldura de aplicação, dentro da qual vários sentidos são possíveis. Não vê o aplicador como um mero autômato, ao entender que a tarefa de aplicação do direito consiste em criar direito novo, a norma concreta aplicável ao caso, ou a norma ordinária que se escolhe produzir dentro das possibilidades identificadas na norma constitucional. Essa criação, porém, à mingua de um fundamento evidente que coaja a razão na direção da decisão correta, é posta totalmente à parte da razão, como um ato arbitrário. Nesse ponto é que há o afastamento das duas perspectivas, na medida em que as decisões práticas são guiadas por uma racionalidade também prática, a da argumentação. Desse modo, a carência de um fundamento absoluto não implica que não haja

ISBN - 978-85-7822-205-5

fundamento algum, mas que há fundamentos argumentativos, razões mais ou menos fortes que, quando suficientes, são aptas não a coagir, mas a ganhar a adesão dos espíritos à decisão tomada (HARDY, 2006).

As conclusões em direito – os vereditos -, por serem alcançadas através de uma argumentação, não são evidentes e, por isso, tampouco obrigatórias, permanecendo contestáveis e apoiadas em motivos sempre relativos, o que, porém, não significa que sejam resultado de uma arbitrariedade. Como visto acima, a relatividade dessas conclusões não significa que elas sejam menos valiosas do que aquelas alcançadas pela demonstração, nem se devem a uma fraqueza do orador ou do auditório, mas somente são características dos saberes produzidos nessas áreas da ação humana, que não se reduzem à lógica matemática e nas quais um cientificismo não passaria de um engodo. De fato, a exclusão da razão prática do campo da racionalidade não é evidente, mas tem também suas origens numa posição filosófica específica, qual seja a ciência e a lógica modernas (HARDY, 2006). Nesse sentido, Aristóteles não considerava as chamadas provas retóricas inferiores às analíticas, conferindo a ambas a mesma atenção, devendo-se a inferiorização daquelas à restrição do conceito de prova à redução à evidência, característica da modernidade. Assim, embora não sejam indiscutíveis, as conclusões argumentativas – como aquelas do direito – não contrariam a vontade razoável, que se inclinará em direção àquela que for mais convincente (PERELMAN, 1996).

Dessa forma, podemos perceber que o raciocínio jurídico não se baseia em silogismos, mas em entimemas (SOBOTA, 1996). Deve-se isso ao fato de que o direito, não se apresentando como um sistema tão formal quanto os matemáticos e naturais, não é estudado somente com relação à sua estrutura interna, mas deve ser aplicado a todo o campo da ação humana, o qual não se submete à demonstração matemática, que não permite soluções necessárias, mas somente verossímeis, justificadas segundo a sua plausibilidade, verificada no caso concreto para o qual é construída. Suas conclusões, então, não são definitivas, mas sempre passíveis de revisão, conforme cesse a adesão dos espíritos que compõem o auditório a que ela se destina, o que não significa que elas sejam menos valiosas, ou que se deva a uma fraqueza do orador ou a uma ignorância do auditório. São revisáveis porque tratam de questões que escapam à lógica formal, impossíveis por sua própria natureza de serem apreendidas por ela. Desse modo, situam-se em uma lógica do problemático, chamada de variável, orientada pela ideia de “mais ou menos”, não categorial, orientada pela dicotomia “sim ou não”, “verdadeiro ou falso” (BROCKRIEDE, 2009).

ISBN - 978-85-7822-205-5

A teoria argumentação, nesse sentido, conduz a uma revisão epistemológica importante da teoria pura do direito, tanto no que concerne à sua concepção do sistema jurídico, apontando para a sua diferença em relação aos sistemas matemático-formais – dado o fato de ser dirigido à ação humana, dependendo sua completude e coerência não apenas de seus elementos internos, mas sendo concretizados na prática dos tribunais -, tanto no que concerne à sua visão da interpretação e decisão judicial, indicando a existência de um campo de produção de saberes – o da argumentação – situado entre a demonstração formal e a completa arbitrariedade, para admitir uma forma racional de produzir saberes nos domínios em que a certeza evidente não é possível, retirando a decisão da posição de mero ato volitivo, possibilitando um controle argumentativo. Tal controle se concretiza pela revisão, em específico, do papel dos métodos interpretativos, que deixam de ser vistos como meios para se chegar à decisão correta e passam a ser vistos como meios de controle do raciocínio do julgador (KRELL, 2014).

Considerando que toda decisão é a conclusão de uma argumentação que lhe precede e que toda argumentação tem por objetivo o convencimento de um determinado auditório, percebe-se que a decisão é, por sua vez, destinada a um público, que possui expectativas de correição e justiça que devem ser atendidas para que ela seja considerada convincente e ganhe a adesão dele. Essas expectativas relacionam-se à vinculação ao texto legal que é apresentado como premissa maior da decisão, mesmo que esse vínculo não seja efetivamente silogístico, mas entimemático, como exposto acima. Os métodos interpretativos, nesse contexto, apresentam-se não como caminho para uma decisão correta, verdadeira, mas para o controle argumentativo da decisão, na medida em que estabelecem o vínculo com a norma superior, por meio de uma justificação racional apresentada de forma clara, através da qual se pode refazer o caminho percorrido pelo julgador, permitindo o controle de sua capacidade de convencimento.

CONCLUSÃO

Como se viu, a teoria do ordenamento jurídico, como pensada por Kelsen (2009), concebe o direito como um sistema formal de normas, com o objetivo de estudá-lo cientificamente, concebendo como ciência, na esteira do criticismo kantiano, uma interpretação totalmente separada de quaisquer elementos metafísicos. Para realizar essa finalidade, concorrem as noções de validade e de norma fundamental, por meio das quais a obrigatoriedade das normas resulta do relacionamento das normas entre si, através da concepção do conjunto normativo como uma estrutura supra-infra-ordenada, em que as inferiores devem ser produzidas de acordo

ISBN - 978-85-7822-205-5

com a forma determinada pelas superiores para que possam integrar o sistema, ganhando sentido objetivo de dever-ser, além de evitar um regresso ao infinito, ao definir um início lógico do sistema, um fundamento de validade do todo normativo, representado pela norma fundamental. Pretende-se estudar o direito, então, como um sistema formal de normas, a exemplo dos matemáticos e das ciências naturais.

Essa *epistémê* baseia-se em oposições rígidas, como razão/vontade, juízos de fato/juízos de valor, a partir das quais se desenham os limites da atividade da ciência do direito. Ela deve, nesse registro, limitar-se a descrever o direito de maneira objetiva, mediante somente juízos de fato, que refletiriam as características próprias das normas, existentes nelas mesmas, sem a incidência de valorações pessoais na sua elaboração. A atividade científica é concebida como meramente cognoscitiva, voltada ao conhecimento de um objeto, por meio de sua descrição livre de valores pessoais, que considere somente as suas características intrínsecas. Por essa razão, a interpretação da ciência jurídica limita-se à delimitação da chamada moldura de aplicação, o conjunto de todos os sentidos válidos possíveis da norma, sem, porém, escolher entre qualquer um deles, pois isso está além dessa concepção de ciência. A decisão judicial, assim, é tida como uma atividade de política jurídica e totalmente arbitrária do ponto de vista da ciência, que nada pode dizer sobre ela.

A teoria da argumentação contribui para uma revisão crítica dessa concepção de direito. Com ela, percebemos que o direito não é um sistema tão formal quanto os matemáticos, na medida em que a sua completude não depende somente de seus elementos formais, mas é construída progressivamente pelos juízes ao longo de sua atividade decisória, eis que os elementos do ordenamento jurídico – as normas – não se relacionam somente entre si, mas devem ser aplicados a conflitos reais, que escapam à lógica formal. Por essa razão, a argumentação se apresenta como a forma adequada de produção de saberes na ciência do direito – e em todo o campo das humanidades -, ao resgatar a atividade decisória do domínio da arbitrariedade e incluí-la no saber científico. Para tanto, propõe uma razão prática, que não está atada às dicotomias kantianas e, por isso, mostra-se capaz de orientar racionalmente a atividade decisória, permitindo classificar as decisões em melhores ou piores segundo a qualidade dos argumentos utilizados nelas. Essas dicotomias, com efeito, não são elas mesmas evidentes, mas ligam-se a uma opção filosófica específica, que reduz o campo da racionalidade à lógica formal, o que, porém, somente é aceito em razão de uma argumentação prévia que a justifique.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A perspectiva perelmaniana, dessa forma, mostra o equívoco de considerar que a tarefa científica se limita a uma descrição objetiva, pelo fato de que a distinção entre juízos de fato e juízos de valor não é correta, por ignorar a dimensão social da linguagem. Da mesma forma, aponta a incorreção de considerar que os sentidos válidos podem ser escolhidos livremente, uma vez que a decisão não leva em conta somente a validade, mas, também, a efetividade (PERELMAN, 1996), a indicar a consideração dos efeitos concretos de uma decisão em um ou outro sentido e daquele que se apresenta mais adequado.

Os métodos interpretativos ganham relevo, também revisados retoricamente, pois permitem refazer o raciocínio do julgador e controlar a qualidade das premissas utilizadas por ele, aderindo, ou não, à decisão tomada. Abre-se espaço, assim, para uma ampliação da teoria do direito, abandonando o purismo metodológico que ignora os efeitos reais das decisões e rumando em direção a uma teoria retórica do direito, que os considera e permite controlá-los, por meio da compreensão de que entre a demonstração e a violência estende-se o domínio da produção argumentativa de saberes.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, João Maurício. **Ética e Retórica**: Para uma Teoria Dogmática Jurídica. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. Brasília: Editora UNB, 1995.

BROCKRIEDE, Wayne. Onde está a argumentação?. **Comunicação e Sociedade**, v. 16, p. 13-17, 2012.

COSTA, Alexandre Araújo. **Direito e método**: diálogos entre a hermenêutica jurídica e a hermenêutica filosófica. 2008. 421 f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do Direito**: técnica, decisão e dominação. 6. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2008.

GRÁCIO, Rui Alexandre; MOSCA, Lineide Salvador. A importância da Nova Retórica para a compreensão de textos opinativos. **ReVEL**, edição especial v. 14, n. 12, 2016, p. 31-43.

HARDY, Hugo. La critique perelmanienne de la théorie pure du droit: essai de synthèse. **Canadian Journal of Law and Society**, v. 21, n. 2, 2006, pp. 51-64.

KELSEN, Hans. **Teoria geral das normas.** Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1986. 509 p.

ISBN - 978-85-7822-205-5

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito.** 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 427 p. (Justiça e direito)

KRELL, Andreas. Breves considerações sobre a função da lógica na interpretação e aplicação do direito. **Revista Eletrônica do Mestrado em Direito da UFAL**, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2016.

KRELL, Andreas. Entre desdém teórico e aprovação na prática: os métodos clássicos de interpretação jurídica. **Revista Direito GV**, São Paulo, p. 295-320, Jan./Jun. 2014.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. A norma fundamental de Hans Kelsen como postulado científico. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 58, p. 41-84, jan.jun. 2011.

PERELMAN, Chaïm. **Etica e direito.** São Paulo: Martins Fontes, 1996. 722 p.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação:** a nova retórica. 2. ed. São Paulo, São Paulo: Martins Fontes, 2005. 653 p. (Justiça e direito).

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica.** 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004. 253p.

TREVES, Renato; PERRIN, Jean-François. Un inédit de Kelsen concernant ses sources kantiennes. **Droit et société**, v. 7, n. 1, p. 327-335, 1987.

ISBN - 978-85-7822-205-5

GT 4:

INSOCIÁVEL SOCIABILIDADE NA "IDEIA DE UMA HISTÓRIA UNIVERSAL DE UM PONTO DE VISTA COSMOPOLITA" DE KANT.

Autor: Daniel Soares Silveira
Mestrando em filosofia pela UFS Membro do grupo de ética e filosofia política da UFS.
daniel.ss777@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Dos Santos (DFL/UFS)

INTRODUÇÃO

O pensamento filosófico sobre a história, por mais estranho que pareça, não era uma preocupação dos antigos gregos, pais da filosofia. Pois, esses primeiros filósofos, possuíam uma concepção cíclica do tempo: os fatos, *grosso modo*, repetiam-se indefinidamente; o pensamento sobre a história se reduzia assim a uma narrativa das guerras e acontecimentos políticos. Dessa maneira, a preocupação com uma finalidade da história seria algo supérfluo. Já que não são os gregos os primeiros a se preocuparem com o fim da história, quem seria? E por quais motivos? Os cristãos, com Agostinho de Hipona, dão início à reflexão sobre a finalidade da história. Apesar de haver uma discussão entre os comentadores se há uma filosofia da história nos antigos pensadores cristãos ou se apenas existe uma *teologia da história*[25], é consenso que esses foram os primeiros a sistematizar um pensamento finalista da história. Em sua teologia da história, as figuras do pecado original, de Cristo e da redenção, com a volta d'Ele, são pontos fundamentais. Defendemos que uma filosofia da história secular nasce na modernidade. Acreditamos ser Voltaire o primeiro a pensar uma filosofia da história profana. Nessa, a história caminharia em direção ao progresso, apesar de haver tempos de decadência. Nesse sentido, ele incorpora elementos tanto dos gregos (tempo

[25] "A datação do início das filosofias da história provoca muitas divergências. Alguns consideram a concepção cristã de temporalidade como condição da reflexão sobre a história, outros só encontram essas condições no século XVIII, quando se tornou possível pensar o progresso indefinido no futuro. As divergências se fundam em concepções distintas do que seria a filosofia da história e também no sentido da secularização dos elementos cristãos no pensamento moderno" (TERRA, 2003, p.26). Como nosso objetivo neste texto não é analisar se existe ou não uma filosofia da história em Santo Agostinho e nos primeiros autores cristãos, para não nos posicionarmos nessa polêmica, referir-nos-emos ao pensamento cristão sobre a história, daqui para frente, como *teologia da história*.

ISBN - 978-85-7822-205-5

circular) quantos dos cristãos (tempo linear), sem se reduzir a eles.

É Kant o primeiro a fazer uma distinção entre *Historie* e *Weltgeschichte*[26]. É o *Weltgeschichte*, "discurso sobre o sentido necessário da história", desenvolvido por Kant, que mais nos interessa neste texto. O filósofo alemão pensa o desenvolvimento humano por meio de um antagonismo: a *insociável sociabilidade*, nosso texto se encaminhará para compreender esse conceito na obra *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Assim, dividiremos este texto em duas partes. Na primeira, desenvolveremos o porquê não há uma filosofia da história nos antigos grego e exporemos brevemente a teologia da história dos antigos cristãos, com foco em St. Agostinho. Na segunda parte, trataremos da filosofia da história de Voltaire e, em especial, a de Kant, com foco no conceito de *insociável sociabilidade*, em *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*.

PRIMEIRA PARTE

A filosofia da história, entendida como "discurso sobre o sentido necessário da história", não aceita que os fatos, tomados em sua particularidade, contenham o fim da história neles próprios, nesse sentido o estudo desses fatos, para uma filosofia da história, não possui a importância que tem para uma *Historie*, "disciplina do entendimento", na qual é indispensável a experiência. Vejamos como se dava a reflexão sobre à história, nos antigos gregos.

Os primeiros "historiadores" imiscuíam nos seus relatos elementos míticos, o que comprometia a facticidade de seus registros, como é o caso de Heródoto (FILHO, 2011, p.22). Talvez tenha sido Tucídides o primeiro a procurar narrar os acontecimentos históricos sem a intervenção do divino[27]. Ele, em sua *História da Guerra do Peloponeso*, esforça-se para mostrar os acontecimentos tais quais ocorreram. Com essa fidelidade aos fatos, procurou-se advertir os homens dos acontecimentos que eles voltariam a vivenciar, devido a imutabilidade da natureza humana. Para o historiador grego, guerras, como a do Peloponeso, estavam

[26] Como nos diz Gérard Lebrun: "É a Kant, e não a Hegel, que remonta a oposição entre *Historie*, disciplina do entendimento, e a *Weltgeschichte*, discurso sobre o sentido necessário da história" (LEBRUN, 2003, p.71).

[27] "Já em Tucídides, o lado épico e religioso presente na narrativa de Heródoto é substituído por uma investigação mais realista, que procura relatar os fatos de forma concatenada, buscando as causas e os motivos do evento. [...] Em sua obra *História da Guerra do Peloponeso*, Tucídides parte da ideia de que os homens são sempre os mesmos ao longo do tempo, ou seja, de que a natureza do humana não se modifica ou se aperfeiçoa. [...] não encontramos também em Tucídides a ideia de se julgar o curso dos acontecimentos do ponto de vista de um futuro que permanece aberto, ou que tem uma meta a ser alcançada universalmente" (FILHO, 2011, p.23-24).

ISBN - 978-85-7822-205-5

fadadas a acontecerem de tempos em tempos e seria necessário que as pessoas estivessem preparadas para elas. Esta compreensão cíclica do tempo, não era algo particular a Tucídides, mas uma maneira grega de pensar o tempo (FILHO, 2011, p.23-24). Assim, o estudo da história seria o estudo das guerras e eventos políticos e, pensar uma finalidade para história, soaria como um contrassenso.

Não é difícil entender o motivo disso. Se o tempo é cíclico, ou seja, se os fatos se repetirão indefinidamente, não há por que perguntar sobre o seu sentido, pois eles já são conhecidos, bastaria olhar para o que já aconteceu. Pois, no final das contas, não existiria um acontecimento inteiramente novo. Caberia ao homem obter a vida boa/ética nesse cosmo todo organizado, eterno e de revoluções indeléveis. Dessa forma, numa concepção de eterno retorno, uma filosofia da história não era algo que estava no expediente dos filósofos gregos.

Já que confirmamos a suspeição de que um pensamento finalista da história não é fruto do pensamento grego, cabe-nos agora, compreender com quem ele surge e com quais fins é desenvolvido pela primeira vez. Uma concepção progressiva da história é fruto do pensamento judaico-cristão. Essa concepção linear do tempo, desenvolvida pelos cristãos, coloca-os fora da ideia de eterno retorno dos gregos. Segundo Ricardo R. Terra:

> Santo Agostinho inaugura uma forma de pensar os acontecimentos num tempo contínuo, a humanidade redimida por Cristo marcha para o reino celeste; afasta-se, pois, da concepção circular da história, o que não significa que sua concepção de progresso – termo que não utiliza – seja a mesma dos modernos (TERRA, 2003, p.26).

Essa noção de "progresso" inaugurada por Agostinho, aponta a remissão dos homens no reino celeste, ou seja, em um plano diferente do nosso. O filósofo de Hipona, pensa a história por meio da oposição entre a *cidade de Deus* e a *cidade terrena*. Dentro desse antagonismo, não interessaria ao cristão os acontecimentos do ponto de vista da *cidade terrena*, mas sim da *cidade de Deus* e essa escolha está fundada na fé, uma vez que as guerras e catástrofes não nos dão motivos para enxergar um sentido alentador nelas (FILHO, 2011, p.26). Nesse esquema, os acontecimentos não possuem sentido por si, apenas ganham sentido pela redenção da humanidade no fim dos tempos, com a volta de Cristo.

> É agostinho quem, de fato, toma a história como algo que tem sentido, o que é feito com base na unidade das Escrituras Sagradas, ou seja, na linha que unifica o Antigo e o Novo Testamento: trata-se da história do pecado e da redenção. Assim, agostinho acaba verificando por trás da história humana um sentido sobrenatural que transcende os fatos e acontecimentos particulares e contingentes, alinhando-os na direção de uma meta final: a salvação do homem por Deus. (FILHO, 2011, p.26).

O Antigo Testamento narra a história da criação da terra e do homem, do pecado

ISBN - 978-85-7822-205-5

original e de suas consequências, da vida pecaminosa do homem desde então e de sua condenação à morte. Mas, também, apresenta a promessa feita por Deus, de que viria um Ungido: o Cristo. No Novo Testamento, parte da promessa é cumprida com a encarnação do Verbo, que vindo ao mundo como um simples homem, morre, levando consigo os pecados dos homens e ressuscitando no terceiro dia. A promessa do Cristo é voltar uma segunda vez e julgar os homens, levando os seus escolhidos às moradas celestes, onde não haverá mais dor, pranto nem morte. Esses acontecimentos são únicos, não cíclicos. Pois, se o fossem, a morte do Messias seria vã. Nesse sentido, cabe aos homens esperar, com fé, o retorno do Cristo que os dará a redenção por Ele prometida.

SEGUNDA PARTE

A concepção de tempo contínuo e "progresso" cristãos abriram caminho para o pensamento moderno de progresso, que é um aspecto importante da filosofia da história desenvolvida na modernidade. Porém, o pensamento moderno ganhou importantes contornos[28], que deram a ele algumas características contrárias às cristãs. Vejamos como o termo filosofia da história surgiu na modernidade:

> O termo <<filosofia da história>> foi inventado por Voltaire, que o aplicou pela primeira vez na sua acepção moderna, distinta da interpretação teológica da história. No *Essai sur les moeurs et L' esprit des nations*, de Voltaire, já não predomina o princípio da vontade de Deus e da providência divina, mas da vontade do homem e da razão humana (LÖWITH, 1991, p. 15).

Como vemos, a vontade de Deus assim como a providência divina dão lugar à vontade e razão humanas. Esse deslocamento é uma das marcas principais do pensamento moderno sobre a história, já que passa a responsabilidade do curso da história para os próprios homens. Com efeito, as duas características que Voltaire aponta como necessárias para uma filosofia da história são: a crítica à providência e a procura por explicações racionais.

> Para Voltaire, escrever a história *en philosophe* significa, de um lado, criticar a história providencialista como a de Bossuet e, de outro, procurar explicações racionais. Essas explicações baseiam-se na análise da natureza, "na natureza humana, cujo âmago é em todo lugar o mesmo", que permite comparar os povos e

[28] Ricardo R. Terra, defende que a filosofia da história moderna não pode ser reduzida a uma secularização do pensamento cristão, assim diz o professor da USP: " Os temas ressurgem em função de uma situação político-social inteiramente diferente da antiga e, mais ainda, boa parte dos elementos emprestados o são por inadequação terminológica. Já que a influência cristã é muito grande, torna-se difícil criar novas palavras que expressem adequadamente os novos conceitos. Frequentemente a 'explicação' das filosofias da história pela secularização não passa de polêmicas mal colocadas que não ajudam em nada a compreensão destas filos ofias e de suas irredutíveis particularidades" (TERRA, 2003, p.30).

ISBN - 978-85-7822-205-5

> encontrar semelhanças [...] Assim, Voltaire vai além da *événementielle*, não se contenta com a mera sucessão de eventos, mas procura estudar "os costumes e o espírito das nações", como está estampado no título de seu *Essai* (TERRA, 2003, p.33).

Outra característica que o filósofo francês busca para seu estudo sobre a história, é o estudo sobre as nações e seus costumes, não apenas uma narração da vida e batalhas de seus príncipes. Os historiadores até então, segundo Voltaire, escreviam apenas sobre os feitos dos príncipes, esquecendo-se dos povos e de seus costumes. Junto a isso, acredita que um filósofo seria apto para escrever história de uma maneira livre e sem preconceitos. Nesse ponto, vemos a filosofia da história de Voltaire muito vinculada aos fatos cotidianos.

Sua visão de tempo linear está evidenciada nas "*cartas inglesas*", já que nelas é feita uma crítica à idealização do passado, à noção que haveria uma *idade de ouro* e que, conforme avançamos no tempo, distanciamo-nos dela. Voltaire propõe, nessa concepção linear de tempo, uma história rumo ao progresso:

> Nesta medida a política não consiste num esforço para deter o tempo, para conservar a situação imutável, ou apenas na arte de manter o poder, mas, ao contrário, deve procurar eliminar os obstáculos ao livre desenvolvimento e aperfeiçoamento das instituições e favorecer a necessária liberdade econômica que possibilite o desenvolvimento do comércio e da indústria (TERRA, 2003, p.34).

Nessa medida, o progresso passaria pelas instituições humanas, as quais teriam por papel promover "a necessária liberdade econômica", e tudo isso estaria condicionado pelas decisões políticas. Assim, podemos inferir, que não cabe ao governo apenas administrar o estado, mas também o aperfeiçoamento do estado rumo ao progresso. E este parece estar vinculado fortemente ao livre comercio. Nesse sentido, a Inglaterra seria um exemplo a ser seguido, pois nela houve uma melhor distribuição do poder, o que proporcionou uma maior liberdade à população. Concomitantemente ao aperfeiçoamento das instituições inglesas, houve o aumento do comercio que enriqueceu a população. Podemos destacar, assim, a *política*, a *liberdade* e o *comercio*, como motores do progresso, na concepção voltairiana.

Apesar de certo otimismo em relação ao progresso humano, Voltaire não via a história com ingenuidade. Podemos destacar dois aspectos importantes da concepção de filosofia da história do autor francês: ele acreditava que a história possui tempos de regressão após desenvolvimentos: "Épocas de grande desenvolvimento são sucedidas por épocas de regressão" (TERRA, 2003, p.37), não obstante haveria após cada movimento desse um avanço, não retornaríamos para o estágio anterior de desenvolvimento. O outro aspecto

ISBN - 978-85-7822-205-5

importante da filosofia da história voltairiana é que ela não propõe ser possível compreender todos os povos e períodos da história humana, nem acredita haver uma "História Universal" caminhando para um simples fim (TERRA, 2003, p.36).

Kant retoma a formulação de uma *história universal* feita pelos teólogos cristãos, só que por um viés secular. O filósofo alemão substitui a ideia de que Deus regeria o curso da história rumo a um paraíso extramundano, pela *ideia* de que haveria um propósito/plano racional da natureza[29] para o desenvolvimento da espécie humana ao grau máximo de suas disposições naturais.

Assim como St. Agostinho, o filósofo alemão também pensa o desenvolvimento da história por meio de um antagonismo. Porém, enquanto para o filósofo cristão a oposição está entre a *cidade de Deus* e a *cidade mundana*, para Kant o antagonismo está entre uma tendência dos homens para entrarem em sociedade e uma outra que ameaça constantemente a existência dessa comunidade, chamado por ele de *insociável sociabilidade* (KANT, 2003, p.8). Assim, vejamos como Kant, partindo da ideia de um propósito da natureza para a espécie humana, concebe o desenvolvimento da história tendo como móvel a *insociável sociabilidade*.

Immanuel Kant, em 1784, escreve *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Nesse ensaio, o filósofo alemão, parte da premissa de que, apesar das ações humanas, quando observadas sua particularidade, serem fruto da vontade dos homens (ou seja, serem ações livres), sem nenhum propósito unificador aparente, quando olhadas em conjunto, nas estatísticas anuais, ganhariam um padrão fixo parecido com as restantes coisas na natureza.

> Os homens, enquanto indivíduos, e mesmo povos inteiros mal se dão conta de que, enquanto perseguem propósitos particulares, cada um buscando seu proveito e frequentemente uns contra os outros, seguem inadvertidamente, como a um fio condutor, o propósito da natureza, que lhes é desconhecido, e trabalham para sua realização, e, mesmo que conhecessem tal propósito, pouco lhes importaria. (KANT, 2003, p.4)

Um argumento em favor de sua tese (os homens seguem um propósito da natureza que lhes é desconhecido) é que os homens, não sendo seres que agem apenas pelos seus instintos, assim como não são "razoáveis cidadãos do mundo" (KANT, 2003, p.4), não seria

[29] "[...] a natureza não é vista aqui como uma necessidade cega nem a história como uma criação sem fundamento. O sentido da história é algo de possível e de ideal, e 'sob ambos os aspectos é algo de não-necessário, de não-incondicionado, de realizável sob certas condições. Estas condições são o que Kant indica com o termo natureza'. Natureza que expressa, neste contexto, alternativas e não predeterminação" (TERRA, 2003, p.49).

ISBN - 978-85-7822-205-5

razoável pensar que eles agissem tendo como base um plano racional próprio. Outro ponto a ser levado em conta, é que o desconhecimento dos homens em relação a esse propósito e o fato dele ser independente da vontade deles. Dessa forma, resta ao filósofo "tentar descobrir, neste curso absurdo das ações humanas, um propósito da natureza" (KANT, 2003, p.4).

Kant parte do pressuposto de que tudo na natureza é regulado por leis universais e que ela não fez nada de inútil e que não possua um propósito, sendo assim, seria estranho se o homem fosse uma exceção a essa regra (KANT, 2003, p.6). A diferença do homem para os outros animais está em que eles (os animais) em pouco tempo chegam ao seu desenvolvimento completo, sendo guiados pelos seus instintos. Já o homem, por ser uma criatura racional e possuir uma vida curta, não desenvolve todas as suas potencialidades de ser racional sozinho e no curso de uma vida, necessitando de ensinamentos e exercícios para ir desenvolvendo suas disposições, até elas chegarem ao seu mais alto desenvolvimento, o que só ocorrerá após inúmeras gerações:

> Numa criatura, a razão é a faculdade de ampliar as regras e os propósitos do uso de todas as suas forças muito além do instinto natural, e não conhece nenhum limite para seus projetos. Ela, todavia, não atua sozinha de maneira instintiva mas, ao contrário, necessita de tentativas, exercícios e ensinamentos para progredir, aos poucos, de um grau de inteligência (*Einsicht*) a outro. Para isso um homem precisa ter uma vida desmesuradamente longa a fim de aprender a fazer uso pleno de todas as suas disposições naturais; ou, se a natureza concedeu-lhe somente um curto tempo de vida (como efetivamente aconteceu), ela necessita de uma série talvez indefinida de gerações que transmitam umas às outras as suas luzes para finalmente conduzir, em nossa espécie, o germe da natureza àquele grau de desenvolvimento que é completamente adequado ao seu propósito (KANT, 2003, p.6).

A natureza espera que o homem tire tudo de si, sem a ajuda de nada que não seja a sua própria razão e trabalho. Espera-se que o homem saia de seu estado mais primitivo (de rudeza) e chegue à mais alta destreza e desenvolvimento racional, nesse sentido, a natureza estaria mais preocupada com a "*auto-estima*" racional do quer com o *bem-estar* dos homens: "Parece que a natureza não se preocupa com que ele viva bem, mas, ao contrário, com que trabalhe de modo a tornar-se digno, por sua conduta, da vida e do bem-estar" (KANT, 2003, p.7). Com isso, os primeiros homens trabalham, enfrentando inúmeras dificuldades, para que as próximas gerações possam, por meio do acumulo de conhecimento, usufruir da *felicidade* e do conforto que foram negados aos primeiros.

O que permite esse desenvolvimento é o antagonismo das disposições do homem. Kant chama esse antagonismo de *insociável sociabilidade*:

> Eu entendo aqui por antagonismo a *insociável sociabilidade* dos homens, ou seja, sua tendência a entrar em sociedade que está ligada a uma oposição geral que

ISBN - 978-85-7822-205-5

> ameaça constantemente dissolver essa sociedade. [...] O homem tem uma inclinação para *associar-se* porque se sente mais como homem num tal estado, pelo desenvolvimento de suas disposições naturais. Mas ele também tem uma forte tendência a *separar-se* (isolar-se), porque encontra em si ao mesmo tempo uma qualidade insociável que o leva a querer conduzir tudo simplesmente em seu proveito, esperando oposição de todos os lados, do mesmo modo que sabe que está inclinado a, de sua parte, fazer oposição aos outros. Esta oposição é a que, despertando todas as forças do homem, o leva a superar sua tendência à preguiça e, movido pela busca de projeção (*Ehrsucht*), pela ânsia de dominação (*Herrschsucht*) ou pela cobiça (*Habsucht*), a proporcionar-se uma posição entre companheiros que ele não *atura* mas dos quais não pode *prescindir*. (KANT, 2003, p.8)

Os homens têm necessidade da sociedade, pois essa os permite se desenvolverem mais rapidamente e eficientemente enquanto criaturas racionais. Nela, eles adquirem os conhecimentos acumulados pela espécie, além de serem impelidos, por suas paixões, a buscarem uma melhor posição entre seus pares. Dessa forma, conseguem vencer a preguiça, que os dominaria se vivessem isolados e sem necessidades. Porém, essa sua característica de buscar uma melhor posição em sociedade, paradoxalmente, revela uma tendência a se isolarem. Essa característica insociável é fruto da sua vontade de viver à sua maneira, perseguindo seu proveito, muitas vezes, em detrimento dos demais. Assim, os homens esperam oposição de todos os lados, como também fazem oposição aos outros.

Por meio desse conflito de interesses, a espécie humana se desenvolve. Sem a insociável sociabilidade, suas disposições naturais permaneceriam em germe, sem se atualizarem: o conflito das disposições vai levando os homens a alcançarem cada vez maior grau de desenvolvimento. Para isso, é indispensável uma sociedade que garanta a liberdade de todos os seus membros, por meio de uma *constituição civil* perfeitamente *justa*. É esse cerco (união civil) que lhes permite o crescimento belo e aprumado, que isolados não conseguiriam (KANT, 2003, p. 11). Assim, os homens, quando vivem em sociedade, precisam de um senhor. Pois eles tendem a abusar de suas liberdades e excetuarem-se onde possam. Precisam de um senhor que quebre suas vontades particulares em prol da "vontade universalmente válida, de modo que todos possam ser livres" (KANT, 2003, p. 11).

Os homens encontram-se num estado de legalidade, o qual deve ser substituído por um de moralidade, para que alcancemos o último progresso da espécie e propósito supremo da natureza para a espécie humana: "um Estado cosmopolita universal, como o seio no qual podem se desenvolver todas as disposições originais da espécie humana" (KANT, 2003, p.19). Ademais, a fim de que passemos para esse Estado, é necessário que se estabeleça a constituição perfeita tanto internamente quanto externamente dos Estados. Essa constituição

ISBN - 978-85-7822-205-5

perfeita garantiria a liberdade de todos esses, inclusive dos mais fracos. O que, enquanto os Estados permanecerem nas suas ambições expansionistas, não ocorrerá.

Poder-se-ia perguntar, qual a vantagem de se pensar a história através de um plano racional da natureza, cujo fim passa pela moralização dos homens? É necessário acreditar que há uma finalidade para a espécie humana, mesmo que apenas de uma forma heurística, pois, se não acreditarmos, não haveria motivos para agirmos moralmente no presente.

> E este momento precisa ser, ao menos na idéia dos homens, o objetivo de seus esforços, pois senão as disposições naturais em grande parte teriam de ser vistas como inúteis e sem finalidade – o que aboliria todos os princípios práticos, e com isso a natureza, cuja sabedoria no julgar precisa antes servir como princípio para todas as outras formações, tornar-se-ia suspeita, apenas nos homens, de ser um jogo infantil. (KANT, 2003, p.6).

Assim, uma *história universal*, seguindo um propósito racional dado pela natureza, atende a um fim prático[30]. Ela garante um sentido para nosso agir moral no presente e oferece-nos uma *ideia* de um futuro melhor, ainda que não seja para a nossa geração, para as futuras.

REFERÊNCIAS:

FILHO, Antônio José Pereira. **História e filosofia: Uma introdução as referências filosóficas sobre a história**. Curitiba: Ibpex, 2011.

KANT, Immanuel. **Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LEBRUN, Gérard. **Uma escatologia para a moral**. *In*: **Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 69-105.

LÖWITH, Karl. **O sentido da história**. Lisboa: Edições 70, 1991.

TERRA, R. Ricardo. **Algumas questões sobre a filosofia da história em Kant**. *In*: **Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.p. 23-68.

[30] Seguindo a esteira de Lebrun, acreditamos que é uma exigência da razão prática um pensamento filosófico sobre o sentido da história, em Kant (LEBRUN, 2003, p.72).

ISBN - 978-85-7822-205-5

A DIFERENÇA EM MAQUIAVEL ENTRE CONQUISTAR O PODER E CONQUISTAR GLÓRIA

Autor: Igor Ferreira Fontes
Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Bolsista PIBIC
igor-fontes@outlook.com

Orientador: Prof. Dr. Christian Lindberg L. do Nascimento (DFL/UFS)

Introdução

A obra mais conhecida de Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*, é comumente descrita como uma espécie de manual para a conquista do poder. Neste livro, cuja estrutura se assemelha aos do gênero literário espelhos de príncipes[31], Maquiavel de fato dá orientações sobre como alguém pode conquistar e se manter no poder. A diferença entre seu livro e os dos outros autores deste gênero está, principalmente, no conteúdo: Maquiavel rompe com a ideia tradicional de que o cumprimento das virtudes cardeais garante sucesso político. Estas virtudes, aliás, em seu entendimento, podem conduzir mais à ruína do príncipe e do estado[32] que ao êxito.

Essa ruptura de Maquiavel com os valores tradicionais espantou diversas pessoas no decorrer dos últimos cinco séculos, e contribuiu para a construção da imagem negativa que o autor possui. E, dentre as inúmeras interpretações surgidas, a que por muito tempo predominou foi a do "Maquiavel maquiavélico", do escritor que defende a conquista e manutenção do estado a qualquer custo. Segundo esta interpretação, os fins justificariam os meios e, para Maquiavel, desde que o estado fosse conquistado e mantido, tudo seria válido, pois esta seria a única finalidade do ator político.

Os primeiros onze capítulos de *O Príncipe* são dedicados à exposição por parte do autor sobre os tipos de principados e as formas nas quais se pode conquista-los. No primeiro capítulo, Maquiavel (1971, p.258) divide os estados em repúblicas ou principados; estes dividem-se em

[31] Gênero literário comum durante o renascimento, os espelhos de príncipes se caracterizam como textos nos quais os autores dão conselhos aos príncipes sobre como estes devem governar. São livros que, normalmente, exaltam as virtudes cardeais e aconselham os governantes a agirem conforme estas virtudes, pois se assim o fizerem obterão êxito político. Os espelhos de príncipes, portanto, se assemelham a um manual no qual os autores exortam os governantes a agirem conforme as virtudes cardeais e a servirem de modelos virtuosos.

[32] É importante comentar que, na obra de Maquiavel, a palavra aparece desta forma, toda em minúsculo. Por questões de fidelidade ao termo usado pelo autor, será adotada a mesma grafia por ele usada (isto é, *estado*) ao invés da forma usual de hoje (*Estado*).

ISBN - 978-85-7822-205-5

principados hereditários ou novos, e estes, por sua vez, são ou inteiramente novos, ou membros anexados ao estado de quem os conquista. Quanto aos métodos para se conquistar um estado, são eles: armas de outros ou armas próprias, fortuna ou *virtù*. Do segundo ao décimo primeiro capítulo, portanto, o autor se dedicará a destrinchar o que fora exposto neste primeiro capítulo, acrescentando posteriormente o principado eclesiástico (cap. 11).

Mas além deste principado, não listado no primeiro capítulo, Maquiavel acrescenta posteriormente, no capítulo 8, outras duas formas de se conquistar o poder: por via criminosa e nefanda (*via scellerata e nefaria*) ou pelo favor de concidadãos (*favore degli altri suoi cittadini*). A primeira forma será tratada no próprio capítulo 8, e a segunda ficará para o nono. O primeiro aspecto a se considerar, neste oitavo capítulo, após a introdução destes dois modos de se conquistar o poder, é que, para Maquiavel (1971, p.269), eles não podem ser totalmente atribuídos nem à fortuna, nem à *virtù*. E, mais adiante, ele afirma: "não se pode propriamente chamar de *virtù* o fato de assassinar seus concidadãos, trair os amigos, não ter fé, piedade nem religião. Esses modos podem fazer adquirir império, mas não glória"[33] (MAQUIAVEL, 2010, p.40). Passagem semelhante é encontrada nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*: "direi apenas que não considero gloriosa aquela fraude que leve a romper a fé dada e os pactos feitos; porque com ela, ainda que conquiste, às vezes, estado e reino, como acima vimos, nunca se conquistará a glória"[34] (MAQUIAVEL, 2007, p.441).

Este trabalho objetiva entender a distinção entre poder e glória, observada nas passagens supracitadas, de tal modo que a fraude e os métodos celerados podem conquistar o primeiro, mas não a segunda. Assim, há uma diferença não apenas entre poder e glória, mas também entre o tipo de ação compatível com cada um. É importante destacar que esta distinção envolve ainda o conceito de *virtù*, pois, conforme dito pelo autor, os métodos celerados distinguem-se da *virtù*.

Os modos de se conquistar estado

Os métodos pelos quais se pode conquistar um estado são, portanto, os seguintes: armas de outros, armas próprias, fortuna, *virtù*, métodos celerados e favor de concidadãos. Para com as armas próprias e a *virtù* Maquiavel dedica o sexto capítulo de *O Príncipe*; o sétimo para com

[33] "Non si può ancora chiamare virtù ammazzare e' sua cittadini, tradire gli amici, essere sanza fede, sanza pietà, sanza religione; li quali modi possono fare acquistare imperio, ma non gloria" (MACHIAVELLI, 1971, p.269).
[34] "Dirò solo questo, che io non intendo quella fraude essere gloriosa, che ti fa rompere la fede date ed i patti fatti; perché questa, ancora che la ti acquisti, qualche volta, stato e regno, come di sopra si discorse, la non ti acquisterà mai gloria" (MACHIAVELLI, 1971, p.248).

ISBN - 978-85-7822-205-5

as armas de outros e fortuna; o oitavo para com os métodos celerados e, por fim, o nono para a conquista através do favor de concidadãos.

No sexto capítulo Maquiavel começa debruçando-se sobre a conquista através da *virtù*. Afirmando que os homens, em suas ações, quase sempre trilham caminhos que já foram percorridos por outros, procedendo através da imitação, Maquiavel (1971, p.264) recomenda a imitação das ações dos homens excelentes, detentores de elevada *virtù*, porque aqueles que dependeram menos da fortuna mantiveram-se príncipes por mais tempo. Tal ocorre porque a *virtù* é a força capaz de resistir às mudanças da fortuna, diminuindo os efeitos desta na vida dos homens; assim, quanto maior for a *virtù* de alguém, menos a fortuna poderá prejudica-lo, ao passo que uma baixa *virtù* permite à fortuna agir como quiser, de modo que esta pessoa se torna dependente da fatores externos a ela. Para dar exemplos de homens excelentes, de elevada *virtù* e que conquistaram o poder através desta, Maquiavel cita Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu, os quais se valeram também de armas próprias.

Aqueles que conquistam um estado e estabelecem novas ordenações enfrentam diversas dificuldades, pois quem se beneficiava das antigas tomará os novos ordenadores como inimigos, de modo que, observa Maquiavel (1971, p.265), faz-se necessário que estes novos ordenadores estejam armados. As armas permitem que o ordenador force o povo a acreditar nele, caso a persuasão se mostre já ineficaz; por isso o autor afirma que "todos os profetas armados vencem, enquanto os desarmados se arruínam"[35] (MAQUIAVEL, 2010, p.27): Maquiavel tem em vista especificamente os exemplos de Moisés e Savonarola, pois este fora incapaz de manter o povo acreditando nele e morreu na fogueira quando o povo deixou de acreditar nele, enquanto aquele fora capaz de manter o povo acreditando nele mesmo que vagassem por décadas no deserto.

Os que conquistam o estado por *virtù* o fazem com enorme dificuldade, mas conseguem mantê-lo com mais facilidade, e o oposto ocorre com quem o faz pela fortuna. Aqueles que não enfrentam as dificuldades durante a conquista as enfrentarão depois, de modo que precisarão demonstrar grande *virtù* para se manterem no poder, por que se apoiarem seu poder apenas na fortuna, dado que esta é instável e volúvel, terão fundamentos fracos. Faz-se necessário, portanto, que quem conquista o poder pela fortuna seja capaz de criar alicerces fortes imediatamente após tornar-se príncipe e demonstre, com isso, que possui *virtù* (MACHIAVELLI, 1971, p.265).

[35] "tutti e' profeti armati vinsono, e li disarmati ruinorono" (MACHIAVELLI, 1971, p.265).

ISBN - 978-85-7822-205-5

Para dar um exemplo de alguém que conquistou o estado graças à fortuna e às armas alheias, e demonstrou *virtù* para mantê-lo, Maquiavel (1971, p.266) utiliza o caso de César Bórgia. Este conquistou o estado graças à fortuna do pai, Rodrigo Bórgia, o qual se tornara papa; quanto às armas, a maioria das armas italianas, especialmente as da Igreja, pertenciam aos Orsini e Colonna. César, portanto, recebeu os estados pela fortuna do pai e conquistou outros usando armas de outros; contudo, nas palavras do próprio Maquiavel, ele fez "todas as coisas que um homem prudente e de *virtù* deveria ter feito para deitar raízes naqueles estados que as armas e a fortuna de outros lhe haviam concedido"[36] (MAQUIAVEL, 2010, p.30). Ao final do sétimo capítulo, Maquiavel propõe César Bórgia como um exemplo de homem de *virtù* a ser seguido por todos aqueles que ascenderem ao poder através da fortuna e de armas alheias. César estava construindo fundamentos sólidos para manter seu poder, e só foi impedido, entende Maquiavel, por maldade da fortuna, pois Rodrigo Bórgia morrera antes que César terminasse de solidificar seu poder, e este estava tão doente quando o pai morreu que não fora capaz de finalizar suas obras.

O nono capítulo é dedicado ao caso de alguém que se torna príncipe pelo favor de seus concidadãos. Para que isto ocorra, Maquiavel (1971, p.271) afirma que uma pessoa precisa faze-lo por meio do apoio dos grandes ou do povo, os dois humores presentes em toda cidade e que são responsáveis pela forma que o estado tomará: quando um humor se sobrepõe ao outro, tem-se um principado; quando há um equilíbrio entre ambos, há uma república; e quando o estado não toma uma forma definida, tem-se a licença. Tanto os grandes, que desejam comandar e oprimir o povo, quanto o povo, que deseja apenas não ser comandado nem oprimido pelos grandes, podem alçar um dos seus ao poder e torna-lo príncipe.

A maior parte deste capítulo é empregada para desenvolver o conflito dos humores, e por que é mais seguro ao governante ser amigo do povo. Segundo Maquiavel (1971, p.271), quem se torna príncipe pela ajuda dos grandes mantém-se com mais dificuldade porque os grandes acreditam serem iguais a ele, não podendo comanda-los. Ademais, o povo é composto por mais pessoas que os grandes, de modo que ao beneficiar os grandes, o príncipe acaba por injuriar o povo, que pode se tornar seu inimigo; e se o governante tiver o povo como inimigo, ele não estará seguro no poder, pois não é possível se livrar do povo, ao contrário do que ocorre com os grandes, pois dado que são poucos, podem ser substituídos a qualquer momento,

[36] "nonostante che per lui si usassi ogni opera e facessi tutte quelle cose che per uno prudente e virtuoso uomo si doveva fare per mettere le barbe sue in quelli stati che l'arme e fortuna di altri gli aveva concessi" (MACHIAVELLI, 1971, p.266).

ISBN - 978-85-7822-205-5

segundo a vontade do governante. Um governante precisa, portanto, para se manter seguro no poder, conquistar a amizade do povo.

No oitavo capítulo Maquiavel (1971, p.269) se ocupa de discorrer sobre a conquista através de métodos celerados. O que inicialmente chama a atenção neste capítulo é que estes métodos são considerados distintos da *virtù*, de modo que a esta não se poderiam atribuir as condutas celeradas. Para ilustrar este tipo de conquista, Maquiavel recorre ao exemplo de Agátocles Siciliano, que teve conduta celerada em toda a sua vida, entrou na milícia, tornou-se pretor de Siracusa e, num dia, reuniu o povo e o Senado fingindo que deliberaria sobre algo importante da república e, com o auxílio de Amílcar, o Cartaginês, matou os senadores e as pessoas mais ricas do povo, de modo que Agátocles se tornou rei de Siracusa.

Analisando a vida de Agátocles, Maquiavel (1971, 269) constata que nada ou quase nada nela pode ser atribuído à fortuna; o principado fora conquistado graças aos graus da milícia, obtidos após enfrentar diversos perigos. Maquiavel se recusa a atribuir a conquista de Agátocles à *virtù*, por causa do modo no qual este procedeu; ele concede *virtù* a Agátocles no que diz respeito a entrar e sair dos perigos e suportar e superar as adversidades, o que não o tornaria inferior a nenhum excelente capitão (*capitano*). Todavia, "sua feroz crueldade e desumanidade e seus infinitos crimes não permitem que seja celebrado entre os homens excelentes. Não se pode, portanto, atribuir à fortuna ou à *virtù* o que sem uma nem outra foi conseguido"[37] (MAQUIAVEL, 2010, p.40).

O que se observa do julgamento que Maquiavel faz de Agátocles é que, apesar de este ter conquistado o poder, ele não obteve glória. Agátocles teve *virtù* semelhante à dos excelentes capitães, mas a conduta celerada de sua vida o impede de estar entre os excelentes homens, e a conduta celerada ao conquistar o estado mancha sua reputação, impedindo que sua conquista seja atribuída à *virtù*. Desse modo, percebe-se que não é porque alguém conquistou o estado que esta pessoa terá, consequentemente, glória, e que, para Maquiavel, nem toda conquista do poder é virtuosa.

Conquistar glória

[37] "la sua efferata crudeltà e inumanità, con infinite scelleratezze, non consentono che sia infra gli eccellentissimi uomini celebrato. Non si può, adunque, attribuire alla fortuna o alla virtù quello che sanza l'una e l'altra fu da lui conseguito" (MACHIAVELLI, 1971, p.269).

ISBN - 978-85-7822-205-5

A conquista da glória é algo fundamental pois Maquiavel (1971, p.296) a identifica como uma das finalidades das ações humanas – a saber, elas são duas: glória e riquezas. Quanto às coisas que um príncipe deve fazer para se tornar glorioso, Maquiavel (1971, p.291) dá alguns indícios: no capítulo 21 de *O Príncipe*, ele trata do que um governante precisa fazer para se tornar estimado, e o capítulo é iniciado afirmando que realizar grandes empresas e dar raros exemplos de si tornam um príncipe estimado. O que significa dizer que o príncipe precisa ser um grande homem e realizar grandes feitos, isto é, ações grandiosas; mas também deve parecer ser um grande homem, e cuidar para que cada ação sua seja acompanhada por excelentes imagens de si, a fim de engrandecer sua reputação e torna-lo grandioso aos olhos das pessoas.

Nos *Discursos* Maquiavel (1971, p.91) fornece outros exemplos de coisas que tornam os homens louváveis: no topo da hierarquia estão os cabeças e ordenadores de religiões, em seguida os fundadores de repúblicas ou reinos, depois os que ampliaram os próprios domínios ou a pátria através do comando de exércitos, somando-se a estes os homens de letras – celebrados conforme o mérito de cada um. Quanto ao resto dos homens, cada um é louvado conforme a arte e as atividades que realiza. As coisas que fazem os homens louvados, portanto, estão relacionadas com a *virtù* exigida para a realização de tais ações: quanto maior for a *virtù* exigida para a realização de uma ação, maior será o louvor conquistado.

Por fim, na *Minuta di provvisione per la Riforma dello Stato di Firenze l'anno 1522*, Maquiavel (1971, p.20) afirma que nenhuma lei ou ordenação é mais louvável perante os homens e mais aceita perante Deus que aquela mediante a qual se ordena uma verdadeira, unida e santa república. Trata-se de um estado no qual os homens, ao deliberarem, abandonam os interesses particulares e voltam-se para o bem comum (*bene universale*); os apetites da falsa glória desaparecem e se acendem os das verdadeiras e gloriosas honras; as divisões, ódios e inimizades, responsáveis pela ruína das repúblicas, são perseguidos e eliminados pela lei; e onde os homens podem livremente falar e aconselhar. A ordenação mais louvável para um estado, portanto, é a da república cuja preocupação é a preservação da liberdade e do bem comum, garantindo que ela permaneça unida, os homens participem da vida pública e a *virtù* seja estimulada, de modo que os homens mirem a conquista da verdadeira glória.

O que estes três textos mostram é que, para Maquiavel, as ações que tornam os homens louváveis, e em especial os governantes, estão fortemente associadas à *virtù* exigida para cada ação. Isto significa dizer que, para que o ator político conquiste glória, ele precisa realizar grandes ações, dando demonstrações de possuir uma elevada *virtù*, sem se desprezar, entretanto,

ISBN - 978-85-7822-205-5

a importância da produção de imagens, de modo a tornar cada empreendimento um exemplo raro de si.

A produção de imagens é importante porque, como observa Helton Adverse (2009, p.250), a glória é uma imagem, resultado da *virtù*, o ponto mais alto que o renome de alguém pode alcançar. A glória é, portanto, uma imagem que o ator político conquista, obtida perante o povo; e tal imagem advém da *virtù* da pessoa, de ela alçar seu nome à posição mais elevada a que se pode alcançar. E, por ser resultado da *virtù*, a glória exige, portanto, que a pessoa realize grandes atos, colocando-se entre os homens excelentes que existiram.

Adverse (2009, p.250) atenta ainda para o fato de que glória não é poder, porque ela se relaciona com a grandeza (*grandezza*) da pessoa; a glória pode, inclusive, conviver com o fracasso, pois ela não depende do sucesso da ação. Neste ponto, é interessante comparar César Bórgia com Agátocles: este teve sucesso em suas ações, tornou-se rei de Siracusa e manteve-se no poder, mas não conquistou glória; aquele não teve sucesso em todas as suas ações e, no final, não conseguiu manter os estados que conquistou. Mas a *virtù* de César brilhou mais que a de Agátocles e conseguiu atribuir-lhe glória, ao passo que Agátocles obteve apenas o domínio do estado.

É importante ressaltar o aspecto de que a glória é resultado da *virtù*. Como foi dito, a glória é uma imagem, e é importante que o ator político construa boas imagens de si e pareça ser um grande homem; mas, vale destacar, ele precisa ser um grande homem, de modo que não basta apenas parecer. A glória não é um resultado apenas de construção de imagens, mas depende também das ações realizadas. Como mostra Flávia Souza (2016, p.221), a honra e a glória não são frutos apenas da aparência do governante, e sua reputação depende de ações cujas consequências não podem ser manipuladas, de modo que não basta parecer ser um grande homem, mas ele precisa construir sua reputação em inúmeras ações que não poderão ser forjadas: isto é, ele precisa efetivamente se esforçar para ser um grande homem. A construção de imagens é importante, mas não é condição suficiente para se conquistar glória.

O último aspecto a se comentar a respeito da glória diz respeito à sua relação com o uso de métodos celerados para se conquistar o poder. Conforme as passagens citadas na introdução deste artigo, Maquiavel, tanto em *O Príncipe* quanto nos *Discursos*, incompatibiliza a glória com os métodos celerados, os quais são por ele classificados como detestáveis (Livro III, cap.

ISBN - 978-85-7822-205-5

40 dos *Discursos*) e como "violências intoleráveis" (cap. 9 de *O Príncipe*)[38]. Estes métodos, segundo Maquiavel, podem alçar o ator político ao estado, torna-lo governante; mas como tais conquistas não podem ser atribuídas à *virtù*, elas não são, portanto, resultado da *virtù*, de modo que, consequentemente, elas não atribuem glória. Esta só pode ser conquistada através da *virtù*, por ser sua máxima expressão.

Disso resulta que, no jogo político, há pelo menos dois tipos de jogadores: um deseja apenas conquistar o poder, o outro põe a glória como o principal objetivo a ser alcançado. Com isso, conforme mostra Newton Bignotto (2007, p.159), Maquiavel estabelece uma distinção entre o tirano e o homem político: este põe a busca pela glória como um objetivo maior que a conquista do poder, enquanto aquele visa apenas tornar-se governante, desprezando a glória. O tirano possuirá um domínio acurado do uso da força e saberá quando usa-la, mas ignora o aspecto político da representação, desprezando a produção de imagens; o homem político, por sua vez, sabe que suas ações não estão separadas do mundo no qual habita, e que as pessoas as julgarão com base em seus valores morais e éticos.

O homem político, portanto, mesmo que não tenha sucesso em todas as suas ações, será capaz de se preocupar com sua imagem, e não se incomodará com o fracasso da ação, caso obtenha glória. O tirano, por sua vez, terá o êxito que almeja e, por possuir domínio acurado do uso da força, conseguirá tanto conquistar quanto se manter no estado; mas não será capaz de conquistar a glória, pois suas ações o impedirão de estar entre os excelentes homens. Vale lembrar o caso de Agátocles, cuja violência e crueldade empregadas no momento da conquista fizeram com que Maquiavel recusasse atribui-la à *virtù* e, igualmente, em conceder glória a Agátocles, dando-lhe crédito apenas pela *virtù* que se concederia aos excelentes capitães.

Considerações finais

A distinção entre glória e poder envolve, primeiramente, o campo ao qual dizem respeito: o poder é governar o estado, a glória é uma imagem atribuída ao ator político cuja *virtù* se demonstra em sua forma mais esplendorosa. Neste aspecto, são independentes: é possível conquistar um estado e manter-se nele por métodos celerados, sem conquistar glória

[38] Nos *Discursos*: "Ancora che lo usare la fraude in ogni azione sia detestabile, nondimanco nel maneggiare la guerra è cosa laudabile e gloriosa[…]" (MACHIAVELLI, 1971, p.248); e em *O Príncipe*: "Ma venendo all'altra parte, quando uno privato cittadino, non per scelleratezza o altra intollerabile violenza, ma con il favore degli altri suoi cittadini diventa principe della sua patria[…]" (MACHIAVELLI, 1971, p.271).

ISBN - 978-85-7822-205-5

com isso; e também é possível fracassar em uma ação e, mesmo assim, obter glória. Esta não depende do sucesso ou fracasso da ação, mas da grandeza e da *virtù* da pessoa.

A partir desta distinção, surge uma segunda, relacionada aos atores políticos, com base em seus objetivos: o homem político almeja a glória acima do poder, e o tirano almeja o poder acima da glória. Com base nestes objetivos, o homem político conduzirá suas ações para que sejam ações de um homem excelente detentor de grande *virtù*, considerando que elas serão julgadas pelo povo conforme seus valores éticos e morais, o que o obriga a cuidar também das aparências de suas ações; o tirano, por sua vez, se preocupará apenas em conquistar e se manter no poder, fazendo uso da força para realizar seu objetivo e, com isso, desprezará a glória e as imagens.

Conquistar a glória, portanto, exige certos cuidados no momento da ação que não são necessários para a conquista do poder. Para este, diversas são as possibilidades de se alcançar o objetivo, pois trata-se apenas de fazer-se governante; para aquela, contudo, só existe um tipo de conduta que lhe seja compatível: a que está em conformidade com a *virtù*. Dado que a glória é a expressão máxima da *virtù*, sem esta não há aquela; para obtê-la, portanto, é necessário tanto ser quanto parecer um grande homem, e realizar coisas grandiosas, as quais requerem elevada *virtù*; e que o ator político, ao agir, evite cair em infâmia. As ações de Agátocles lhe deram o estado, mas sua crueldade o impediu de ser celebrado entre os excelentes homens; uma *virtù* maior poderia ter-lhe dado tanto o estado quanto a glória.

Referências

ADVERSE, H. **Maquiavel:** política e retórica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ALEXANDRE, B.S. Claude Lefort leitor de *O príncipe*: conflito, *virtù* e glória. **Cadernos de ética e filosofia política**, São Paulo, n. 24, p.88-111, 2014.

ARANOVICH, P.F. **História e política em Maquiavel**. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

BIGNOTTO, N. As fronteiras da ética: Maquiavel. In: NOVAES, A. (org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.155-173.

MACHIAVELLI, N. **Tutte le opere**. Firenze: Sansoni Editore, 1971.

MAQUIAVEL, N. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Trad. MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Trad. Maria Júlia Goldwasser. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

ISBN - 978-85-7822-205-5

PRICE, R. The theme of *Gloria* in Machiavelli. **Renaissance Quarterly**, Chicago, v.30, n.4, p.588-631, Winter 1977.

SOUZA, F.R.B. **Maquiavel e a figura do governante**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

ISBN - 978-85-7822-205-5

SENTIR-SE MAL COM O SACRAMENTO? – A PERCEPÇÃO INQUISITORIAL SOBRE A BIGAMIA (SÉCULO XVI)

Autor: Johnatas dos Santos Costa
Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe
johnatassantoscosta@yahoo.com.br

Orientador: Carlos Franco Liberato (DHI/UFS)

INTRODUÇÃO

Quando o português Baltazar Martins confessou-se para o licenciado Heitor Furtado de Mendonça, no dia 31 de julho de 1591, na Bahia, ele sabia que os seus atos não eram bem vistos pela Igreja Católica. Estar casado com Susana Borges, apesar de sua primeira esposa Isabel Nunes estar viva na ilha da Madeira, era uma falta grave com lei dos homens e com a lei de Deus. O seu arrependimento e "espontaneidade" em ir revelar o seu duplo matrimônio o livrou de ter sido sentenciado pela Inquisição, porém a sua punição por esse ato já tinha ocorrido quando, no ano anterior, em uma visitação episcopal, o vigário-geral descobriu a situação do homem e o levou preso. O abrandamento inquisitorial no caso de Baltazar só ocorreu, pois sua confissão foi realizada no tempo da graça da primeira visitação inquisitorial no Brasil. No entanto, nem mesmo nessas situações os confessantes não se livravam de, ao menos, cumprir algumas penitências. A punição foi dada a todos os erros confessados ou denunciados aos inquisidores, porém não se pode negar que, entre as faltas morais, a bigamia foi a mais punida pelo Tribunal do Santo Ofício.

Será com base na historiografia produzida sobre a bigamia e nas confissões registradas pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça durante a Primeira Visitação inquisitorial às partes do Brasil (1591-1595), que nós discutiremos o que tornava a bigamia um crime aos olhos da Igreja – além de outras jurisdições; e principalmente, porque o discurso persecutório da Inquisição nos parece equivocado, a ponto de nos questionarmos: será que os bígamos, de fato, sentiam-se mal do sacramento do matrimônio, tal como alegavam os juízes inquisitoriais?

BIGAMIA: UM DELITO DE FORO MISTO

Uma vez sacralizado pela Igreja Católica, o casamento ganhou um status nunca visto anteriormente. Outrora um ritual popular ou patrimonial, na alçada religiosa se tornou um dos sete sacramentos da instituição católica, encorpado com uma liturgia bem definida de como deve ocorrer a cerimônia e de como devem se portar os casais após o evento. Sendo assim,

ISBN - 978-85-7822-205-5

qualquer união adversa da instituída por Roma passou a ser mal vista socialmente e condenada religiosamente. A possibilidade do divórcio existia – somente sob a comprovação de adultério ou no caso de um dos cônjuges ter sido atingido por alguma enfermidade contagiosa – e a chance de um novo casamento era, a priori, condenada, porém exequível em casos específicos. Michele Assumpção (2010, p. 21) nos explica em quais situações a chance de um novo matrimônio era possível.

> A permissão para a convolação de novas núpcias só acontecia quando o primeiro casamento fosse anulado pela Justiça Eclesiástica, o que ocorria quando era descoberta a existência de impedimentos dirimentes, a exemplo da impotência, da existência de parentesco – espiritual, por afinidade ou por consanguinidade – ou ainda quando um dos consortes já fosse casado. Existia também a possibilidade de contração de um novo laço conjugal em caso de viuvez. Todavia, embora não houvesse proibição por parte da Igreja, também não havia incentivo para que os viúvos voltassem a se casar.

Na ocasião de um indivíduo se envolver em um outro relacionamento sem que o seu primeiro casamento tivesse sido anulado ou fosse ele viúvo, estava, assim, infringindo a legislação, podendo ser enquaDr.ªdo em um caso de adultério, de concubinato, de barregania[39] ou de bigamia. Os quatro tipos de delitos foram perseguidos pelas autoridades civis e eclesiásticas, e o último também pertenceu à alçada inquisitorial, tratando-se de um crime *mixti fori* (foro misto) e dentre todas as uniões ilícitas entre um homem e uma mulher era a mais grave.

Sendo um delito que foro misto, a bigamia era combatida, portanto, por jurisdições diferentes, que possuíam suas motivações para não aprovar tal união. O controle da legitimidade dos casamentos, em especial, era de interesse do Estado. Para este, um desalinho nas formas de casar poderia levar à desordem hierárquica, algo indesejável numa sociedade em que a nobreza era parte vital no suporte da monarquia. Vale pontuar que numa lógica de suporte mútuo entre a Igreja e a monarquia, noções de "crime" e "pecado" se confundiam, pois além das práticas desviantes demonstrarem um desprezo pela fé, representavam também um risco potencial à paz coletiva e ao controle social.

Em Portugal, a bigamia era punida pelo Estado desde, pelo menos, o século XV. As *Ordenações Afonsinas* (1446), além de explicar que o crime de bigamia se constituía pelo

[39] A barregania era um tipo de união sexual que envolvia a coabitação, e que até o século XVI foi vista - tanto pela sociedade quanto pela Igreja - como uma forma válida de união, ainda que não legítima. Foi no decorrer dos séculos XV-XVI que o termo "barregã", utilizado para referir-se as mulheres inseridas nesse tipo de relação, ganhou um sentido que se aproximava mais do significado de "concubina". Sobre a barregania, ver: MATTOSO, José. **A longa persistência da barregania**. As faces de Eva, 1(2), Lisboa, 1999, p. 11-26.

ISBN - 978-85-7822-205-5

advento de um, ou mais, casamentos sendo o primeiro cônjuge ainda vivo e o matrimônio preexistente não tido como desfeito ou inválido pela Igreja, estabelecia a pena de morte para os bígamos, fossem homens ou mulheres, de qualquer condição social. As *Ordenações Manuelinas* (1521), assim como as *Ordenações Filipinas* (1603), insistiam na morte aos bígamos – fossem homens ou mulheres –, no entanto, estabeleciam algumas exceções, o que impediu com que muitos bígamos fossem condenados à morte. Essas ordenações determinavam que se o bígamo:

> [...] condenado à morte pelo dito malefício for menor de vinte e cinco anos, ou for fidalgo, e a segunda mulher, com que casou, for de baixa condição, ou se o condenado, sendo-lhe fugida a primeira mulher, casou com segunda, sem saber certo, que era a primeira morta, ou em outros casos semelhantes, não se fará execução, sem primeiro no-lo fazer saber. (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1603, p. 1170)

Além desse tipo de "concessão à vida", vale salientar que esta punição antes de ser aplicada deveria ser submetida ao conhecimento do Rei. Devido a isto, a possibilidade de recorrer ao perdão régio quanto à pena era uma constante, e em geral, aqueles que o requeriam tinham seus pedidos atendidos. Esta penalidade acabava por ser comumente substituída por tempo de degredo em alguma das possessões imperiais. Se fosse nobre, seria degredado de cinco a oito anos para a África ou para o Brasil, mas se fosse um plebeu, além do degredo – para as galés, no caso dos homens –, seria punido com açoites pelas ruas públicas – as mulheres, por exemplo, eram condenadas a receber entre 30 e 50 açoites, raramente 100.[40]

No tocante à Justiça Episcopal, convém destacar um trecho das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) que determinava:

> [...] qualquer religioso, ou religiosa, ou clérigo de ordens sacras, que se casar, além da pena de excomunhão maior, em que incorre, ficam suspeitos na Fé; portanto serão remetidos ao Tribunal do Santo Ofício, a quem pertence o conhecimento de semelhantes culpas. E os que se casarem segunda vez durando o primeiro Matrimônio, porque também ficam suspeitos na Fé, serão da mesma maneira remetidos ao Tribunal do Santo Ofício, onde por breve particular, que para isso há, pertence o conhecimento deste caso. (VIDE, 1853, p. 123)

[40] No Regimento do Santo Ofício de 1640, com relação às penas destinadas aos condenados por bigamia, são previstas sanções diferentes para plebeus e nobres: "Sendo pessoa plebeia, será açoitada pelas ruas públicas, e degredada para as galés, por tempo de cinco até sete anos; e sendo mulher vil, terá a mesma pena de açoites, e será degredada pelo mesmo tempo para o Reino de Angola, ou partes do Brasil, segundo parecer aos Inquisidores, cm respeito à qualidade da pessoa, e circunstâncias da culpa; e sobre tudo terão sua instrução ordinária, e as penitências espirituais, que parecer que convém. E sendo pessoa nobre, que conforme à ordenação do reino seja escusa de pena vil, irá degradada de cinco até oito anos para África, ou partes do Brasil." Regimento de 1640, Livro 3, Título XV, Dos Inquisidores, § 1-2. In: SIQUEIRA, Sônia Aparecida (ed.). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, n. 392, jul./set. 1996, p. 857.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Como se pode notar, as normas estabelecidas no documento não buscavam somente o disciplinamento e controle dos leigos, que ficavam "suspeitos na fé", mas também do próprio clero. E ambos deveriam ser remetidos ao Tribunal do Santo Ofício, ou seja, se não já fosse bastante dois meios pelos quais o julgamento da bigamia poderia acontecer, ela ainda fez parte do escopo inquisitorial, que assim como diz as Constituições, "por breve particular [...] pertence o conhecimento deste caso".

O direito de julgar os casos de bigamia foi fonte de diversos conflitos entre as jurisdições eclesiásticas e inquisitoriais, porque, em teoria, a instituição que primeiro tomava conhecimento da bigamia deveria julgá-la. Entretanto, na prática, a Inquisição foi quem conseguiu monopolizar a sua punição – antes mesmo de ter a autorização oficial para julgar tal delito – perseguindo de forma sistemática em Portugal e em suas colônias a partir do século XVI.[41]

A BIGAMIA NA TEIA INQUISITORIAL

No que concerne à sexualidade e moralidade, era a suspeita de "má doutrina", a busca pelas heresias – principal força motriz da Inquisição –, que justificava a intromissão do Santo Oficio na vida particular das pessoas, ou seja, interessava a instituição perseguir os hereges que conscientemente defendiam ou praticavam atos contrários ao catolicismo. Isso quer dizer que não interessava à Igreja perseguir os indivíduos que praticavam as suas ações devido "fragilidades do corpo" ou até tentações demoníacas, por exemplo, pois isto não se configura uma heresia. Em se tratando da bigamia, o que justificava a interferência inquisitorial era a suspeita de que o bígamo poderia estar "sentindo mal" do sacramento do matrimônio, isto é, consciente de que casar-se pela segunda vez, sendo o primeiro conjugue vivo, era um erro, porém mesmo assim realizava tal união, o bígamo estaria desprezando o sacramento católico e por isso deveria ser investigado, preso, julgado e condenado. Os historiadores Guiseppe Marcocci e José Pedro Paiva (2013, p. 98-99) corroboram nossa colocação:

[41] Em Lisboa, as disputas sobre a jurisdição do delito de bigamia entre os tribunais eclesiástico e inquisitorial intensificaram-se no início do século XVII. D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa entre os anos 1586-1625, fora então acusado pelo Inquisidor Geral D. Pedro de Castilho (1604-1615), 251 em carta escrita a D. Filipe III em 1605, de ser descuidado com sua igreja diocesana. Ao contrário do que era comum aos outros bispados portugueses, que quando se deparavam com casos de bígamos os remetiam diretamente ao tribunal do Santo Ofício, o arcebispo entrou em querela por várias vezes com o Santo Ofício na disputa pelo delito. Cf. ALVES, Mariana Rocha Ramos De Oliveira Alves. **Inquisição e Bigamia Disciplinamento e Transgressões de Cristãos Velhos Portugueses Julgados pelo Tribunal do Santo Ofício (Lisboa, século XVII).** 2017. 133p Dissertação (Mestrado em História, Relações de Poder, Linguagem e História Intelectual). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento História e Relações Internacionais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017, pp. 67-68.

ISBN - 978-85-7822-205-5

> Aos olhos dos inquisidores [a bigamia] pressupunha desrespeito e crenças errôneas relativamente ao sacramento do matrimônio, transformando os bígamos suspeitos em matéria de fé, pelo que ficavam sob a jurisdição do Santo Ofício. Não era a principal finalidade reprimir uma sexualidade desregrada, mas antes proteger a instituição do casamento pela Igreja.

Sendo o matrimônio indissolúvel, ao contraírem novas núpcias, os bígamos cometiam não só uma transgressão social, mas, sobretudo, religiosa. Em outras palavras, além de burlar as determinações régias e canônicas, ludibriavam padres e vizinhos e, muitas vezes, os conjugues e seus familiares, fraudando o próprio sacramento do matrimônio. Dessa maneira, esses indivíduos estariam revelando, segundo a percepção inquisitorial, um total desprezo ao matrimônio, enquanto a Igreja se empenhava na sua propagação e na defesa da sua indissolubilidade diante das críticas realizadas pelos reformadores protestantes. Com efeito, se analisarmos o Regimento de 1613, torna-se evidente esta preocupação ao afirmar que os: "Inquisidores conhecerão do crime dos que se casam segunda vez sendo viva a primeira mulher, ou o marido, pela suspeita que contra eles resulta de **sentir mal do sacramento do matrimônio**" (SIQUEIRA, 1996, p. 666, grifo nosso).

No entanto, apesar do julgamento católico ser de que os bígamos menosprezarem o casamento, é perceptível a um olhar mais atento que um segundo ou terceiro enlace representava justamente um apreço pelo ritual. Afinal, devemos ter em mente que tanto em Portugal quanto em suas possessões atlânticas, por exemplo, o casamento representava um ideal a ser perseguido podendo conferir àqueles que o contraíam uma garantia de respeitabilidade, segurança, e em alguns casos, uma possível ascensão social. Ainda que o padrão estabelecido como modelo matrimonial fosse constantemente violado, considerando-se a frequência da prática do adultério e de formas consideradas ilegítimas de união, a internalização da necessidade da benção eclesiástica como fonte legitimadora do enlace e o valor social do casamento, enquanto instituição, era inquestionável na sociedade portuguesa e, se sobrepunham até mesmo ao medo da punição que uma segunda núpcia ilegítima poderia acarretar. De acordo com Isabel Braga (2003, p. 202), "a bigamia era mais comum nos lugares em que não era possível a dissolubilidade do matrimônio, ou seja, nos territórios católicos".

Complementando esse raciocínio, é só pensarmos que muitas pessoas, principalmente homens, confessaram ou foram processadas pela Inquisição por valorizarem o casamento além

ISBN - 978-85-7822-205-5

da medida, condicionando a superioridade do rito em face ao sacerdócio.[42] Estando diante do licenciado Heitor Furtado de Mendonça, durante o período da graça, em 1592, na Bahia, o cristão-velho Francisco Pires confessou que para pessoas diferentes e em situações diversas ele argumentou "que o estado dos casados era melhor que os outros estados dos religiosos, pois Deus o fizera" (VAINFAS, 1997, p. 345). A castelhana Briatiz Martins foi ousada em suas palavras. Durante a visitação inquisitorial à Pernambuco, em 1594, confessou que estando diante de pessoas que não se recorda o nome, disse que o matrimônio era tão relevante, pois "Deus fizera e ordenara", e continuou afirmando "que os outros estados e ordens que havia no mundo que eram feitos e ordenados pelos santos e santas, e que os frades e freiras não levavam nem faziam vantagem aos casados que viam bem como Deus manda" (MELLO, 1970, p. 43). A ousadia também consta na confissão Manuel Pinto, que, tendo a concordância de seu sogro, disse "que o estado do casado era melhor que o religioso e que a ordem que mais agradava a Deus era a dos casados, porque dessa procediam as outras todas ordens" (MELLO, 1970, p. 146).

Esse tipo de confissão e/ou processo corrobora o que mencionamos anteriormente, isto é, o enaltecimento do casamento se originava de uma cultura muito maior e mais poderosa, principalmente na Península Ibérica, que devotava imenso apreço ao casamento. Sendo assim, e pensando sob a lente da bigamia, os processados por este crime, assim como os "defensores do casamento", valorizavam tanto o estado de casado que procuravam estar sempre com alguém, fosse através de um matrimônio legal ou ilegal.

É notório através de inúmeras fontes documentais que os bígamos eram, no mínimo, sagazes no que concerne à busca por um segundo matrimônio e que suas motivações e circunstâncias eram inúmeras. Isabel Braga (2004, p. 304) elenca algumas estratagemas feitas por diversos bígamos para tornar possível um segundo ou um terceiro casamento sem que estes fossem descobertos.

> De entre as estratégias apontadas pelos bígamos, temos atitudes diversas, como mentir acerca do estado religioso, passando por solteiro ou viúvo e, em alguns casos, apresentando testemunhas – as quais mentiam propositadamente ou pensavam estar a dizer a verdade em resultado de desconhecerem o passado do candidato a matrimônio –; mudar o nome e o apelido, dizer ter tido notícia de que o cônjuge falecera e ainda dizer-se natural de uma terra que não a sua e apresentar documentos falsos.

[42] Havia uma hierarquia dos estados que, segundo as normas da Igreja, eram neste contexto: em primeiro lugar, o dos religiosos (o celibato casto); em segundo, o dos casados; em terceiro, o dos leigos celibatários. Cf. VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Confissões da Bahia**: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 210.

ISBN - 978-85-7822-205-5

As razões para a busca de um novo casamento iam além dos estratagemas mencionados. Baltazar Martins, citado no início deste texto, apartou-se de sua primeira esposa, Isabel Nunes após descobrir que era parente dela de quarto grau – sendo que antes havia descoberto que a dita cuja já era casada e que seu marido encontrava-se vivo – e, estando no Brasil, só decidiu casar-se novamente, após saber que enquanto esteve com Isabel ela o traiu. Catarina Morena, a primeira bígama a se confessar em terras brasileiras, fugiu do primeiro marido porque após beber ele se tornava numa pessoa violenta e sempre batia nela. Estando no Brasil, forjou uma viuvez e casou-se com o mestre de açúcar Antônio Jorge em Pernambuco. Antônia de Barros, 70 anos de idade, decidiu confessar a Heitor Furtado que trinta anos antes daquele dia ela casou-se com o pescador Álvaro Chaveiro e foi degredada para o Brasil por traído o esposo. Aqui, casou-se com Henrique Barbas, anteriormente seu amante, e com ele viveu por mais de quinze anos, separando-se após a má vida que passou a ter.[43]

Dito isso, podemos inferir, portanto, que ao decidirem pelo segundo ou terceiro casamento os indivíduos poderiam estar em uma situação desagradável e talvez fossem incapazes de seguir em frente com uma separação legal, além de possuírem o desejo de refazer a vida que até então tinha sido insatisfatória. Com isso o argumento católico de que os bígamos "sentiam-se mal" pelo sacramento do matrimônio fica seriamente questionável – como discutimos outrora e retomamos novamente. Como afirma Braga (2004, p. 311), "devemos, portanto, tomar a bigamia enquanto prática social que deve ser entendida, antes de mais nada, como o fracasso matrimonial". Logo, a bigamia permitia, assim, uma vida familiar à margem das instituições dominantes, mas sob a capa aparente dessas mesmas instituições.

O medo de uma punição certamente existia, haja vista que além da possibilidade do degredo e do açoite público, a pena capital também era uma punição existente, no entanto, mesmo assim, era preferível estar em um segundo ou terceiro enlace do que viver amancebados, solteiros e desonrados. Segundo Stuart Schwartz, os teólogos reconheciam a dificuldade de controlar a sexualidade da população, sendo compreensível que a Inquisição identificasse conteúdos contrários às normas estabelecidas pela Igreja em atitudes relacionadas à sexualidade, podendo desta forma disseminar sua mensagem para a sociedade "com uma certa força" (SCHWARTZ, 2009, p. 52). Esta força fora vista na perseguição aos bígamos, pois,

[43] Para mais detalhes, conferir essas histórias em VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Confissões da Bahia**: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ISBN - 978-85-7822-205-5

dentre os delitos morais, a bigamia foi o mais repreendido pela Inquisição. Em Portugal, o delito de bigamia foi intensamente perseguido, seja pelos tribunais civis ou eclesiásticos – sendo punido com severidade, e principalmente a partir do século XVI, quando passou a ser julgado pelo Santo Ofício.

De acordo com Ronaldo Vainfas (2010, p. 136), que avalia o conjunto de réus processados por tal crime desde a primeira visitação às terras do Brasil até o século XVIII, dos 199 indivíduos processados por crimes morais, 92 foram julgados por bigamia. Os índices evidenciam que 17% eram pessoas abastadas; 31% pobres e dependentes, incluindo forros e escravos; 52% dos licenciados, pequenos burocratas e, sobretudo, negociantes miúdos e trabalhadores manuais. Realizando uma pesquisa sobre os bígamos que praticaram o delito fora do espaço europeu, Isabel Braga (2003, p. 102-103) concluiu que o Brasil, entre todas possessões portuguesas, foi o local predileto para a pratica da bigamia. Braga percebeu que eles estiveram espalhados por diversos partes desse vasto território, tais como Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Grão-Pará, Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No total, foram 97 bígamos, localizados por ela entre o século XVI e XVIII, sendo 12 mulheres e 85 homens, além de outros três processados por realizarem aqui o terceiro, quarto ou sexto casamento. Anita Novinsky (2002, p. 39) também fez esse tipo de pesquisa e, dentro do mesmo recorte temporal dos autores já citados, ela identificou 87 indivíduos processados por casarem-se novamente sendo o primeiro cônjuge vivo.

Analisando tais dados, podemos notar uma "popularidade" do delito, impulsionado, entre outros motivos, pelo deslocamento constante de indivíduos entre a Península e as possessões ultramarinas. Assumpção (2010, p. 34) comenta sobre essas migrações e como ela afetava o casamento de inúmeras pessoas:

> A migração constante parece ter sido, portanto, um fator de grande importância na desestruturação familiar, resultando, muitas vezes na prática da bigamia, realizada ou pela mulher cujo marido se ausentara e deixara de enviar notícias, supondo-se que estava morto, ou pelo homem que contraía novas núpcias no novo destino, fingindo-se solteiro ou viúvo. Referimo-nos, porém, não só às migrações internas, mas aquelas decorrentes do processo de expansão.

Além disso, fica claro que houveram processados independendo do personagem na escala social, isto é, tenham sido eles os mais ou menos abastados financeiramente. Observa-se também a motivação, indiferente às razões pessoais, pela qual os bígamos arriscavam-se a casar-se novamente. Tal como citamos anteriormente, na colônia não foi diferente: os bígamos afrontaram a sacramento da matrimônio porque tinham mesmo a intenção de casar. Evitaram,

ISBN - 978-85-7822-205-5

diferente de boa parte das pessoas, transgressões como o adultério e o concubinato, para compartilharem a vida conjugal, serem reconhecidos e vistos como casados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica claro, portanto, que o delito moral mais perseguido pela Inquisição tinha inúmeras razões para acontecer. Na ótica católica, saltava um desprezo pelo sacramento do matrimonio, porém ao olhar de um pesquisador mais cuidadoso é possível notar que a bigamia, antes de representar qualquer mal ou uma mera escolha a fim de afrontar a Igreja, é o símbolo da importância que tinha o casamento para as sociedades. Entre tantas uniões ilícitas que poderiam – e eram praticadas – a maior delas foi casar-se duas ou mais vezes. Não nos cabe fazer juízo de valor sobre a percepção católica, e principalmente, inquisitorial, porém nos parece claro que os bígamos poderiam sentir-se mal com qualquer coisa, menos com o matrimônio.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mariana Rocha Ramos De Oliveira. **Inquisição e Bigamia Disciplinamento e Transgressões de Cristãos Velhos Portugueses Julgados pelo Tribunal do Santo Ofício (Lisboa, século XVII).** 2017. 133p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

ASSUMPÇÃO, Michelle Trugilho. Transgressores do matrimônio: a bigamia através da ótica inquisitorial. In: **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio** – Memória e Patrimônio, julho de 2010, p. 20-38.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. **A bigamia em Portugal na época moderna:** Sentir mal do sacramento do matrimônio?. Lisboa, Hugin Editores, 2003.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. O Brasil Setecentista como cenário de bigamia. In: **Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos.** 3 vols. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

MATTOSO, José. A **longa persistência da barregania**. As faces de Eva, 1(2), Lisboa, 1999, p. 11-26.

MELLO, Jose Antônio Gonsalves de. **Confissões de Pernambuco 1594-1595:** primeira visitação do Santo Oficio as partes do Brasil. Recife, PE: UFPE, 1970.

ISBN - 978-85-7822-205-5

NOVINSKY, Anita. **Inquisição**: prisioneiros do Brasil. Séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Liv. V, tít. XIX, § 1. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1170.htm>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

SCHWARTZ, Stuart. **Cada um da sua Lei**: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico. São Paulo/Bauru: Companhia das Letras/Edusc, 2009.

SIQUEIRA, Sônia Aparecida (ed.). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, n. 392, jul./set. 1996.

VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Confissões da Bahia**: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>. Acesso: 10 de julho de 2018.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A IMPRENSA SERGIPANA NOS OITOCENTOS: UM PANORAMA DA HISTORIOGRAFIA

Autor: Matheus Santos Garcia de Carvalho
Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PET (MEC/FNDE).
mattheus.sgc@gmail.com

Orientadora: Profa. Dr.ª Edna Maria Matos Antônio (PROHIS/DHI/UFS)

Introdução

Um dos pontos mais relevantes sobre a escrita da história é sem dúvidas os recortes feitos por cada autor, aquilo que é considerado mais ou menos importante dentro de sua análise, que tipo de fonte foi utilizada e como foi tratada. Nesse sentido, a análise da historiografia propõe um panorama necessário para que se criem novas perspectivas de investigação daquilo que está sendo tratado pela historiografia local.

No caso dos oitocentos, a província de Sergipe revela em seus periódicos um contexto próprio, mas que se envolve de uma lógica nacional pelo fato dos jornais publicados aqui não se distanciarem muito daquilo que era impresso em outras regiões. Sobre esse conjunto de aspectos que diversos historiadores passam a examinar essa imprensa, sobretudo no final dos anos 1990 e na primeira metade da década seguinte.

O que é proposto nesse trabalho é justamente uma visualização dessas produções como uma soma, ainda incompleta, de estudos que buscaram evidenciar diversas perspectivas ao longo desses anos. Partirei principalmente sobre dois olhares, um metodológico e historiográfico, outro mais temático.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Uma breve passagem pela imprensa como fonte

Os periódicos hoje se revelam como uma importante fonte, principalmente no que se refere a uma história que se desprende dos documentos oficiais de época; entretanto, os jornais foram vistos com grande desconfiança por muito tempo e historiadores que se arriscavam a escrever uma história por meio dos periódicos eram mal vistos. De acordo com Tânia Regina de Luca, isso se deve pelo fato de que

> "(...), os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas." (2006, p. 112)

A virada desse pensamento ocorre com a terceira geração dos *Annales* que, devido a uma ampliação de temas e problemas passa a ver o jornal como uma importante fonte. Essas ideias chegam ao Brasil no início da década de 1970, em que até então predominava uma visão muito polarizada, os jornais eram tomados como verdade por aqueles que se arriscavam a utilizá-los, e com o desprezo por aqueles que não o viam como uma fonte segura.

De acordo com Tânia Regina de Luca,

> "O caráter doutrinário, a defesa apaixonada das ideias e a intervenção no espaço público caracterizam grande parte da imprensa brasileira no século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo. (2006, p. 133).

Essas características tão próprias da imprensa oitocentista abrem espaço para um cuidado ainda maior que o pesquisador deve tomar ao investigar esse período entendendo que este opera uma lógica e que tal lógica não deve ser excluída do processo de análise, pelo contrário, compreendida.

Ao se deparar com esse problema, Rafael Saraiva Lapuente aponta para os cuidados metodológicos que são necessários no trato com as fontes, principalmente quando estas já possuem adjetivos tão antagônicos. Segundo ele, o crescente número de teses e dissertações que passaram utilizar os jornais a partir dos anos 1970 não pode se desprender da crítica e da visão metodológica que o historiador deve manter diante do objeto analisado.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Os jornais oitocentistas na historiografia sergipana

Em Sergipe, os primeiros trabalhos que utilizaram dos jornais como fonte principal são de Luiz Mott, **"O escravo nos anúncios de jornais de Sergipe"**, publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 29 em 1987. Há de se registrar ainda **"A contribuição da Imprensa à História da Província de Sergipe",** de Maria Thetis Nunes, publicado em 1994 na Revista da Academia Sergipana de Letras. São os dois textos que abrem os caminhos para essa construção de uma história sergipana vista através dos periódicos.

Em especial o texto de Thetis Nunes, que cataloga toda a produção jornalística de Sergipe provincial, fornece um amplo leque de temas abordados pelos jornalistas da época e que poderiam se tornar objetos de estudo mais aprofundado, como a economia, a influência francesa na alta sociedade, a escravidão, o republicanismo e o abolicionismo, além de sempre salientar as questões políticas, que estavam presentes nessas 134 publicações do século XIX.

Com o objetivo de criar esse panorama, foram levantados sete trabalhos que utilizaram a produção jornalística como fonte de pesquisa, além dos dois precursores citados anteriormente. Essa produção se encontra nos arquivos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no Acervo de Documentação Sergipana da Universidade Federal de Sergipe e nos arquivos da Biblioteca Central da Universidade, contando com disponibilidade de acesso online em alguns casos.

Dos sete trabalhos, é possível observar que existe um intervalo de cinco anos entre a publicação de Maria Thetis Nunes (1994) e o primeiro estudo oriundo do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, intitulado **"Imagem dos escravos nos anúncios de jornais sergipanos: (1860 - 1888)"**, da autoria de Magna Elísia dos Santos. A autora baseou-se nos anúncios de escravos, tema já abordado em Sergipe por Luiz Mott, mas que se tratando do âmbito nacional, já havia o clássico trabalho de Gilberto Freyre, "O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX", publicado em 1963, e o estudo da Historiadora Lília M. Schwarcz "Retrato em Branco e Negro" de 1987, que analisa a forma como os negros eram retratados nos jornais paulistas no fim do século XIX. Com esse grande respaldo de produções anteriores, a autora analisa nove jornais sergipanos e busca traçar algumas imagens desses anúncios.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A monografia **"Anúncios de escravos nos jornais Sergipanos do século XIX"**, se trata de um catálogo, produzido por SanDr.ª Maria Costa Cisneiros, de 2003, com 610 anúncios de 1833 a 1885, dos jornais: *Recopilador Sergipano, Sergipe, A Liberdade, O Raio, O Pharol, O Democrata, O Conservador, Gazeta de Sergipe, O Libertador, Diário de Aracaju, O Larangeirense, Jornal de Sergipe, Jornal de Aracaju e Correio Sergipense*. Num trabalho de organização, a autora se preocupou em criar diversos índices em categorias como onomástico, toponímico e tipológico, que facilitassem a consulta do mesmo.

Da mesma natureza é o trabalho **"Anúncios de Serviços e Mercadorias nos Jornais Sergipanos do Século XIX"**, de 2004 é um variado catálogo produzido por Marcos Aurelo Alves Santos. Nele foram compilados 642 anúncios, de 1833 a 1899, dos jornais: *A liberdade, A opinião, Correio Sergipense, Diário de Notícias, Diário de Aracaju, Echo Sergipano, Gazeta de Aracaju, Jornal de Sergipe, Jornal de Aracaju, O conservador, O Democrata, O Larangeirense, O Libertador, O Maroinense, O Município, O Pharol, O progresso, O raio, Recopilador Sergipano, S. Francisco e Sergipe*. Os documentos por ele catalogados são segundo ele mesmo, "ricos para estudos reveladores da estrutura organizacional da província de Sergipe" (SANTOS, 2004. p.10).

A dissertação de 2005, **"Correio Sergipense (1838-1866) : a trajetória de um hebdomadário"**, do autor, Edson Dias Santos investiga toda a trajetória do principal jornal sergipano da época, editado durante 28 anos. Em seu texto, o autor opta por dividir sistematicamente o periódico em dois marcos, num primeiro, enquanto sua sede se encontrava na capital, São Cristóvão e posteriormente, quando o jornal é transferido para a nova capital, Aracaju. No caso dessa dissertação, é notável que o autor busca se valer muito bem de um contexto de época e de uma atenção para tudo o que envolvia o jornal. Ponto que segundo Tânia Regina de Luca,

> "É importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural [...] Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e averiguação dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê. [...] as funções sociais desses impressos. (2006, p. 132)

"Fontes para a história da transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju : Correio Sergipense" Março - setembro de 1855", é um outro trabalho que busca

ISBN - 978-85-7822-205-5

levantar documentos e fontes para um estudo maior. Neste caso, Anderson Santos de Santana reúne 37 documentos, oficiais e não oficiais publicados no Correio Sergipense no ano de 1855,

> "Os documentos aqui reunidos são matéria prima para diversos gêneros da história: da arquitetura, da economia, da política, da urbanização e do saneamento. Assim, nele é possível ver o processo de mudança da capital, seus problemas e as atitudes do governo para viabilizar o funcionamento da nova capital." (SANTANA, 2007. p. 10)

Se a década passada buscou por diversas vezes abrir os caminhos para futuras investigações da Sergipe Provincial, através de catálogos dos anúncios e notícias, pode-se dizer que esse esforço tampouco foi aproveitado. O crescente número de trabalhos desenvolvidos a partir dos periódicos oitocentistas foi interrompido e se viu um intervalo de nove anos até a monografia de Rosemária de Jesus Santana, "**Notícias da resistência negra em Sergipe: (1870-1886)** ", de 2016. Em sua busca, a autora utiliza notícias de nove periódicos, *A Fraternidade: Jornal Maçônico, Jornal Do Aracaju, Horizonte, O Larangeirense, O Raio, Jornal A Liberdade, O Descrido, Sergipe e O Maroinense*. Sua análise busca mostrar a resistência negra na província como eventos noticiados sob a ótica dos fazendeiros, que ocorrem de duas formas, como ela mesma coloca, o negro que foge, que se suicida e aquele se rebela contra o seu senhor e passa a agir com violência,

> "Os eventos retratados em pequenos ou grandes anúncios que qualitativamente ou quantitativamente são apresentados a população do século XIX; vão corroborar para estabelecer parâmetros de desigualdades e sobre tudo; de marcar a imagem do escravo não como um agente em busca de direitos, mas de criminosos e desorganizadores sociais que a partir de movimentos de rebeldia passa ser alvo de abominação social e escandaliza seu tempo com a imagem de descumpridor de leis." (SANTANA. 2016, p. 26)

Vale ressaltar ainda que a autora utiliza relatórios do Presidente de Província como uma fonte complementar, a fim de confrontar as notícias e endossar seus argumentos.

Até o presente momento, **"Capitolino, um artista typographo e seu morrer": o jornal Folha de Sergipe e os anúncios necrológicos (1886- 1895)**, de Suelayne Oliveira Andrade é a última investigação dos historiadores através dos jornais oitocentistas que foi publicada. Neste, os anúncios necrológicos são investigados com a finalidade de reconstruir a trajetória da vida de Capitolino Henrique da Costa. A autora utiliza de todos os cuidados metodológicos no trato com o jornal *Folha de Sergipe*, como adverte Tânia Regina de Luca ao tratar das relações comerciais e políticas dos periódicos,

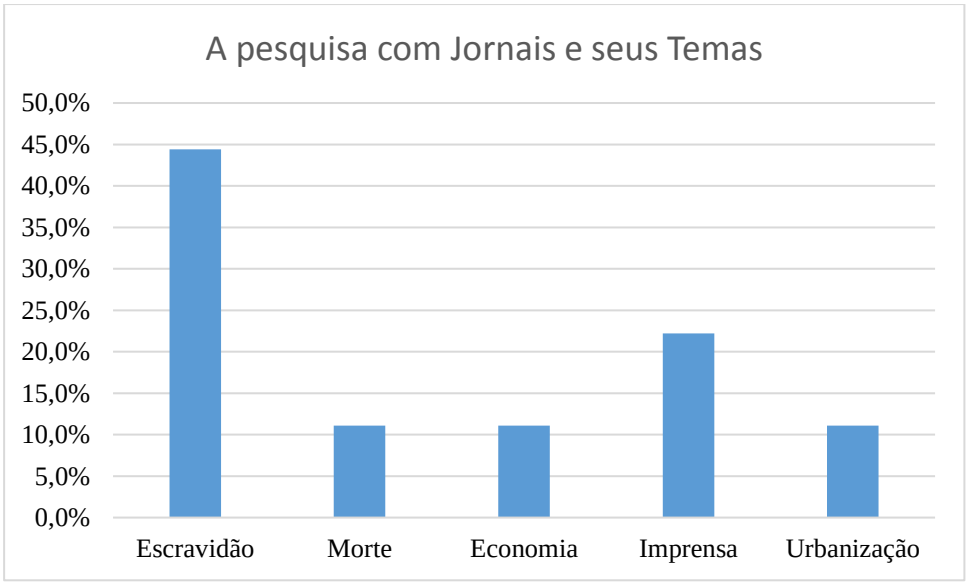
ISBN - 978-85-7822-205-5

> "Em síntese, os aspectos até agora destacados enfatizaram a **forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores**, sua **aparência física** (formato, tipo de papel, qualidade de impressão, capa, presença/ ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do **conteúdo**, as **relações que manteve (ou não) com o mercado**, a **publicidade**, o **público** que visava atingir, os objetivos propostos. " (2006, p. 138)

Esses cuidados permitem que a autora avalie as transformações culturais das práticas pós-morte.

Caminhos a serem percorridos: Um balanço da historiografia analisada

Ao longo da descrição dos dados coletados, foi possível observar claramente que os historiadores até então abriram mais caminhos do que percorreram. É notável pela quantidade de trabalhos que procuraram ser um ponto de partida para que outros mais abrangentes pudessem seguir adiante.



O gráfico demonstra que quase metade dos temas escolhidos pelos pesquisadores citados neste trabalho foi a escravidão. O que pode explicar tal número é que não há como falar de Brasil nos oitocentos sem falar da escravidão. Nota-se também que os historiadores buscaram compilar dados para a escrita de uma história da imprensa sergipana.

Poucos desses trabalhos tiveram como pretensão fazer uma análise dos dados coletados, porém há de se ressaltar o valor que esses escritos têm para que se continue expandindo a pesquisa com periódicos em Sergipe, principalmente porque, como evidenciado

ISBN - 978-85-7822-205-5

por todos os trabalhos verificados, as histórias da menor província do império, por muito tempo foram contadas nos e pelos jornais que aqui circularam, administrados em boa parte pelos fazendeiros dos engenhos de açúcar, ou por intelectuais que defendiam os interesses desse grupo social.

Considerações Finais

Em síntese, o estudo buscou apresentar um quadro da produção historiográfica sergipana com jornais do século XIX. Como demonstrado, ainda existe pouca variedade de temas investigados e pouca diversidade no que se refere a utilização dos periódicos em si, muitos ainda procuram focar nos anúncios, por influência de Gilberto Freyre, que afirmou que a história do século XIX brasileiro está nos anúncios de jornais. Os estudos segundo ele, são tão amplos que poderiam criar uma nova área do conhecimento.

Todavia, se há pouca diversidade de temas explorados, há diversas áreas que podem ser estudadas, o que se deve principalmente aos catálogos, que abrem uma gama de áreas, como a política, economia, sociedade, cultura etc.

Quanto aos jornais, nota-se um panorama diferente. São diversos os jornais utilizados pelos pesquisadores, em meio a todos, o Correio Sergipense é o mais utilizado, aparecendo em sete dos nove trabalhos, a explicação pode estar no fato do jornal ter sido o de maior duração, quase três décadas, o que era bem incomum, já que os jornais dificilmente ultrapassavam a marca de um ano. Os jornais Sergipe, O larangeirense e o Raio, são outros também muito utilizados pelos pesquisadores.

Em suma, as informações aqui apresentadas calcam um panorama inicial e que agregará maiores investigações, mas que indicam a existência de algumas barreiras temáticas para os pesquisadores. Este aspecto, porém, não deixa de demonstrar que o campo ainda é pouco explorado quantitativa e qualitativamente, ainda que já no final da década de 1980, o historiador Luiz Mott tenha publicado o primeiro trabalho.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Referências Bibliográficas

Andrade, Suelayne Oliveira. **"Capitolino, um artista typographo e seu morrer": o jornal Folha de Sergipe e os anúncios necrológicos (1886- 1895)** / Suelayne Oliveira Andrade; orientador Antônio Lindvaldo Sousa. – São Cristóvão, 2017. 100 f.: il. Disponível em <https://ri.ufs.br>. Acesso em: 11 jul. 2018.

CISNEIROS, SanDr.ª Maria Costa. **Anúncios de escravos nos jornais sergipanos do século XIX**. 2003. 438 f. Monografia (Licenciatura em Historia) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos Metodológicos**. Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa>. Acesso em: 27 de jun. 2018.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In _____ Fontes Históricas. Org. Pinski, Carla. 2ed.- São Paulo. Contexto, 2006.

MOTT, Luiz. **"O escravo nos anúncios de jornais de Sergipe"**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº29. 1987. p. 133-147.

NUNES, Maria Thetis. A contribuição da Imprensa à História da Província de Sergipe. Revista da Academia Sergipana de Letras, nº 31. 1994. p. 111-120.

SANTANA, Anderson Santos de. **'Fontes para a história da transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju: Correio Sergipense' Março - setembro de 1855**. São Cristóvão, SE, 2007. 76 f. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2007.

SANTANA, Rosemária de Jesus; SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **Notícias da resistência negra em Sergipe : (1870 - 1886)**. São Cristóvão, SE, 2016. 1 CD-ROM Monografia (Bacharelado em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016 Disponível em: <https://ri.ufs.br>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SANTOS, Edson Dias. **Correio Sergipense (1838-1866): a trajetória de um hebdomadário**. São Cristóvão, SE, 2005. 51 f. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2005.

ISBN - 978-85-7822-205-5

SANTOS, Magna Elísia dos. **A imagem dos escravos nos anúncios de jornais sergipanos: (1860 - 1888)**. 1999. 100 f. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, Marcos Aurelo Alves. **Anúncios de serviços e mercadorias nos jornais sergipanos do século XIX**. 2004. 315 f. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe. Documento sergipano

ISBN - 978-85-7822-205-5

GT 5:

PALATALIZAÇÃO DO /S/ EM CODA: PERCEPÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DE UNIVERSITÁRIOS

Autora: Cósmia Karine Vieira Borges
Graduanda em Letras Português na Universidade Federal de Sergipe
Bolsista Voluntária PIBIC (UFS)
karinevieiraborges@hotmail.com

Orientadora: Prof.ª Ma. Josilene de Jesus Mendonça (PPGL/UFS)

Introdução

Ao estudar determinada comunidade linguística, percebe-se a presença da variação, isto é, a presença de diferentes modos de falar numa mesma comunidade, o que caracteriza as variedades linguísticas que representam o repertório verbal da comunidade. Uma comunidade é constituída "[...] de variedades linguísticas distintas, dado que os habitantes falam de maneira diferente em função, por exemplo, de sua origem regional, de sua classe social, de suas ocupações, de sua escolaridade e também da situação em que se encontram" (ALKMIM, 2001, p. 31). Assim, se uma língua falada é composta de variações, quer dizer que se apresenta como uma entidade heterogênea. Nesse sentido, todas as línguas estão sujeitas à variação e também à mudança. Os usos linguísticos de uma comunidade são heterogêneos, da mesma maneira, o processo de percepção também apresenta variabilidade, pois "as percepções de diferentes membros de uma comunidade não necessariamente coincidem entre si, mas ao mesmo tempo não são aleatórias ou radicalmente subjetivas" (OUSHIRO, 2015, p. 264).

Estudar as atitudes linguísticas dos falantes é uma maneira de descrever e compreender o seu comportamento linguístico a partir das avaliações que os falantes fazem a respeito de um determinado fenômeno da língua. Partindo dessa premissa, a presente pesquisa concentra-se no estudo da percepção da palatalização do /S/ em coda, a partir das crenças de uso e dos julgamentos que falantes fazem do fenômeno.

De acordo com Silva (2003), a palatalização consiste no levantamento da língua em direção a parte posterior do palato duro, ou seja, direciona-se para uma posição anterior (mais para a frente da cavidade bucal) do que ocorre quando se articula um determinado segmento consonantal. Fonologicamente, o /S/ em coda soa como uma consoante desvozeada [s, ʃ], isto

ISBN - 978-85-7822-205-5

é, sem vibração das cordas vocais, diante de outra consoante desvozeada, com duas possibilidades de realização, alveolar e palatal, por exemplo, em paSta (realização alveolar) e paʃta (realização palatal), e soa como uma consoante vozeada [z, ʒ], diante de outra consoante vozeada, também com as possibilidades de realização alveolar ou palatal deZde, deʒde).

O objetivo deste trabalho é analisar a percepção de universitários da Universidade Federal de Sergipe, *Campus* Prof. Alberto Carvalho, Itabaiana/SE, em relação à palatalização do /S/ em coda silábica. A coleta dos dados foi realizada a partir de um questionário de atitudes linguísticas, tendo como suporte teórico-metodológico a Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008).

Na seção seguinte, apresentamos considerações a respeito de crenças e atitudes linguísticas. Em seguida, explicitamos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Depois, expomos os resultados e discussões. Por fim, apresentamos as considerações finais.

Crenças e atitudes linguísticas

As pesquisas sociolinguísticas vêm mostrando que as diferentes formas de falar despertam nos indivíduos crenças e atitudes linguísticas diversas. São essas crenças e atitudes que influenciam na escolha do modo de falar desses indivíduos.

As crenças de um indivíduo são resultantes daquilo que ele acredita, de como ele vê e percebe o mundo, de como ele constrói seu modo de pensar a partir das experiências vividas no meio social. Segundo Barcelos (2007), as crenças podem ser "uma forma de pensamento, construções da realidade, maneiras de ver e perceber o mundo e seus fenômenos, co-construídas em nossas experiências resultantes de um processo interativo de interpretação e (re)significação" (BARCELOS, 2007, p. 113). À medida que as pessoas interagem e compartilham suas experiências, essas pessoas também são modificadas pelas crenças pertencentes a determinado grupo social, já que as crenças "incorporam as perspectivas sociais, pois nascem no contexto da interação e na relação com os grupos sociais" (BARCELOS, 2007, p. 114).

O conceito de atitudes linguísticas é advindo da Psicologia Social. Segundo Lambert e Lambert (1972), a Psicologia Social tem como foco "o estudo experimental dos indivíduos, examinados no seu enquaDr.ªmento social e cultural" (LAMBERT; LAMBERT, 1972, p. 7). Os autores definem atitude como "uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir

ISBN - 978-85-7822-205-5

em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante" (LAMBERT; LAMBERT, 1972, p. 78). Ao relacionarmos esse conceito de atitude às variedades linguísticas, percebemos que o indivíduo escolherá a sua forma de falar de acordo com sua maneira de pensar e agir, sofrendo influência do meio social em que vive, ou melhor, do grupo que está inserido na sociedade.

Quando um falante de uma variedade linguística entra em contato com uma variedade distinta da sua, esse falante pode reagir de maneira positiva ou negativa ao modo de falar do outro. A partir da apreciação feita a respeito do modo de falar do outro e com base em sua própria variedade, o falante vai escolher uma variedade linguística em detrimento de outras. Em outras palavras, a partir do julgamento de prestígio ou de estigma das variedades, o falante opta por manter sua identidade linguística ou acomodar-se à variedade do outro.

Na seção seguinte, apresentamos os procedimentos metodológicos, expondo os critérios adotados na elaboração e aplicação do questionário de atitudes linguísticas.

Procedimentos metodológicos

Para analisar a percepção linguística dos universitários em relação à palatalização do /S/ em coda, considerando os pressupostos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008), adotamos uma abordagem direta de julgamento metalinguístico com a gravação de questionário de atitudes. A coleta de dados foi realizada e na Universidade Federal de Sergipe, *Campus* Prof. Alberto Carvalho. O *corpus* da pesquisa é constituído por 60 questionários de atitudes linguísticas. O questionário de atitude linguística é uma das formas do pesquisador tentar captar as reações subjetivas de determinado falante sobre determinado fenômeno linguístico, como também a sua percepção em relação ao seu próprio falar ou de outros indivíduos.

Para elaboração do questionário de atitudes, consideramos três contextos de /S/ em coda, a partir das variáveis posição da coda silábica e o contexto seguinte ao /S/. O contexto I é composto pelas palavras *pasta*, *costa*, *pista*. O /S/ nessas palavras ocorre na posição medial, seguido de uma consoante desvozeada [t], propiciando as seguintes possibilidades de realização do /S/ em coda: fricativa alveolar [s], "paSta, coSta, piSsta", ou fricativa palatal [ʃ], "paʃta", coʃta, piʃta". Para representar o contexto II, utilizamos as palavras *casca*, *esfera*, *cuspe*, com o /S/ em coda na posição medial do vocábulo, seguido de uma consoante desvozeada [k], [f] e [p], respectivamente, possibilitando as seguintes realizações: "caSca, caʃca"; eSfera, eʃfera";

ISBN - 978-85-7822-205-5

"cuSpe, cuʃpe". O contexto III foi formado pelas palavras *lápis*, *ônibus*, *depois*, com o /S/ em coda na posição final de palavra, em que também há a possibilidade de realização alveolar ou palatal: "lápiS, lápiʃ"; "ônibuS, ônibuʃ"; "depoiS, depoiʃ". Durante a aplicação do teste, realizamos o /S/ de forma palatal, a fim de analisar a percepção e avaliação dos universitários em relação à palatalização do /S/ em coda.

Para observarmos a percepção linguística do fenômeno, realizamos quatro perguntas relativas a cada contexto de coda descritos acima. A fim de analisar a crença, o julgamento e a percepção do fator regional que os universitários apresentam em relação à palatalização do /S/, as seguintes perguntas foram feitas:

- Falar *paʃta*, *coʃta*, *piʃta* / *caʃca*, *eʃʃera*, *cuʃpe* / *lápiʃ*, *ônibuʃ*, *depoiʃ* é comum onde você mora?
- Você fala assim? Por quê?
- O que você acha desse jeito de falar?
- Você acha que esse jeito de falar é típico de algum lugar do Brasil?

A primeira pergunta tem como objetivo verificar a percepção do falante em relação ao fenômeno, a fim de observar se os universitários têm consciência da variação de realização fonológica do /S/, associando ou não a realização palatal ao lugar onde mora. As três perguntas seguintes tinham como objetivo captar a crença de uso, o julgamento do fenômeno e a percepção do fator regional, respectivamente.

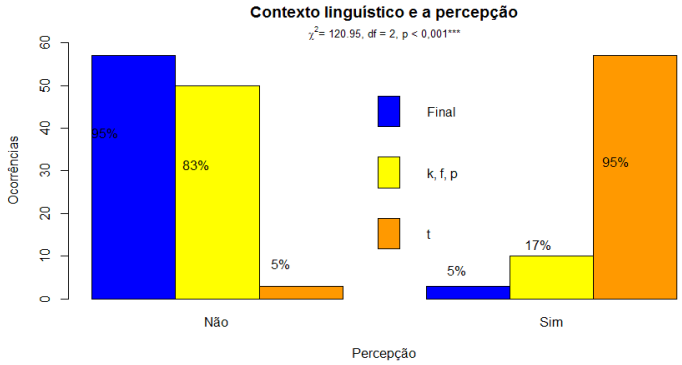
Na seção seguinte, apresentamos a percepção dos universitários do *Campus* professor Alberto Carvalho/UFS em relação à palatalização do /S/ em coda silábica.

Percepção da palatalização do /S/ em coda

Nessa seção, apresentamos a percepção dos universitários em relação à palatalização do /S/ em coda. Para analisarmos a percepção do fenômeno pelos universitários, realizamos uma primeira pergunta de julgamento metalinguístico com a realização palatalizada das palavras selecionadas para compor o questionário, conforme apresentado na seção procedimentos metodológicos. Os resultados, considerando os três grupos de palavras, são apresentados no gráfico 1.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Gráfico 1: *Percepção da palatalização do /S/ em função do contexto linguístico*

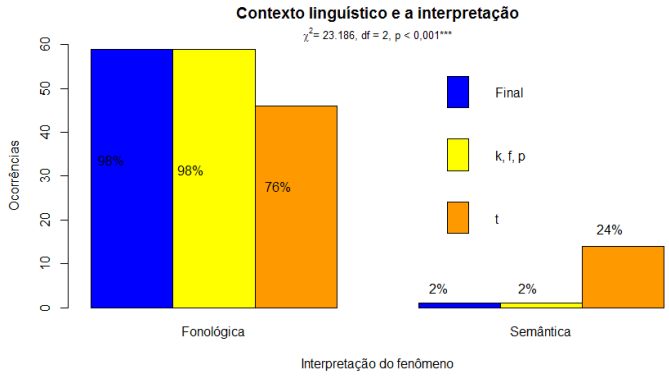


No gráfico 1, levando-se em conta o contexto linguístico e a percepção do fenômeno, podemos perceber os informantes afirmam ser comum a forma palatalizada do /S/ nas palavras *pasta*, *costa*, *pista*, com /S/ seguido de consoante */t/*, com percentual de 95%. Por outro lado, os outros dois contextos (*casca*, *esfera*, *cuspe;* e *lápis*, *ônibus*, *depois*) não foram considerados comuns ao lugar onde os universitários moram, com percentual de 83% e 95%, respectivamente, de respostas *não* à pergunta "Falar *caſca*, *eſfera*, *cuſpe* / *lápiſ*, *ônibuſ*, *depoiſ* é comum onde você mora?" Esses resultados mostram que os universitários percebem a variação na realização do /S/ em coda, relacionando a realização palatalizada do /S/ seguido de /t/ ao lugar onde moram.

Embora os universitários tenham demonstrado percepção da variação na realização do /S/ em coda, distinguindo o contexto I (*paſta*, *coſta*, *piſta*) dos outros dois contextos, houve alguns julgamentos que consideraram o fator semântico para avaliar o grupo de palavras apresentado no questionário de julgamento metalinguístico. Para verificarmos se o informante analisou a produção de forma semântica ou fonológica, analisamos a categoria interpretação do fenômeno, cujos resultados são apresentados no gráfico 2.

***Gráfico 2**: Interpretação do fenômeno em função do contexto linguístico*

ISBN - 978-85-7822-205-5



Ao observar o gráfico 2, é notável que houve maior interpretação fonológica do que semântica em relação à palatalização do /S/ nos três contextos. Os contextos de /S/ em coda seguido de *k, f, p* e em final de palavra apresentaram percentual de 98% de interpretação fonológica, indicando que a realização palatalizada é mais perceptível nesses contextos. Em relação ao contexto seguinte */t/*, houve 24% de interpretação semântica, um total de 14 pessoas, o indica que a ocorrência da palatalização do /S/ nesse contexto é menos perceptível do que nos outros dois contextos. A seguir apresentamos algumas respostas pautadas pela interpretação semântica.

(1) "pasta? como assim? pasta de dente?" (Ian-f).

(2) "pasta sim... comum... no caso referindo a pasta de mochila no caso ... o pessoal fala muito pasta... eh... costa não... falo costas mesmo ... e ... pista... não pista não falo muito pista não... falo mais... eh... sei lá rodagem..." (Dan-m).

(3) "pasta costa pista... pista também costa eu falava antes mais quer dizer apesar de que essa coisa num ... esse é meio complexo é diferente da... é diferente da outra mais é costas né costas as costas e tal" (Dani-m).

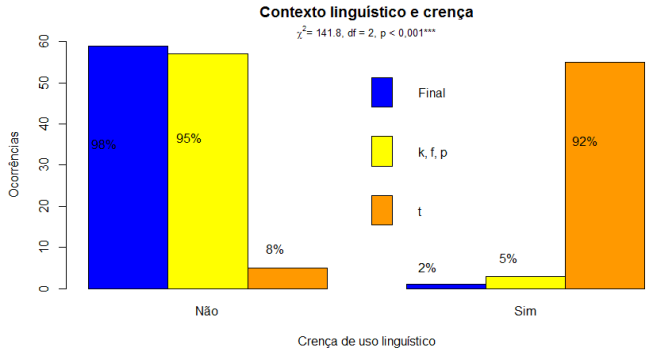
No primeiro exemplo, o informante relaciona a palavra *pasta* ao creme dental. No segundo, o outro informante analisa *pasta* como mochila. Em relação a palavra *costa*, tanto no exemplo dois quanto no exemplo três, houve uma associação com uma regra gramatical, associando-a à forma "costas". A palavra *pista* foi associada à "rodagem", rodovia em que os transportes trafegam. É notável que no contexto de *pasta*, *costa*, *pista*, a ocorrência da palatalização do /S/ passa despercebida, demonstrando que o fenômeno não é saliente para os

ISBN - 978-85-7822-205-5

universitários do *Campus* professor Alberto Carvalho, por isso os informantes analisaram as palavras a respeito da semântica, dos significados das palavras.

A partir da pergunta "você fala assim?" buscamos analisar a crença de uso dos universitários, ou seja, se eles acham que utilizam ou não utilizam a forma palatalizada do /S/ em coda. As crenças dos universitários em relação à palatalização do /S/ em coda nos três contextos considerados no questionário de atitudes são apresentadas no gráfico 3.

***Gráfico 3**: Crença de uso em função do contexto linguístico*



Ao analisar o gráfico 3, observamos que 92% das respostas afirmaram favoravelmente ao uso linguístico no contexto de /S/ seguido de */t/* (*pasta*, *costa*, *pista*). Por outro lado, nos outros dois contextos (*casca*, *esfera*, *cuspe;* e *lápis*, *ônibus*, *depois*), houve uma negação do uso dessas formas linguísticas, com percentual de 95% e 98%, respectivamente. Quando questionado o porquê, obtivemos respostas semelhantes para esses dois últimos contextos, conforme exemplos abaixo.

(4) "não é que é meio estranho ((RISOS)) não entendi... é estranho né... casca? não não falo não só se alguém tiver algum problema na questão de falar da língua assim ... se tiver algum problema dá aquele sonzinho aquela puxadinha mais não é comum não" (Pau-f).

(5) "porque eu sou nordestino... eu falo nordestinês... eles... essas coisas... eh... cultural cultural" (Jeo-m).

(6) porque... o pessoal que eu convivo não fala assim ... tem tudo a ver com a relação do lugar do convívio..." (Eme-m).

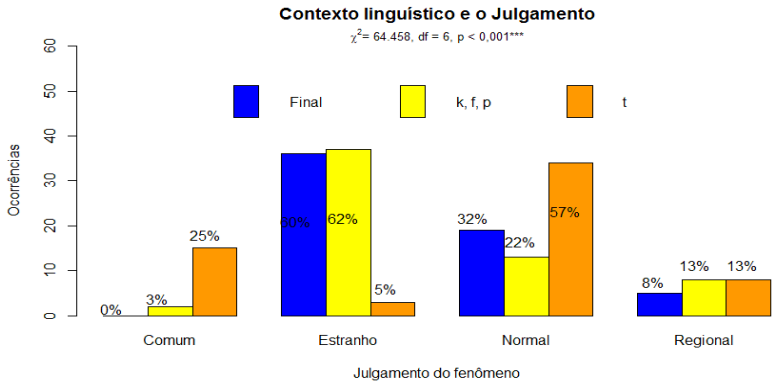
(7) "porque... porque... acho que não é da regionalidade e eu não peguei... eh eu não acho que seja a forma correta de falar também" (Dav-m)

ISBN - 978-85-7822-205-5

No exemplo (4), percebemos que o informante, além de rir da forma palatalizada ao ser produzida, também avalia o fenômeno negativamente, dizendo que é "meio estranho", afirmando que esse modo de falar deve estar relacionado a algum problema na fala. Em (5), percebemos uma avaliação regional do fenômeno, em que o informante diz que não fala a forma palatal. No exemplo (6), o informante respondeu que não fala desse jeito porque as pessoas com quem ele convive não falam, relacionando o uso linguístico ao convívio social. Em (7), o informante também associa a forma palatalizada a regionalidade, fazendo também uma avaliação negativa quanto a correção dessa forma de falar.

Para analisarmos a percepção dos universitários em relação à palatalização do /S/ em coda, consideramos também o julgamento do fenômeno, a fim de observar se há uma postura positiva ou negativa em relação à realização palatalizada do /S/. O gráfico 4 apresenta os resultados obtidos a partir da pergunta "o que você acha desse jeito de falar?"

***Gráfico 4**: Julgamento da palatalização do /S/ em coda em função do contexto linguístico*



No gráfico 4, podemos perceber que, dependendo do contexto linguístico, a produção da palatalização do /S/ foi avaliada diferentemente. No contexto seguinte */t/* (*pasta*, *costa*, *pista*) houve uma avaliação positiva, sendo considerado "normal" ou "comum", além de ser relacionado à regionalidade. Por outro lado, no contexto seguinte *k*, *f*, *p* e a palatalização em final de palavra (*casca*, *esfera*, *cuspe;* e *lápis*, *ônibus*, *depois*) foram avaliados negativamente, sendo associados a "estranho". Embora o contexto seguinte /t/ apresente um percentual de 57% associando-o à valoração "normal", os demais contextos também foram avaliados com esse rótulo, porém com nuance de regionalidade, conforme exemplo (8), em que o falante avalia a palatalização do /S/ seguido de *k*, *f*, *p*. A seguir apresentamos alguns julgamentos realizados a respeito dos três contextos.

ISBN - 978-85-7822-205-5

(8) acho... deve ser normal de... dependendo de onde a pessoa é porque por exemplo eu nesse período estou estudando com um professor que fala assim puxados no essi (s) aí ele só que aí é estranho mais ninguém vai debochar dele porque sabe que ele não é daqui" (Dan-m).

(9) "é maravilhoso ((RISOS)) é fácil... é como os outros né... tipo é aquilo todo mundo entende também não precisa tá com tanta formalidade pra falar..." (Jeo-m).

(10) "bacana porque eu falo" (Thi-m).

(11) "então eu acho que isso depende da localidade porque isso é o sotaque né a forma a fala a palavra pode ser a mesma mais pronunciada com sotaque diferente" (Sue-f).

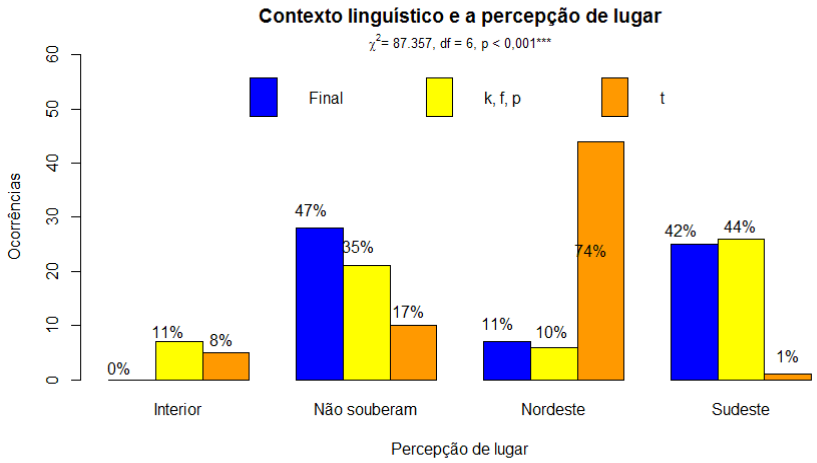
(12) "eu acho diferente... acho meio doidinho... diferente né... mais é estranho pra mim nunca vou chamar lápis (...) ônibus... é como se a pessoa tivesse sofrendo um infarto... aí fica falando assim ... ônibus ((RISOS))" (Jeo-m).

Nos exemplos (9) e (10), podemos perceber uma valorização da realização palatalizada no contexto seguinte */t/*, das palavras *pasta*, *costa*, *pista*, no qual os informantes Jeo-m e Thi-m avaliam o modo de falar como "maravilhoso" ou "bacana", respectivamente. No exemplo (11), avaliando o contexto II (*casca*, *esfera*, *cuspe*), observamos que o informante relacionou o modo de falar à questão do sotaque, associando a palatalização ao fator regional. Em (12), referindo-se a palatalização do /S/ em *final* de palavra, o informante Jeo-m avalia o modo de falar como algo "diferente", "meio doidinho" e que considera "estranho", além de insinuar que a forma de falar "é como se a pessoa tivesse sofrendo um infarto", ridicularizando o modo de falar palatalizado.

Na análise do julgamento da palatalização do /S/, percebemos que há uma correlação do fenômeno com o fator regional, conforme respostas expostas nos exemplos (8) a (12). Esse fator também foi analisado por meio da pergunta "você acha que esse jeito de falar é típico de algum lugar do Brasil?" Os resultados obtidos a partir desse direcionamento são apresentados no gráfico 5

***Gráfico 5**: Percepção do fator regional em função do contexto linguístico*

ISBN - 978-85-7822-205-5



De acordo com o gráfico 5, é notável que, dependendo do contexto linguístico, a percepção do fenômeno a respeito do lugar foi bastante diversificada. Tratando-se do contexto seguinte */t/*, das palavras *pasta*, *costa*, *pista*, observamos que grande parte dos informantes relacionaram a palatalização do /S/ nesse contexto a região Nordeste, com percentual de 74%. Por outro lado, a palatalização de /S/ nos contextos seguintes *k, f, p* e em *final* de palavra foi relacionada à região Sudeste do país, com 44% e 42¨%, respectivamente. Alguns informantes, mesmo percebendo a diferença no modo de falar, não souberam identificar de onde poderia ser típico a forma palatalizada do /S/ em coda. A seguir, exemplos de respostas relativas ao fator região.

(13) "não não... aí vem do povo de Maceió ou Pernambuco também... o pessoal de Maceió acho que fala um pouquinho assim ... mais Pernambuco o pessoal de Pernambuco que fala assim ... ou o pessoal de Rio de Janeiro né... também fala com esse... mais acho que o de Rio de Janeiro arrasta mais" (Dan-m).

(14) "é sim... de lá do sul também... do sul ... de alguma região do sul" (Jeo-m).

(15) "é... daqui de Sergipe" (Jeo-m).

(16) "só se for de Sergipe né... porque em Sergipe a gente fala muito... se em outros lugares falam não sei" (Ian-f).

No exemplo (13), podemos notar que o falante tem consciência da diferença na realização do /S/ em coda em relação aos três contextos, pois menciona que o modo palatalizado nos contextos seguintes *k, f, p* e em *final* de palavra está presente, tanto na região Nordeste, ao

ISBN - 978-85-7822-205-5

mencionar Maceió e Pernambuco, quanto na região Sudeste, ao mencionar o Rio de Janeiro. No exemplo (14), o informante considera o modo de falar palatalizado da região Sul do país, referindo à palatalização do /S/ em final de palavras. Em (15) e (16), respostas relativas ao contexto seguinte */t/,* os informantes consideram a realização palatalizada das palavras *pasta*, *costa*, *pista* de Sergipe, isto é, da região Nordeste.

Considerações Finais

A partir da análise da percepção dos universitários do Campus professor Alberto carvalho/UFS em relação à palatalização do /S/ em coda silábica, pudemos perceber que os julgamentos alteram-se de acordo com o contexto linguístico em que o /S/ ocorre. A realização palatalizada do /S/ seguido de /t/ é avaliada de maneira positiva pelos universitários, sendo considerada uma forma normal, comum além de ser considerada uma forma comum no lugar onde eles moram. Além disso, por meio da análise do fator interpretação do fenômeno, notamos que a palatalização nesse contexto passa despercebida para alguns universitários, o que propiciou a interpretação semântica do questionário de atitudes.

A palatalização do /S/ seguido das consoantes desvozeadas *k, f, p*, bem como em final de palavra foi avaliada negativamente, sendo julgada como uma forma "estranha". Em relação ao fator regionalidade, apontado como índice de julgamento da realização palatal nos três contextos, a palatalização do /S/ seguido de /t/ foi associada à região Nordeste. Nos outros dois contextos, o fenômeno foi associado à região Sudeste. Esse resultado mostra que, do ponto de vista da percepção, a palatalização do /S/ é um fenômeno regional.

Referências

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. Parte I. In: Fernanda Mussalim, Ana Cristina Bentes (orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47.

BARCELOS, Ana Maria Ferreira. **Reflexões acerca da mudança de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas.** Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 109-138, 2007.

BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. **A Importância dos Estudos de Crenças e Atitudes para a Sociolinguística**. SIGNUM: Estud. Ling., Londrina, n. 18/1, p. 102-131, jun. 2015.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004 [Linguagem; 4].

ISBN - 978-85-7822-205-5

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **Estudo variacionista sobre a palatalização de S em coda silábica na fala fluminense**. Anais do CELSUL, 2008.

CARDOSO, Denise Porto. **Atitudes Linguísticas e Avaliações Subjetivas de Alguns Dialetos Brasileiros**. 1ª ed. São Paulo: Editora Edgar Blücher, 2015.

CARVALHO, Rosana Siqueira de. **Variação do /S/ pós-vocálico na fala de Belém**. Dissertação (mestrado em Letras), Universidade Federal do Pará, 2000.

FLORENCIO, Bianca; CUNHA, Cláudia de Souza. **Estudo do –S em coda silábica**: uma perspectiva funcionalista. VOOS Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá. Volume 01 (Jul. 2009) Caderno de Letras – Estudos Linguísticos. p. 59 – 75

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad.:Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LAMBERT, William W. e LAMBERT, Wallace E. **Psicologia social**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

MACEDO, SanDr.ª Siqueira de. **A palatalização do /s/ em coda silábica no falar culto recifense**. Dissertação (mestrado em Letras), Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

MONTEIRO, Renata Conceição Neves. **A produção palato-alveolar de /S/ nas vozes do Amapá.** Dissertação (mestrado em Letras), Universidade Federal da Paraíba, 2009.

OUSHIRO, Lívia. **Identidade na pluralidade:** avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo. Tese. Universidade de São Paulo. 2015.

SILVA, Thais Cristófaro. **Fonética e Fonologia do Português:** roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo: Contexto, 2003.

ISBN - 978-85-7822-205-5

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS INVESTIMENTOS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NA BR-101 EM SERGIPE

Autora: Fabiana dos Santos Pinheiro
Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe
Integrante do Núcleo de Estudos sobre Transportes (NETRANS/UFS)
fabiana-pinheiro16@hotmail.com
Coautor: Ronald dos Santos Pereira
Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe
Integrante do Núcleo de Estudos sobre Transportes (NETRANS/UFS)
ronaldsantosperreira19@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Nelson Fernandes Felipe Junior (DGE/UFS)

Planejamento e PAC-rodovias em Sergipe

O planejamento é relevante para as políticas públicas e para o desenvolvimento regional e nacional, considerando os investimentos em produção, transportes, comunicações, energia etc. Além disso, pode contribuir para diminuir as desigualdades econômicas, sociais e inter-regionais no Brasil, sendo o Estado essencial nesse processo. Assim:

> O crescimento econômico por si, não depende, naturalmente, de planejamento. E nem o planejamento constitui uma panaceia para todas as doenças econômicas; sem dúvida pode ser exagerado e pode impedir o crescimento almejado. No entanto, as consequências econômicas e sociais do desenvolvimento podem ser grandemente melhoradas por um planejamento inteligente (FROMM, 1968, p. 87).

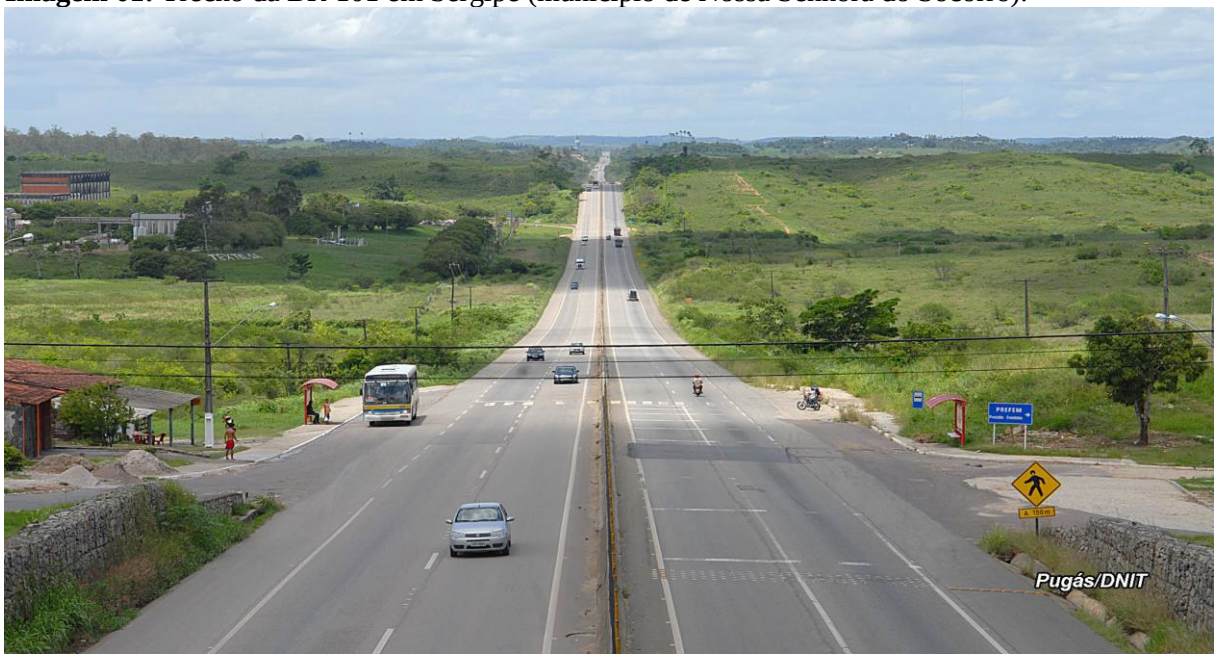
O Brasil apresenta, historicamente, rupturas no planejamento e/ou equivocadas estratégias que acabam por gerar problemas econômicos e sociais. A exemplo da década de 1990 (auge da política neoliberal), em que ocorreu um enfraquecimento significativo do planejamento em âmbito nacional, além de alguns programas que priorizaram o desenvolvimento do Centro-Sul do país, em detrimento das macrorregiões Norte e Nordeste, caso, por exemplo, da criação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs). Esse programa visava, essencialmente, a expansão rodoviária para facilitar o escoamento da produção de *commodities* agrícolas e minerais aos principais portos
exportadores, ou seja, houve a reconcentração da atividade econômica nas regiões Sul e Sudeste do país, onde as obras executadas, pontualmente, tratavam de atrair o capital privado.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Em âmbitos regional e nacional, a retomada do planejamento ocorreu a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007. Ainda que de maneira setorial, o planejamento e as inversões apresentaram avanços relativos, sobretudo nos transportes e energia. Promovendo investimentos públicos em todas as macrorregiões brasileiras, inclusive no Norte e Nordeste, o PAC gerou maior dinamismo econômico e fortalecimento do mercado formal de trabalho.

Foram gerados diversos reflexos, como o aumento do emprego e da renda, redução relativa das desigualdades regionais, melhorias dos modais de transportes (principalmente do rodoviário), entre outros (imagem 01). O planejamento deve possuir como objetivos a ampliação da infraestrutura do país e a qualificação dos equipamentos e serviços públicos, visando aumentar a fluidez no território e a valorização da classe trabalhadora.

Imagem 01: Trecho da BR-101 em Sergipe (município de Nossa Senhora do Socorro).



Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), 2014.

Especialmente entre 2005 e 2013, a economia sergipana e brasileira apresentou maior dinamismo, com redução do desemprego e elevação da demanda efetiva. Esse processo esteve relacionado a vários fatores, com destaque à expansão do crédito/financiamentos e aos investimentos em infraestruturas. No caso do estado de Sergipe, a primeira etapa de duplicação da BR-101 iniciou-se em 2005, entretanto, a expansão rodoviária no estado somente intensificou-se a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, com destaque às duplicações, construção de vias marginais e melhoria dos acessos à BR-101 no

ISBN - 978-85-7822-205-5

Nordeste. O projeto de adequação também incluiu a restauração do asfalto antigo, construção de pontes e viadutos nos principais cruzamentos, acessos mais seguros, além da reestruturação de vias expressas nos perímetros urbanos (PAC, 2015) (imagem 01).

Além do PAC 1 (2007-2010), as inversões do PAC 2 (2011-2014) contribuíram ainda mais com a dinâmica econômica regional e ampliaram a capacidade do modal rodoviário. Com a expansão dos investimentos nesse setor no estado de Sergipe, aumentaram-se as contratações de trabalhadores, o que refletiu no surgimento de novos empregos formais, fomento do comércio e da construção civil pesada, melhoria relativa na distribuição de renda e outros (efeito multiplicador interno) (tabela 01).

Tabela 01: Saldo de empregos formais em todas as atividades no estado de Sergipe (2011-2015).

Anos	Saldo
2011	5.443
2012	9.953
2013	13.634
2014	8.913
2015	-5.178

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2017.

Os investimentos públicos e privados incentivaram a incorporação de mais trabalhadores no mercado formal, expandindo-se entre 2011 e 2013 (tabela 01). No entanto, a conjuntura política e econômica brasileira, em especial a partir de 2014 (ajuste fiscal), acabou reduzindo os empregos e a renda, assim como arrefeceu as inversões públicas. O corte expressivo dos investimentos, somado à crise econômica internacional, resultou em uma forte recessão internamente, afetando negativamente a economia e a sociedade brasileira.

A mitigação das inversões em infraestruturas diminui a criação de novos empregos por parte da iniciativa privada. Nesse sentido, o Estado deve criar estratégias para incentivar a participação privada (sobretudo nacional) no processo de desenvolvimento econômico, visando fomentar a geração de empregos e renda, bem como melhorias nos fixos no território.

Os investimentos no setor de transportes são imprescindíveis para impulsionar a dinâmica econômica regional e nacional, além de fomentar a circulação, as redes e os fluxos no espaço. O planejamento e as inversões são essenciais para combater as crises econômicas e alavancar o desenvolvimento brasileiro, assim, é importante valorizar a indústria nacional, as infraestruturas e outros. Além disso, é necessário haver uma logística de Estado eficiente que

ISBN - 978-85-7822-205-5

privilegie a intermodalidade, tendo em vista o avanço/melhoria de todos os modais de transportes no país.

Demanda efetiva em Sergipe, fluxos de mercadorias e dinâmica da balança comercial

Com a retomada dos investimentos públicos em âmbito nacional, foi possível verificar melhorias regionalmente. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu demandas secundárias, sejam na indústria ou nos demais setores. Com isso, no estado de Sergipe, assim como na região Nordeste, houve incremento da dinâmica econômica pautada no efeito multiplicador interno (tabela 02).

Tabela 02: Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste e de Sergipe, em valores a preço de mercados correntes (2009-2015).

Anos	Nordeste	Sergipe
2009	437.720	19.767
2010	522.769	26.405
2011	583.413	29.108
2012	653.067	32.853
2013	724.524	35.336
2014	805.099	37.472
2015	845.289	38.554

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Observatório de Sergipe, 2016.

Essa condição garantiu avanços econômicos e sociais em âmbitos estadual e regional. Em Sergipe, além dos investimentos em infraestruturas rodoviárias, o setor petrolífero contribuiu para impulsionar a economia, resultando, por exemplo, na elevação das exportações de *commodities*, sucos cítricos e outros (tabela 02).

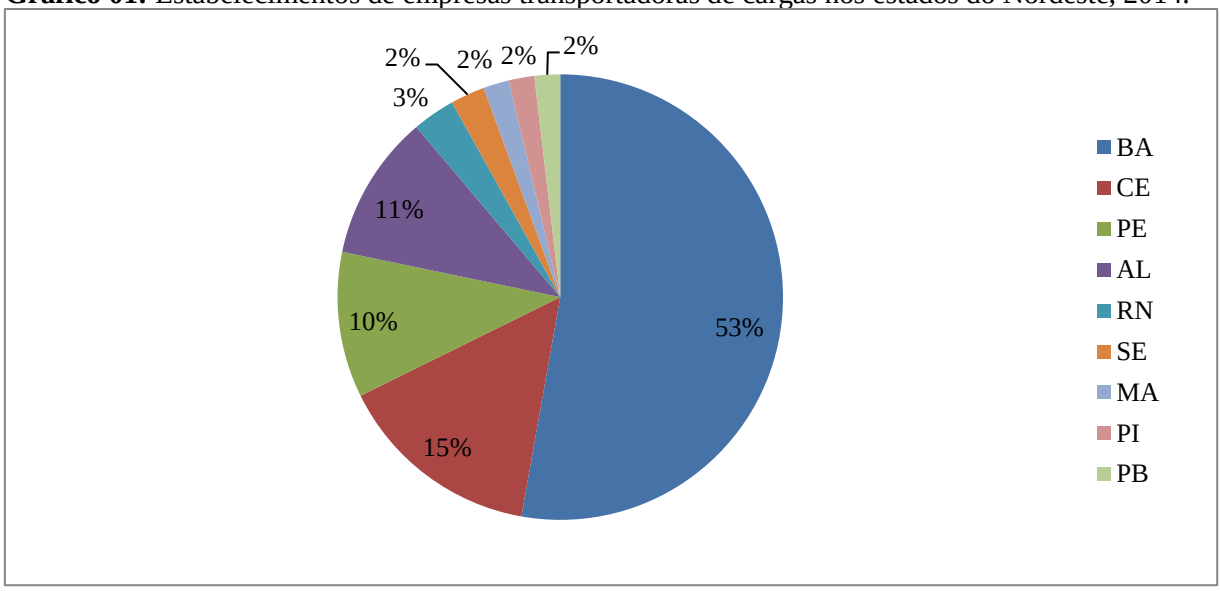
Com o aumento dos investimentos, cresceu também a produção, a circulação e o consumo. Dessa maneira, para alcançar um elevado nível de empregos, deve existir um volume de investimento suficiente para criar demanda efetiva, incorporando mão de obra nas atividades formais (KEYNES, 1988). Essa lógica é importante para estimular a distribuição de renda e arrefecer as desigualdades intrarregionais e inter-regionais no Brasil.

A expansão rodoviária no estado de Sergipe, assim como na região Nordeste, possibilitou ampliar o escoamento da produção, mitigando, por conseguinte, os custos e o tempo de circulação. É importante reduzir o Custo Brasil em transportes, assim, é indispensável haver

ISBN - 978-85-7822-205-5

vultosos investimentos em infraestruturas intermodais (não apenas no modal rodoviário como ocorreu em Sergipe com o PAC). No Brasil, mais de 60% das mercadorias são escoadas pelo modal rodoviário, porém as ferrovias e hidrovias apresentam capacidade antiociosa e subaproveitada (CNT, 2015) Isso possibilitará, também, atrair a iniciativa privada, visando incrementar a dinâmica econômica regional (gráfico 01).

Gráfico 01: Estabelecimentos de empresas transportadoras de cargas nos estados do Nordeste, 2014.



Fonte: Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (DEPEC), 2017.

As inversões em transportes e logística refletem em demandas nos segmentos de distribuição, armazenamento, montagem, produção etc. Por isso, é importante modernizar e ampliar as infraestruturas fixas. No planejamento, faz-se necessário ainda identificar regiões menos dinâmicas economicamente e destinar recursos para as mesmas, visando reduzir as disparidades regionais e econômicas. Nesse sentido, é possível identificar a distribuição desigual dos estabelecimentos privados de transporte de cargas no Nordeste brasileiro, reflexo da aplicação desigual de investimentos (gráfico 01).

As infraestruturas e as atividades produtivas do estado de Sergipe ganharam novos impulsos recentemente, pois além das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fomentando os transportes, as empresas receberam incentivos fiscais e financiamentos. Em Sergipe, no ano de 2015, foram aprovados 21 projetos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), gerando 3.589 empregos diretos (SUDENE, 2015).

Os investimentos infraestruturais nos diversos meios de transportes, setores elétricos, programas de fomento a ciência e a tecnologia, incentivos fiscais (exigindo retorno de inversões

ISBN - 978-85-7822-205-5

por parte das empresas) e a relativa diminuição da taxa de juros auxiliam para que o setor privado realizasse maiores investimentos na construção e ampliação de indústrias, compra de máquinas e equipamentos e contratação de trabalhadores. Nesse sentido, diversas empresas se destacaram na produção internamente, favorecendo a balança comercial de Sergipe (tabela 03).

Tabela 03: Participação de algumas empresas do estado de Sergipe nas exportações, 2015.

Empresa	Porcentagem (%)
Topfruit Nordeste	45,6
Maratá Sucos	30,8
Vulcabras Azaléia	4,8
Usina São José do Pinheiro	4,7

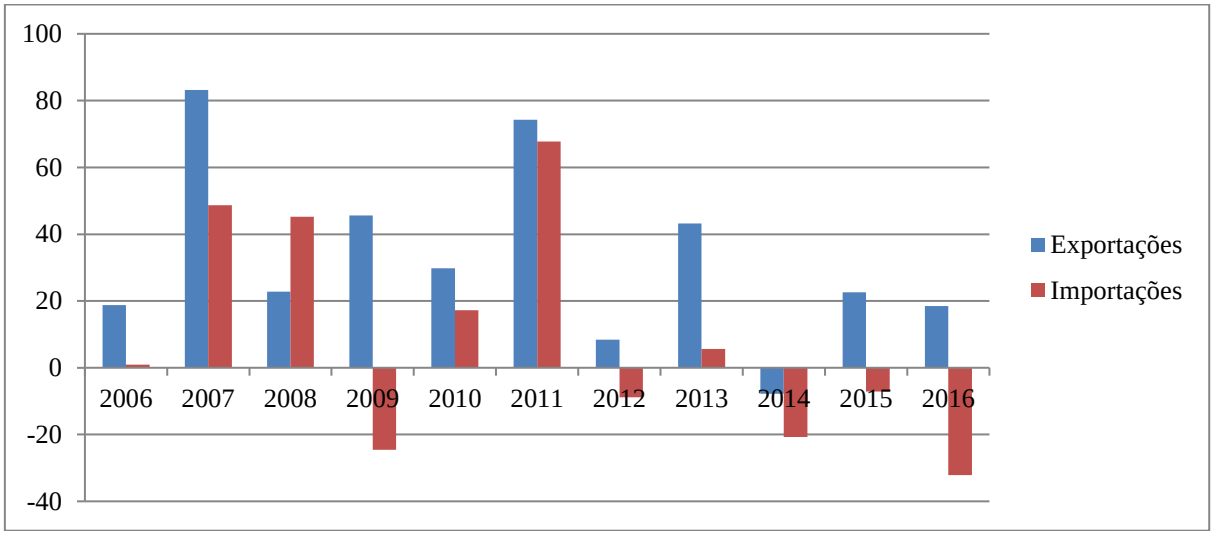
Fonte: Observatório de Sergipe/Radar do comércio exterior, 2016.

Houve, na última década, um aumento das taxas de importações e exportações, devido à presença de várias empresas no estado, tais como: Fertilizantes Hering, Moinho de Trigo Motrisa, Indústria Vidreira do Nordeste, Yaszaki do Brasil, Companhia de Cimento Portland etc. (OBSERVATÓRIO DE SERGIPE, 2016). Assim, infere-se que a maior participação do setor público e do capital privado criou empregos e renda, fomentando o desenvolvimento regional (tabela 03).

Como reflexo da dinâmica econômica, a balança comercial de Sergipe sofreu variações no decorrer da última década. A partir de uma política macroeconômica desenvolvimentista (de base keynesiana), o estado de Sergipe e o Brasil precisam adotar medidas/estratégias para fortalecer a produção industrial (valorizando, sobretudo, as firmas locais, estaduais e regionais), tendo em vista a substituição de importações e o fomento do efeito multiplicador interno (gráfico 02).

Gráfico 02: Variação da balança comercial de Sergipe (2006-2016).

ISBN - 978-85-7822-205-5



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), 2017.

Verifica-se um impulso das exportações, especialmente entre 2007 e 2013. O contexto econômico nacional e estadual proporcionou a elevação das vendas de produtos sergipanos, bem como incentivou a compra de bens do mercado externo (importações), visando atender ao crescimento da demanda interna. Entretanto, a economia brasileira e sergipana sentiu os reflexos da crise de 2008. Ademais, principalmente nos anos de 2012, 2014, 2015 e 2016, tem-se uma queda das importações e exportações, sendo reflexo da recessão endógena e internacional, com desaceleração da produção e do consumo (gráfico 02).

Os segmentos alimentícios, de peças e acessórios e de bens diversos demonstraram evolução, tanto na produção quanto nas exportações. Além disso, a produção de combustíveis e derivados elevou-se com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os automóveis (tabela 04).

Tabela 04: Participação percentual sobre o total de exportações do estado de Sergipe (2009-2016).

Anos	Segmentos produtivos (%)				
	Bens de capital	**Bens Intermediários**	**Bens de Consumo**	**Combustíveis/ lubrificantes**	**Outros**
2009	0,1	2,1	74,4	-	-
2010	0,9	5,7	85,1	-	0,2
2011	0,1	16,6	83,2	-	0,1
2012	0,5	14,7	84,2	0,4	0,01
2013	0,9	14,5	84,4	-	-
2014	5,3	11,3	83,2	0,04	0,01

ISBN - 978-85-7822-205-5

2015	4,1	8,9	86,8	0,01	-
2016	9,8	12,8	77,3	-	-

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), 2017.

A dinâmica econômica do estado de Sergipe se manifestou, em especial, pela maior produção de sucos cítricos, petróleo e derivados. Considerando a atividade industrial sergipana, assim como do Nordeste, destacam-se os bens de consumo, como a fabricação de calçados, recipientes de alumínio, açúcares, bebidas, alimentos, têxteis, entre outros. É importante destacar que, mesmo sendo menor em comparação a outros estados brasileiros, o setor produtivo e de transportes ganharam relevância na última década em Sergipe, incluindo os investimentos da Petrobrás no estado (tabela 04).

Ademais, as inversões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na BR-101 – especialmente em Sergipe e no Nordeste – ainda que insuficientes, com obras paralisadas e incompletas, fomentaram o escoamento da produção via modal rodoviário. Além de atrair empresas para o estado, contribuiu para a mobilidade de cargas e pessoas. Todavia, vários gargalos ainda permanecem imbricados ao planejamento e no setor de transportes do estado, notadamente em relação à intermodalidade. Para tanto, o Estado deve identificar quais são os espaços e os setores antiociosos e remanejar recursos que refletirão na demanda efetiva e no efeito multiplicador interno.

As obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na BR-101 no estado de Sergipe: avanços e limitações

No Brasil, o modelo vigente de concessão de serviços públicos à iniciativa privada foi alicerçado no ano de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando em seu mandato é aprovada a Lei 8.987/95, sob os moldes neoliberais. A legislação frágil permite "flexibilidades" no que se refere ao não cumprimento de todas as exigências firmadas em acordo contratual, fato que dificulta avanços mais expressivos em relação às obras (investimentos, cumprimento dos prazos de finalização, interrupções/paralisações frequentes, abandono de trechos pelas empresas concessionárias etc.).

Nesse sentido, o Estado deve fazer uso de um mecanismo de concessão que lhe garanta segurança e poder para fiscalizar e exigir a efetivação e o término das construções. Fomentar a participação de órgãos fiscalizadores efetivos e/ou promover o protagonismo de instituições públicas, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para atuarem

ISBN - 978-85-7822-205-5

com mais intensidade nessa área, sendo relevante para impulsionar o desenvolvimento regional e nacional. Garante-se, portanto, uma melhor condição na prestação desses serviços e mitigam-se possíveis problemas que possam surgir no trâmite das obras. Assim:

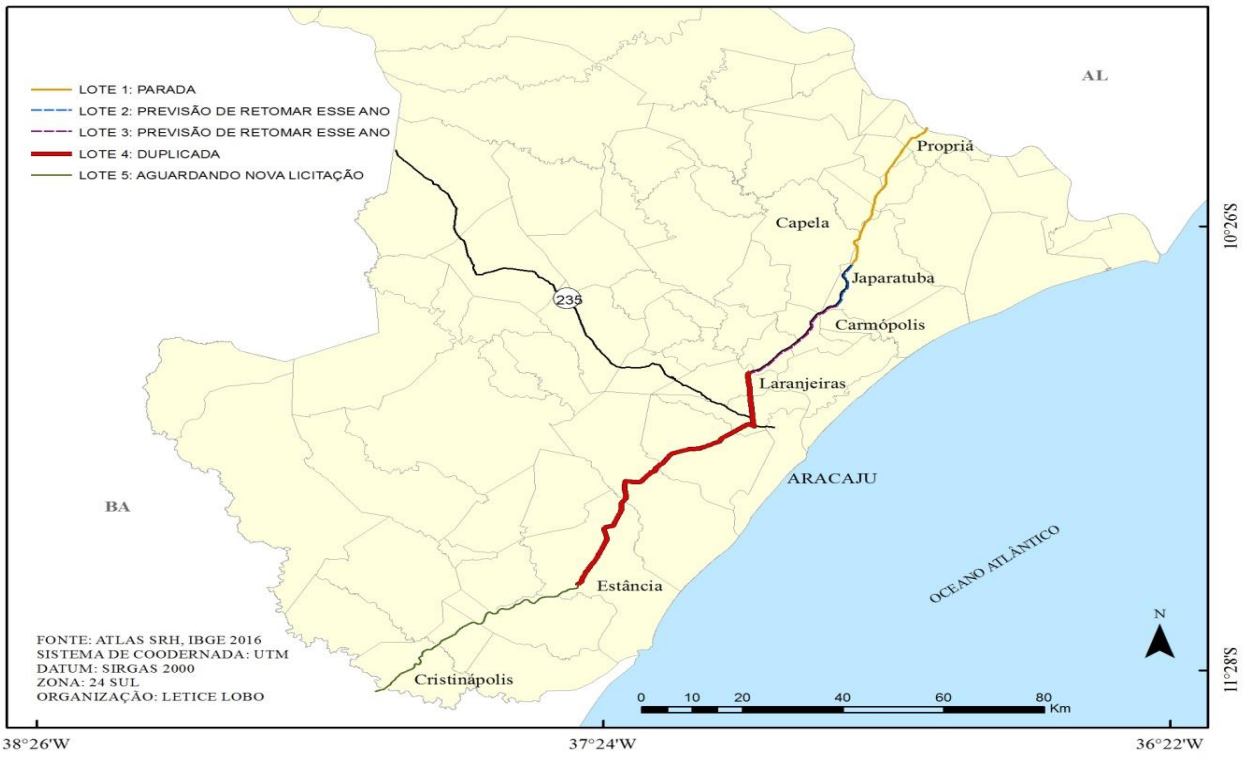
> O mercado de capitais prontamente alcançará a significação profunda dessa mudança, por que, em caso de inadimplência o novo concessionário privado, o Estado, como poder concedente poderá toma-lhe a concessão e, como credor hipotecário, toma-lhe os bens, oferecendo a concessão e as competentes instalações a outro concessionário, mais eficaz (RANGEL, 2005, p. 719).

A proposta de Ignácio Rangel – modelo pautado no Estado regulador – sobre as concessões de serviços públicos à iniciativa privada permite que, quando o prestador de serviço público não cumprir com as incumbências que lhes foram atribuídas, o Estado poderá hipotecar parte de seus bens como forma de penalidade. Isso promoverá mudanças significativas visando o desenvolvimento endógeno, pois garante a conclusão das obras infraestruturais com maior qualidade. Diante disso, o Estado tem uma dupla função, sendo: poder concedente e credor hipotecário, além de atuar como agente planejador, indutor e regulador dos serviços e equipamentos públicos.

Considerando as obras do PAC 1 na BR-101 em Sergipe, as empresas que adquiriram as concessões rodoviárias, via modelo de concessão liberal (o Estado não é efetivamente regulador), foram: a Top Engenharia, Queiroz e Delta Engenharia, Engesa Engenharia etc. Além das construtoras privadas, destacam-se também as concessões à Engenharia do Exército, caracterizando-se pela qualidade das obras, custos menores de construção e conclusão de trechos respeitando o cronograma inicial, o que contribuiu para a reserva de mercado e para geração de empregos em Sergipe e no Nordeste (mapa 01). No que se refere ao PAC 2, as concessões foram divididas em nove lotes de obras diretas, para as empresas Queiroz Galvão-DELTA, Consórcio Vilasa-PAVOTEC, Construtora Gaspar S/A, Consórcio Arteleste e o 4º BEC para delegação de obras.

Mapa 01: Situação atual da BR-101 em Sergipe.

ISBN - 978-85-7822-205-5



Fonte: SEINFRA, 2016.

Atualmente, toda a BR-101 em Sergipe encontra-se asfaltada, porém somente entre o trecho do município de Estância/SE até a capital sergipana há duplicação, já os demais (Cristinápolis/SE, Umbaúba/SE, proximidades de Estância/SE, Laranjeiras/SE, Carmópolis/SE, Japaratuba/SE, Capela/SE e Propriá/SE) ainda não estão duplicados (mapa 01). Vários fatores explicativos podem ser apontados para elucidar o contexto de dificuldade na realização de grandes obras de infraestruturas no país, como o contexto político e econômico instaurado no Brasil, principalmente a partir de 2016; o modelo de concessão equivocado (Estado não regulador); a concentração fundiária; a forte presença do capital rentista e financeiro; o preço elevado da terra; a grande especulação; a burocracia exacerbada; o ajuste fiscal severo; os constantes embargos ambientais etc.

No que se refere ao trecho entre Estância/SE e Cristinápolis/SE, este foi/é de competência do 4º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (BEC), por meio de convênio com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). A participação da Engenharia do Exército (em construções rodoviárias, ferroviárias, transposição do Rio São Francisco, dutovias etc.) e da Engenharia da Marinha (em obras portuárias, molhes e outros) foi/é essencial, pois o Estado utilizou mão de obra com qualidade e com custos

ISBN - 978-85-7822-205-5

menores, além da maior rapidez na conclusão das infraestruturas. O BEC também esteve presente em diversos estados do Nordeste, como Pernambuco e Paraíba, para realizar duplicações e melhorias na BR-101.

Não obstante, alguns trechos que deveriam ser entregues pela iniciativa privada e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) ainda encontram-se parados, esperando novos editais (licitação). Essa conjuntura poderia ser diferente se o Brasil modificasse sua atual estrutura política e econômica e incorporasse o modelo de concessão rangeliano, que otimiza a relação Estado-iniciativa privada via concessões e parcerias.

As obras da BR-101 são de grande necessidade e devem ser retomadas, visando fomentar a economia estadual e regional. Essas construções rodoviárias, quando finalizadas com qualidade, facilitam e beneficiam o transporte de mercadorias e pessoas. Portanto, o Estado deve criar um planejamento eficiente para os transportes, promovendo inversões públicas e privadas na recuperação, ampliação e construção de infraestruturas. Por conseguinte, têm-se avanços na integração dos modais de transportes, nas redes, nos fluxos e no escoamento da produção (grãos, farelos, minérios, fertilizantes, petróleo, combustíveis, bens industriais etc.). Ademais, são atraídas indústrias e empresas de diversos segmentos, como transportadoras, centros de distribuição (CDs), terminais alfandegados, centros logísticos e outros.

Considerações finais

Os investimentos em infraestruturas diversas geram reflexos sociais e econômicos positivos, isso porque dinamiza-se o emprego e renda regionalmente. Essa condição promove transformações em outros segmentos da economia, gerando demanda agregada e o fomento do efeito multiplicador interno. O planejamento, por sua vez, deve ser contínuo e eficiente, tendo em vista sua função econômica e social.

Assim, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) representou/representa uma importante ferramenta de geração de empregos e uma estratégia para a dinâmica econômica regional e nacional. Apesar dos diversos gargalos existentes, foi possível verificar melhorias nos meios de transportes e, sobretudo, na distribuição de renda regionalmente. Inversões públicas e privadas em equipamentos e serviços de uso coletivo são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social.

Com as facilidades no crédito, financiamentos e incentivos fiscais, relativa diminuição da taxa de juros, bem como algumas melhorias no transporte rodoviário, foi possível incrementar a dinâmica produtiva endógena, caso da construção civil, agropecuária, de alguns

ISBN - 978-85-7822-205-5

segmentos industriais e do comércio e serviços, refletindo também na balança comercial do estado de Sergipe.

Diante dos gargalos históricos, o Estado brasileiro precisa reavaliar seu modelo de concessão de serviços públicos à iniciativa privada, tendo em vista melhorar os processos de realização e entrega de obras públicas. Além disso, reativar seu papel de regulador e indutor é essencial nesse processo, visando retomar o desenvolvimento brasileiro.

Todavia, na atualidade, o país vivencia uma política econômica ortodoxa e de base financeira, pautada em um posicionamento privatista, entreguista, antinacionalista e de redução dos direitos sociais e trabalhistas, o que reflete na redução de investimentos em setores produtivos, transportes, infraestruturas e outros. Nos últimos anos, em especial a partir do *impeachment*/golpe de 2016, o Brasil adotou uma política neoliberal agressiva, prejudicando, sobretudo, o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste. Repensar o modelo de concessão vigente e retomar as políticas desenvolvimentistas são estratégias importantes para melhoria dos fixos e recuperação da distribuição de renda em Sergipe e no Brasil.

Referências

BRASIL. **Confederação Nacional dos Transportes (CNT)**. Pesquisa CNT de rodovias 2017: Sergipe. Brasília, 2017;

BRASIL. **Constituição Federal**. Lei 8.987/95: artigo 175. Brasília, 1995;

BRASIL. **Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)**. Comex Vis estaduais. Brasília, 2017;

BRASIL. **Ministério do Planejamento**. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): relatório do 1º, 2º e 3º balanço (2007-2010/2010-2014/2014-2018). Brasília, 2018;

BRASIL. **Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)**. Estatísticas de pleitos aprovados. Brasília, 2015;

FROMM, Gary. **Transporte e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Victor Publicações, 1968;

KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1988;

RANGEL, I. **Obras reunidas** (vol. 1 e 2). Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Sites

ISBN - 978-85-7822-205-5

BRASIL. **Confederação Nacional das Indústrias (CNT)**. Custo da indústria sobe 6,3% em 2012. Disponível em: <portaldaindustria.com.br/noticias/economia/custo-da-industria-sobe-63-em-2012/>. Acesso em: 01/07/2018;

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Sistema de Contas Regionais - SCR. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 21/05/2018;

BRASIL. **Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE)**. Dados abertos. Disponível em <trabalho.gov.br/dados-abertos-mtb>. Acesso em: 02/06/2018;

BRASIL. **Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano (SEINFRA)**. Jackson Barreto viabiliza obras de infraestrutura no Ministério dos Transportes. Disponível em: <www.seinfra.se.gov.br/index.php?pag=8&id=2&cod=585>. Acesso em: 05/06/2018;

BRASIL. **Secretaria do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão**. Observatório de Sergipe: Radar do Comércio Exterior. Disponível em: <www.observatorio.se.gov.br/pesquisas-e-estudos/item/19-radar-do-comercio-exterior>. Acesso em: 22/05/2018;

ECONOMIA EM DIA. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos. **Transporte rodoviário de cargas: publicações anuais**. Disponível em: < www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_transporte_rodoviario_de_cargas.pdf>. Acesso em: 05/06/2018.

ISBN - 978-85-7822-205-5

PATOLOGIZAÇÃO, PSICANÁLISES, GÊNEROS, E HOMOSSEXUALIDADES

Autor: Kauê Lucas Nunes Santana
Graduando em Psicologia pela Universidade Tiradentes
psikaue@gmail.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Nanci Miyo Mitsumori (UNIT)

PSICANÁLISES E SUA INFLUÊNCIA SOCIAL – A CRÍTICA

Este trabalho nasce da necessidade gritante de novas visões na Psicanálise acerca das homossexualidades, não que esse tema já não tenha sido antes abordado, mas a questão é, como? E quanto? Estamos em constante transformação, gerações curtas, líquidas, fica evidente a desatualização da Psicanálise em tempos de teoria Queer, Ideologia de Gênero, dentre outras correntes de pensamentos contemporâneos. Apesar da crítica, gênese desse trabalho, há de se reconhecer a produção acadêmica de Antônio Quinet, Elizabeth Roudinesco, Marco Antônio Coutinho Jorge, entre outros que se dedicam à árdua missão de manter a Psicanálise condizente com sua época. Estes mesmos teóricos servirão de base para a construção desse trabalho.

Infelizmente ainda existem correntes psicanalíticas opostas ao progresso, que constantemente seguem o caminho de patologização das homossexualidades. É preferível pensar que tal visão deturpada ao menos nos serve de força motriz quando se faz necessária a nossa produção para combate desse tipo de ideia preconceituosa que mascara um discurso de ódio, velado por um discurso acadêmico que não cumpre o seu papel principal; auxiliar no progresso da humanidade.

É interessante a abordagem inovadora de Quinet, e pode ser emparelhada no seu caráter de enfrentamento ao padrão de normalidade da época com o próprio surgimento da Psicanálise. Na verdade, o autor promove um retorno a Freud, assim como Lacan, tendo em vista uma necessidade diante de um movimento que afasta a essência psicanalítica como progressista, promovendo um discurso conservador e incompatível com a própria teoria Freudiana. Os mesmos que deflagram tal discurso conformista seriam provavelmente aqueles a crucificarem Freud em seu tempo, e resistir às suas ideias, por sua não adequação com o pensamento de sua sociedade, justamente no seu aspecto mais profundo, a sexualidade.

ISBN - 978-85-7822-205-5

> A Escola de Psicanálise é nosso instrumento político para transmitir a psicanálise fazendo com que ela cumpra sua função no mundo. Trata-se de um lugar onde os "trabalhadores decididos" não estão a serviço do discurso do mestre, do universitário ou do capitalista nem tampouco a serviço do gozo de um que acredita ser o UM, e sim a serviço do discurso do analista. (QUINET, 2016, p.192)

Há no texto de Lacan, um chamado claro aos psicanalistas de seu tempo, que indica para sua função social, ser o "pulmão artificial do mundo"(LACAN, 1974). Dentro dessa análise metafórica observa-se o contexto de um mundo que não respira, que é constantemente reprimido e normatizador de sua própria repressão. Seria então parte do movimento psicanalítico não se abster, acompanhar e fomentar o progresso no sentido de deixar o mundo um pouco mais livre para respirar, ir além da norma, abraçar aqueles que estão a par do que é tido por "normal". A psicanálise é um meio de desconstrução de paradigmas sociais, e assim deve ser utilizada. Nas palavras de Lacan (1964/2003, p.229) a função da psicanálise é de: "restaurar o gume de sua verdade; que reconduza a práxis original que ele instituiu sob o nome da psicanálise ao dever que lhe compete em nosso mundo; que por uma crítica assídua, denuncie os desvios e concessões que amortecem seu progresso, degradando o seu emprego".

Ao utilizar o termo "progresso", Lacan (1964/2003, p.229) admite então que a psicanálise não se trata de algo estático e imutável, mas sim de uma teoria que deve estar em constante atualização, permitindo o seu aprimoramento diante do novos paradigmas sócio-culturais. Quinet aponta para um atraso da psicanálise no que concerne a tais aprimoramentos, talvez eliciado justamente pelo amortecimento do progresso ocasionado pelas correntes psicanalíticas demasiado estáticas, presas a uma única possibilidade de monointerpretação, e na impossibilidade de aceitar a mudança nítida e clara de contexto, dentro do ser-sexual na sociedade. Cabe aí a questão proposta por Quinet (2016): "Até quando nós, psicanalistas, ficaremos a reboque das mudanças contemporâneas de subjetividade e transformações dos sinthomas?". (p.192)

Como conceber que uma teoria tão inovadora, ao tratar a sexualidade de maneira nunca antes abordada, iria de encontro às transformações da ordem sexual valendo-se de uma linha de pensamento tão regressista? Como uma teoria que sofreu tanta resistência devido à sua etiologia sexual poderia agora oferecer resistência a um movimento de mesma ordem? Realmente não faz sentido, é como lutar em prol daquilo que luta contra você.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Quinet critica a apatia da psicanálise no âmbito sócio-político, sendo reduzida, equivocadamente, à clínica. Devemos nos atentar para o desperdício que se dá por esse reducionismo, no trecho supracitado Lacan (1964/2003, p.229) indica o papel político da Escola de Psicanálise, este que não deve ser renunciado, para o exercício completo da Teoria Psicanalítica. Retomemos esse papel.

> Não foram os psicanalistas, por exemplo, que promoveram as mudanças na sociedade contra a patologização e a discriminação derivadas do racismo sexual, e sim os movimentos sociais e os estudos da teoria do gênero. E, no entanto, a psicanálise de Freud e de Lacan fornece todas as armas para isso. (QUINET, 2016, p.192)

É interessante citar o termo "gênero", tal conceito foi primeiramente formalizado em 1963, pelo psicanalista Robert Stoller, sendo posteriormente tema central do seu livro Sex and Gender (1968). O tema foi abordado, conceituado e estudado por meio de extensas pesquisas com transexuais. Porém, mesmo tendo sido um psicanalista a teorizar pioneiramente acerca do tema, foram os movimentos sociais posteriores a lutar e conseguir de fato o avanço contra a patologização e discriminação racista-sexual. Diante dessa crítica, percebemos que o papel psicanalítico não deve alcançar apenas o campo da teoria, mas transcender à prática social; extensão.

No próximo tópico discutiremos sobre gênero, tendo em vista que tal conceito liga o caráter progressista psicanalítico aqui defendido ao ativismo social no teor mais prático possível.

GÊNERO(S) e FEMINISMO

O conceito de gênero refere-se aos rols, direitos e responsabilidades diferentes entre homes e mulheres e a relação entre eles. É a forma em que as qualidades, condutas e identidades se acham determinadas pelo processo de socialização onde são diferenciados os gêneros masculino e feminino.

Dessa forma o gênero diferencia o processo de socialização entre homens e mulheres, determinando a cada um, certo papel social. O papel social é um conceito psico-sociológico que se refere às pautas de conduta que a sociedade impõe e espera de um indivíduo numa situação determinada, o qual por vezes exerce a função de separar o que nós somos (identidade) do que representamos. A interação do gênero e os papéis sociais levam ao estereótipo de como a mulher e/ou o homem devem ser.

ISBN - 978-85-7822-205-5

> O termo gênero, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultados dessas diferenças. (PISCITELLI, 2009, p.120)

Quando se escuta que o homem deve ser forte, e a mulher submissa cria-se um estereótipo. É no processo de socialização onde se dá por certo essa diferença de gênero, se reproduzindo a desigualdade entre homens e mulheres. Além disso, aquilo que não fica dentro da determinada representação de como cada um tem que ser (masculino ou feminino), aqueles cuja atitude e as qualidades ficam fora do conceito, sofrem discriminação a nível social, ocorrendo uma marginalização desses sujeitos. Temos nesse fenômeno de marginalizar, uma forma de patologizar culturalmente. Quando se define uma expectativa de gênero masculino para indivíduos de sexo masculino e esta expectativa é frustrada, o meio social tende a enquaDr.ªr o sujeito na ordem do patológico e tenta excluir o indivíduo do convívio em uma sociedade "normal". Essa atitude chega a se assemelhar às esperadas em caso de patologias infecciosas, sendo análoga ao medo do contágio.

Parece haver, no âmbito sexista, uma necessidade de enquaDr.ªmento social dos sexos, talvez em razão de conformismo, de não mudar o que "sempre foi assim". Pela lei do menor esforço, na qual o sujeito não reflete acerca das representações sociais dentro do seu contexto, segue-se perpetuando práticas sem pensar no impacto destas. O indivíduo vira um repetidor cego às suas próprias ações e consequências. Isso talvez se dê por forças de um superego demasiado imponente, ou pela necessidade de seguir a um pai moral e opressor, porém esse é um assunto para próximos trabalhos.

O que é fato, é que a regra moral sexista não condiz com a realidade atual, e o termo "gênero" é um libertador pois flexibiliza e desmistifica a ideia puramente orgânica do ser, na qual o sexo biológico determinaria todo o comportamento do sujeito. Apesar de haver padrões, citados abaixo num artigo de perspectiva evolucionista, a ideologia de gênero dá espaço para a subjetividade, para diversas formas de ser e de exercer sua sexualidade.

> Padrões tipicamente masculinos são mais comuns em homens que em mulheres, e vice-versa, mas há um grande número de indivíduos (independentemente da orientação sexual) geneticamente masculinos (isto é, possuem cromossomos XY) que apresentam comportamentos tipicamente femininos. (MENEZES *et al*, 2010, p. 247)

ISBN - 978-85-7822-205-5

Gênero está ligado à representação social do masculino e feminino, e indo um pouco além, facilmente veremos que nem sempre homens têm padrões masculinos e mulheres têm padrões femininos. O padrão comportamental tem caráter objetivo, é determinado e vinculado a um sexo pela cultura, porém o "encaixe" é matéria do subjetivo, ou seja, o indivíduo que se vê dentro de um gênero masculino ou feminino, denotamos isso por "identidade de gênero".

> Assim, propõe-se a adoção do termo "gênero" para se referir a padrões comportamentais tipicamente masculinos e femininos (de acordo com a maior frequência de emissão dos mesmos entre homens e mulheres), "sexo" para a diferenciação genética e morfológica dos organismos em homens e mulheres (tendo a intersexualidade como um desafio teórico de enquaDr.ªmento) e, por fim, "identidade de gênero" para a forma como um indivíduo se percebe e se classifica como masculino ou feminino. (MENEZES *et al*, 2010, p. 247)

Além da obra de Freud, que será discutida no próximo tópico, a psicanálise contribuiu imensamente na formação da ideia de gênero que temos hoje. Robert Stoller, psicanalista, foi pioneiro na definição do conceito de identidade de gênero, utilizando em sua teoria para distinguir sexo (biologia e anatomia) de gênero (cultura e psicologia), desenvolvendo inclusive pesquisas com transexuais na década de 60. (PISCITELLI, 2009) No entanto, somente anos depois, por meio de movimentos feministas esse conceito fora trazido ao meio social. Podemos notar a diferença entre o que está no âmbito acadêmico e o que realmente transforma a sociedade e está inserido nela. Desse modo insurge o olhar acerca da crítica trazida no tópico anterior. Esse olhar aponta para a necessidade de disseminação de conhecimento em nível da massa social para fins de desconstrução dos preconceitos enraizados.

HOMOSSEXUALIDADES, FREUD E A DESPATOLOGIZAÇÃO

Em seus Três Ensaios sobre a Sexualidade (1905), Freud denota a visão anti-biológica (e porque não dizer anti-cristã também?!) da Psicanálise. Nesse tópico será tratada também a temática de gênero, porém sem usar o termo específico, tendo em vista que Freud não cunha nenhuma palavra na sua obra original em alemão que designe tal conceito. Apesar dessa barreira linguística, ficará claro que a visão de Freud é adversa à anatômica.

No momento em que define e diferencia pulsão e instinto, o autor afasta a condição reprodutória como cerne da sexualidade. O mesmo explica que as pulsões buscam satisfação e não necessariamente autopreservação e manutenção da espécie. Por vezes, inclusive as pulsões podem se apresentar de maneira autodestrutiva ao sujeito. Desse modo, para Freud, a função da

ISBN - 978-85-7822-205-5

sexualidade não se reduz à mera reprodução, tampouco ao genital, mas também a uma forma ampla e abrangente de obtenção de prazer. Hoje, é prática comum o ato sexual para fins não reprodutivos, então porque condenar aquela relação que "não poderia gerar frutos"? Podemos atribuir à cultura cristã a causa desse fenômeno patologizador, tendo em vista que até pouco tempo essa parcela da sociedade condenava o uso de anticoncepcionais, e pregava uma sexualidade limitada à reprodução. A mesma instituição defende que somos o que a anatomia mostra, se nasce com órgão reprodutor feminino, é mulher, se a genitália é masculina, é homem, "Deus quis/fez assim". Nesse ponto de junção entre anatomia e religião, a psicanálise entra como contraponto, afastando a sexualidade da anatomia em si, priorizando o psiquismo, conferindo ao sujeito a condição real de desejante. É fácil chegar a tal conclusão se pensamos que para Freud, somos seres polimorfos no que se refere à sexualidade, além do que em certa fase da vida passamos por uma bissexualidade comum, esta que nada tem a ver com o órgão genital o qual o sujeito nasce. Se existisse ligação tão intrínseca entre sexualidade e anatomia, em certo momento da vida teríamos de ser hermafroditas, pois esta é a única condição anatômica que corresponderia à bissexualidade. Por absurdo então fica demonstrada a incompatibilidade anatomia-sexualidade para a Psicanálise. Explicitamente a teoria freudiana muito mais despatologiza as homossexualidades do que o contrário, não haveria porque intitular "doente" aquele ser em que a orientação sexual não corresponde com sua anatomia, se é que há essa relação, o que também é muito questionável, afinal nosso eu é muito mais e vai muito além da casca a qual chamamos "corpo".

> Como já se afirmou, a finalidade da satisfação do sexual, para a psicanálise, não coincide, forçosamente, com a finalidade de reprodução. O que prevalece como elemento específico da elaboração sobre o infantil é que a satisfação pulsional se organiza em torno de pulsões parciais, não-genitais, que se caracterizam por sua independência em relação às funções biológicas e por poderem contrariar o exercício dessas funções, que garantiriam a sobrevivência do indivíduo. Nesse ponto, a sexualidade mostra-se novamente irredutível à concepção clássica de instinto sexual, entendido como função vital. (SANTIAGO, 2009, pag. 90)

Por esse viés, não seria patologia a homossexualidade? A questão vai além, pois no mesmo texto, Freud trata tal condição como "inversão", mas inversão do que? O patrono da psicanálise descreve todos os seres humanos como aberrantes, ou "polimorfos" como supracitado, de tal modo à sexualidade ser tratada como singular e subjetiva. O termo "inversão" é pertinente ante a teoria freudiana do Édipo descrever um modelo de família

ISBN - 978-85-7822-205-5

tradicional vigente no tempo e contexto em que fora escrita. Nesse modelo, o "invertido" seria o homossexual por sua condição de diferente da maioria, se trata de uma família heterossexual, com atribuições bem definidas e relacionadas diretamente ao sexo biológico. Porém, Malinowski, contemporâneo à Freud, já em 1927, por meio de estudos antropológicos, observa que o complexo de Édipo ocorre em tribos isoladas e com modelos familiares completamente diferentes, no qual a função paterna é exercida pelo irmão da mãe, por exemplo. Desse modo, pode ser constatado que o objeto da pulsão sexual, inclusive no Édipo, fundamento basilar da psicanálise, pode variar sem causar prejuízo ao processo de desenvolvimento psicossexual do sujeito, e, portanto, se deveria dar valor maior (como o próprio Freud faz em sua obra) à pulsão em si, do que ao objeto desta. Analisando a obra de Freud é percebida a importância dada à pulsão em detrimento do objeto. Num dos textos mais importantes (senão o mais importante) sobre o tema, intitulado "As pulsões e seus destinos", o autor foca no que essa pulsão irá causar no indivíduo, nos caminhos em que esta percorre, nas transformações e desvios, mas pouco ou nada considera o objeto ao qual ela está direcionada.

> Sob essa ótica, Freud vai enfatizar o elemento da labilidade presente na relação que une um sujeito a seus objetos sexuais, assinalando que esses objetos podem ser trocados com frequência e que a finalidade buscada pode ser outra, distinta daquela do coito normal. Não é por acaso que ele inicia seus "Três Ensaios..." não pela descrição do que constitui a relação sexual normal, mas por suas formas mais aberrantes. (SANTIAGO, 2009, pag. 89)

Outro ponto de relevância sócio-psicanalítica é a terminologia com a qual se categoriza o mecanismo que revela a posição assumida pelo sujeito social diante das necessidades pulsionais. Estamos falando de "opção Sexual" ou "orientação Sexual", termos cunhados geralmente ante ao senso comum. A partir deles uma série de constatações são formadas acerca da sexualidade. Quando dizemos "opção", tratamos o objeto de amor como uma escolha consciente, o que, psicanaliticamente falando, é uma inverdade. Desse modo, o termo mais usual é "orientação", o sujeito é orientado, a escolha é inconsciente e individual. Orientação denota a ideia de uma direção, que pode se estender, dentro desse entendimento, às pulsões e seus caminhos. Não cabendo tratamento. Não cabendo tentativa forçosa de mudança. Uma vez que a escolha inconsciente está feita, a terapia centrada na reversão do objeto de amor apenas acarretará em sofrimento psíquico e adoecimento ao sujeito. Este que será posto em conflito com seu próprio eu, com o imutável do eu, incansável inconsciente, aquele com o qual caberia,

ISBN - 978-85-7822-205-5

como exposto na segunda tópica freudiana, apenas o diálogo a fim de "gestão do desamparo" provocado pelo conflito do *eu* com o social (BIRMAN, 1998).

Da ideia "opcional" do sexo nascem as propostas de cura gay, com uma naturalidade espantosa abraçada por parte da população, talvez devido a ideia da possibilidade de repressão das pulsões agrade a essa parte, é mais confortável pensar que existe forma de controlar o incontrolável.

> É, sem dúvida, à necessidade terapêutica que se deve atribuir a iniciativa de qualquer teoria ontológica da doença. Ver em qualquer doente um homem aumentado ou diminuído em algo já é, em parte, tranquilizar-se. O que o homem perdeu pode lhe ser restituído; o que nele entrou, pode sair. Mesmo se a doença é sortilégio, encantamento, possessão demoníaca, pode-se ter a esperança de vencê-la. Basta pensar que a doença atinge o homem para que nem toda esperança esteja perdida. (Canguilhem, 2009, pag. 12)

Nesse sentido percebe-se o quão confortável é o caminho da patologização, se é uma patologia, logo, há esperança de cura, e se não for? A sociedade estaria perdida num mal-estar sem solução. A rota de fuga mais fácil é com certeza a de tornar patologia aquilo que é condição do ser, condição inconsciente e, portanto, sobre a qual não haveria de se pensar em cura. A psicanálise deve trabalhar para a aceitação do sujeito, primeiramente por si mesmo, e posteriormente por parte da sociedade. A patologia é social, não do indivíduo, aquilo que se deve realmente curar é a homofobia, não o "homossexualismo". Apontemos então ao que é de vero estarrecedor, a violência contra o outro apenas por sua orientação sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despatologização é o elo entre os temas, psicanálise, gênero e patologização. A psicanálise, apoiada na teoria de gênero, que surgiu justamente dentro do seu âmbito científico, deve buscar pela despatologização cultural das homossexualidades, tendo em vista que não há sentido para um movimento regressista dentro da escola de psicanalítica. Faz parte do seu papel político social, a não-apatia, bem como dar voz e vez àquilo que está fora de um padrão de normalidade e portanto a par da sociedade. A psicanálise vai na contramão da marginalização e tipificação do ser, dando a liberdade ao gozo singular e individual, olhando para aquilo que o

ISBN - 978-85-7822-205-5

meio social exclui por estar diferente de uma norma que impõe a repressão e não aceitação do sujeito.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, Joel. **O mal-estar na modernidade e a psicanálise: a psicanálise à prova do social.** Physis, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 123-144, Jun. 1998.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREUD, Sigmund. (1905) **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LACAN, J. ***Ato de fundação*** In: *Outros Escritos.* Rio de Janeiro: Jorge zahar, 1964 Ed., 2003

LACAN, J. **Déclaration à France-Culture à propos du 28è Congrès International de Psychanalyse.** Le Coq-Héron, 46-47, 3-8, 1974.

MALINOWSKI, B. (1927). **Sexo e repressão na sociedade selvagem** (F. M. Guimarães, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

MENEZES, A. B; BRITO, R.C.S; HENRIQUES, A. L; **Relação entre Gênero e Orientação Sexual a partir da Perspectiva Evolucionista**; Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, Vol. 26 n. 2, pp. 245-252, Abr-Jun 2010.

PISCITELLI, A. **Gênero: a história de um conceito**. Em: ALMEIDA, H. & SZWAKO, J. (Orgs.). Diferenças, Igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

QUINET, A. **Homofobias psicanalíticas na psicologização do Édipo**. Stylus Revista de Psicanálise, Rio de Janeiro, n. 33, p.191-199, novembro 2016.

SANTIAGO, A. L. **A inibição intelectual na psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2005.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A AMBIGUIDADE NO GÊNERO PIADA E A CONSTRUÇÃO DO ESTEREÓTIPO CAIPIRA

Autora: Rayane Araújo Gonçalves
Graduanda em Letras na Universidade Federal de Sergipe
Integrante do Laboratório de Estudos do Texto, Argumentação e Memória
Monitora da disciplina Introdução à Língua Latina
rayanevoinho@hotmail.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Raquel Meister Ko. Freitag (DLEV/UFS)

1. Introdução

Os gêneros textuais, conforme Val (2007), são gêneros que se constituem no uso da língua (oral ou escrita) por uma comunidade, de acordo com suas necessidades e contextos sociais. Por serem dependentes da comunidade linguística, podem surgir novos gêneros e, por outro lado, outros podem ser esquecidos ou menos utilizados com o passar dos anos. Esses gêneros possuem uma forma relativamente estável que possibilita ao falante identificar e diferenciar uns dos outros, facilitando na produção textual, ao escolher o gênero mais adequado para determinada situação. A piada é um gênero que se origina na oralidade, entre pessoas próximas, caracterizando-se por ser curta, simples, narrada em terceira pessoa do singular e promover o riso no ouvinte. Primeiramente, pode-se pensar que o principal objetivo da piada está em provocar o humor, mas é perceptível a liberdade que esse gênero tem para abordar temas "delicados" da sociedade, de forma que expõe o que deseja e isso é atenuado com o efeito risível.

Por outro lado, "entre as formas de difusão do preconceito linguístico, as piadas caracterizam-se como uma das mais marcantes. Elas reforçam o estereótipo, já que associam alguma variante dos grupos sociais tradicionalmente marginalizados (FACIN; SPESSATTO, 2007, p. 253)". À vista disso, deve-se considerar que o efeito risível nem sempre é eficiente, pois quando colabora com a construção de estereótipos cristalizados na sociedade, os indivíduos que fazem parte desses grupos costumam ser inferiorizados, como é o caso do caipira.

O caipira é um grupo social muito abordado em piadas. Tipicamente, é qualificado como uma pessoa do interior, devagar, burra ou ingênua, aquela que fala "errado", etc., e, na sua caracterização, alguns processos fonológicos reforçam isso, como "o rotacismo, a eliminação das marcas de plural redundantes, a transformação de LH em I, a contração das

ISBN - 978-85-7822-205-5

proparoxítonas em paroxítonas, a redução do ditongo EI em E, a simplificação das conjugações verbais e outros fenômenos (BAGNO, 2001, apud FACIN; SPESSATTO, 2007, p. 250)".

É importante salientar o aspecto interacional e heterogêneo da língua e, com eles, a existência de variações linguísticas, além de mais de uma norma – se considerarmos a norma como o uso que cada grupo social faz da língua – para ditar o funcionamento linguístico no território brasileiro. O dialeto caipira se encaixa no grupo de variantes estigmatizadas pela sociedade, por fazer usos que contrariam a norma de prestígio social, a norma culta. É dessa forma que percebemos a relação entre a língua e a sociedade, pois os falantes desse dialeto sofrem a mesma discriminação, e as piadas, na maioria das vezes, são um reflexo dela ao apresentar esse estereótipo.

De todo modo, precisamos também entender como se dá a construção do humor nas piadas e, para tal, é importante ter conhecimento dos processos semânticos, que são responsáveis por gerar uma parte desse humor. Os processos semânticos são processos implicados na área da semântica – área responsável pela "interpretação das expressões linguísticas, com o que permanece constante quando uma certa expressão é proferida" (CANÇADO, 2008, p.17). Eles são divididos em relações de implicação, de paráfrase e sinonímia, contradição e antonímia, anomalia e adequação, ambiguidade e vagueza, etc. O enfoque desse trabalho é a ambiguidade, que se diferencia da vagueza a partir do contexto, pois em uma ele é responsável por selecionar o sentido utilizado e em outra ele é capaz de acrescentar informações que não estão contidas na frase. Entende-se a ambiguidade como um fenômeno semântico que gera o duplo sentido, a depender do modo pelo qual a palavra é utilizada, a estrutura é encaixada numa frase ou como a correferencialidade é efetuada entre os termos. Por isso, Cançado (2008) a subdivide em quatro partes, a fim de dar conta desses casos. São elas: a ambiguidade lexical, sintática, de escopo e a semântica.

A ambiguidade lexical, como o nome sugere, está relacionada ao léxico, a uma palavra, que adquire o duplo sentido. Ela pode ser causada por homonímia, quando um sentido da palavra ambígua não se relaciona com o outro, ou por polissemia, quando há uma relação entre os sentidos. A ambiguidade sintática, por outro lado, está atrelada a estruturas sintáticas e olugar no qual foram colocadas numa sentença, ou seja, ela ocorre quando uma estrutura sintática é posicionada em uma ordem estrutural que não colabora para a produção de um único sentido. Já na de escopo, que pode ser confundida com esta, a ambiguidade é gerada pela estrutura semântica da frase e "envolve a ideia de distribuição coletiva ou individual" (CANÇADO,

ISBN - 978-85-7822-205-5

2008, p. 69). Por fim, há a ambiguidade semântica, que está intimamente ligada à questão da correferencialidade, relacionada a pronomes. Para que ela ocorra, é necessário que o termo a ser referenciado não esteja claro, nesse caso, o pronome utilizado não seria suficiente para a identificação do seu referente.

Em suma, além de comentar sobre a construção do estereótipo do caipira nas piadas, esse trabalho busca entender de que maneira a ambiguidade colabora com isso.

2. Método

Com o propósito de observar como se dá a construção do humor a partir de processos semânticos e a relação desses processos com estereótipos, foram utilizadas como objeto de estudo dez piadas. A pesquisa foi realizada em cinco sites diferentes e um arquivo em formato de PDF, restringindo a busca a piadas que apresentassem ambiguidade lexical e expusessem o estereótipo do caipira.

A escolha desses critérios é pautada na necessidade de alterar a forma de tratar a piada no contexto escolar, pois costuma ser uma abordagem com temas "politicamente corretos", e apresentar questões como o preconceito regional e linguístico – reforçados em piadas dessa classe – no contexto da sala de aula, colaborando para a desconstrução de rótulos, além de contribuir para a o desenvolvimento de um bom cidadão.

Para cumprir com o objetivo proposto, buscamos amparo teórico em Possenti (2001), Débora Facin e MarizeteSpessatto (2007), e Nágila Machado e Elisete Mesquita (2011) que concordam com a afirmação de que as piadas são um gênero complexo e produtivo para o desenvolvimento linguístico do aluno, além de terem conhecimento sobre os estereótipos utilizados e a ambiguidade presente nesse tipo de piada.

Após a pesquisa e seleção das piadas, foram feitas análises a partir da observação e leitura dessas piadas, identificando o processo semântico da ambiguidade e outras características que também foram recorrentes. Dessa forma, partimos da análise individual de cada piada e depois comparamos umas as outras, a fim de identificar características que se convergem e colaboram para a o desenvolvimento do rótulo do caipira.

3. Análise

Nessa primeira parte da análise, as piadas serão expostas e comentadas individualmente, levando em consideração, como já foi dito anteriormente, o estereótipo do

ISBN - 978-85-7822-205-5

caipira. É importante ressaltar essa questão, já que "[...] as piadas funcionam em grande parte na base de estereótipos, seja porque veiculam uma visão simplificada dos problemas, seja porque assim se tornam mais facilmente compreensíveis para interlocutores não-especializados" (POSSENTI, 2001, apud FACIN; SPESSATTO, 2007, p. 254). Dito isso, seguem abaixo as piadas:

Piada 1

O sujeito em busca de uma casa para alugar, pergunta a um caipira que passava na rua:
– Moço, você sabe quanto está o aluguel dessa?
O caipira prontamente responde:
– Está 750 reais.
O sujeito questiona:
– Por acaso, você sabe me dizer se ônibus passa aqui na porta?
E o caipira responde:
– Rapaz! Já vi passar geladeira, fogão, sofá…
Mas ônibus, nunca vi passar não.
https://www.piadascurtas.com.br/piadas-de-caipira/

A piada acima é feita a partir da interação de um caipira com um sujeito, o qual lhe faz uma pergunta e recebe uma resposta inesperada. O efeito de humor da piada é criado com a possibilidade de duas leituras para o verbo *passar*. Segundo o dicionário de Borba (2002), para esse contexto o verbo apresenta o sentido de atravessar algo e o sentido de transitar. O sujeito queria saber se transitava ônibus na frente da casa, mas, por outro lado, foi entendido pelo caipira que ele perguntava se atravessava um ônibus pela porta da casa e, por conta da polissemia que o verbo apresenta nessa piada, a interpretação do caipira é a causa da graça.

Piada 2

O caipira entra na loja de ferragens e pede uma tomada.
- Você quer uma tomada macho ou fêmea? – pergunta o balconista.
- Sei não, seu moço! Eu queria uma tomada pra acender a luz e não pra fazer criação!
http://www.piadas.com.br/

Observa-se nessa piada a situação constrangedora em que o caipira se encontra, uma vez que não tem o conhecimento dos tipos de tomadas existentes. Essa é a causa do humor, já

ISBN - 978-85-7822-205-5

que a interpretação obtida pelo chamado matuto não fazia sentido para o contexto. A ambiguidade lexical por polissemia – já que há uma relação entre os sentidos– ocorre nos termos *macho* e *fêmea* enunciados pelo balconista da loja e interpretados pelo caipira como uma classificação das tomadas pelo sexo (masculino e feminino) – o que seria possível se ela tivesse a propriedade de ter vida –, quando, na verdade, o balconista se referia ao tipo de tomada que, em relação ao termo macho, "possui protuberância destinada a encaixar-se na parte oca de outra peça" (BORBA, 2002, p.980) e, ao termo fêmea, "que tem características femininas" (BORBA, 2002, p.701), o que estaria mais adequado para o contexto da loja de ferragens, já que a classificação das tomadas tem relação com a anatomia dos órgãos sexuais do homem e da mulher.

Piada 3

O Caipira na Rodoviária

O caipira chegou no guichê da empresa de ônibus e pediu:

– Moço, por favor me dê uma passagem pra Anastácia, ida e volta.

O Atendente falou:

– Aqui não vendemos passagem para Anastácia.

O caipira virou-se para sua mulher e falou:

– Vamô embora Anastácia. O moço num quer vender passagem pro cê.

http://piadasdodia.com.br/mostrapiada.asp?id_piada=7961

A ambiguidade lexical por homonímia presente é causada pela enunciação do caipira, ao tentar comprar uma passagem para sua mulher e receber uma resposta negativa. O interessante, ao analisar essa piada, é perceber que a graça é causada pela possibilidade de dois significados para a palavra *Anastácia*. O primeiro se refere ao lugar de destino da viagem, e o segundo, à pessoa que receberia uma passagem. Como não foi entendido pelo atendente do guichê que o caipira, na verdade, desejava uma passagem para sua esposa, a resposta dele foi negativa, ao pensar que Anastácia fosse o destino da viagem.

Piada 4

Dois caipiras se encontram:

- Ô, Bastião! Quanto tempo, hômi! Quais as novidades?

- Novidades só que morreu meu vô, meu pai, minha mãe, minha tia e

ISBN - 978-85-7822-205-5

meu primi.
- Todos eles morreru? – perguntou o amigo, assustado.
- Todinhos!
- Eita, mas morrerudi quê, Bastião?
- De derrame.
Pois é. Eles tavam na caçamba num caminhão, indo pra Sum Paulo aí a
danada viro e derramo eles tudo lá pra baixo!
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_ufpr_port_pdp_roselis_rita_dybas.pdf

O enunciado anterior mostra uma situação de um encontro entre dois caipiras. Um deles pergunta ao outro quais as novidades e é surpreendido ao saber que uma parte da família do amigo havia falecido. Intrigado, pergunta a causa e o outro responde. A resposta do caipira foi o que gerou a ambiguidade lexical por homonímia, pois, ao pronunciar a palavra *derrame,* logo se associa ao derrame cerebral, uma causa plausível para a morte dos familiares. Porém, com a explicação dada, fica claro que ele utilizou a palavra derrame, relacionando ao verbo derramar, com o sentido de "[...] despejar" (BORBA, 2002, p. 460), como se a caçamba tivesse jogado os familiares do caipira para fora do caminhão.

Piada 5

Perguntaram para o caipira:
- Quais são as três melhores coisas do Mundo?
- Dinheiro, muié e bicho de pé.
- Bicho de pé?
E a explicação:
- Craro, de que adianta dinheiro e mulher, se o bicho não está de pé?
http://piadasdodia.com.br/mostrapiada.asp?id_piada=43

Essa piada curta é construída a partir de uma pergunta feita ao caipira: "quais são as três melhores coisas do mundo?". O humor dessa piada está explícito na expressão ambígua (por homonímia) *bicho de pé,* dita pelo caipira, pois causa o estranhamento de quem fez a pergunta, já que, para essa pessoa, a expressão, segundo Borba (2002), se refere ao inseto fêmea que adentra a pele do homem, e, por isso, não teria lógica nenhuma o caipira considerar como uma das três melhores coisas do mundo. Porém, ao ser dada a justificativa, fica evidente que a

ISBN - 978-85-7822-205-5

palavra *bicho* se relaciona diretamente com o membro sexual masculino e a expressão *de pé* com o pleno funcionamento dele.

Piada 6

Um belo dia, um caipira foi entregar o leite na casa do patrão bem na hora do almoço e foi convidado a comer com a família. Com vergonha de sua falta de modos, ele preferiu não aceitar. O patrão insistiu:
- Coma conosco!
E o caipira:
- Não, brigado.
- Coma conosco, está uma delícia!
- Ah, tudo bem, acho que vou experimentar um conosquinho, então!
http://piadasdodia.com.br/mostrapiada.asp?id_piada=690

O humor da piada é criado a partir da ambiguidade por homonímia da palavra *conosco,* que foi utilizada pelo patrão do caipira, ao convidá-lo para almoçar. É interessante notar a construção dessa ambiguidade, pois só ocorre por conta da falta de conhecimento do caipira do significado da palavra *conosco*, visto que, nesse caso, ela significa "em nossa companhia" (FERREIRA, 2010, p.560), mas foi interpretada pelo caipira como uma comida que o patrão estaria oferecendo a ele e, por isso, essa interpretação equivocada torna a piada engraçada.

Piada 7

O caipira chega ao banco e procura o gerente:
- Posso falar com o senhor?
- Claro, pois não! Pode sentar!
- Se o senhor não se incomoda, eu gostaria de que a gente conversasse ali no fundo.
- Ora, mas por quê?
- É que eu estou precisando de um empréstimo e me disseram que apesar de trambiqueiro, no fundo o senhor é um bom sujeito...
http://piadasdodia.com.br/mostrapiada.asp?id_piada=633

A piada acima começa com a conversa de um caipira com o gerente de um banco sobre a necessidade de um empréstimo. A graça da piada é causada pela palavra *fundo*, que foi dita pelo caipira, a partir de uma informação obtida de que no fundo o gerente seria um bom sujeito, significando, para o caipira, que "a parte mais afastada do ponto de acesso a um recinto [...]"

ISBN - 978-85-7822-205-5

(FERREIRA, 2010, p. 996) era onde poderia conversar e conseguir seu empréstimo. A palavra *fundo*, nesse caso, torna-se ambígua, com a possibilidade de se referir, também, ao ânus do gerente. A inocência do caipira não o fez perceber esse sentido e, com isso, o humor da piada é gerado.

Piada 8

Um caipira foi visitar o compadre e tendo intimidade, entrou na casa sem bater. O compadre estava sentado num sofá assistindo televisão. O caipira então cumprimenta: Oi cumpadre, firme? O compadre responde: Nada sô, futebor...
https://www.piadasnet.com/piada1732caipiras.htm

Essa piada constrói seu humor em um diálogo curto do encontro de dois caipiras na casa de um deles. Como o segundo caipira possui na sua fala o rotacismo, que é, segundo Possenti (2001, p. 74), "a troca de 'l' pelo 'r' [...] em certas posições da sílaba, uma das características do português mais acentuada na fala rural.", ele tinha entendido que na fala do outro também ocorria isso. Porém, na fala do primeiro caipira, ele apenas perguntava como o compadre estava. A ambiguidade lexical está presente nesse momento, na palavra *firme*, já que para o primeiro significava um modo de cumprimento e, para o segundo, o que ele estaria assistindo (filme) – hipótese que se confirma, visto que este responde negativamente ao amigo, indicando estar assistindo futebol. Dessa forma, o efeito cômico dessa piada é causado pela ambiguidade lexical, com a particularidade do rotacismo, utilizada para representar o falar caipira.

Piada 9

O caipira chega em Maceió quando avista dois homens batendo em outro homem e ele pergunta:
- Oxe por que ocês estão batendo neste cara
Um dos homens, para não dizer que ele cheirava crack disse:
- É que ele estava cheirando farinha
E o caipira sem entender disse:
- Oxeintão é mior eu ir imbora se eles souber que eu como isso...
http://www.piadas.com.br/

ISBN - 978-85-7822-205-5

A piada começa com o estereótipo do caipira imigrante, chegando a Maceió e logo interagindo com outras pessoas. Nesse processo de interação rápida, ele vê um homem sendo agredido por outros, procura saber a causa e é surpreendido ao saber do motivo. A justificativa dos agressores faz com que a palavra *farinha* se torne ambígua (por polissemia). O caipira, inocente, relaciona o nome *farinha* ao "pó comestível que se obtém pela trituração de cereais, sementes ou raízes" (BORBA, 2002, p. 691) e pensa em se afastar para não ser agredido também. Por outro lado, o crack é uma droga que se assemelha visualmente à farinha e, já que possuem essa característica em comum, a palavra *farinha* é utilizada pelos agressores como o codinome ideal para a droga. Diante dessas possibilidades, o falante costuma escolher a mais adequada para a situação, porém, se não tem o conhecimento dos possíveis significados, essa tarefa se torna difícil, como percebemos com o caipira.

Piada 10

O Fazendeiro para o caipira:
-Nesta terra dá arroz?
-Num dá não, sinhô.
-E feijão, dá?
-De jeito ninhum!
-Dá frutas e verduras?
-Também num dá não, sinhô.
-Soja, café, amendoim, não dá nada?
-Já disse, dotô, num dá nada.
-Quer dizer que não adianta eu plantar, que não dá nada, mesmo?
-Bom, prantando é outra coisa.
http://www.piadas.com.br/

A piada acima constrói seu humor no diálogo entre um caipira e um fazendeiro. A graça está na interpretação do verbo *dar* pelo caipira, já que todas as perguntas que o fazendeiro fazia sobre o que a terra oferecia, utilizando o verbo *dar*, o caipira respondia negativamente. Quando o fazendeiro trocou o verbo *dar* pelo *plantar*, a resposta do caipira mudou. Pela perspectiva do fazendeiro, o sentido atribuído ao verbo é o de gerar frutos, pois o plantio está subentendido na enunciação dele. Em contrapartida, no ponto de vista do caipira, o sentido estabelecido é o de "doar" (BORBA, 2002, p. 440). Dessa forma, a piada tem o efeito cômico

ISBN - 978-85-7822-205-5

causado pela ambiguidade lexical por polissemia, pois é atribuído pelo contexto mais de um sentido para o verbo *dar*.

Com base nessas análises, é possível observar outras características nas piadas selecionadas. Entre as dez piadas listadas, foi percebido o uso da variante linguística não padrão ou marcas linguísticas regionais em sete delas, o que representa 70% do que foi analisado. Ao utilizar uma variante estigmatizada para um grupo social marginalizado, há o reforço do estereótipo, já que não fazem isso com o intuito de valorizar esse grupo social que, no caso das piadas, se refere a pessoas da zona rural, os caipiras.Também há a recorrência de alguns processos fonológicos, tais como o rotacismo, presente em *futebor*, *craro* e *prantando*; o debordamento -"a passagem do /e/ para /i/ e do /o/ para /u/" (CARDOSO, 2009, p. 73) - em *sinhô*; a monotongação, transformação de um ditongo em uma vogal (CARDOSO, 2009, p.78),em *dotô*; e a aférese (supressão de um ou mais fonemas) em *tavam*, *brigado* e *ocês*. A união desses fenômenos com a ambiguidade lexical é determinante para delinear o perfil caipira que todos conhecem e, assim, "as piadas, em princípio engraçadas e ingênuas, reforçam o preconceito linguístico" (FACIN; SPESSATTO, 2007, p. 254) e não só o regional.

Além disso, podemos dividir as piadas analisadas em três grupos, a partir do tipo de perfil dado ao caipira. São eles: o caipira ingênuo, o esperto eo caipira que fala "errado". No primeiro grupo são encontradas as piadas em que o matuto é um sujeito bobo, com problemas de interpretação, como é o caso da piada sete, em que o humor é gerado pela inocência do caipira ao não entender o significado da palavra *fundo* ao qual outras pessoas se referiam. A ambiguidade lexical contribui significativamente para o desenvolvimento desse estereótipo, apresentando-o com uma capacidade intelectual limitada, visto que o humor é gerado a partir da interpretação feita pelo caipira que, na maioria das vezes, mostra ser inadequada para o contexto inserido.

No segundo grupo, o caipira se sobressai com respostas que, dessa vez, não são compreendidas pelos outros, a piada cinco é um exemplo claro de como isso acontece, pois a expressão *bicho de pé* dita por ele não gera o referente adequado na memória dos outros indivíduos envolvidos, pois o que pensam não faz sentido para o contexto. É interessante notar que nessa categoria, o que costuma ocorrer com o caipira agora acontece com os indivíduos que normalmente se inserem nas piadas na posição de superior, invertem-se os papéis. Já o último grupo tem o intuito de determinar o sujeito caipira dentro da piada, e o fazem a partir,

ISBN - 978-85-7822-205-5

principalmente, de processos fonológicos (já comentados acima) que estão ligados com o pensamento social sobre a maneira de falar o dialeto caipira. Da mesma forma que em piadas de baianos, de paulistas ou de cariocas identificamos traços que permitem entender esse sujeito pertencente à comunidade baiana, paulista ou carioca, as piadas analisadas apresentam características comuns ao que se acha do dialeto caipira. Assim, a piada quatro é a representação ideal desse modelo, mostrando um diálogo entre duas pessoas, que nos permite identificar como caipiras pela forma da escrita das palavras na piada. Isso contribui para o estereótipo de que "todo caipira fala 'errado' e é burro", já que os indivíduos não têm o conhecimento sobre a existência de mais de uma norma linguística e acreditam que os caipiras falam errado, refletindo isso nas piadas.

Essas construções, se não estão de forma explícita na piada, estão subentendidas e é importante, na escola, por exemplo, considerar o uso de piadas com essa temática, a fim de desenvolver o senso crítico do aluno e desconstruir o estereótipo, além de vencer a barreira do preconceito linguístico. Nágila Machado (2011), em um estudo sobre o uso das piadas em duas coleções de livros didáticos, conclui que

> Os LD, portanto, usam esse gênero de maneira rasa e sem propósito, limitando-se, pois, a atividades de identificação de elementos do texto como se esse tipo de atividade contribuísse para o desenvolvimento da proficiência na língua. A piada constitui-se, assim, como mero suporte de informações a serem extraídas para se trabalhar determinado conteúdo previamente definido pelos autores do LD (SANTOS, 2011, p.21).

Assim, mesmo apresentando a piada como um gênero a ser trabalhado no contexto escolar, os livros didáticos impõem um limite sobre a forma que os professores devem fazer isso. Fica claro, com essa afirmação, que o livro didático, da forma que foi elaborado, não se apresenta como um bom suporte para o aproveitamento efetivo da piada e nem para reflexões acerca da temática envolvida. Por isso, é necessária uma mudança de abordagem do gênero piada, saindo desse método pouco produtivo para um que permita o aproveitamento desse gênero em sua totalidade, discutindo sobre o tema, o estereótipo trazido, a estrutura e tudo o que compõe tal gênero.

4. Considerações finais

A ambiguidade é vista como um fator ímpar na elaboração de uma piada, ainda mais se esta for construída a partir de um estereótipo. Com esse trabalho, percebemos como a

ISBN - 978-85-7822-205-5

ambiguidade lexical, em particular, colabora para a construção de um rótulo: o caipira. Além disso, percebemos também o uso de processos fonológicos e outros recursos que atuam em conjunto com a ambiguidade lexical, a fim de reforçar o estereótipo construído.

Como se pode perceber, a piada é um gênero muito rico e produtivo para um trabalho em sala de aula. Para que seu aprendizado seja efetivo, é fundamental sair da zona de conforto do livro didático, caso ele não seja um bom suporte para o gênero. Também é interessante arriscar temas tidos como mais polêmicos, a fim de trabalhar com mais de um aspecto da piada e aproveitá-la da melhor forma possível, saindo do tradicionalismo e das regras impostas, mesmo indiretamente, que pouco colaboram para o ensino.

Referências bibliográficas

BORBA, Francisco da Silva. **Dicionário de usos do português.** São Paulo: Editora Ática, 2002. 1 ed.

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CARDOSO, Denise Porto. **Fonologia da Língua Portuguesa.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009. Disponível em: http://nead.uesc.br/arquivos/Letras/fonetica_fonologia/Fonologia_da_L%C3%ADngua_Portuguesa.pdf. Acesso em: 10 de jun de 2018.

FACIN, Débora; SPESSATTO, MarizeteBortolanza. O **preconceito linguístico em textos de humor: uma piada sem graça**. Roteiro, vol. 32, n° 2, 2007. Disponível em:<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/350>. Acesso em: 09 de jun de 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa.** Curitiba: Positivo, 2010. 5 ed.

POSSENTI, S. **O humor e a língua**. Ciência hoje. Vol. 30, n. 176, p. 72-74, out. 2001. Disponível em: <http://aescritanasentrelinhas.com.br/wp-content/uploads/2009/02/o-humor-e-a-lingua-texto.pdf>. Acesso em: 07 de jun de 2018.

SANTOS, Nágila Machado Pires dos**. O espaço das piadas no livro didático**. Horizonte Científico, vol. 5, nº 2, 2011. Disponível

ISBN - 978-85-7822-205-5

em:<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/5341>. Acesso em: 09 de jun de 2018.

VAL, Maria da Graça Costa. Gêneros, tipos e contextos sociais de circulação. In: Val, Maria da Graça Costa**. Produção escrita: trabalhando com gêneros textuais**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2007.

ISBN - 978-85-7822-205-5

GT 6:

DA NOMENCLATURA AO USO: ROMPENDO TRADIÇÕES DE ENSINO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Autora: Adriana Alves de Santana Santos
Mestranda em Letras – PROFLETRAS (UFS)
adrianaufs@hotmail.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Raquel Meister Ko Freitag (DLEV/UFS)

INTRODUÇÃO

O ensino de qualidade é uma preocupação que paira sobre todos que desejam ver a aprendizagem de fato acontecendo na vida dos discentes, isso não é diferente dentre os profissionais da educação. No entanto, nos vemos angustiados quando observamos os resultados dos alunos nas avaliações escolares, tanto internas quanto externas e também nas produções feitas por eles que, na maioria das vezes, não demonstram proficiência para empregar aspectos gramaticais abordados como conteúdo disciplinar, tampouco se expressam oralmente diante dos questionamentos propostos e defendem um ponto de vista com base nos conhecimentos linguísticos adquiridos.

Diante do exposto e analisando a conjuntura que favorece os problemas relacionados à leitura e compreensão de textos, constatamos que o ensino da disciplina de Português, na Escola Municipal Adília de Aguiar Leite, no município de Carmópolis, especificamente nas turmas dos 8º e 9º anos, do turno vespertino, não está contribuindo com o desenvolvimento linguístico dos alunos, pois não se observa aplicação dos conteúdos gramaticais na produção de textos, o que sugere um ensino desarticulado com a prática.

Essa reflexão surgiu a partir das aulas das disciplinas do Mestrado Profissional em Letras, que possibilitou um novo olhar sobre a prática docente, e permitiu constatar um ensino baseado em nomenclaturas e definições, distanciando-se da função que deve ser priorizada no ensino de Língua Portuguesa a fim de o aluno perceber as diferentes formas de expressar o conhecimento linguístico nas situações de comunicação.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Esse ensino voltado para as nomenclaturas não condiz com as orientações presentes nos documentos norteadores da educação, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 23), que preconizam:

> Nessa perspectiva, não é possível tomar como unidades básicas do processo de ensino as que decorrem de uma análise de estratos – letras/fonemas, sílabas, palavras, sintagmas, frases – que, descontextualizados, são normalmente tomados como exemplos de estudo gramatical e pouco têm a ver com a competência discursiva. Dentro desse marco, a unidade básica do ensino só pode ser o texto.

Embasamo-nos, também, no que diz o Referencial Curricular de Sergipe (SERGIPE, 2011, p. 73) sobre as habilidades que devem ser desenvolvida no ensino de Língua Portuguesa e sobre a qual nos debruçaremos neste texto, oportunizando condições de o aluno "interagir linguisticamente por meio de textos, nas situações de produção e recepção de sentidos em que circulam socialmente, que permite a construção de sentidos desenvolvendo a competência discursiva e promovendo o letramento".

Objetivando o desenvolvimento do aluno para aprimorar a sua competência discursiva e fazendo uso dos conhecimentos linguísticos para exercer seu papel de cidadão dentro de uma sociedade letrada, destacamos a importância de um trabalho pedagógico para minimizar as dificuldade em leitura e compreensão de texto, conhecimentos gramaticais para compreender e expressar seu ponto de vista nas relações interacionais.

CENÁRIO EDUCACIONAL

A realidade educacional do Brasil reflete uma incoerência entre o que está nas leis que norteiam a educação e o que de fato acontece. As políticas públicas desde a década de 90 colocaram mais de 90% das crianças em idade escolar dentro da escola, porém isto não garantiu o direito dessas crianças realmente aprenderem (FREITAS et al, 2017; FREITAG, 2017).

Em Sergipe, segundo os dados do QEdu, baseados no resultado da Prova Brasil de 2015, somente 21% dos alunos do 9º ano aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos. Dos 10.756 alunos, somente 2.258 demonstraram o aprendizado adequado na competência na Prova de Português. Isso comprova a deficiência das políticas públicas para garantir o ensino de qualidade a todos os alunos e mostrar que antigas concepções

ISBN - 978-85-7822-205-5

de ensino precisam ser revistas para dar oportunidades de acesso ao ensino de fato e de direito, conforme aponta o Referencial Curricular de Sergipe (BRASIL, 2011, p. 73), "retomar a história do ensino da Língua Portuguesa nos parece importante porque esclarece a prática atual, assim como, aponta aspectos a serem ultrapassados".

Em Carmópolis, município da região do Vale do Cotinguiba, em Sergipe, não é diferente, pois se encontra com a mesma problemática constatada no país e no estado relacionada à leitura e compreensão de textos, como é possível verificar nos resultados da Prova Brasil de 2015, que somente 29% dos alunos aprenderam o adequado nessa competência até o 9º ano, na Prova de Português.

Segundo dados do último censo do IBGE, o município possui uma população de 13.503 pessoas, um IDH 0,643 e uma taxa de escolarização de 97,3% na idade entre 6 a 14 anos. Apesar do baixo nível de escolarização da população adulta, entre os jovens a taxa está aumentando e encontra-se em desenvolvimento médio. A instituição pesquisada é a Escola Municipal Profª Adília de Aguiar Leite, situada no município descrito acima, que foi fundada no ano de 1997, e está localizada na Avenida José Amado Alves, S/N, no Bairro Trapiá I. Inicialmente, fora autorizada pela Resolução nº 012/97 do CEE e, hoje, pela Resolução provisória nº do CMECAR –Conselho Municipal de Educação de Carmópolis – SE.

Visamos desenvolver uma ação para minimizar os problemas já anunciados e que se referem à leitura e compreensão de texto, como é possível constatar nos dados nacionais sobre a prova em larga escala, que possui notas ainda abaixo da meta projetada para o município, consequentemente, para a escola em destaque. Levando em consideração todo esse cenário no qual os alunos estão inseridos, fazemos uma reflexão para identificar as causas que influenciam este problema e quais as contribuições que a disciplina de Língua Portuguesa pode dar para reverter essa situação, que dificulta a aprendizagem dos alunos e os impedem de se desenvolverem e obterem êxito como aluno e como cidadão inserido numa sociedade letrada.

O PROBLEMA DIAGNOSTICADO

As causas que estão associadas a este problema referem-se ao ensino desarticulado com a prática, a falta de exercícios contextualizados no livro didático que priorizem o uso desses conteúdos gramaticais, como também, a necessidade de formação continuada para profissionais

ISBN - 978-85-7822-205-5

que tiveram uma formação inicial baseada nesse ensino desarticulado e descontextualizado, pois, como afirma Rocha (2018, p. 10):

> Quanto mais preparado estiver o docente, melhor será o seu desempenho em sua aula, ao inserir na sua prática conhecimentos variados e mais apropriados à realidade social.
> Para isso, é preciso, assim como a sociedade, estar sempre em movimento, buscando informações sobre o que está sendo produzido em sua área de atuação.

Percebemos que a abordagem pedagógica na disciplina de Língua Portuguesa não tem seguido a perspectiva baseada no uso, mas levando em consideração somente as definições presentes nos instrumentos normativos, priorizando o ensino de nomenclaturas sem destaque para a prática. Nosso entendimento é de que é preciso rever esse ensino para adequar a forma como se deve ser ensinado esse conhecimento gramatical a serviço da comunicação, da interação na sociedade. Como podemos observar em Rocha (2018, p. 18):

> Considerando que a finalidade do ensino é o uso, dentro dessa perspectiva [...], visando instrumentalizar o aluno de modo a ter consciência sobre usos linguísticos, a entender e produzir textos de maneira eficiente, em níveis variados de formalidade.

Diante desse cenário e pautado nos objetivos dos documentos norteadores da educação, observamos o ensino de Língua Portuguesa, no município de Carmópolis, especificamente, nas turmas de 8º e 9º anos da Escola Municipal Profª Adília de Aguiar Leite andando na contramão.

Através de uma reflexão minuciosa da forma de se ensinar, foi possível perceber que o ensino da referida disciplina não está desenvolvendo as habilidades e competências elucidadas nos documentos que direcionam o ensino no Brasil. De acordo com os dados apontados acima sobre o nível de aprendizagem dos alunos do 9º ano do município analisado, a compreensão leitora não está sendo satisfatória neste grupo de alunos, como é possível visualizar através do desempenho superficial na Prova Brasil e nos textos produzidos em sala.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018,p. 65-66) propõe que:

> Ao componente Língua Portuguesa cabe proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens.

ISBN - 978-85-7822-205-5

As habilidades compartilhadas no Referencial, na BNCC e nos PCN devem estar associadas ao cotidiano do aluno, às práticas linguísticas para que o uso dos conteúdos gramaticais possa ser compreendido e adequado às diversas situações de comunicação.

Partindo da concepção de língua como sistema heterogêneo, decorrente do pareamento entre formas e funções e reconhecendo que, dentro deste sistema linguístico, nos deparamos com as normas cultas, consideradas de maior prestígio dentro da sociedade, almejamos desenvolver a consciência deste aluno para reconhecer as modalidades da língua, as adequações em cada uma, levando em consideração o contexto e o interlocutor, para então aprimorar as habilidades deste alunado a fim de serem competentes e mobilizarem seus conhecimentos lingüísticos para interagir nas diversas situações de comunicação.

OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM

A Base Nacional Comum Curricular reforça a ideia de que as aulas de Língua Portuguesa devem desenvolver no aluno a competência de:

> Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação e mídias, como compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos e continuar aprendendo (BRASIL, 2018, p.87).

A BNCC (2018, p. 63) ainda aponta sobre o desenvolvimento do senso crítico do aluno ao defender seu ponto de vista:

> Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.

Essa base legal é necessária para impulsionar o trabalho do docente e nortear o ensino pautado nos princípios básicos que precisam ser desenvolvidos no discente a fim de inseri-lo na sociedade de forma consciente e dando-lhe oportunidades para interagir nas diversas situações de comunicação.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Essa forma de ensino não é inovadora e já está presente nos Parâmetros Nacionais Curriculares de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998, p. 19), no que se refere ao desenvolvimento do aluno:

> Pela linguagem os homem e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes lingüísticos necessários para o exercício da cidadania.

Este é o modelo de ensino, evidenciado tanto no Referencial Curricular de Sergipe, nos PCN e na BNCC, que valoriza o desempenho do aluno nas diversas áreas e o torna apto a desenvolver seu papel na sociedade.

Para atingir os objetivos em relação à aprendizagem do aluno, o Referencial Curricular do Estado (SERGIPE, 2011, p. 82) afirma que a habilidade que deve ser desenvolvida nos alunos do 9º ano se refere à ação de "Entender as relações morfossintáticas, observando a sua importância para a produção de sentido".

São essas relações morfossintáticas que estão sendo o alvo da nossa inquietação, pois até que ponto elas estão atuando como instrumentos produtores de sentido para o aluno do 9º ano que está inserido nesse contexto já anunciado de problemas relacionados à leitura e compreensão. Além disso, é preciso observar como os estudantes se apropriam desse assunto gramatical para reconhecer o ponto de vista presente em cada texto e desenvolver o seu nas situações do cotidiano, pois, como vemos na BNCC (2018, p. 137),

> Os conhecimentos sobre a língua, as demais semioses e a norma-padrão não devem ser tomados como uma lista de conteúdos dissociados das práticas de linguagem, mas como propiciadores de reflexão a respeito do funcionamento da língua no contexto dessas práticas.

Diante do que foi analisado nos documentos norteadores da educação, percebemos que o ensino, de modo geral, e em particular nas turmas alvo do nosso estudo, precisa se embasar nestes princípios, pois a disciplina de Língua Portuguesa tem um papel importante no desenvolvimento do aluno e o docente necessita ter esse olhar voltado para o ensino fundamentado nas leis educacionais a fim de perceber qual o direcionamento pertinente que deve ser desenvolvidos nas referidas turmas para colher os objetivos almejados.

ISBN - 978-85-7822-205-5

MÉTODO

Analisando a conjuntura educacional do Brasil, de Sergipe e de Carmópolis, é notável uma necessidade de mudança, pois o ensino precisa chegar ao discente e transformá-lo, gerar ações que o leve a agir em torno de si mesmo e da sociedade onde vive.

No dia a dia, acabamos nos acostumando com a forma como ensinamos, na maioria das vezes nos apoiamos em exercícios tradicionais presentes no livro didático e o aluno se adaptando ao estilo deste manual, reconhecendo as formas mais práticas de responder as questões, porém nos textos, esses assuntos passam despercebidos, pois o que foi feito nos exercícios propostos não passaram de atividades mecânicas referentes à nomenclatura, sem ter uma conexão com a prática, como afirma Maher (1987).

Por que não fazer o aluno perceber, por exemplo, que através das orações subordinadas adverbiais depreendemos sentidos que nos levam a compreender o posicionamento do autor do texto sobre o assunto tratado? Não é comum na aula de Português iniciar algum assunto gramatical analisando as informações presentes dentro do texto no qual o assunto está inserido, é mais prático e cômodo observar, neste caso das orações, as conjunções presentes e classificá-las.

Ao analisar os documentos norteadores da educação, percebemos a incoerência entre essas diretrizes e a forma como o ensino vem costumeiramente sendo realizado, sem relação com a prática, não levando em consideração o senso crítico do aluno e a sua inserção numa sociedade letrada. Segundo Freitag (2017, p. 98):

> Ao tomar a gramática como bíblia e aceitar seus dogmas, a escola, em especial o professor de Língua Portuguesa, mata a capacidade de o aluno confiar nos seus julgamentos, na sua capacidade de inferência. Ensinar gramática deve ser, também, o momento de exercitar a inferência.

Com base nisso, analisamos as atividades inseridas no livro didático e comprovamos que o ensino está sendo apoiado em manuais pautados no tratamento da nomenclatura, o que

ISBN - 978-85-7822-205-5

dificulta o desenvolvimento da habilidade discursiva do discente que precisa estar preparado para se comunicar em diversas situações e contextos.

Vejamos um exemplo retirado do livro didático do 9º ano adotado pela escola analisada:

Modelo de Questão: Reescreva os pares de orações a seguir em um só período, empregando a conjunção adverbial (elemento coesivo) que estabeleça a relação determinada entre parênteses. Se houver necessidade, faça alterações em outros elementos do texto para garantir a coerência.
a) Os recursos naturais estão se esgotando. Não há utilização racional daquilo que a natureza oferece. (Relação de causa) b)O jovem tem certeza de seus sentimentos. O jovem não se sente seguro para tomar decisões definitivas em relação ao amor. (relação de concessão, oposição) c) Os jovens devem praticar atividades esportivas. Eles terão uma vida mais saudável. (relação de finalidade) d) A atmosfera do planeta está sendo alterada. Os gases emitidos pelas indústrias comprometem a camada de ozônio. (relação de alteração proporcional) e) O estado de saúde do paciente é grave. Os médicos dizem que ele pode melhora. (relação de oposição) f) Não poderemos montar o acampamento. Chove forte. (relação de condição) g) Não poderemos montar acampamento. Chove forte. (relação de causa)

Fonte: BORGATTO, Ana Maria Trinconi et al. Projeto Teláris: português: ensino fundamental 2. 2.ed.- São Paulo:Ática, 2015, p151.

Neste tipo de atividade, percebemos um exercício mecânico, sem aplicabilidade na sociedade em que o aluno está inserido, pois o aluno pode até decorar as conjunções, mas estas não serão utilizadas em seus textos pelo fato de não terem sido visualizadas dentro de um contexto, somente em frases soltas sem interação. Esses exercícios inseridos no livro didático não dão oportunidade de o aluno perceber a quem se refere a informação trazida nas orações, ou seja, se a mesma já apareceu em um outro momento dentro do texto ou se pretende atingir alguém para persuadir sobre algum assunto, pois sem o contexto fica impossível fazer algumas inferências relevantes para o desenvolvimento do senso crítico do aluno.

As atividades voltadas à identificação de nomenclatura não estimulam o aluno a buscar o conhecimento, assim como a forma de ensinar gramática pautada em exercícios descontextualizados não favorece a motivação extrínseca no aluno, consequentemente, o

ISBN - 978-85-7822-205-5

discente chega a escola sem motivação intrínseca e se depara com situações que não o estimula, dificultando ainda mais a sua aprendizagem, como destacam Freitag et al, (2017, p. 2):

> Na escola, um estudante é intrinsecamente motivado quando se mantém na tarefa pela atividade em si, um aluno é extrinsecamente motivado quando o seu objeto em realizar dada tarefa é obter recompensas externas, materiais ou sociais. A escola assume um papel global no componente motivacional e a relação aluno-professor-escola deve ser tomada como ponto de partida para entender os fatores que levam o aluno a sentir-se motivado ou desmotivado.

Almejamos contribuir nas aulas de Língua Portuguesa a partir do uso dos conhecimentos gramaticais para depreender os sentidos a partir de cada contexto, e especificamente apresentar uma proposta de atividade baseada nas orações subordinadas adverbiais, a fim de levar o aluno a perceber os sentidos presentes nas orações, e fazê-lo reconhecer a finalidade apontada no texto através do ponto de vista do autor que é possível perceber nesse tipo de oração.

A manipulação das informações presentes nas orações subordinadas pode ser trabalhada nas aulas de Língua Portuguesa com os alunos já citados a fim de descortinar os sentidos presentes nelas e perceber o ponto de vista do autor presente nestas informações. Com essa atividade, o aluno poderá perceber qual a intenção trazida no texto para persuadir o leitor, qual o ponto de vista defendido pelo autor sobre o assunto tratado que de certa forma tenta influenciar o leitor para se convencer de que aquela informação trazida é a verdadeira. Ao perceber isso, o aluno terá oportunidades de desenvolver seu senso crítico e mobilizar seus conhecimentos linguísticos para defender seu ponto de vista nesta ou em outras situações de comunicação. O aluno, ao perceber esse jogo com as palavras, as informações inseridas nas orações e os recursos lingüísticos que foram mobilizados para atingir o leitor, estará desenvolvendo seu pensamento crítico (MAIA, 2006 apud RIBEIRO, 2017, p. 10).

Através desta pesquisa-ação na turma referida poderemos verificar se constam exercícios no livro didático do aluno que o auxilie a perceber essas orações presentes nos textos e com quais sentidos elas aparecem, com qual finalidade e se as mesmas induzem o aluno a praticar alguma ação; dessa forma, será possível perceber se as competências e habilidades referentes à análise linguística estão sendo desenvolvida no aluno com o auxilio do livro didático. Outro ponto que pode ser investigado é se a compreensão dessas orações ou o desenvolvimento dessa competência pode ajudar o aluno a melhorar seu desempenho nas provas de larga escala, a exemplo da Prova Brasil.

ISBN - 978-85-7822-205-5

RESULTADO

O resultado do ensino desarticulado com a prática é refletido nos índices do Ideb, que foi de 3,5, na escola citada, abaixo da meta projetada para o ano de 2015, que deveria ter alcançado 4,1. Aparece também na produção de texto dos alunos, em que encontramos pouca progressão temática, ausência de emprego de conteúdos gramaticais que foram estudados, mas não foram assimilados pelo fato destes não terem sido passados de forma contextualizada, não terem sido trabalhados dentro do texto, mas somente em frases soltas para cobrar as definições e classificações, desarticuladas com a prática, levando o aluno a visualizar os assuntos, mas não compreendendo a sua função dentro do texto, e, consequentemente, não fazendo uso desses conteúdos pelo fato de não saber como utilizá-los para levar aos seus propósitos comunicativos.

A partir do PROFLETRAS - Mestrado Profissional em Letras, foi possível vislumbrar um novo cenário para as aulas de língua Portuguesa, pois através das reflexões das novas concepções de ensino pautadas no texto e no contexto, chegamos a conclusão que antigas concepções de ensino precisam dar lugar a essa nova visão associada ao uso, mostrar como de fato a língua se manifesta na interação social, isso se confirma na ideia de Freitag (2017, p. 66-67):

> É neste espaço que encontraremos a receita do como ensinar, na medida em que o programa, ao ser voltado para o desenvolvimento de um produto pedagógico, propicia a integração entre resultados descritos e práticas pedagógicas, com a possibilidade de testagem de sua efetividade.

O mestrado profissional auxilia na formação continuada do professor para refletir a prática e dar subsídios de reformular sua didática a fim de desenvolver no aluno as habilidades e competências necessárias para uma participação efetiva na sociedade letrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da problemática e com base nos dados das Avaliações em larga escala, a exemplo da Prova Brasil e baseando-se nos documentos que embasam a educação é possível perceber que a prática está desnorteada e não está trazendo bons resultados e desenvolvimento dos alunos

ISBN - 978-85-7822-205-5

da referida escola. Percebe-se um problema relacionado à leitura e compreensão textual, sendo assim, pautados nesses documentos e embasados nos dados das provas aplicadas na escola, surge uma reflexão a cerca da prática docente no sentido de se desvincular de teorias e práticas incoerentes com a nova realidade que urge pelo aprimoramento das habilidades e competências do aluno. Esta urgência para o aprimoramento das habilidades enunciadas acima é reiterada por Fuza e Menegassi (2009, p. 14):

> A prática da leitura é um dos meios responsáveis pelas relações sociais entre sujeitos, uma vez que possibilita o acesso do indivíduo ao mercado de trabalho, além de promover a reflexão sobre diferentes realidades, favorecendo a formação de um estudante-leitor crítico.

Para isso, a mediação do professor se faz necessária nas aulas de Português e a sua intervenção para sanar as possíveis falhas nos exercícios do livro didático, pois até que ponto este auxilia ou prejudica o ensino baseado no USO – REFLEXÃO – USO, como orientam os PCN.

Portanto, a fim de desenvolver a capacidade crítica dos alunos, fazendo-os observar o léxico utilizado, os assuntos gramaticais mobilizados para estruturar os textos, oral e escrito, utilizados nas aulas de Língua Portuguesa, tecemos reflexões acerca dos desafios da mudança de atitude em relação à prática docente que dê oportunidade de o aluno se desenvolver e aplicar seus conhecimentos tanto dentro da sala de aula como na sociedade. Objetivamos contribuir para o desenvolvimento do aluno enquanto estudante e cidadão que precisa exercer seu papel na sociedade.

REFERÊNCIAS

BORGATTO, Ana Maria Trinconi et al. **Projeto Teláris: português: ensino fundamental 2**. 2.ed.- São Paulo:Ática,2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC,2018.Disponívelem:<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília : MEC/SEF, 1998.106 p. Disponível

ISBN - 978-85-7822-205-5

em:portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf

FREITAS, Luiz Carlos et al. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017.

FREITAG, Raquel Meister Ko.. **A mudança linguística, a gramática e a escola**. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 18, n.37, p. 63 - 91, maio/ago. 2017.

FREITAG, Raquel Meister Ko et al. **Enem: motivações e expectativas de estudantes da rede pública estadual de Sergipe**. Scientia Plena, v. 13, n. 5, 2017.

FREITAG, Raquel Meister Ko. **O Dogma do Sujeito e Outros Dogmas**. Diadorim: revista de estudos linguísticos e literários, v. 19, n. 2, p. 95-106.

MAHER, Terezinha Machado. **O Adjetivo...Quem diria? Apontamentos para um trabalho em sala de aula.** Trabalhos em Linguística Aplicada. Mestrado IEL-UNICAMP, 1987. Nº 9 PP 85-87.

RIBEIRO, Sara Bezerra dos Santos. **O processamento da oração principal: perspectivação e ponto de vista do período**. Palimpsesto, Rio de Janeiro, n. 25, jul.-dez. 2017, pp. 414-441. Disponível em: < http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num25/estudos/palimpsesto25estudos03pdf. >. Acesso em: 06/07/2018. ISSN: 1809-3507

ROCHA, Ariana Góes. **Circunstanciadores temporais em narrativas escritas**. 2018. Relatório (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Letras , Universidade Federal de Sergipe , 2018.

SERGIPE. **Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Sergipe**. Sergipe: Aracaju, 2011. Disponível em: https://www.seed.se.gov.br/arquivos/Referencial%20Curricular_final.pdf. Acesso em: 02/07/2018.

www.qedu.org.br/estado/126-sergipe/aprendizado. Acesso em: 02/07/18.

www.qedu.org.br/escola/103712-em-professor-adilia-de-aguiar-leite/aprendizado.

Acesso em: 02/07/18.

https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em 12/06/18.

ISBN - 978-85-7822-205-5

AVALIAÇÃO SOCIAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS QUANTO AO FENÔMENO DA MONOTONGAÇÃO

Autora: Damiana Karina Vieira Borges
Graduanda em Letras Português pela Universidade Federam de Sergipe
Bolsista voluntária Pibic (UFS)
karina-britney22@hotmail.com

Orientadora: Profa. Ma. Andréia Silva Araujo (PPGL/UFS)

INTRODUÇÃO

Todas as línguas são um sistema inerentemente variável, dinâmico e vivo, ou seja, são entidades heterogêneas, que sofrem variações, as quais se adaptam à estrutura linguística (SEIDEL; MAGALHÃES, 2011). Isso ocorre pelo fato de que não falamos exatamente igual ao outro mesmo que possuamos a mesma língua ou variedade dialetal. Isto é, como a linguagem é um fator social (FARACO, 2012), no momento das relações sociais, os indivíduos manifestam-se de maneiras diversas ao falar de acordo com o ambiente em que estão (formal ou informal), com a origem regional, com a escolaridade, com a classe social, entre outros.

Percebe-se, portanto, que "qualquer língua, falada por qualquer comunidade, exibe sempre variações" (ALKMIM, 2001, p. 33) e que nenhuma língua pode ser considerada como homogênea e invariável. Em toda comunidade há a presença da variação, isto é, vários modos de se dizer algo com o mesmo valor de verdade ou representacional em um mesmo contexto. Disso decorre a variável linguística, esta que é constituída por um conjunto de variantes, duas ou mais formas concretas de uso, e elas podem ser "determinadas por uma ou mais variáveis independentes de natureza linguística ou extralinguística" (CAMACHO, 2001, p. 56).

No português brasileiro, é possível encontrar vários fenômenos linguísticos em variação, e um deles é o fenômeno da monotongação, que consiste na redução da semivogal do ditongo, por exemplo, nos ditongos decrescentes (p[ej]xe ~ p[e]xe, p[ow]co ~ p[o]co e c[aj]xa ~ c[a]xa); crescentes (paciênc[ja] ~ paciênç[a], ciênc[ja] ~ ciênç[a]) e nasais (cantar[am] ~ cantar[u], viag[em] ~ viag[i]). Dentre esses tipos de monotongação, interessa-nos a que ocorre em ditongos decrescente e nasais.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Os ditongos mais favoráveis à redução da semivogal são os decrescentes [ej], [ow] e [aj], mas dentre estes, o ditongo [ow] sofre mais a redução da semivogal e esta tem sido na fala cada vez mais recorrente independentemente de fatores sociais ou linguísticos (Cf. LOPES, 2002; FARIAS; OLIVEIRA, 2003). Já em relação a redução do ditongo nasal átono final, que pode realizar-se com ou sem nasalidade, acontece tanto em nomes, como em viag[em] ~ viag[i], quanto em verbos, como em cantar[am] ~ cantar[w]. Entretanto, de acordo com Schwindt e Bopp da Silva (2009), a redução do ditongo nasal é mais favorável nos nomes do que nos verbos. Isso porque os verbos são mais resistentes ao processo de redução e que esse fator poderia estar relacionado, ainda segundo os autores, ao "efeito do papel mórfico da nasal nessas formas, isto é, que o processo poderia apresentar maior resistência à aplicação do processo quando a forma verbal produto da nasal reduzida se confundisse com outra forma verbal" (SCHWINDT; BOPP DA SILVA, 2009, p. 32-33).

Vários estudos no país já foram feitos sobre a redução de ditongos, dentre eles: Silva (1997), Lopes (2002), Farias e Oliveira (2003), Pereira (2004), Amaral (2005) e etc, sobre a redução dos ditongos decrescentes; e Battisti (2000), Schwindt e Bopp da Silva (2009), Pedrosa (2014), Soares (2015) e Mendonça et al (2017), sobre a redução do ditongo nasal átono final. Contudo, esses autores não se propuseram a identificar avaliação social dos falantes em relação a esse fenômeno linguístico, mas somente sobre sua reprodução, evidenciando assim, a necessidade de realizar um estudo nesse âmbito.

Diante dessa constatação, surgiram os seguintes questionamentos: qual o nível de consciência que os falantes têm em relação à ocorrência do fenômeno da monotongação e como eles o avaliam? Será que as avaliações dos falantes sobre a monotongação dos ditongos decrescentes (d[ow]tor ~ d[o]tor) e nasais (ont[em] ~ ont[i]) são diferentes? Com intuito de responder a tais indagações, neste artigo, objetivamos identificar qual avaliação social que os estudantes universitários da Universidade Federal de Sergipe, Campus Prof. Alberto Carvalho – Itabaiana/SE, fazem perante o fenômeno da monotongação em ditongos decrescentes[44] e nasais.

Na seção a seguir, discutimos sobre avaliação social que as variedades linguísticas recebem; em seguida, apresentamos os procedimentos metodológicos; os resultados e discussão a respeito da pesquisa; e, por fim, nossas considerações finais.

[44] Em relação aos ditongos decrescentes, objetivamos constatar a avaliação social que os falantes universitários da cidade de Itabaiana/SE fazem apenas sobre a redução do ditongo [ow].

ISBN - 978-85-7822-205-5

AVALIAÇÃO SOCIAL DAS VARIEDADES LINGUÍSTICAS

As formas linguísticas em variação, muitas vezes, possuem uma forte distinção entre elas, o que pode levá-las a adquirir avaliações e valorações também diferentes (FREITAG et al, 2016). Contudo, essa diferenciação valorativa "nasce não da diferença desta ou daquela forma em si, mas do significado social que certas formas linguísticas adquirem nas sociedades" (FARACO; TEZZA, 1992, p. 51). Isso porque as formas em variação podem adquirir valores, por exemplo, em função do poder e da autoridade que os falantes possuem nas relações econômicas e culturais (Cf. CAMACHO, 2001).

No intuito de identificar o tipo de avaliação social que as variedades linguísticas podem receber, Labov (2008) trata de três categorias: **os indicadores**, traços linguísticos que tem pouca força avaliativa na sociedade e que são usados por cada indivíduo mais ou menos do mesmo modo em qualquer contexto; **os marcadores**, traços linguísticos sensíveis à avaliação social e estão relacionados a variação estilística (estilos de fala); e **os estereótipos**, as formas linguísticas são fortemente marcadas socialmente pelo falante.

Dessa forma, correlacionando com o fenômeno em estudo, a realização do ditongo crescente (polí**ia**) é a variante padrão e a não realização deste (poli**ça**), ou seja, a forma monotongada, é a variante não padrão, a qual, geralmente, é estigmatizada socialmente. No entanto, conforme mencionamos, essa ideia de que uma é melhor que a outra, não ocorre por acaso, foi imposta pela classe dominante, cuja é a minoria. Além do mais, como ela é a detentora da variedade de prestígio e possui mais poder aquisitivo, tem a capacidade de veicular essa forma, considerada como a "melhor", através das instituições, a exemplo da escola, os meios de comunicação etc.

Já a outra forma, a "não padrão", é considerada como deturpadora da língua. No fim das contas, essa forma é tida como inferior e, ocasionalmente, acabam associando também essa inferioridade ao falante só por utilizá-la, pois ele acaba sendo visto como aquele que se afasta do "padrão de linguagem". E, consequentemente, o falante sofre coerções e é julgado pejorativamente.

Com isso, percebemos que essa não aceitação e/ou desvalorização de uma determinada forma linguística sustenta não apenas o preconceito linguístico, mas também o preconceito social, porque além de julgar a variedade linguística que o falante usa, também está o julgando. Vemos então que situações como essa decorrem da forma errônea que são vistas as variedades "não padrão" e, muitas vezes, essas variáveis estigmatizadas são associadas aos estereótipos

ISBN - 978-85-7822-205-5

linguísticos: do bonito x feio, do certo x errado, do que pode ou não pode ser usado, ou seja, favorecendo a crença de padrões, geralmente, estabelecidos socialmente (Cf. SANTIAGO, 2017). Sendo assim, a avaliação social do informante quanto ao fenômeno linguístico depende do tipo de nível de consciência (indicador, marcador ou estereótipo) que o falante possui deste, o qual é determinado, geralmente, pelo grau de distanciamento da norma padrão e das normas linguísticas compartilhadas pelos grupos sociais dos quais fazem parte os falantes.

Por isso que a avaliação social que os indivíduos fazem sobre determinado fenômeno pode contribuir para a constituição da identidade linguística deles (FREITAG, 2016, p. 6), como também, ajuda a compreender como eles se manifestam ou reagem à variação/mudança linguística.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada à luz dos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista (WEINRICH; LABOV; HERZOG, 2006; LABOV, 2008), no âmbito da avaliação social. Para tanto, coletamos a avaliação de 60 estudantes (30 homens e 30 mulheres) da Universidade Federal de Sergipe, Campus Prof. Alberto Carvalho – Itabaiana/SE.

Como procedimento metodológico, a coleta da amostra partiu da aplicação de um questionário[45] composto por seis perguntas subjetivas/abertas sobre cada tipo de monotongação para verificar se os estudantes possuem uma avaliação positiva ou negativa sobre o fenômeno em estudo. As perguntas do questionário que elaboramos para aferir a avaliação social dos informantes perante o fenômeno da monotongação foram as seguintes:

1- Falar **“cenôra”**, **“ôro”, “dotor”** é comum onde você mora?
2- Você fala assim? Caso a pessoa tenha respondido não, pergunte o porquê.
3- O que você acha desse jeito de falar?
4- Você acha que esse jeito de falar é típico de algum lugar? E aqui em Sergipe?
5- Você acha que esse modo de falar tem a ver com o nível de estudo da pessoa? Por quê?
6- Você acha que as pessoas que falam desse modo sofrem preconceito? Por quê?
7- Falar **“cantaru”, “viagi”, “onti”** é comum onde você mora?
8- Você fala assim? Caso a pessoa tenha respondido não, pergunte o porquê.
9- O que você acha desse jeito de falar?
10- Você acha que esse jeito de falar é típico de algum lugar? E aqui em Sergipe?
11- Você acha que esse modo de falar tem a ver com o nível de estudo da pessoa? Por quê?

[45] O questionário possui perguntas sobre vários fenômenos linguísticos além do focalizado nesta pesquisa, isso porque os dados coletados servirão para o desenvolvimento de outras pesquisas vinculadas ao projeto *Banco de dados Falares Sergipanos - Etapa 2: Percepção e atitudes linguísticas*, coordenado pela Profa. Dr.ª Raquel Meister Ko. Freitag.

ISBN - 978-85-7822-205-5

12- Você acha que as pessoas que falam desse modo sofrem preconceito? Por quê?

Essas perguntas foram elaboradas com base nos estudos de Cardoso (2015) e de Freitag e Santos (2016), sendo que as perguntas 1 e 2 estão relacionadas ao emprego do fenômeno, as quais envolvem as noções de percepção e crenças; vincula-se ao questionamento 3, os aspectos estéticos/de adequação, como o falante qualifica a língua (“bonita” – “feia”; “correta” – “errada”), ou seja, como julga o fenômeno; a pergunta 4 refere-se ao aspecto geográfico, isto é, se o falante é capaz de correlacionar as realizações a uma determinada região geográfica; já os questionamentos 5 e 6 referem-se aos aspectos sociais, em que visavam saber do informante se o modo de falar as formas em estudo está relacionado ao grau de estudo da pessoa e se os indivíduos que as utilizam podem sofrer preconceito linguístico. Para o presente artigo, utilizaremos apenas as perguntas referentes ao emprego do fenômeno e aos aspectos estéticos/de adequação. Cabe ressaltar que todos esses aspectos estão intrinsicamente relacionados a questão social, inserindo-se, portanto, no escopo da avaliação social.

Os dados, referentes às respostas dos informantes a cada pergunta sobre a monotongação dos ditongos decrescente e nasais, foram tabulados e submetidos ao programa estatístico RStudio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, tecemos nossos resultados sobre a monotongação dos ditongos decrescentes e nasais, os quais foram obtidos através da aplicação do questionário referido na seção anterior. Para tanto, dividimos esta seção em duas subseções, a saber: emprego do fenômeno e aspectos estéticos/de adequação.

EMPREGO DO FENÔMENO

No questionário, havia duas perguntas sobre o emprego do fenômeno, a fim de saber: se os estudantes responderiam que as pessoas da cidade monotongam ou não os ditongos decrescentes ou nasais (isto é, se percebem a ocorrência ou não do fenômeno em questão), bem como se responderiam que eles mesmos utilizam ou não o fenômeno.

ISBN - 978-85-7822-205-5

No que concerne ao questionamento sobre o emprego da monotongação dos ditongos decrescente e nasal, os resultados evidenciaram que a maioria dos informantes que responderam ao questionário afirmou, mesmo tendo consciência ou não da forma variável, que é comum o uso desses tipos de monotongação onde eles residem, como podemos observar no Gráfico abaixo:

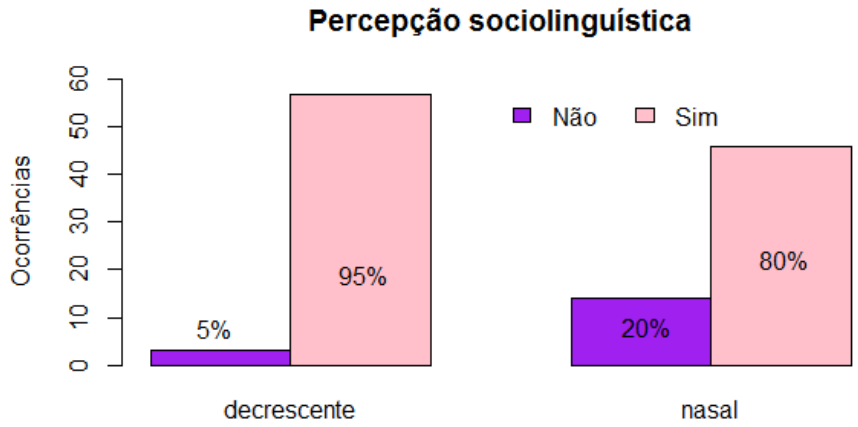


Gráfico 7: Percepção dos estudantes quanto ao emprego da monotongação decrescente e nasal na cidade em que mora

A partir do Gráfico 1, é possível constar que, em relação à monotongação do ditongo [ow], 95% dos estudantes afirmaram que há o uso da forma monotongada onde residem. De forma semelhante, os resultados evidenciaram que 80% dos estudantes percebem o uso da redução do ditongo nasal na cidade em que moram. No entanto, 5% e 20% dos estudantes mostraram um posicionamento contrário sobre o fenômeno, pois eles acreditam que as formas reduzidas dos ditongos decrescente e nasal, respectivamente, não são comuns onde moram. Dentre eles, está a estudante (fs.05), que afirmou que as formas monotongadas não são comuns onde elas moram, isso porque ela acredita que onde ela mora se "fala com o u ouro doutor assim com o u normal".

Entretanto, mesmo que alguns estudantes tenham negado a presença da forma monotongada dos ditongos decrescente e nasais, em suma, ficou perceptível uma aceitação tanto do fenômeno da monotongação no ditongo [ow] quanto em relação à forma monotongada do ditongo nasal. Dessa forma, tais resultados podem ser um indício de que esses tipos de monotongação não são estigmatizados, principalmente, em contextos de ditongo decrescente.

ISBN - 978-85-7822-205-5

O Gráfico a seguir expõe os resultados obtidos quanto à avaliação dos estudantes em relação ao emprego do fenômeno com o intuito de saber se eles utilizam a forma monotongada de [ow] e do ditongo nasal.

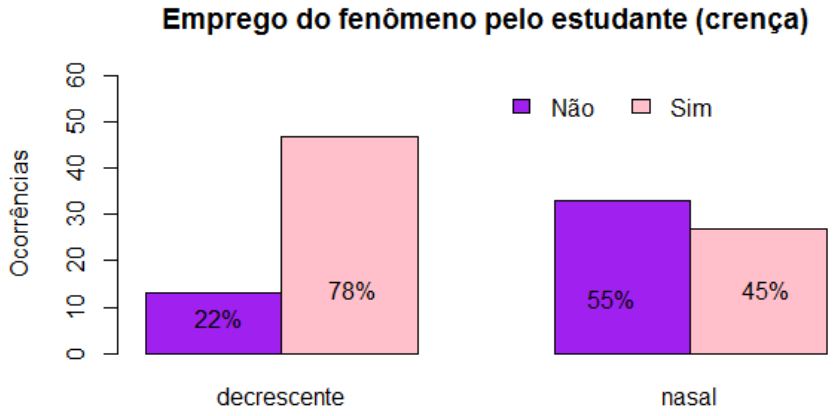


Gráfico 2: Emprego da monotongação decrescente e nasal pelo estudante

Os resultados evidenciaram, conforme o Gráfico 2, que 78% dos estudantes acreditam que fazem uso da forma reduzida de [ow] e apenas 22% afirmaram não usar. Já em relação a forma monotongada do ditongo nasal acontece o contrário, a maioria dos estudantes (cerca de 55%) disse não utilizar o fenômeno; sendo assim, somente 45% dos estudantes disseram que reduzem o ditongo nasal. Observemos os trechos a seguir com as respostas de alguns dos estudantes:

> (1) INF: *não sei acho que também influencia a escolaridade os anos daí a gente vai deixando pra trás um pouquinho dos hábitos mas antes sim quando tiver em casa também falando assim daí você acaba pegando o vício* (fs.15) – monotongação de ditongo decrescente.
> (2) INF: *porque até então eu sei que é errado mas ouvi alguma pessoa falando é normal eu sei que aquela pessoa não teve o que eu tive* (ms.41) – monotongação de ditongo nasal.

Em (1), constata-se que a estudante alega que é devido a influência da escolaridade que não monotonga o ditongo decrescente e que com o passar dos anos “a gente vai deixando pra trás um pouquinho dos hábitos” (fs.15). Em relação à redução do ditongo nasal, o estudante (ms.41) afirma que, mesmo sabendo que a forma é errada, ouvi as pessoas falarem desse modo e que elas falam assim porque não tiveram o que ele teve, isto é, a escolaridade.

É importante ressaltar que alguns dos informantes tiveram uma interpretação não esperada ao serem questionados sobre a monotongação do ditongo decrescente. Isso se deve ao fato destes não terem avaliado a redução do ditongo descrescente após o pesquisador

ISBN - 978-85-7822-205-5

pronunciar as palavras com esse tipo de ditongo. Um dos estudantes avaliou o aspecto semântico das palavras "ouro, cenoura, doutor", conforme exemplo (3); e quatro estudantes atentaram-se a pronúncia do R nas palavras, principalmente em "doutor", como podemos ver em (4).

(3) INF: *normal é o nome- o nome do alimento do- o material ai é o ôro e dotor é o que se chama médico geralmente se chama de dotor* (ms.47).
(4) INF: *acho que em todo canto- em todo canto não porque algum vai puxar doutor doutor ouro cenoura já fica nivelado em alguns cantos do Brasil vão falarem normal mas em outros vão puxar o erre vão puxar o essi* (ms.40).

Quanto à redução do ditongo nasal, alguns estudantes tiveram um estranhamento sobre a forma monotongada "cantaru" e alegaram que a forma nasal reduzida "cantaru" não é comum onde eles residem somente as outras duas "viagi" e "onti", como podemos conferir, a título de exemplificação, em (5).

(5) INF: *a primera não mas onti viagi é esse é usual é bem usado* (ms.36).

Então, fica claro que o que mais causa estranheza aos informantes é a forma monotongada nasal "cantaru", por isso que ao escutarem a forma reproduzida por outro acreditam que somente ele a produz daquele jeito e quando questionados se a usam, acabam por negar a utilização da forma. Em contrapartida, a forma reduzida do ditongo, como em "viagi" e "onti", embora não estejamos avaliando essas formas em si separadamente e, sim, a monotongação dos ditongos nasais de modo geral, tratando-se apenas de exemplos de palavras com o fenômeno, ela demonstra ser mais aceita. Talvez, esse fato esteja relacionado à saliência vocálica da forma *-em* reduzida a [i] ser menor, como acontece também quando há a alternância vocálica de [e] para [i] em final de palavras como "gente" – [ʻgẽti] ou até mesmo [ʻgẽtʃi], a forma africada.

A seguir analisamos a avaliação dos informantes em relação ao aspecto/de adequação estético sobre as formas em estudo.

ASPECTO ESTÉTICO/DE ADEQUAÇÃO

No questionário aplicado aos estudantes, consta a pergunta "O que você acha desse jeito de falar?" para cada tipo de monotongação – decrescente e nasal. Através desta pergunta, foi possível verificar qual o julgamento dos estudantes frente ao fenômeno a partir de respostas que englobam o aspecto estético (bonita/feia), o aspecto de adequação (normal, correto, errado)

ISBN - 978-85-7822-205-5

ou o uso de outras palavras (estranho, engraçado, diferente, praticidade, cultural). No Gráfico 3, estão expostos os resultados obtidos através dessa pergunta.

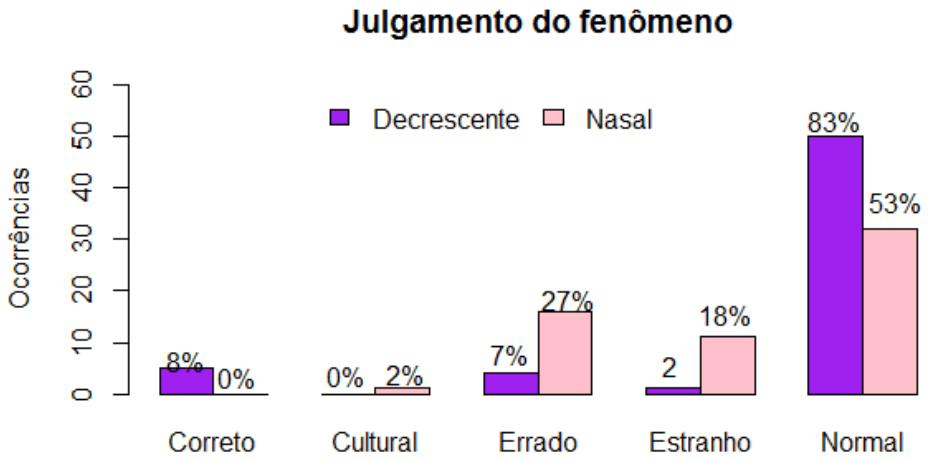


Gráfico 3: Julgamento da monotongação decrescente e nasal pelo estudante

Os resultados evidenciam, conforme o Gráfico 3, em relação ao contexto "cenôra", "ôro", "dotor", que os estudantes tiveram um julgamento bastante positivo quando avaliaram o fenômeno, com dados percentuais de 83% para "normal" e 8% para "correto". No entanto, 7% dos falantes avaliaram o fenômeno como "errado" e 2% como "estranho". Confiramos os excertos a seguir:

> (6) INF: *é uma forma simples a gente só tá pronunciando a palavra normal comumente* (fs.14).
> (7) INF: *acho o jeito mais normal de falar pra minha região possa ser que outras regiões as pessoas não achem normal* (ms.48).

Nota-se que os estudantes ao explicarem sua avaliação consideram a forma monotongada como "normal" e "simples", e que é comum falar na região deles. Com isso, percebemos, então, que a forma reduzida do ditongo [ow] não sofre coerções sociais mesmo estando no nível (ou não) da consciência do falante e que as crenças que eles têm em relação à forma monotongada são positivas e sem indícios de qualquer preconceito linguístico por parte dos informantes, embora 7% dos informantes tenham avaliado a forma como "errada".

No entanto, em relação à forma reduzida do ditongo nasal, os resultados evidenciaram que 53% dos falantes avaliaram a forma como "normal", 27% consideram como "errado", 18% como "estranho" e 2% como "cultural". Porém, vale ressaltar que alguns informantes, ao darem

ISBN - 978-85-7822-205-5

sua opinião sobre a forma monotongada nasal, explicaram o porquê da sua avaliação, como podemos ver nos excertos a seguir:

> (8) INF: *uma forma meio incorreta de falar... mas assim eu falo meio por causa do- por exemplo ah você dependendo do contexto do lugar onde você esteja você não estará falando corretamente uma questão muito de se você estiver entendendo se eu estiver entendendo* (ms.33).
> (9) INF: *normal também como semp- como eu falei na outra pergunta... se for pro acadêmico aqui pro meio acadêmico na norma isso não pode... mas lá fora sim* (ms.34).

Percebemos, então, que os estudantes (ms.33) e (ms.34), embora ambos avaliem a forma reduzida diferentemente, eles acreditam que a forma monotongada deve ser utilizada em contextos distintos, isto é, em situações formais ou informais dependendo do lugar que as pessoas estejam e a situação que for exigida para elas. Além de que, como alega o informante (ms.33), é "*uma questão muito de se você estiver entendendo se eu estiver entendendo",* ou seja, se existe uma compreensão no momento da interação, no momento da utilização da monotongação.

Na seção a seguir, tecemos nossas considerações finais a respeito dos resultados obtidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, os resultados nos evidenciaram que a consciência dos falantes sobre a ocorrência do fenômeno da monotongação nos ditongos decrescentes e nasais é alta. Quanto ao emprego da forma pelos falantes, os resultados mostraram que, em relação à forma reduzida de [ow], os estudantes afirmaram utilizá-la e que ela é comum onde eles residem. Diferentemente acontece com a monotongação em ditongo nasal, pois mesmo que os falantes tenham consciência da forma, acabam por negar o seu uso para si, embora a diferença entre o (não) emprego não tenha sido tão significativa.

No aspecto estético/de adequação, a monotongação de [ow] foi avaliada mais positivamente, uma vez que foram associados a esta os adjetivos "normal", "correta". Já em relação à redução do ditongo nasal, as avaliações sobre o fenômeno foram bastantes divididas, sendo taxado ora como "normal" ora como "errado", "estranho". Sendo assim, os falantes demonstraram uma aceitação maior na monotongação do ditongo decrescente do que a monotongação no ditongo nasal, embora os resultados demonstrem que os falantes têm uma percepção consideravelmente alta sobre a forma.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Portanto, em termos gerais, pode-se concluir que os estudantes apresentam posicionamento positivo quanto à redução da semivogal no ditongo decrescente e acreditam que ela acontece independentemente de a pessoa ser escolarizada ou não. O oposto acontece quando a redução ocorre em ditongo nasal: os estudantes têm uma avaliação social ora negativa, ora positiva; havendo, portanto, uma aceitabilidade relativa quanto ao fenômeno.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, T. M. Sociolinguística. Parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47.

AMARAL, M. P. do. Ditongos variáveis no sul do Brasil. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 101-116, set. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/13697/9085>. Acesso em: 31 de dezembro de 2017.

BATTISTI, E. A redução variável dos nasais átonos no português do sul do Brasil. **Letras de Hoje**. Porto Alegre. V. 35, nº 1, p.255-274, março de 2000.

CAMACHO, R. G. Sociolinguística. Parte II. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. p. 49-75.

CARDOSO, D. P. **Atitudes Linguísticas e Avaliações Subjetivas de Alguns Dialetos Brasileiros**. 1ª ed. São Paulo: Editora Edgar Blücher, 2015.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Prática de texto para estudantes universitários.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

FARACO, C. **Português do Brasil**: a construção da norma culta e as práticas de ensino. Olímpiada LP. 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CUKfzAeGNrE> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

FARIAS, M. A. Ro. de; OLIVEIRA, M. B. de. **Variação Fonética dos Ditongos [ej] e [ow] no Nordeste do Pará.** Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno10-19.html>. Acesso em: 31 de dezembro de 2017.

FREITAG, R. M. K.; SANTANA, C. C.; Andrade, T. R. C.; SOUSA, V. S. Avaliação e variação linguística: estereótipos, marcadores e indicadores em uma comunidade escolar. In: Raquel Meister Ko. Freitag, Cristine Gorski Severo, Edair Maria Görski (orgs.). **Sociolinguística e política linguística**: olhares contemporâneos. São Paulo: Blucher, 2016. 264 p.; PDF.

FREITAG, R. M. Ko.; SANTOS, A. de O.; "Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe", p. 109-122 . In: **A Fala Nordestina:** entre a sociolinguística e a dialetologia. São Paulo: Blucher, 2016.

FREITAG, R. M. K. Uso, crença e atitudes na variação na primeira pessoa do plural no Português. **D.E.L.T.A**., 32.4, 2016 (889-917).

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

ISBN - 978-85-7822-205-5

LOPES, R. **A realização variável dos ditongos /ow/ e /ej/ no português falado em Altamira/PA**. 2002. 97 f. Dissertação (Mestrado em Linguística), UFPA, Belém, PA.

MENDONÇA, A. M. S., DIAS, C. S., OLIVEIRA, A; J. **Monotongação de ditongos nasais finais átonos em Maceió/AL**. Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 265-277, janeiro-junho 2017.

PEDROSA, L. M. **A desnasalização de ditongo nasal final de formas verbais**. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/25057/16338> Acesso em 11 de junho de 2018.

PEREIRA, G. **A monotongação dos ditongos <ej>, <ow> e <aj> no português falado em Tubarão (SC): estudo de casos**. 2004. 134f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem), UNISUL, Tubarão, SC.

SANTIAGO, V. de A. **Eu não falo assim**: produção e percepção sociolinguísticas de estudantes do ensino fundamental e médio. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal de Sergipe. 2017.

SEIDEL, V. F.; MAGALHÃES, A. S. **Língua, identidade, brasilidade**: um olhar sociolinguístico-discursivo sobre a questão vernacular. Crátilo: Revista de Estudos Linguísticos e Literários, UNIPAM, (4) p. 69-75, 2001.

SILVA, E. V. da. A monotongação de [ej] e [aj] nos falares fluminenses. **Graphos**. João Pessoa: UFPB, v. 2, n.1, p. 43-53, jan.1997.

SOARES, Y. S. L. **A redução do ditongo nasal átono final na cidade de Uberlândia**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2015.

SCHWINDT, L. C; BOPP DA SILVA, T. Panorama da redução da nasalidade em ditongos átonos finais no português do sul do Brasil. In: BISOL, L; COLLISCHONN, G. (orgs). **Português do Sul do Brasil**: variação fonológica. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009, p. 13-33.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** [Trad. Marcos Bagno]. São Paulo: Parábola, 2006.

ISBN - 978-85-7822-205-5

DE QUE MODO MINHAS PRÁTICAS IMPACTAM NA ESCOLA? DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA NO PROFLETRAS

Autora: Jilcicleide Augusta Paes
Graduada em Letras Português/Inglês pela UFS
Mestranda em Letras pela Universidade Federal de Sergipe
Programa de Mestrado Profissional - PROFLETRAS
jilpaes@hotmail.com

Orientadora: Profa. Dr.ª Raquel Meister Ko Freitag

Introdução

Os debates sobre o ensino da língua materna no Brasil são muitos e os professores devem compor o quadro como agentes principais dessas discussões por estarem na linha de frente do processo educacional, o contato direto com o aluno. Um dos vieses dessas discussões são os altos índices de evasão e repetência dos alunos da Rede Pública de Ensino. Esta não é uma situação nova: "tanto as taxas de repetência como as de evasão têm sido altíssimas nos últimos cinquenta anos" (BORUCHOVITCH,1999). No sentido de atuar nesse problema educacional, o projeto "Acesso, permanência e qualidade na educação básica e na educação superior" (FREITAG, 2018), ao qual este trabalho está vinculado, defende a necessidade da implementação, por parte da escola, de ações que atendam às exigências da sociedade vigente. Não é mais aceitável que a educação seja como sinônimo de administrar conteúdos, e sim estimular o raciocínio, fator que deve ser levado em consideração quando se fala de evasão e repetência. Dentro dessas discussões sobre educação, deve-se também colocar em pauta o respeito à pluralidade linguística do país, afinal, "A linguagem do brasileiro não é absolutamente idêntica, apresentando mais de um ponto de variação" (CASTILHO; ELIAS, 2012, p. 449).

Os alunos precisam se sentir pertencentes ao ambiente escolar, e este deve saber mais respeitar e valorizar a cultura que aqueles trazem consigo, fazendo-os sentirem-se motivados a estudar e permanecer neste ambiente. Na Escola Estadual Jacintho de Figueiredo Martins, é consenso entre os professores a necessidade de buscar alternativas que minimizem a desmotivação e baixo rendimento dos alunos nas disciplinas do currículo, entre elas, a disciplina de Língua Portuguesa.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Diante do exposto, este artigo objetiva fazer uma análise reflexiva da prática do professor de Língua Portuguesa, a partir dos resultados de desenvolvimento e de fluxo da referida escola, e de como a prática pode intervir positivamente no desempenho dos alunos, tendo por base o ano letivo de 2017.

Repensar a realidade escolar a partir da perspectiva educacional que o PROFLETRAS tem estimulado é desafiador. Criar meios para não apenas possibilitar o acesso dos alunos aos estudos mais principalmente, reverter desempenhos negativos no ensino da língua materna e possibilitar a permanência dos discentes na escola, não é tarefa fácil. Diante dessa problemática é que refletiremos o papel do professor de Língua no processo de ensino e aprendizagem. Com o intuito de discorrermos sobre essas e outras questões, organizamos o trabalho da seguinte forma:

Em primeiro momento foi feita uma caracterização da escola, traçando a proposta curricular, seus objetivos e metodologias de trabalho, assim como, dados referentes ao desempenho nas disciplinas, tidas como críticas e o fluxo de alunos.

Em seguida, elaborou-se o perfil dos alunos, a classe social a que pertencem, suas dificuldades de aprendizagem e a desmotivação para os estudos. Para finalizar, apresentamos a prática pedagógica do professor de Língua materna, suas angústias, e expectativas em relação ao ensino-aprendizagem.

Caracterização da escola

A Escola Estadual Jacintho de Figueiredo Martins, localizada no conjunto Augusto Franco, bairro Farolândia, na cidade de Aracaju-SE, situada na Av. Caçula Barreto, nº 551, CEP: 49.030-130, faz parte da Diretoria de Educação de Aracaju – DEA, da Rede Estadual de Ensino de Sergipe e oferta os seguintes níveis e modalidade de ensino: Fundamental I e Fundamental II. As turmas são distribuídas em doze salas de aula, sendo utilizadas doze no turno matutino e oito no turno vespertino, não funcionando no turno noturno.

De acordo com o projeto político-pedagógico (SERGIPE,2016), e seguindo as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) do Referencial Curricular do Estado de Sergipe (SERGIPE, 2012), a proposta curricular da escola está voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades, nas quais a interdisciplinaridade e a

ISBN - 978-85-7822-205-5

contextualização permeiam a prática pedagógica.[46] Seus pressupostos teórico-metodológicos contemplam os objetivos traçados, pela legislação brasileira para o primeiro e o segundo ciclo do Ensino Fundamental. O desenvolvimento e a construção do conhecimento dos alunos e suas realizações visam assegurar o aprimoramento de habilidades, ampliando os conceitos de todos os envolvidos no segmento educativo e garantindo gradativamente a apropriação da independência e autonomia. Desse modo, os procedimentos metodológicos utilizados favorecem ações coletivas, convidando os alunos a serem protagonistas de sua aprendizagem, apropriando-se e reelaborando o conhecimento em função de suas experiências.

Embora a realidade sociocultural dos alunos nem sempre favoreça a metodologia proposta pela escola, o corpo docente é orientado a trabalhar nessa perspectiva, pois entendemos que teorizamos aquilo que na prática vivenciamos, e que, por isso, os alunos devem ser o tempo todo convidados a pensar e a construir seu pensamento a partir de suas conclusões.

A metodologia de trabalho se utiliza do emprego de estratégias como trabalhos em grupo, debates, pesquisas escolares, vídeos, apresentações, produções de materiais (textos, painéis, cartazes...), atingindo sempre que possível a realidade através de pesquisas de campo, experimentações, aulas-passeio, visita a exposições etc.

A escola atende a um total de 481 alunos, sendo 285 no turno matutino e 196 no turno vespertino. As turmas são organizadas de forma heterogênea, com média de 25 alunos por turma do 1º ao 5º ano e 30 alunos do 6º ao 9º ano, recebendo os alunos através da renovação automática e matrículas novas pelo sistema online implementado para toda a rede estadual.

A instituição de ensino não trabalha com nenhum dos programas de governo (Brasil Alfabetizado, Mais Educação, Escola Aberta, etc).

Quanto ao espaço físico, após anos de espera por uma reforma, finalmente, neste ano de 2018, a escola está passando por reforma e seu funcionamento está sendo em um prédio alugado no quarteirão ao lado.

No tocante às avaliações oficiais, nas duas últimas edições da Prova Brasil, as avaliações aplicadas na turma do 9º ano não foram corrigidas em função do reduzido número de alunos, pois "os resultados da Prova Brasil e do Saeb podem subsidiar ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes". (FREITAG, 2018, p.3). A falta de dados nos deixa sem um parâmetro do nível de desenvolvimento dos alunos em

[46] As informações sobre a proposta curricular e os pressupostos teóricos metodológicos foram extraídas do Projeto Político-Pedagógico da escola.

ISBN - 978-85-7822-205-5

relação às avaliações em larga escala aplicadas no país. No entanto, outros indicadores nos mostram que o rendimento dos alunos está abaixo das metas esperadas.

No quadro 1, apresentamos o Ideb de 2015 nos anos iniciais da rede pública de ensino do Estado de Sergipe. Houve um crescimento do Ideb, porém, o Estado não alcançou a meta que é 6,0.

Quadro 1: Ideb de Sergipe – 2015 (Fonte: QEdu https://www.qedu.org.br/estado/126-sergipe/ideb)

Aprendizado		Fluxo	Ideb
4,9	X	0,83	= 4,1
Quanto maior a nota, maior o aprendizado		Quanto maior o valor, maior a aprovação	Meta para o estado = **4,2**

Em seguida, apresentamos os dados da E.E. Maria do Carmo Alves, atual E.E. Jacintho de Figueiredo Martins, no ano de 2015, quadro 2.

Quadro 2: Ideb 2015 da Escola Estadual Dr.ª Maria do Carmo Alves (Fonte: QEdu http://www.qedu.org.br/escola/102343-ee-doutora-maria-do-carmo-alves/ideb)

Aprendizado	Fluxo	Ideb
4,84	0,73	3,6

Observa-se que os resultados da escola estão inferiores aos do Estado de Sergipe, reforçando a necessidade de repensar as práticas dos professores, assim como outras questões que envolvem o ensino/aprendizagem, como a parceria, escola, família, comunidade. Assim, em num trabalho conjunto, a comunidade deve discutir estratégias para melhorar esses resultados. No tocante ao ensino de Língua materna, refletir sobre formas de ensino mais prazerosas para os alunos, que os motive a ter gosto pela escrita e pela leitura, fatores primordiais para o entendimento das demais disciplinas do currículo.

A fim de situar a escola em relação à aprendizagem e fluxo de outras escolas da cidade de Aracaju, apresentamos abaixo um quadro com os resultados do Ideb obtidos em todas as escolas da Rede Estadual do município no ano de 2015. Como vimos, o Ideb congrega indicadores de aprendizado (Prova Brasil) e fluxo (aprovação) por escola, e permite que as escolas verifiquem se estão em situação de alerta ou atenção, se podem manter ou melhorar o Ideb.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Quadro 3: Ideb das escolas de Aracaju/SE 2015. (Fonte: QEdu https://www.qedu.org.br/cidade/5486-aracaju/ideb/ideb-por-escolas)

Escolas de A a Z	Aprendizado x Fluxo = Ideb	Atingiu a meta	Cresceu o Ideb	Alcançou 6.00	Situação da escola
CAIC MINISTRO ARMANDO ROLLEMBERG	- x - = -				Sem dados
CENTRO EDUCACIONAL ALCININHO	- x - = -				Sem dados
COL EST JACKSON DE FIGUEIREDO	- x - = -				Sem dados
COLEGIO EST SEN JOSE ALVES DO NASCIMENTO	4,60 x 0,80 = 3,7		*		Atenção
COLEGIO ESTADUAL 17 DE MARCO	- x - = -				Sem dados
COLEGIO ESTADUAL CEL FRANCISCO DE SOUZA PORTO	4,52 x 0,82 = 3,7				Sem dados
COLEGIO ESTADUAL GOV AUGUSTO FRANCO	- x - = -		*		Sem dados
COLEGIO ESTADUAL GOVERNADOR ALBANO FRANCO	4,73 x 0,74 = 3,5				Atenção
COLEGIO ESTADUAL LEONOR TELES DE MENEZES	- x - = -				Sem dados
COLEGIO ESTADUAL OLAVO BILAC	- x - = -				Sem dados
COLEGIO ESTADUAL PAULINO NASCIMENTO	- x - = -				Sem dados
COLEGIO ESTADUAL PROFESSORA OFENISIA SOARES FREIRE	- x - = -				Sem dados
COLEGIO ESTADUAL SANTOS DUMONT	5,38 x 0,86 = 4,6				Alerta
COLEGIO ESTADUAL VITORIA DE SANTA MARIA	- x - = -				Sem dados
ESC ESTADUAL 11 DE AGOSTO	- x - = -				Sem dados
ESC ESTADUAL 15 DE OUTUBRO	- x - = -				Sem dados
ESC ESTADUAL 24 DE OUTUBRO	4,60 x 0,79 = 3,6				Alerta
ESC ESTADUAL CLODOALDO DE ALENCAR	5,11 x 0,92 = 4,7		*		Atenção
ESC ESTADUAL DESEMB JOAO BOSCO A LIMA	4,49 x 0,70 = 3,1		*		Atenção
ESC ESTADUAL DOM JOSE VICENTE TAVORA	- x - = -				Sem dados
ESC ESTADUAL GENERAL VALADAO	- x - = -				Sem dados
ESC ESTADUAL JOAO PAULO II	5,22 x 0,82 = 4,3		*		Atenção
ESC ESTADUAL JORNALISTA PAULO COSTA	4,33 x 0,75 = 3,3				Alerta
ESC ESTADUAL JOSE AUGUSTO FERRAZ	4,62 x 0,84 = 3,9		*		Atenção
ESC ESTADUAL JOSE DE ALENCAR CARDOSO	- x - = -				Sem dados
ESC ESTADUAL MONS CARLOS CAMELIO COSTA	- x - = -				Sem dados
ESC ESTADUAL POETA GARCIA ROSA	5,46 x 0,89 = 4,8				Alerta
ESC ESTADUAL PROF FRANCISCO PORTUGAL	5,59 x 0,83 = 4,6	*	*		Melhorar
ESC ESTADUAL PROF RUY ELOY	4,72 x 0,78 = 3,7		*		Atenção
ESC ESTADUAL SAO CRISTOVAO	5,17 x 0,99 = 5,1		*		Atenção
ESC ESTADUAL SENADOR LEITE NETO	5,33 x 0,68 = 3,6				Alerta
ESC REUNIDAS ORATORIO F S JOAO BOSCO	- x - = -				Sem dados
ESCOLA AMELIA LEITE	- x - = -				Sem dados
ESCOLA ESTADUAL ALCEU AMOROSO LIMA	4,86 x 0,78 = 3,8				Sem dados
ESCOLA ESTADUAL AUGUSTO MAYNARD	5,63 x 0,87 = 4,9				Alerta
ESCOLA ESTADUAL COELHO NETO	5,50 x 0,89 = 4,9	*	*		Melhorar
ESCOLA ESTADUAL DR.ª MARIA DO CARMO ALVES	4,84 x 0,73 = 3,6				Alerta
ESCOLA ESTADUAL EMBAIXADOR BILAC PINTO	5,51 x 0,93 = 5,1		*		Atenção
ESCOLA ESTADUAL GENERAL SIQUEIRA	4,57 x 0,88 = 4,0				Sem dados
ESCOLA ESTADUAL J DA SILVA RIBEIRO FILHO	5,05 x 0,99 = 5,0	*	*		Melhorar
ESCOLA ESTADUAL LOURIVAL BAPTISTA	5,23 x 0,80 = 4,2				Alerta
ESCOLA ESTADUAL MANOEL DIONIZIO DE SANTANA	5,24 x 0,90 = 4,7		*		Atenção
ESCOLA ESTADUAL MESTRE EUCLIDES	4,44 x 0,86 = 3,8				Alerta
ESCOLA ESTADUAL MINISTRO GERALDO BARRETO SOBRAL	4,71 x 0,81 = 3,8		*		Atenção
ESCOLA ESTADUAL MONTEIRO LOBATO	- x - = -				Sem dados
ESCOLA ESTADUAL OLIMPIA BITTENCOURT	4,94 x 0,81 = 4,0		*		Atenção
ESCOLA ESTADUAL PROF AUREA MELO	4,99 x 0,84 = 4,2		*		Atenção
ESCOLA ESTADUAL PROFª LUCILA MORAES CHAVES	5,16 x 0,79 = 4,1				Sem dados
ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ACRISIO CRUZ	5,16 x 0,77 = 4,0				Sem dados
ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ANDRE MESQUITA MEDEIROS	4,73 x 0,93 = 4,4				Alerta
ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ARTUR FORTES	5,08 x 0,84 = 4,3		*		Atenção
ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR BENEDITO OLIVEIRA	5,03 x 0,85 = 4,3	*	*		Melhorar
ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR GERALDO OLIVEIRA	- x - = -				Sem dados
ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR MANOEL FRANCO FREIRE	5,62 x 0,80 = 4,5	*	*		Melhorar
ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA JUDITE OLIVEIRA	5,41 x 0,76 = 4,1				Alerta
ESCOLA ESTADUAL RODRIGUES DOREA	5,87 x 0,87 = 5,1		*		Atenção
ESCOLA ESTADUAL SAO DOMINGOS SAVIO	- x - = -				Sem dados
ESCOLA ESTADUAL SAO JOSE	5,56 x 0,91 = 5,1				Alerta
ESCOLA ESTADUAL SENADOR LOURIVAL FONTES	5,10 x 0,63 = 3,2		*		Atenção
ESCOLA EUVALDO DINIZ GONCALVES	6,29 x 0,92 = 5,8	*	*		Melhorar
ESCOLA EXTERNATO SAO FRANCISCO DE ASSIS	- x - = -				Sem dados
ESCOLA SAO LOURENCO	5,16 x 0,88 = 4,5		*		Atenção
ESCOLAS REUNIDAS 8 DE MAIO	4,55 x 0,78 = 3,5				Alerta

ISBN - 978-85-7822-205-5

Escolas de A a Z	Aprendizado x Fluxo = Ideb	Atingiu a meta	Cresceu o Ideb	Alcançou 6.00	Situação da escola
INSTITUTO EDUCACIONAL SANTA TEREZINHA DO MENINO JESUS	6,67 x 0,96 = 6,4	*		*	Atenção
NUCLEO DE EDUCACAO DA UNIT	- x - = -				Sem dados

Ao analisarmos o quadro 3, percebemos que, das escolas relacionadas, apenas seis atingiram suas metas, 15 conseguiram elevar o Ideb e somente uma alcançou a nota 6.0. A E.E.J.F.M encontra-se em situação de alerta ao lado de outras oito escolas da rede. Minha perspectiva é que, a partir dessa nova visão que o PROFLETRAS tem me proporcionado em relação às práticas de ensino, eu possa mobilizar a escola para que juntos possamos buscar resultados mais positivos para a escola.

Especificamente em relação à E.E.J.F.M, os dados registrados no SIGA, sistema informatizado de gerenciamento das informações escolares, apontam que, no ano de 2017, do total de 118 alunos matriculados no Ensino Fundamental II, no turno matutino, apenas 49 tiveram o rendimento esperado e 64 alunos não conseguiram a aprovação, apontando para um elevado índice de reprovação na escola (tabela 1).

Tabela 3: Indicadores de fluxo 1º semestre letivo 2017, fundamental maior – manhã

	matriculados	frequentando	transferidos*[1]	abandono	aprovados*[2]	reprovados*[3]
6º ano A	27	27	-	-	14	13
6º ano B*	24 (23)	22	-	01	06	16
7º ano A	30	29	-	01	12	17
8º ano B	23	22	-	01	11	11
9º ano A	14	13	-	01	06	07
total	118/117	113	-	04	49	64

*[1] Transferidos antes do término do semestre. Transferidos após 17/07/2017 foram computados.
*[2] Alunos que não obtiveram nenhuma média abaixo de 5,0.
*[3] Alunos que tiveram média abaixo de 5,0, pelo menos em 1 matéria, considerando uma simulação de final de ano letivo.
* Uma aluna transferida oriunda do 6º ano C (após término do semestre).

O levantamento sistematizado na tabela 1 correspondente a todas as disciplinas do currículo. Para termos uma maior visibilidade dos dados de reprovação por disciplina, apresentamos os resultados das disciplinas mais críticas nos dois semestres letivos do ano de 2017, nas tabelas 2, 3 e 4. Na tabela 2, o cálculo do percentual foi feito baseado do número de alunos frequentando (113). Na tabela 3, o cálculo foi feito baseado do número de alunos com notas inferiores à média (5,0). Os resultados foram fornecidos pela secretaria da escola, responsável pela tabulação.

Tabela 4: Indicadores de desempenho em disciplinas críticas 1º semestre letivo 2017- fundamental maior – manhã

	6º ano A	6º ano B	7º ano A	8º ano A	9º ano A	total **	%
Matemática	09/33,3%	16/72,7%	17/58,6%	08/36,3%	07/53,8%	57	50,4
Ciências	07/25,9%	07/31,8%	05/17,2%	03/13,6%	03/23%	25	22,1
Português	-	08/36,3%	04/13,7%	07/31,8%	05/38,4%	24	21,2
História	-	-	02/6,8%	-	-	02	1,7
Arte	-	04/18,1%	-	02/9%	-	06	5,3
Geografia	01/3,7%	-	01/3,4%	-	-	02	1,7
Inglês	03/11,1	01/4,5%	-	-	-	04	3,5

ISBN - 978-85-7822-205-5

Total *	20	36	29	20	15	120/-	-

*Médias abaixo de 5,0 por turma.
** médias abaixo de 5,0 por disciplina.
Total * de notas abaixo de 5,0 por turma.
Total** de notas abaixo de 5,0 por disciplina, considerando todos os anos.

Tabela 5: Indicadores de desempenho em disciplinas críticas 2º semestre letivo 2017 fundamental maior – manhã.

	6º ano A	6º ano B	7º ano A	8º ano A	9º ano A	Total **	%
Matemática	03/10,3%	03/10,3%	03/12%	06/30%	02/15,4%	17	42,5
Ciências	-	02/9,5%	-	-	-	02	5
Português	04/13,8%	04/19%	01/4%	04/20%	-	13	32,5
História	02/6,9%	01/4,8%	-	01/5%	-	04	10
Arte	-	01/4,7%	-	-	-	01	2,5
Geografia	-	-	-	-	-	00	00
Inglês	01/3,4%	01/4,8%	-	-	-	02	5
Ed. Física	-	01/4,8%	-	-	-	01	2,5
Total *	10	13	04	11	02	40	-

*Médias abaixo de 5,0 por turma.
** médias abaixo de 5,0 por disciplina.
Total * de notas abaixo de 5,0 por turma.
Total** de notas abaixo de 5,0 por disciplina, considerando todos os anos.

Na tabela 4, os alunos contabilizados como abandono no 1º semestre foram excluídos por meio de retificação no Censo Escolar, e os alunos transferidos são todos aqueles que solicitaram transferência após data de referência do Censo.

Tabela 6: Comparação do desempenho e fluxo 2017.

	Aprovados	Reprovados	Evadidos/abandono	Transferidos
1º semestre	41,88%	54,70%	3,41%	0,85%
Resultado final	79,62%	22%	0%	0,85%

Tendo por base os resultados de desempenho e os indicadores de fluxo, é possível verificar o rendimento dos alunos em nível abaixo do esperado, e o alto índice de reprovação nas disciplinas críticas, entre elas a disciplina de Língua Portuguesa, que, no primeiro semestre de 2017, teve um percentual de reprovação de 21,2% no total das turmas do 6º ao 9º ano e, no segundo semestre, esse percentual foi para 32,5%. Este resultado sinaliza para a necessidade de implementação de práticas pedagógicas para melhorar esse quadro. Por outro lado, o número de evadidos zerou, o que sugere que a instituição de ensino tem desenvolvido ações que são efetivas na fixação dos discentes. No entanto, de nada adianta reter estes alunos na escola se eles não estão tendo desempenho esperado.

Perfil do aluno

Professor perfilar aluno é uma atividade suspeita, pois há sempre cobrança e expectativas. Procuramos o aluno ideal (interessado nas aulas e participativo) e não nos damos

ISBN - 978-85-7822-205-5

conta que podemos não ser o professor ideal. Conforme os registros escolares, embora a instituição seja situada no bairro Farolândia, os alunos são 99% oriundos do bairro Santa Maria, um bairro em situação de vulnerabilidade social. A escola conta com o serviço de quatro ônibus, mantidos pelo governo estadual, em cada turno, para fazer o transporte dos alunos. Os alunos são de classe social baixa, cujos pais trabalham em empregos informais, sem carteira assinada, ou em funções consideradas de pouco prestígio na sociedade, a exemplo do trabalho com reciclagem de lixo.

Por conta das dificuldades, estes jovens não contam com o acompanhamento educacional por parte das famílias. Os pais, em sua maioria, não conhecem os professores dos filhos e só vêm à escola quando são convidados pela direção para resolver problemas de indisciplina dos filhos.

Muitos veem a escola como ponto de encontro entre amigos. Há momentos em que temos mais alunos nos corredores da escola do que dentro das salas assistindo às aulas. Em sala, o celular é o grande rival do professor, os alunos dedicam mais atenção ao aparelho do que à aula que está sendo ministrada.

Do ponto de vista do desempenho, em função dos resultados que apresentamos anteriormente, evidenciamos que a maioria dos alunos apresenta defasagem de aprendizagem, chegando ao 6º ano sem proficiência em leitura – ainda leem soletrando e com pausas, como é esperado que ocorra na alfabetização (ou seja, até o final do 2º ano) – e saem do 9º ano ainda lendo sem fazer a devida entonação conforme a pontuação. Estas dificuldades em leitura em voz alta evidenciam dificuldades em compreender os simples enunciados das questões propostas em atividades, pelos professores. Por conta disso, a produção textual é falha, com textos que não apresentam coesão e coerência de ideias.

Diante deste cenário, meu sentimento é de angústia e frustração. Porém, sei que tenho minha parcela de culpa. São jovens que precisam de um direcionamento, de alguém que os motive na busca de um futuro melhor. Mas ainda não encontrei a receita adequada para lhes ajudar. Gostaria de ter o poder de abrir a mente deles e embutir lá dentro a importância do processo educacional na vida pessoal, profissional e social. O mercado de trabalho está cada vez mais exigente e o profissional não qualificado só restará o emprego informal e de pouco prestígio social, conforme a situação em que vivem os seus pais. Para tanto, busco apoio na formação continuada do Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, a fim de me propiciar reflexão e mudança de prática pedagógica que leve a resultados positivos.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A prática pedagógica

Ser professor é uma prática desafiadora. É lidar com a formação não apenas instrucional de outrem, mas também formar o cidadão para o mercado de trabalho e, porque não dizer, para a vida. A LDB, em seu Art. 22, diz que a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores. É compromisso do professor possibilitar ao aluno o que rege a lei. Este é um trabalho de muita responsabilidade e pouco reconhecimento. Porém, se eu não fosse professora, não queria ser outra coisa que não fosse ser professora.

Vejo a educação como o meio possível de transformação do cidadão e, consequentemente, da sociedade. Mas não com uma visão sonhadora, porque sei que, por si só, a educação não faz milagres, e sim como profissional consciente do meu papel enquanto professora na preparação e no desenvolvimento dos educandos, instruindo-lhes para a construção de sua autonomia e cidadania, reconhecendo-se como participante de uma coletividade, apresentando-lhes novas possibilidades, através do estudo, da pesquisa e da construção do conhecimento coletivo. Guio minhas ações em conformidade com o objetivo geral do Projeto Político-Pedagógico da escola:

> Valorizar a educação como instrumento de humanização e de integração social, proporcionando um ensino de qualidade através de um trabalho de parceria entre pais, alunos e profissionais da educação, num processo cooperativo de formação de indivíduos plenos e aptos a construir a sua própria autonomia e cidadania, reconhecendo-se, como ser único, mas também coletivo. (SERGIPE, 2016, p.15)

Enfim, meu papel é a contribuição para a formação de cidadãos críticos, conscientes, atuantes, com objetivos e ideais, para os desafios do mundo moderno.

Um dos grandes dilemas de minha profissão é o que fazer para estimular os alunos? A sensação é de fracasso total. Me questiono todos os dias: De que forma posso interferir positivamente na realidade da escola? Onde eu estou errando?

Minha luta diária, enquanto profissional é encontrar respostas que solucionem não só esses questionamentos, mas tantos outros que me faço cotidianamente.

A inquietude não me permite cruzar os braços e deixar o barco seguir a correnteza. Minhas práticas podem não ter sido as mais acertadas até agora, mas a preocupação em reverter

ISBN - 978-85-7822-205-5

ou reduzir a situação de fracasso e consequente reprovação de meus alunos tem me impelido a buscar novos rumos em meu fazer em sala de aula.

Na tentativa de desenvolver as capacidades de expressão oral e escrita de alunos e, consequentemente, a evolução do pensamento reflexivo, tenho procurado dinamizar minhas aulas por meio dos gêneros discursivos, entre eles os bate papos do Whatsapp, as temáticas utilizadas nas redes sociais, visando ampliar o universo das comunicações e trazer esse universo para sala de aula como perspectiva de situar os alunos no processo de leitura e escrita a partir de algo que seja prazeroso para eles e assim os motive nesse enfoque, oois, um dos objetivos dos PCNs de Língua Portuguesa para o ensino fundamental é "que o aluno seja capaz de saber utilizar as diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos." (BRASIL, 1998, p. 8)

Assim, o objetivo da disciplina Língua Portuguesa é tornar os alunos pensadores, fornecendo instrumentos para a compreensão mais ampla das informações à sua volta, valorizando o que eles já têm e sistematizando essas informações, abrindo caminhos para visões diferentes do mundo. Segundo o Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Sergipe "A aprendizagem é um processo dialético que coloca frente a frente aquilo que o educando já conhece com os saberes e valores que serão transmitidos pelo educador". (SERGIPE, 2011, p. 13)

O professor, atualmente, já não é mais a única fonte de informação, após os avanços tecnológicos das últimas décadas. Ao mesmo tempo, o aluno não pode ser visto como um receptor passivo; portanto, procuro instiga-los a participarem de discussões pertinente a sua vida cotidiana em sociedade.

Hoje, estou ciente de que o ensino da língua não pode se restringir ao ensino da gramática tradicional e tenho procurado caminhos, fugindo dos exercícios mecânicos de teorias descontextualizadas e sem nenhum sentido para o aluno. Uma das críticas mais frequentes feitas ao ensino tradicional, segundo os PCNs é: " O ensino descontextualizado da metalinguagem, normalmente associado a exercícios mecânicos de identificação de fragmentos linguísticos em frases soltas." (BRASIL, 1998, p. 18)

O ensino contextualizado da metalinguagem tem por objetivo primordial tornar a aula atrativa para o discente, despertar o seu interesse pelo estudo e a pesquisa e assim, reduzir os índices de evasão e repetência na escola.

ISBN - 978-85-7822-205-5

O PROFLETRAS tem fornecido o suporte de que necessito para repensar as minhas práticas, enxergar os problemas e consequentemente ter outro olhar sobre os aprendizes. A partir de uma visão social da língua e da valorização da variante social usada pelos alunos cotidianamente, a exemplo da variante "você" em substituição ao pronome de segunda pessoa "tu", forma sistematizada pelo grupo de alunos da escola, ao se dirigir ao interlocutor em situação de discurso direto, "defende-se a apresentação paralela do novo quadro (não a mera substituição do antigo) e a aceitação das consequências geradas pela inserção das novas formas pronominalizadas no quadro geral de pronomes, como, por exemplo, a fusão/o sincretismo do paradigma de 2ª com o de 3ª pessoa do singular com as devidas repercussões nos possessivos e pronomes-complemento, a reformulação do sistema de tratamento da segunda pessoa do discurso" (LOPES, 2007, p.107). No entanto, esta abordagem alinhada aos pressupostos de pluralidade de linguagem, como defendemos no início, ainda não tem sido implementada na escola, sequer está presente nos livros didáticos, o que leva à necessidade de desenvolvimento de pesquisa e elaboração de materiais didáticos que contemplem essa dimensão variável do uso linguístico.

Nesse sentido, o PROFLETRAS tem me possibilitado realizar pesquisas teórico-metodológicas tendo como base a pluralidade de usos *versus* o preconceito linguístico, numa visão transformadora da sala de aula. Trata-se de uma proposta de trabalho humanizadora, uma vez que ao detectar o problema dentro desse pequeno grupo social, que faz parte de um grupo macro, a sociedade brasileira, tenta-se minimizá-lo, não a nível nacional, mas a nível de escola. Para tanto, objetiva-se produzir um módulo didático com uma sequência de atividades para trabalhar a variação sociolinguística do TU/VOCÊ, sem incorrer em preconceito.

A pretensão com este trabalho é potencializar nos discentes o saber pelo conhecimento de si e de sua realidade como parte de estratégia para a autonomia e valorização social, aumentando a autoestima e consequentemente estimulando-os para os estudos, melhorando os resultados de aprendizagem.

Considerações finais

São muitos e variados os problemas enfrentados não só pelas instituições de ensino, mas por todo o sistema educacional, e estes estão longe de serem sanados. Entretanto, não podemos simplesmente cruzar os braços e apontarmos culpados e/ou responsabilizar alguém para

ISBN - 978-85-7822-205-5

resolvê-los. Basta que peguemos a nossa fatia nesse conjunto de problemas e façamos a nossa parte. Com relação aos problemas de indisciplina, ausência da família, evasão, defasagem na aprendizagem e consequente reprovação dos alunos da Escola Estadual Jacinhto de Figueiredo Martins, na qual ministro aulas de Língua portuguesa para a turmas de ensino fundamental II do turno matutino, tenho procurado rever a minha prática, fugir das amarras do tradicionalismo e exercer um trabalho voltado para as práticas sociais da linguagem em situações que favoreçam a formação de sujeitos críticos. O objetivo é minimizar as deficiências de ensino aprendizagem e, consequentemente, melhorar os resultados demonstrados no levantamento estatístico realizado no ano de 2017. Para isso, o PROFLETRAS tem me levado a refletir e rever o meu fazer pedagógico carregado de tradicionalismo, com uma visão fragmentada da gramática e passado a adotar uma nova postura, abordando o ensino da Língua como inerente ao contexto do aluno. Tornando a aprendizagem significativa, permitindo uma aproximação entre a experiência dos alunos e os conteúdos escolares.

Referências

BORUCHOVITCH, Evely. Estratégias de aprendizagem e desempenho escolar: considerações para a prática educacional. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 12, n. 2, 1999.

BRASIL**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Edição atualizada em 2017.

CASTILHO, Ataliba T. de. ELIAS, Vanda. **Pequena gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

FREITAG, Raquel Meister Ko. **Acesso, permanência e qualidade na educação básica e na educação superior**, 2018. No prelo.

LOPES, Celia Regina dos S. Pronomes pessoais. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues (Org.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007, v. 1, p. 103-114.

SERGIPE, **Referencial Curricular**, Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Secretaria de Estado da Educação, 2011.

SERGIPE. **Projeto Político-Pedagógico**. Escola Estadual Jacinhto de Figueiredo Martins, 2016.

ISBN - 978-85-7822-205-5

A CRENÇA ABSOLUTA NA VERACIDADE DOS DISCURSOS E DO LIVRO DIDÁTICO EM DISSONÂNCIA COM A TEORIA DO LETRAMENTO: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA NO PIBID/INGLÊS.

Autora: Nayara Stefanie Mandarino Silva
Graduanda em Letras Português-Inglês pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista CAPES (MEC/FNDE).
nayaramandarino@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Boa Sorte Silva (DLES/UFS)

Introdução

O PIBID/Inglês (Programa Institucional de Iniciação à Docência) objetiva proporcionar aos discentes de cursos presenciais de Inglês e Português-Inglês um contato inicial com as escolas públicas, contribuindo na sua formação. O projeto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS) propicia, além de experiência em sala de aula, discussões que envolvem o âmbito escolar.

Orientados pelos coordenadores, os alunos procuram elaborar planos de aula que promovam o letramento crítico utilizando a criatividade e apenas recursos materiais que a escola na qual os planos serão desenvolvidos dispõe. Tudo isso, adotando uma "prática educativa que tenha como eixo a formação de um cidadão autônomo e participativo" (BRASIL, 1997).

Além disso, é necessário pensar nos assuntos que os alunos devem estudar que são determinados pela equipe da escola no Projeto Político Pedagógico (PPP). Vale ressaltar que no projeto aqui analisado ocorreu uma continuidade das aulas da supervisora, utilizando-se o livro didático adotado pela escola. Isto é, os alunos participantes do subprojeto tiveram a missão de pensar em um plano de aulas que desse continuidade ao que a supervisora já estava trabalhando em sua turma. Por tal motivo, o assunto gramatical do plano é o passado simples (verbo *to be* e verbos regulares).

ISBN - 978-85-7822-205-5

É importante dizer que o público-alvo da sequência didática desenvolvida em janeiro de 2018 foi uma turma de sétimo ano do ensino fundamental II, na modalidade regular, de uma escola pública do Eduardo Gomes/SE.

Acrescenta-se ao já mencionado que na elaboração de planos do PIBID/Inglês, os bolsistas são incentivados a levar em consideração o contexto dos alunos: onde eles moram? Qual a realidade desse lugar? Qual o turno da turma-alvo? Em que horário as aulas serão desenvolvidas? Quais os possíveis assuntos de interesse desses alunos? Qual o comportamento dos alunos na aula, eles são energéticos ou mais calmos? Como o conhecimento prévio do aluno pode ser incorporado à aula? Desse modo, com a finalidade de conhecer os estudantes e a escola, antes da elaboração do plano, são realizadas observações tanto do ambiente escolar quanto das aulas de inglês da turma-alvo.

Levando tudo isso em consideração e sob as orientações dos coordenadores do projeto o plano de aula foi pensando e desenvolvido na turma, de forma a incorporar à aula o contexto dos alunos e fazê-los refletir nas ideologias presentes na língua, formatando o pensamento crítico.

As experiências no PIBID/Inglês proporcionam aos alunos não apenas experiência, como também uma fonte de pesquisas para refletir sobre a prática de ensino e sobre as questões envolvem a linguagem, especificamente a língua inglesa.

Dessa forma, este trabalho é um estudo exploratório que tem como objetivo analisar como as relações de poder entre professor, aluno e livro são explicitadas pela crença absoluta em discursos proferidos pelo educador e no material didático, a partir das falas de alguns alunos durante as aulas. Para tanto, foram feitas análises no desenvolvimento dos planos e pesquisa do tipo qualitativa bibliográfica de obras de autores de textos que abordam a temática proposta como Freire (1970), Foucault (2012), Jordão (2007), Jucá (2016) e Zacchi (2016).

Contextualização

As aulas aqui analisadas foram desenvolvidas em uma escola pública, que oferece turmas de ensino fundamental II e EJAEM (Educação para Jovens e Adultos – Ensino Médio), da cidade de São Cristóvão, Sergipe, especificamente no Conjunto Eduardo Gomes.

O plano de aula em questão foi elaborado para alunos do ensino fundamental II, cursando o 7° ano do turno vespertino e, a ser desenvolvido no primeiro horário (13h às

ISBN - 978-85-7822-205-5

13h50min). No projeto de quatro aulas, no total, foram utilizados como recursos cartolinas, piloto, quadro branco e o livro didático (LD) adotado pela escola e aprovado no PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático). O objetivo do plano era ajudar os alunos a entenderem o passado simples, assunto gramatical a ser trabalhado no último bimestre do ano letivo (2017), baseado, principalmente, na teoria do letramento crítico (JANKS, 2014). Para que pudessem perceber a não neutralidade da língua inglesa, desenvolvendo a criticidade. Acrescenta-se a isso que cada aula teve a duração de 50 minutos. Elas ocorreram nas quartas-feiras dos dias 20 de dezembro de 2017, 3 de janeiro de 2018, 10 de janeiro de 2018 e, 17 de janeiro de 2018.

As leis de diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996, p. 17) no capítulo I, seção I, art. 22, apontam como finalidades da educação básica "desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". Na seção III, art. 32, como objetivo do ensino fundamental, há a formação básica do cidadão, mediante: "II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores." (BRASIL, 1996, p.17).

Desta maneira, a adoção da teoria do letramento crítico se justifica, pois, para atingir tais finalidades, é necessária uma educação que proporcione um entendimento da sociedade e do lugar ocupado pelo aluno nela. Desse modo, a ideia de que "*tense* é uma alegação de verdade"[47] (JANKS, 2014, p. 75) foi trabalhada durante o desenvolvimento do plano, mas, especialmente, na primeira aula, na qual os alunos refletiram acerca do passado simples em uso em um texto do LD, guiados por algumas perguntas. A afirmação de Janks (2014) implica dizer que quando uma frase é construída com *tense* (e não com *modality,* por exemplo), o autor passa a sensação de estar falando a verdade. Desse modo, as interpretações podem ser guiadas pelo autor.

A segunda aula foi voltada para a prática de exercícios, em trios, sobre o assunto gramatical e, para estimular a verificação da confiabilidade de notícias divulgadas *online*, os alunos, após ouvirem dicas de como observar isso, tiveram como tarefa a pesquisa, em

[47] As traduções presentes neste trabalho são responsabilidade da autora.
"Tense is claim to the truth" (JANKS, 2014, p. 75).

ISBN - 978-85-7822-205-5

quintetos, de duas notícias, uma verdadeira e uma falsa para descobrirmos, na terceira aula, qual seria a verossímil. Para tanto, algumas dicas de como perceber quando se trata de *fake news* foram compartilhadas com os alunos. Por fim, na última aula haveria uma revisão do que foi estudado e os alunos iriam escrever numa cartolina um mapa mental sobre o assunto gramatical e, uma comparação com a primeira seria estabelecida, para que os estudantes pudessem fazer uma autoavaliação acerca do quanto eles aprenderam após todas as quatro aulas. Ressalta-se que aula que será foco desta análise é a primeira, na qual o texto do LD foi trabalhado.

O poder nos discursos

Foucault (2008), em *Arqueologia do Saber,* afirma que os enunciados são uma questão central quando se trata de pensar o discurso. Os enunciados são entendidos por ele como

> coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, e das quais procuramos nos apropriar; que repetimos, reproduzimos e transformamos; para as quais preparamos circuitos preestabelecidos e às quais damos uma posição dentro da instituição; coisas que são desdobradas não apenas pela cópia ou pela tradução, mas pela exegese, pelo comentário e pela proliferação interna do sentido. Por serem raros os enunciados, recolhemo-los em totalidades que os unificam e multiplicamos os sentidos que habitam cada um deles. (FOUCAULT, 2008, p. 136).

Não seríamos, dessa maneira, criadores de enunciados a partir de nossa própria mente e de maneira individual, nós reproduzimos, repetimos e transformamos os enunciados já ditos, que segundo a autor, estão para sempre ditos, e que são caracterizados pela sua descontinuidade.

Os enunciados, nessa perspectiva, marcam a construção de sentidos, definindo o que seria ou não verdade em determinados tempo e espaço. Essas verdades discursivas interpelam os sujeitos que seriam, desse modo, produzidos por discursos de saber e de relações de poder, já que eles constituem sua subjetividade. No entanto, Foucault (2008) ressalta que os sujeitos do enunciado não são os elementos linguísticos de primeira ou segunda pessoa, tampouco o seu autor que o produziu com uma intenção de significado, eles são caracterizados como uma

> função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um

ISBN - 978-85-7822-205-5

> único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos. (FOUCALT, 2008, p. 105).

Além disso, o autor afirma a impossibilidade de pensar os enunciados como neutros, livres e independentes, pois eles são parte de um conjunto maior, sempre sendo distinguido e/ou contrastado com outros enunciados. Por fim, Foucault fala da materialidade dos enunciados e que deles faz parte, como sendo a superfície em que foi registrado ou a voz que os pronunciou.

O enunciado, desse modo, tem poder de afirmar e construir, de apontar o verdadeiro e o falso, cujo sujeito enunciador é uma função vazia que pode ser assumida diferentes indivíduos, além de serem transformações de enunciados anteriormente ditos.

Os discursos, conjunto de enunciados, estariam, segundo Foucault (2012), ligados ao desejo e ao poder. Nessa perspectiva, ele fala da vontade de verdade que é reconduzida pela maneira como o saber é colocado na sociedade, exercendo "sobre outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção" (2012, p. 18).

Em suma, o autor afirma que para que os discursos sejam "verdadeiros", eles devem estar dentro das regras do que "verdadeiro" em determinado tempo e espaço, além de serem enunciados por sujeitos que são um espaço vazio, definidos pelos papéis que assumem no contexto em que estão inseridos. O discurso é visto como

> a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 1970, p. 49).

É como discurso que o letramento crítico (LC) vê a língua, cuja existência é social. Esta é definida como um espaço ideológico de representações e construções de sentidos situadas em espaço, tempo e sujeito específicos. A linguagem estaria, desse modo, externa ao sujeito individual e ligada ao contexto de sua existência (JORDÃO, 2015). No que diz respeito ao caráter ideológico da língua, Jordão afirma que ele é entendido no sentido de perspectiva cultural como proposto por Foucault, de modo que só é possível que construamos sentidos por

ISBN - 978-85-7822-205-5

causa da ideologia, já que ela possibilita que vejamos e que entendamos. Logo, há uma ligação estreita entre língua, entendida como discurso, e poder.

Para esclarecer o que é a teoria do LC, Menezes de Souza (2011, p. 126) a define como um processo contínuo de "*ler, se lendo,* ou seja, ficar consciente o tempo inteiro de como eu estou lendo, como eu estou construindo o significado". Desse modo, a ênfase está na construção de sentidos que mais tem a ver com os contextos de produção e leitura de textos do que com o texto em si. É por isso que sempre haverá conflitos nas interpretações. A teoria do LC reconhece que, como proposto por Foucault, o poder está distribuído entre todos, porém, desigualmente (MENEZES DE SOUZA, 2011).

Os discursos do professor, aluno e LD e as relações de poder

Na aula analisada, os alunos deveriam reunir-se em grupos com quatro componentes, os alunos discutiriam as seguintes perguntas: Você acredita que tudo nesse texto é verdade? Que aspectos linguísticos o guiaram para sua resposta? E se, em vez de "*Michel (Mike) Krieger **was** born on March 4, 1986 in São Paulo*", o autor tivesse utilizado "***Maybe**, Michel (Mike) Krieger **was** born on March 4, 1986 in São Paulo*". Você acreditaria no que foi dito? Por que? Como a imagem no texto influencia sua opinião?[48] Para que, pelo menos um representante de cada grupo compartilhasse com a turma as discussões que ocorreram no grupo.

Ao serem questionados se acreditavam no que estava no texto eles disseram, unanimemente, que sim. E explicaram: "*ta* no livro, não *iam* colocar mentira no livro". O discurso teve seu caráter de verdade reconhecido pelos alunos, não pelo que ele dizia, mas por estar localizado no LD. Este foi colocado como local onde a verdade é dita e tal concepção implica que o que é dito não deve ser questionado, já que é *a* verdade. O LD, dessa maneira, é posto numa posição de poder, em lugar de destaque na hierarquia de poder da sala de aula. No entanto, os discursos são ideológicos, como já foi mencionado, e o citado material didático não é uma exceção, como Zacchi (2016) argumenta. O autor mostra que no LD estão presentes elementos característicos da ideologia neoliberal, como a meritocracia que é detectável no uso da imagem de celebridades que "chegaram onde estão, por mérito próprio", por exemplo. O

[48] As perguntas foram feitas aos alunos em língua inglesa, a versão aqui presente é produto de uma tradução.
Do you believe that everything in this text is true? What linguistic aspects guided you to your answer? What if instead of "Michel (Mike) Krieger **was** born on March 4, 1986 in São Paulo", the author had used "**Maybe**, Michel (Mike) Krieger **was** born on March 4, 1986 in São Paulo". Would you believe it? Why? How does the image in the text influences your opinion?

ISBN - 978-85-7822-205-5

neoliberalismo está no material, pois, apesar de ele ser direcionado a escolas públicas e ter fins educacionais, sendo aprovado pelo PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático), ele é um produto comercial, localizado numa sociedade capitalista, que visa o lucro. O que não implica no desuso do LD, porém, é necessário que tanto professores quanto alunos olhem criticamente para o material.

Para promover à reflexão dos alunos acerca da crença absoluta em discursos proferidos, a graduanda-bolsista do PIBID, disse uma frase em que utilizava o passado simples, em forma de *tense.* A saber: *As a kid, every year I traveled to Disney* (Quando criança, todo ano eu viajava para Disney). Os alunos foram questionados se acreditavam na afirmação e, apesar de alguns dizerem não acreditar, grande parte turma, disse que sim. Nessa segunda situação, os alunos já começaram a considerar o que foi dito, mas sem deixar de considerar quem disse e em que contexto, aspectos que influenciam na validação do discurso como verdadeiro. No ambiente da sala de aula, o professor é uma figura que detém poder sob os alunos. Quando estes foram informados que o que foi dito não era verdade a turma ficou em silêncio. Destaca-se, nesse caso, que não era sobre a intenção da autora da frase que importava, mas os sentidos que foram construídos e estes estavam situados em um contexto, a sala de aula, em que a figura que proferiu o discurso ocupa uma posição de poder, por isso, a crença no que foi dito como verdade.

No entanto, tendo em vista que tudo o que interpretamos e vemos é fruto de ideologias,

> a possibilidade ou o desejo por discursos "verdadeiros" é considerada ilusória. [...] a questão que se apresenta nesta perspectiva não é mais a de **certo** ou **errado** a partir de um referente exterior a uma afirmação, e sim a do reconhecimento social de uma afirmação como sendo mais ou menos legítima." (JORDÃO, 2007, p. 26).

Destarte, o que julgamos saber está situado, particularizado. Os saberes, portanto, entram em conflito pela "ação ambivalente do poder" (JORDÃO, 2007, p. 23). E a verdade se torna uma ilusão, tornando tudo contestável. O LC propõe a constante desconfiança direcionada ao modo como construímos sentidos e como as relações de poder interferem nesse processo. Portanto, o LC propõe que não há verdade absoluta, há várias interpretações que acreditamos ser verdadeiras.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Jucá (2016, p. 6) alerta para o fato de que "discurso/língua não é neutro ou natural, mas construído nas relações sociais das quais participamos nas várias comunidades de fala nas quais estamos inseridos." Desse modo, desenvolvemos a criticidade reconhecendo as ideologias que fazem parte dos discursos, das interpretações que fazemos, e que elas favorecem certos grupos, ao mesmo tempo em que marginaliza outros.

A educação tem papel decisivo no processo de ajudar o aluno a desenvolver a criticidade, questionando seus próprios conceitos, pois nenhum discurso é neutro e incontestável e, negar tal fato implica ensinar aos alunos que eles devem acreditar absolutamente nos discursos proferidos pelas figuras de poder. Quando acreditamos no mito da neutralidade, reforçamos as ideologias dominantes que mantém alguns grupos no poder e outros à margem.

Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1987), crítica a educação bancária que concebe o aluno como recipiente em que o professor deposita conhecimento e propõe uma educação libertadora em que o aluno é ativo e levado a refletir e questionar sua posição na sociedade e as relações de poder presentes nela. É assim que é possível a libertação dos oprimidos e a mudança social. Isso é possível apenas com o desenvolvimento do pensamento crítico. Muito da teoria do LC se deve ao autor.

Considerações finais

O PIBID/Inglês é um projeto institucional que permite aos participantes praticar o ensino e estudar o contexto educacional público. Em uma experiência no projeto foi possível refletir acerca das relações de poder que envolvem professor, aluno e LD. Nessa distribuição desigual de poder, o aluno fica à margem, ocupando a posição daquele que sobre quem o poder é exercido.

O poder socialmente conferido tanto ao professor quanto ao livro, no ambiente da sala de aula, levou os alunos da turma analisada a considerarem os discursos dessas figuras como verdade. A crença absoluta em discursos está em dissonância com a teoria do LC, que veem a língua como discurso no sentido Foucaultiano, assim, permeadas de ideologias, que nada mais são que percepções. Destarte, a ideia de verdade se torna uma ilusão e, se não há verdade absoluta, devemos questionar os discursos e refletir sobre o modo como construímos sentidos, pois ele é fruto das ideologias discursivas que nos interpelam como sujeito.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Por fim, acrescenta-se que a escola é o local para que o questionamento das hierarquias de poder, não do reforço delas, que acontece como o caráter ideológico da língua é negado e ela é trabalhada nas aulas como sendo neutra.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).** Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**: tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 33-42.

JORDÃO, C.M. Abordagem comunicativa, pedagogia crítica e letramento crítico – farinhas do mesmo saco? In: Rocha, C.H.; Maciel, R. F. (orgs.) **Língua estrangeira e formação cidadã:** por entre discursos e práticas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2ª ed, 2015, p. 69-90.

JORDÃO, C.M. O que todos sabem.... ou não: letramento crítico e questionamento conceitual. **Revista Crop**, 2007, p. 21-46.

JUCÁ, L. Ensinando Inglês na Escola Regular: a escolha dos caminhos a seguir depende de onde se quer chegar. In: JESUS, D. M.; CARBONIERI, D. (Orgs.). **Práticas de multiletramentos e letramento crítico**: outros sentidos para a sala de aula de línguas. Campinas: Pontes, 2016. p. 99-119.

JANKS, H. et al. **Doing critical literacy:** texts and activities for students and teachers. New York: Routledge, 2014.

MENEZES DE SOUZA, L. M. T. O Professor de Inglês e os Letramentos no século XXI: métodos ou ética? In: JORDÃO, C.M.; MARTINEZ, J.Z; HALU, R.C. (Orgs.). **Formação (Des) formatada**: práticas com professores de língua inglesa. São Paulo: Pontes, 2011.

ZACCHI, V. J. Neoliberalism, Applied Linguistics and the PNLD. **Ilha do Desterro:** A journal of English language, literature in English and cultural studies. Florianópolis, vol. 69, n.1,

ISBN - 978-85-7822-205-5

Jan/Abril, 2016B. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8026.2016v69n1p161>. Acesso em: 03 de setembro de 2016.

ISBN - 978-85-7822-205-5

PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NO SEGUNDO CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Autora: Tânia Maria Soares
Mestranda do Programa de Mestrado Profissional (PROFLETRAS)
Universidade Federal de Sergipe
shimmene@yahoo.com.br

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Raquel Meister Ko Freitag (DLEV/UFS)

1. Introdução

Em se tratando de ler e redigir geralmente o aluno no segundo ciclo do Ensino Fundamental demonstra um certo antagonismo mediante essa perspectiva. Põe- se na defensiva alegando que simplesmente não gosta, ou seja, o aluno não sente prazer em ler, pois a leitura em si não lhe incita à descoberta. É o que se constata na maioria das turmas do Ensino Fundamental II do Colégio Estadual Tobias Barreto, localizado à rua Pacatuba no Centro de Aracaju-SE.

A partir da análise do desempenho do último IDEB realizado em 2015, onde os alunos obtiveram 41% de proficiência em Língua Portuguesa nos 9° anos e dos dados levantados em 2017 que, mesmo tendo apresentado um avanço no processo ensino-aprendizagem verificados através do aumento do percentual de aprovações e diminuição do percentual de evadidos, precisa melhorar a situação para garantir mais alunos aprendendo e com o fluxo escolar adequado. A metodologia empregada caracterizou-se por ser multidisciplinar e bibliográfica acompanhada de observações de professores de Língua Portuguesa e alunos. Também foram utilizados instrumentos metodológicos de pesquisa documental como por exemplo os PCNs, a LDB e a BNCC.

Com este trabalho, almeja-se contribuir com reflexões sobre as práticas pedagógicas dos docentes, em especial daqueles da escola pesquisada, visando à melhoria no processo ensino-aprendizagem, vislumbrando a instituição escolar com educação de qualidade.

2. Realidade

O Colégio Estadual Tobias Barreto, localizado à rua Pacatuba,288, no centro de Aracaju-SE, CEP.: 49.010-150, CNPJ: 13.130.497/0015-00, faz parte da Diretoria de Educação de

ISBN - 978-85-7822-205-5

Aracaju – DEA. O sistema organizacional da instituição citada, desenvolve-se com a escolaridade do 6° ao 9° ano e do 1° ao 3° ano do Ensino Médio no turno matutino e vespertino das 7h às 11h40min e, no turno vespertino a partir do 8° ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio completo das,13h às 17h40min. Quanto à sua estrutura física, apresenta dessa forma, 14 salas de aula, ofertando dessa forma, 28 turmas diversificadas. Possui laboratório de informática funcionando com 20 computadores novos, todos interligados à internet, impressora, telão, projetor, ar-condicionado e funcionário capacitado para atender a clientela, sala de vídeo com computador interligado à internet, projetor, ar-condicionado, acervo de filmes, documentários e afins; biblioteca Leite Neto, climatizada, computador interligado à internet e acervo atualizado, sala de projetos, 02 cantinas, 01 depósito de merenda, almoxarifado, sala dos professores e funcionários, 02 áreas de convivência, sala de direção, secretaria, e coordenação pedagógica (climatizada), banheiros masculinos e banheiros femininos para professores e funcionários, banheiros masculinos e femininos para os alunos, depósito de material de limpeza e estacionamento para funcionários do colégio.

Atualmente, o colégio está passando por reforma, o que inclui ampliação do refeitório e cantina acoplada, construção de uma quaDr.ª de esportes, porém, coberta, além de ter sido mudada toda a fiação para implantação de ar-condicionado nas salas de aula. A instituição escolar ainda disponibiliza notebook, projetor e impressora extras, máquinas fotográficas, filmadoras e roteadores para melhor atender professores e alunos.

Conforme Projeto Político Pedagógico (SERGIPE, 2016) e, seguindo as diretrizes do Referencial Curricular do Estado de Sergipe (SERGIPE, 2012), a proposta curricular do CETB tem por objetivo "nortear e fundamentar as práticas pedagógicas dos professores, a fim de contribuir para a construção de uma escola democrática", ou seja, que garanta o acesso e a permanência dos alunos, a qualidade de ensino e, consequentemente, a socialização do conhecimento científico.

No currículo do Colégio Estadual Tobias Barreto, o componente curricular de Língua Portuguesa já dialoga com competências específicas de linguagens da BNCC sob a perspectiva enunciativa- discursiva de linguagem, onde centraliza-se o texto como unidade de trabalho na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escrita e produção de textos a partir do segundo ciclo do Ensino Fundamental.

ISBN - 978-85-7822-205-5

O Colégio Estadual Tobias Barreto adota uma metodologia em que o professor é o mediador no processo de aquisição do conhecimento e na interação entre os alunos. O processo de aprendizagem compreende igualmente a interação dos alunos entre si, essencialmente a socialização. Considerando que a Escola tem o objetivo de socializar o aluno, o ensino por "Projetos" é a forma pedagógica mais propícia, e sua organização didática conta com o processo da interdisciplinaridade entre os conteúdos, usando temas transversais, além dos eixos de trabalho programados. Nos projetos, o desafio de produzir algo a ser utilizado em situações reais faz com que os alunos se sintam desafiados a se apropriar do conhecimento e isso requer bastante leitura, visto que são motivados a investigar, arriscar, revisar sua produção escrita inúmeras vezes, para garantir que a qualidade de seu trabalho se aproxime ou até supere as formas socialmente aceitas. Assim, os procedimentos metodológicos utilizados no CETB favorecem ações coletivas, onde os alunos tornam-se sujeitos ativos de seu conhecimento.

Todos os professores devem participar dos Projetos da Escola adequando o conteúdo de sua disciplina à temática do projeto a ser desenvolvido, avaliando seus alunos de forma processual observando suas produções escritas, corrigindo e aprimorando as produções realizadas e, orientando-os quanto à oralidade

> considerando sua adequação à
> clareza variedade linguística empregada,
> os elementos relacionados à fala,
> tais como modulação de voz, entonação,
> ritmo, altura e intensidade, postura corporal,
> movimentos e gestualidade significativa,
> expressão facial, contato de olho com plateia etc.
> (BNCC-EF69LP12-P.7-8,2016).

A escola atende a um total de 378 alunos no Ensino Fundamental e 491 Médio Convencional. As turmas são organizadas de forma heterogênea, com média de 35 alunos por turma do 6° ao 9° ano e 40 no Ensaio Médio recebendo os alunos através da renovação automática e novas matrículas pelo sistema online implantado em toda a rede estadual. O Colégio Estadual Tobias Barreto não aderiu ao sistema integral, por enquanto. É uma instituição nos moldes tradicionais.

ISBN - 978-85-7822-205-5

O CETB trabalha com os programas Fundação Lemann pela SEED e Educação Conectada pelo MEC. Em relação às avaliações oficiais, os alunos do Ensino Médio obtiveram no ENEM 511 de 2017, 42 aprovados ficando como 2° colocado no ranking das escolas públicas. No Ensino Fundamental, também 2017, ocupou o 1° lugar na Olimpíada de Física, também a nível estadual. Todavia, os resultados do último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDBE) em 2015, o Colégio não atingiu a meta, que seria de 4,5, teve queda e não alcançou 6,0, ficando com 3,3, como mostra a tabela abaixo:

Resultados da Prova Brasil

Aprendizado 5,41	**Fluxo 0,61**	**IDEB 3,3**
Quanto maior a nota, maior o aprendizado	Quanto maior o valor, maior a aprovação (a cada 100 alunos, 39 não foram aprovados)	Meta para a escola 4,5

Fonte: qedu.org.br. Dados do IDEB / INEP (2015)

Precisa melhorar a situação para garantir mais alunos aprendendo e com o fluxo escolar adequado. Os alunos obtiveram 25% de proficiência em Matemática e apenas 41% em Língua Portuguesa nos 9os anos. A instituição escolar encontra-se em situação de alerta, pois não cresceu IDEB. Em 2017 espera-se ter atingido a meta de 4,8, visto que em relação ao fluxo escolar do ano passado os resultados foram os seguintes:

- Aprovados: 88%
- Reprovados: 9,7%
- Evadidos: 2%

O portal do Inep ainda não divulgou o resultado da Prova Brasil 2017. O mesmo acontecerá em agosto deste ano. Mesmo tendo apresentado um avanço no processo ensino-aprendizagem verificados através do aumento do percentual de aprovações e diminuição do percentual de evadidos, é preciso aprimorar práticas para garantir o cumprimento de metas do IDEB e a regularização do fluxo escolar.

ISBN - 978-85-7822-205-5

3. Objetivos

Devido ao resultado do IDEB do Colégio Estadual Tobias Barreto em 2015, resolvemos repensar sobre nossas práticas docentes, colocar-se na posição de mediador da relação educador-objeto do conhecimento, de um facilitador da aprendizagem, de um eterno aprendiz. Ao observarmos as produções textuais dos alunos em sala de aula, percebemos o quanto eles sentem dificuldade em "fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada". (BNCC, EF69LP56,p.35). E essa deficiência para ser sanada requer proficiência em leitura.

Dessa forma, almejamos contribuir com reflexões sobre as práticas pedagógicas dos docentes, no sentido de aprimorar as práticas de leitura e escrita na instituição pesquisada, considerando as competências e habilidades contidas na BNCC, assim como as competências com seus descritores na Prova Brasil.

4. Perfil dos estudantes

Os alunos do CETB, na grande maioria, são oriundos de outros bairros e cidades circunvizinhas, formando assim, uma clientela diversificada. Todavia, são alunos participativos, investigativos e atuantes, embora uma grande maioria no segundo ciclo do Ensino Fundamental apresente deficiência em leitura e produção textual. O que não ocorre em igual proporção no Ensino Médio.

5. A prática pedagógica

O não padrão os alunos já sabem. Falar em não ensinar o padrão equivale a tirar o português das escolas. Não se aprende por exercícios, mas por práticas significativas. O domínio de uma língua é o resultado de práticas efetivas, significativas e contextualizadas. Como aprender: ouvindo, dizendo e sendo corrigidos, mas sem humilhação, reprovação, castigo, exercícios.

Partindo desse ponto, enfatiza-se a importância do papel do professor, não com uma perspectiva da tendência tradicional de que ensinar é repassar conhecimentos acumulados, tidos como verdadeiros, absolutos e inquestionáveis. Aprender, nessa perspectiva, é assimilar

ISBN - 978-85-7822-205-5

passivamente tudo aquilo que foi repassado pelo professor. Contrapondo-se a essa ideia, como bem a palavra já diz, "ultrapassada", mestre é um **orientador** e não aquele que apenas " transmite conteúdos". Seu papel é "ensinar a aprender". E ensinar a aprender, como diz Bagno (2000.14-15): "é criar possibilidades para que uma criança chegue sozinha às fontes de conhecimento que estão à sua disposição na sociedade (...) é não apenas mostrar os caminhos, mas também orientar o aluno para que desenvolva um olhar crítico que lhe permita desviar-se das " bombas" e reconhecer em meio ao labirinto, as trilhas que conduzem às verdadeiras fontes de informação e conhecimento". A palavra-chave que define o professor nessa instância é ORIENTAÇÃO. Se ele abrir mão desse seu papel fundamental de orientador da aprendizagem de seus alunos, estará se responsabilizando pelo que vier a acontecer com eles ao tentarem atravessar esse labirinto, que na verdade é um grande campo minado. O universo para se chegar à leitura é colossal. É imprescindível adentrarmos nos saberes de Freire quando ele sabiamente fala que: "antes de ensinar uma pessoa a ler as palavras era preciso ensiná-la a ler o mundo" (Nova Escola).

Exporemos algumas possibilidades de uma abordagem diferente sobre como trabalhamos leitura e produção de textos em sala de aula no segundo ciclo do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Tobias Barreto. Não temos a pretensão de erradicar o problema da falta de leitura em sala de aula. Contudo, exporemos algumas estratégias no sentido de orientar os educadores para um (re) dimensionamento das atividades de leitura e escrita.

Inicialmente, o professor deve motivar o aluno para ler livremente. Por exemplo, o professor deve expor vários livros de literatura infantil ou infanto-juvenil e outros para o aluno escolher à vontade. A partir daí, observar-se-á o gosto dele, permitindo que este solte a imaginação e invente novas histórias, Dr.ªmatizações e ilustrações. Após esse estágio, vem o debate sobre a escolha de uma temática para produzir texto. Divide-se a turma em grupos e cada grupo debate sobre os temas e escreve uma pequena peça de teatro na qual um dos personagens enfatiza mais o assunto usando seus melhores argumentos. Os grupos trocam as peças entre si e sorteiam a ordem em que vão representá-las para os colegas.

Outro exemplo: uma tecnoaula.

Explicar claramente para os alunos, utilizando a interdisciplinaridade, o assunto que irá passar no vídeo, sem cobranças. Pedir aos mesmos que ouçam e interpretem o assunto na sua íntegra. Logo após, solicitar que façam umas anotações para servir de base na produção do texto. Os alunos devem criar um texto oral que depois será escrito pelo professor. As histórias

ISBN - 978-85-7822-205-5

serão contadas na linguagem dos alunos e devem falar do mundo que eles conhecem (isto é uma proposta construtivista). O professor deve respeitar as diferentes linguagens para desenvolver atitudes de diálogo e respeito para com a cultura distinta de cada aluno, do grupo do qual participa.

Outra sugestão em relação à produção de textos, poderá surgir a partir do imobiliário da sala de aula, material escolar do aluno, gravuras, objetos pessoais e até mesmo produzir textos sobre o "eu" de cada educando em sala de aula.

6. Conclusão

Na crise do sistema educacional brasileiro ocupa lugar privilegiado o baixo nível de desempenho linguístico demonstrado por estudantes na utilização da língua, quer na modalidade oral, quer na modalidade escrita. Vemos isso nas aulas de redação a partir das produções de textos solicitadas, o vocabulário da gíria jovem, o baixo nível de leitura. É necessário reconhecer um fracasso da escola e no interior desta, do ensino de língua portuguesa tal como vem sendo praticado na quase totalidade de nossas aulas. Não significa dizer que tal fracasso seja de total responsabilidade do professor, pois é de notório conhecimento as condições de trabalho do professor, especialmente do professor de Ensino Fundamental e Médio.

Todavia, percebe-se que o ensino encontra-se desarticulado com a prática. Por isso devemos buscar construir alguma alternativa de ação no sentido de inovar nossa prática efetiva de sala de aula cada vez mais, para nos aproximarmos da escola que queremos e assim obtermos alunos com proficiência em leitura e produção de textos.

Através do PROFLETRAS, busca-se uma capacitação profissional mais aprimorada no sentido de construir um olhar diferenciado em relação à nossa própria língua, a partir de um outro ângulo, dotado de uma aguçada sensibilidade a qual permita, de um lado, compreender mais claramente o funcionamento da língua e, de outro, ser capaz de explicar melhor a sistemática que envolve todo o processo, mesclando língua e práticas sociais, contribuindo para uma prática docente efetiva integrando o conhecimento teórico-linguístico às atividades de ensino de Língua Portuguesa, através de ações pedagógicas no intuito de atingir a proficiência em leitura e escrita nos alunos do segundo ciclo do Ensino Fundamental.

ISBN - 978-85-7822-205-5

Por fim, à guisa de conclusão, reforçamos que o objetivo deste trabalho não é instigar a reflexão sobre o tema, mas sim, desencadear o debate pedagógico e científico, como ponto de partida para os docentes refletirem sobre sua prática de ensino no desejo de dar resposta aos problemas encontrados na dificuldade em promover a proficiência em leitura e escrita de textos de seus alunos no segundo ciclo do Ensino Fundamental.

Referências

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na Escola: O que é, como se faz.** 5° ed. São Paulo: Loyola, 2000.

BORTONI – RICARDO, S.M. **Educação em Língua Materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 1996. Edição atualizada em 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto:1997. **Parâmetros Curriculares Nacionais.**

FREITAG, Raquel Meister Ko. **Acesso, permanência e qualidade na Educação Básica e na Educação Superior.** 2018. No prelo.

GERALD, J.W. (org.). **O texto na sala de aula.** São Paulo: Anglo, 2012. 136 p.

- Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular- BNCC** 2° versão. Brasília, DF, 2016.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino de Sergipe.** Aracaju, 2011.

SOARES, M. **Linguagem e escola – uma perspectiva social.** São Paulo, Ática, 1983.

https://www.qedu.org.br

https://www.seed.se.gov.br/redeestadual